Clóvis Moura

REBELIÕES DA SENZALA

QUILOMBOS • INSURREIÇÕES • GUERRILHAS

6ª Edição

São Paulo
2020

REBELIÕES DA SENZALA: QUILOMBOS • INSURREIÇÕES • GUERRILHAS

Produção: **Editora Anita Garibaldi** e **Fundação Maurício Grabois**

Coordenação editorial desta edição: **Cláudio Gonzalez**

Revisão: **Maria Lucília Ruy**

Administração: **Laércio D'Angelo**

Projeto gráfico, diagramação e capa: **Laércio D'Angelo** e **Cláudio Gonzalez**

Ilustração na contracapa: A Guerra dos Palmares, óleo de Manuel Vítor, 1955

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M929r Moura, Clóvis

Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas / Clóvis Moura. - 6. ed. - São Paulo, SP : Anita Garibaldi, 2020.
444 p.

ISBN: 978-65-990905-1-6

1. História do Brasil. 2. Brasil Império. 3. Negros. 4. Escravidão. 5. Quilombos. 6. Insurreições. 7. Guerrilhas. 8. Senzala. 9. Rebeliões. I. Título.

2020-1308 CDD 981.04
CDU 94(81)

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:
1. História do Brasil : Escravidão 981.04
2. História do Brasil : Escravidão 94(81)

Às minhas origens
Francisco de Assis Moura e Elvira Moura,
lembrança de filho

À minha continuidade
Soraya, lembrança de pai

Estátua de Zumbi dos Palmares.

"Um negro é um negro. Apenas dentro de determinadas condições ele se torna um escravo"
K. Marx

"Os escravos, em geral, não sabem ler;
não precisam, porém, soletrar a palavra liberdade
para sentir a dureza da sua condição"
Joaquim Nabuco

Sumário

Prefácio
à 6ª edição

"*Rebeliões da Senzala* é uma análise distintiva, organizada e importante"

*Mário Augusto Medeiros da Silva**

Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) gestava, desde 1948, um projeto de pesquisa que publicou como *Rebeliões da Senzala* em 1959. A reedição dessa obra histórica merece a atenção dos leitores marxistas e dos interessados na história da luta de classes no Brasil.

Naquela ocasião [1959], ele já era um militante comunista conhecido, que procurava aliar reflexão marxista angulada pela questão racial. Até mesmo os meios repressores, já haviam tomado conhecimento dele, como mostra sua ficha remissiva depositada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no Acervo Deops. Em 11 de junho de 1952, seu nome figura no relatório do "SS – São Paulo: Assuntos Gerais sobre Serviço [...] Investigações procedidas sobre atividades comunistas de diversas cidades do interior". Essa primeira citação trata da publicação da revista *Flama*, na cidade de Araraquara, da qual ele era dirigente e principal editor: Moura, além de outros "elementos ali conhecidos e tidos como comunistas".

A repressão queria saber o que Clóvis Moura fazia ali no interior paulista, uma vez que chegara da Bahia. A resposta da polícia política foi de que ele era "funcionário da Delegacia Federal de Imposto de Renda, líder comunista, secretário da Organização do Comitê Municipal do PCB de Juazeiro [...], candidato de Prestes à Câmara Federal, sob a legenda do PCB, cujo registro fora posteriormente cassado pelo TRE". Também foi do interesse do Deops-SP anotar na ficha de

Moura que, em março de 1953, ele e outros militantes comunistas do jornal *Hoje* teriam transmitido ao Comitê Central da URSS suas condolências pela morte de Stálin, bem como sua confiança na capacidade diretiva de Gyorgy Malenkov.

Rebeliões da Senzala, portanto, surge no esteio de um trabalho já iniciado com as práticas das lutas sociais, e num momento difícil e muito vigiado da militância partidária institucional, em níveis nacional e internacional, que levaria a reconfigurações. Além disso, o primeiro livro do autor no âmbito da investigação historiográfica vinha a acentuar o papel protagonista do escravizado e incomodar parte do consenso do pensamento social brasileiro acerca do lugar do africano e do negro na composição das lutas nacionais. O negro que figura neste livro, ainda no período colonial e imperial, não é apenas peça e força de trabalho, e muito menos um elemento degenerado racialmente ou elemento passivo da formação social. É um agente rebelde, um sujeito ativo da dissolução do modo de produção escravocrata. Isso não somente pelo lado da intensa contribuição cultural, como já havia enunciado Gilberto Freyre, mas por ter sido o africano, na sua visão, capaz de dominar seu colonizador, além de modificar estruturas importantes da vida social, privada e pública. Clóvis Moura destaca a ação e a organização política, a dimensão da revolta e da insurreição, a ênfase do antagonismo, nada em equilíbrio, entre senhores e escravos.

Acentuar o peso político no desequilíbrio de antagonismo colocaria em xeque, na análise de Moura, a principal decorrência analítica de seu oposto sociológico: a crítica ao princípio de democracia racial ou de equilíbrio das relações sociais racializadas à brasileira. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*, fosse no título ou no subtítulo, demonstrava exatamente o contrário; descrevia a ação política insurrecional em diferentes lugares do Brasil, explicitando um sujeito e sua unidade de ação (o quilombo, que também figuraria como uma espécie de cidade-Estado), com um fim a ser alcançado: nada menos, muitas vezes, que a liberdade dos pares. Ou, ainda, nada menos que a destruição do antagonista imediato. Assim, tratava-se de obra que analisava o passado colonial e imperial; mas, como boa parte das outras que compõem o pensamento social brasileiro, dizia muito sobre o cenário de pós-abolição republicano. A diferença é que dizia algo angulado pela ótica e ação do negro, fundamentalmente.

É verdade que, já no começo dos anos 1950, a tese da passagem do escravo a cidadão já havia sido criticamente tematizada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, sendo também acentuado o aspecto da luta social e da organização política negra. Mas o problema maior em *Brancos e negros em São Paulo*, dos dois autores, é o pós-abolição e o momento da constituição da cidadania. Em *Rebeliões da Senzala*, a luta social é acentuada já no período colonial e imperial, etapas em que Moura insere os "Escravos nos movimentos políticos", um capítulo interessante e importante, tanto de sua obra como da experiência social brasileira.

A hipótese da passividade de homens e mulheres escravizados é colocada em xeque ao se passar em revista movimentos revoltosos e insurgentes, que contam com sua participação intensa desde o fim do século XVII pelo menos.

A constatação de tal fato leva o autor a refletir acerca dos "Quilombos e guerrilhas" como espécie de unidade básica de resistência do escravo. Aqui o autor vinha a somar-se a Édison Carneiro, outro intelectual negro importante que, já em 1947, havia publicado estudo distintivo sobre a importância daquela forma de resistência e organização escrava em seu *O quilombo dos Palmares*. Moura segue a mesma direção, acentuando o caráter da expansão da "forma quilombo" como unidade de resistência, organização e combate político em diferentes regiões do país. Palmares, então, é um ápice histórico e historiográfico, mas estaria longe de ser algo isolado. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Pernambuco, Sergipe, entre outros, são localidades com a existência documentada de quilombos, bem como sobre a dificuldade de combatê-los.

O autor, manejando com cuidado e rigor fontes históricas diversas à disposição em seu tempo, procurará demonstrar sua hipótese da capilaridade da forma quilombo, pelo território nacional. Fosse na ocupação do sertão, ou em regiões onde a mão de obra escrava se apresentava de maneira mais intensa como São Paulo, há um esforço de compreensão das formas de organização do escravizado, as alianças construídas e suas contradições, bem como de explicação das formas de luta daquele sujeito, manejando armas manufaturadas ou de fogo. A narrativa de Moura é envolvente em torno do papel desempenhado por esses sujeitos, envidando esforços para iluminar o escravizado como protagonista de suas ações.

Algumas lacunas das fontes ficaram pelo caminho e foram, com o avanço da historiografia, sofisticadas pelas pesquisas posteriores sobre a escravidão, as formas de solidariedade e organização escravas, a complexidade da sociedade escravista e o detalhamento da insurgência nas senzalas.

Publicada em 1959, a obra de Moura é de importância ímpar, somando-se a esforços progressistas de reavaliação do africano e seus descendentes negros na vida nacional, dissolvendo com força o mito da sua passividade. Concordando com a tese de que o Brasil sempre foi produto da exploração capitalista, analisou os conflitos entre senhores e escravos como exemplares de uma verdadeira luta de classes, dentro do modo de produção escravista. Vinha de encontro ao mito das relações harmoniosas e à tese da ausência de preconceito racial, uma vez que o "bom escravo" teria sempre sabido o seu lugar. *Rebeliões da Senzala* é uma análise distintiva, organizada e importante, merecendo sua sexta reedição pela Anita Garibaldi, que mantém a marca de, na capa, figurar a imagem de um insurgente rebelde em luta pela liberdade, como o negro historicamente almejou ser e Clóvis Moura quis demonstrar.

***Mário Augusto Medeiros da Silva**
é professor do Departamento de Sociologia da Unicamp.
E-mail: mariomed@unicamp.br

Texto originalmente publicado na edição 43 (2016) da revista *Crítica Marxista*

Prefácio
à 5ª edição

Prefaciando *Rebeliões da Senzala* de Clóvis Moura

Kabengele Munanga*

Clóvis Steiger de Assis Moura, simplesmente chamado Clóvis Moura, surgiu no universo dos pensadores do Brasil social por volta de 1955. Em nosso conhecimento, desde seu primeiro texto publicado, intitulado *Euclides da Cunha e a Realidade Nacional* (1955), ele escreveu ininterruptamente sobre as questões sociais do Brasil até a sua morte, em dezembro de 2003. Isto é, quarenta e oito anos de reflexão crítica como intelectual engajado, durante os quais ele conseguiu manter a distância entre suas responsabilidades de estudioso e pesquisador e sua posição ideológica como membro do Partido Comunista do Brasil e do Movimento Negro Brasileiro.

Sem abrir mão da reflexão sobre o Brasil social de modo geral, como aparece em alguns de seus textos – como, por exemplo, *A situação atual do Brasil como nação soberana* (1956) e de seus ensaios, *A Sociologia posta em questão* (1978), *Gama Rosa: Percursos da Sociologia no Brasil* (1972) e *Uma abordagem sociológica do conceito de História* (1975) –, foi sem dúvida sobre o negro brasileiro que ele consagrou a parte mais importante de sua obra. Sobre um total de vinte e sete títulos em nosso levantamento, vinte deles tratam exclusivamente da história, dos problemas e da situação do negro brasileiro. Neste senti-

do, ele foi um dos maiores estudiosos, pensadores e intelectuais da questão negra em seu país. Sem fugir da visão gramsciana, ele foi realmente um intelectual orgânico do seu povo negro.

De sua grandiosa obra, me parece que o *Rebeliões da Senzala*, publicado pela primeira vez em 1959, constitui a âncora a partir da qual ele começou a analisar e aprofundar seu pensamento em torno do fenômeno da resistência negra em defesa da liberdade e dignidade humanas. Foi a primeira obra na historiografia brasileira a tratar da questão das rebeliões negras de maneira sistemática, mostrando com fatos históricos o alastramento desse fenômeno em todo o território brasileiro. Na esteira desta obra nascerão mais tarde outros estudos como o *Palmares – A guerra dos escravos*, de Décio Freitas (1971) e o *Rebelião Escrava no Brasil – A História do Levante dos Malês em 1835*, de João José Reis (1986). Ele foi sem dúvida o pioneiro e o primeiro a desmistificar a ideia do negro submisso que não se importava com sua situação de cativo, e a colocar em pauta a questão de sua participação no processo abolicionista e libertário, habilitando-o como sujeito de sua história e da história do Brasil e tirando-o da posição de mero objeto de pesquisa acadêmica.

Rebeliões da Senzala figura entre os livros de Clóvis Moura como o único a receber quatro edições (1959, 1972, 1981 e 1988), não somente porque foi através dele que Clóvis se lançou como historiador negro, mas também pelas revelações e análises profundas nele esboçadas pela primeira vez a respeito do protesto negro. Seu pensamento vai se aprofundando e se lapidando através de outros livros que virão na esteira do *Rebeliões da Senzala*, como *Brasil: As raízes do protesto negro* (1983) e *Quilombos: Resistência e escravismo* (1987).

Por que reeditar hoje o *Rebeliões da Senzala*, depois de dez anos da morte do seu autor? Além de ser uma bela homenagem ao grande intelectual negro Clóvis Steiger de Assis Moura, esse livro já se esgotou há anos e está ficando cada vez mais difícil e raro encontrar algum exemplar em muitas bibliotecas públicas do Brasil. No entanto, ele não

pode desaparecer no processo de formação da presente e das futuras gerações de pensadores e pensadoras da questão negra no Brasil. O protesto negro que perpassa em filigrana nas páginas dessa obra ainda está atual em termos diferentes no contexto pós-Abolição. Não é por acaso que alguns falam da segunda e verdadeira abolição da escravatura no Brasil. Se Clóvis Moura estivesse vivo, no âmago das polêmicas maniqueístas do "Bem" e do "Mal" sobre cotas ditas raciais no Brasil, ele teria sem dúvida retomado o seu *Dialética Radical do Brasil Negro* (1994) e manifestado sua posição de acordo com a riqueza do seu pensamento. Ficamos órfãos de sua opinião naqueles momentos cruciais, mas podemos reencontrá-la através de sua obra, a começar pelo *Rebeliões da Senzala*, agora reeditado.

***Kabengele Munanga** é professor titular do
Departamento de Antropologia da FFLCH/USP

Apresentação

Um clássico sobre a luta de classes no Brasil

*José Carlos Ruy**

"Não posso discutir com o Senhor, que é autor de um clássico!". Esta frase Clóvis Moura ouviu, faz muitos anos, da filha de um escritor amigo seu. Ela se graduou em história, matéria da qual ela tornou-se depois uma notável professora na Universidade de São Paulo.

O "clássico" ao qual ela se referia é este livro que, agora, chega à sua sexta edição: *Rebeliões da Senzala*. Publicado originalmente em 1959, depois de um périplo por editoras que não ousaram, na ocasião, contrapor-se às linhas dominantes da historiografia brasileira, e que contrariavam, entre outras questões, o tema de *Rebeliões da Senzala*: no Brasil, durante os quase quatro séculos de vigência do modo de produção escravista, não teria havido luta de classes, e os conflitos que ocorreram entre os escravos e seus senhores seriam, segundo aquela visão dominante, choques culturais entre africanos, negros, portadores de um tribalismo que não se adaptava às exigências do trabalho durante o período colonial, contra os dominantes, brancos, europeus, dotados de uma cultura "superior" que aqueles "bárbaros" não alcançavam.

A importância de *Rebeliões da Senzala*, que dá ao livro o *status* de "clássico", reside neste seu caráter fundador, cuja importância foi reco-

nhecida por Nelson Werneck Sodré que, em seu *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, classificou a obra como o primeiro grande painel da luta dos escravos no Brasil. Clóvis Moura, com *Rebeliões da Senzala*, abriu ao conhecimento um "continente" da história pátria – o continente conturbado e decisivo da luta de classes.

No final dos anos 1940 ele era um jovem jornalista, historiador e militante comunista, e decidiu enfrentar a questão crucial: teria ou não havido luta de classes durante o período escravista?

A historiografia tradicional dizia que não, opinião compartilhada mesmo por historiadores respeitáveis ligados aos setores progressistas. Partindo da teoria marxista, que afirma o fato de que a história é movida pela luta de classes, Clóvis Moura vai contra historiadores comprometidos com as estruturas dominantes e que não aceitavam o marxismo, rejeitando o reconhecimento da luta de classes. Ou falsificavam o relato da história, levando-a ao campo da ciência da mera propaganda apologética da ordem dominante. Ou, ainda, desconheciam a realidade dos conflitos sociais, seja por falta de pesquisas que dessem a base documental para afirmar a tese da luta de classes, ou simplesmente partiam de outras preocupações a respeito do sentido da história e deixavam em um plano subalterno as lutas dos escravos pela liberdade e contra o domínio senhorial.

Clóvis Moura extraiu dos arquivos públicos, principalmente o da Bahia, a documentação reveladora de que, como em todas as nações, aqui também houve luta de classes sob o escravismo, e ela abrangeu todo aquele longo período histórico, em todo o território nacional.

O resultado foi *Rebeliões da Senzala – quilombos, insurreições, guerrilhas*, que está agora em sua 5ª edição. Através de sua influência, a historiografia brasileira se reconciliou com o povo e a história dos brasileiros reencontrou sua linhagem, que vai dos escravos africanos que construíram toda a riqueza da colônia, nos engenhos de açúcar, latifúndios e minas, aos operários, camponeses e demais trabalhadores do Brasil moderno.

Rebeliões da Senzala também desmascara as raízes do racismo brasileiro e sua íntima ligação com estruturas de poder oriundas do passado escravista e colonial, justificadas ideologicamente pela alegada inferioridade racial e pela assim chamada "barbárie" dos descendentes dos antigos escravos, teses usadas para legitimar o domínio das elites brasileiras autointituladas "brancas" através de uma autoatribuída "missão civilizatória".

Outra contribuição de *Rebeliões da Senzala* é a compreensão nova, mais profunda, da forma particular e própria como o domínio de classes é exercido no Brasil. Em uma nação multiétnica como o Brasil, que tem mais da metade da população formada por descendentes de negros, índios e seus mestiços, as linhas da divisão de classes se confundem com a cor da pele e com a origem étnica. Se a compreensão do racismo requer esse reconhecimento, a visão das classes e da luta de classes só corresponderá de fato à realidade social do país se incorporar à dimensão classista também a dimensão étnica, de tal forma que a luta contra o racismo é de todo o povo, independentemente de sua origem racial. Ao mesmo tempo, a luta de classes exige a incorporação ao seu escopo desta dimensão: a luta contra o domínio dos que têm a pele clara sobre aqueles de tonalidade mais escura, de olhos, bocas, narizes, cabelo e crânios de outro formato.

Rebeliões da Senzala também se tornou uma trincheira para os historiadores progressistas e para os militantes da luta social no combate ideológico que marca o campo do conhecimento histórico e de sua ligação com as lutas democráticas e progressistas.

A atual historiografia da moda recusa a compreensão do processo histórico e da luta de classes e faz do marxismo – e dos comunistas – o principal alvo de suas críticas. Tributária de correntes dominantes na Europa e nos EUA, ela defende uma história supostamente neutra, apolítica e à margem da luta de classes. Considera o relato histórico como mera narrativa, de feição literária, e não como resultado da investigação científica.

Impotentes teoricamente, estes historiadores são incapazes de compreender a luta dos povos, que quase sempre encaram sem simpatia. Desprezando a luta dos escravos, resumem seu relato histórico a experiências atomizadas de indivíduos escravizados. Fazem sem dúvida o trabalho importante de ampliar a base documental e factual para o conhecimento histórico. Mas não avançam na interpretação e no conhecimento dos processos históricos; aliás, refugiam-se numa assim chamada "crise da narrativa", recusando toda análise mais abrangente.

Acusam, com frequência, os historiadores marxistas, como Clóvis Moura, de tratarem o escravo como *coisa* e não como *pessoa*. Chegam ao absurdo de falar em relações de natureza contratual no escravismo, como se isso fosse possível. O contratualismo é típico do modo de produção capitalista e supõe agentes históricos (patrões e empregados) formalmente livres e iguais – livres, como Marx chamou a atenção, em dois sentidos: não estavam sujeitos a nenhum senhor podendo contrair livremente relações contratuais; e também no sentido de destituídos dos meios e instrumentos de trabalho, sendo obrigados, para sobreviver, a vender ao capitalista o único fator da produção que lhes resta, sua própria força de trabalho.

A teoria do contratualismo no escravismo é simplória ao supor a existência de relações de natureza contratual, que exigem agentes formalmente livres, em relações sociais tão assimétricas, baseadas na coerção, na violência física, na mutilação e mesmo assassinato dos que não se submetiam ao mandonismo autoritário.

O anacronismo das ideias que recusam a compreensão do processo histórico como uma realidade objetiva leva esses historiadores a focarem indivíduos e, num dogmatismo semelhante àquele que imputam aos marxistas, generalizarem ilegitimamente, para outras épocas históricas, situações que o capitalismo criou e só existem nele. Não compreendem – e esta é outra lição profunda de *Rebeliões da Senzala* – que é no processo de luta contra as estruturas opressivas e desumanizadoras que o escravo afirma sua humanidade.

Qualquer negociação podia disfarçar as agruras da opressão e permitir ao escravo estratégias de sobrevivência para minorar sua sorte. Mas a ênfase que a historiografia revisionista coloca neste aspecto parte de um contratualismo impróprio e fora de época, que só existe no modo de produção capitalista, sendo estranho ao modo de produção escravista. O conflito era parte cotidiana da vida do escravo; ele podia variar de grau e intensidade, das pequenas resistências diárias no trabalho, até ataques contra feitores e senhores, ou à rebelião aberta, em insurreições ou quilombos. Sua eclosão quebrava todos os véus e dilacerava os disfarces que a negociação construía, opondo as duas facetas contraditórias e inconciliáveis daquela relação: o senhor e o escravo.

Clóvis Moura inovou a historiografia do povo brasileiro, e isso só foi possível porque partiu, teoricamente, do marxismo e da análise das situações concretas vividas em nosso país ao longo dos séculos.

Ele iniciou suas pesquisas em 1948 e concluiu seu livro em 1952, mas só foi possível publicá-lo no final dessa década. Enfrentou a rejeição das principais editoras, mesmo da esquerda, e a incompreensão de importantes historiadores. Um deles foi Caio Prado Júnior que, consultado por Clóvis Moura em março de 1949 sobre o tema, procurou convencê-lo a desistir, alegando entre outras coisas a pouca relevância do projeto!

Em consequência dessas resistências, coube a uma pequena editora de São Paulo – a Edições Zumbi – o feito de publicar este clássico, em 1959. Ele foi pioneiro na valorização de revoltas de grande porte, como as planejadas para Salvador (Bahia) nas décadas iniciais do século XIX, culminando com a grande revolta de 1835. Trouxe para o primeiro plano os quilombos, as guerrilhas e as insurreições escravas. Mostrou como os quilombos, como forma de rebelião e de resistência escrava, estiveram presentes em todo o território brasileiro, ao longo de toda a história de quase quatro séculos de escravidão; o exemplo maior foi Palmares, mas a lista de quilombos é extensa. Além dis-

so, historiou a participação dos escravos nos movimentos de rebeldia promovidos por outras classes sociais.

Como historiador e teórico das lutas escravas, ele fugiu à sua costumeira caracterização como explosões momentâneas e destacou o planejamento meticuloso da resistência (sem deixar de mencionar também suas inevitáveis debilidades), como ocorreu em 1835, no levante dos malês, na Bahia.

A premissa teórica marxista fundamental que orientou toda a obra de Clóvis Moura é a de que, como em todas as sociedades divididas em classes, na sociedade escravista existiu luta de classes. Ele a investigou para compreender as lutas do presente e forjar os instrumentos conceituais que permitam, aos oprimidos de todos os matizes, lutar pela igualdade entre os homens e por uma forma superior de organização da sociedade.

A relevância numérica da escravidão, seu tempo de duração e a forma como foi abolida no Brasil "determinaram a emergência do modelo do capitalismo dependente em que vivemos até hoje", escreveu Clóvis Moura. E colocam a história do escravo (e do negro) em seu justo lugar de história do povo brasileiro e de suas lutas, e não de um segmento específico, à parte.

Outra inovação que *Rebeliões da Senzala* trouxe é a de que, em sociedades como as nossas, marcadas pelo colonialismo, os conceitos de classe e raça são inseparáveis para a compreensão da situação das relações sociais. As duas dimensões essenciais da dominação, a classista e a racial, se imbricam e conferem características próprias às relações de dominação; e, se marcam, de um lado, a dominação, também influem sobre as formas assumidas pela rebeldia.

A objetividade do processo histórico deve ser procurada na análise cuidadosa do desdobramento da aventura humana através do tempo, cuja lógica – a lógica da história – está inscrita na ação de seus protagonistas. Ela não é linear, nem o processo histórico é externo à ação dos agentes sociais e às suas lutas, mas intrínseca a eles, determinada por eles e por sua consciência histórica e social.

Isso introduz outro elemento fundamental da visão marxista da história: a questão da consciência de classe, que Clóvis Moura abordou nas conclusões de *Rebeliões da Senzala*, ao diferenciar os escravos que, ao se rebelarem, iniciavam o processo de formação de uma "classe para si", daqueles que, conformados com seu destino e prostrados sob o escravismo, sem compreender sequer sua situação imediata, ficavam presos aos limites "de uma classe em si, simples objeto do fato histórico".

Clóvis Moura filia-se à longa tradição marxista, iniciada em 1847 com a publicação de *Miséria da filosofia*, onde Karl Marx diz que massa de trabalhadores de um país, que é uma classe em si, só se torna uma "classe para si" na luta contra a dominação. "Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe". Mais tarde, em *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, Marx reafirma esta tese: os camponeses se distinguem por suas condições econômicas de existência, seu modo de viver, seus interesses e cultura, e por sua oposição hostil às outras classes. Mas, se aqueles traços fazem deles uma classe em si, a falta de união nacional ou organização política impede que formem uma classe para si.

A "consciência histórica", a consciência social, de classe, não se reduz à percepção imediata – pelo oprimido – de sua situação, mas envolve um conhecimento e uma reflexão aprofundada sobre as relações sociais, que têm caráter científico e elabora uma compreensão mais avançada e complexa do que a mera percepção imediata da dominação.

É preciso compreender o grau de consciência que a própria ação indica. Vem daí a distinção entre as formas ativas e passivas de resistência do escravo, aquelas denunciadoras de elementos iniciais de uma compreensão que poderia englobar as múltiplas e complexas relações em que o escravo estava inserido; estas, indicadoras de uma compreensão limitada, presa às vicissitudes do dia a dia e das imposições da sobrevivência e da acomodação. É preciso distinguir também, aqui, o sentido político que a ação escrava tinha, não – de novo – na forma como ele aparecia imediatamente ao escravo, mas na sua capacidade de formular um projeto mais global de reordenação social, capaz ou

não de transcender os limites do escravismo. O sentido político não se define apenas subjetivamente, mas depende das condições objetivas da ação e da compreensão da relação entre estes dois aspectos, o subjetivo e o objetivo.

É aqui que está ancorada a ênfase posta por Clóvis Moura na rebeldia escrava e na consideração da ação dirigida para destruir o escravismo, que permitem a compreensão das contradições fundamentais não só daquele modo de produção, mas também do capitalismo que o sucedeu e das formas políticas que, sobreviventes do passado escravista, persistem no Brasil, como o autoritarismo da classe dominante que foi gerado e nutrido no domínio da senzala pela casa-grande.

Clóvis Moura aprofundou e inovou o pensamento marxista e contribuiu para renovar a consciência socialista e antirracista das gerações seguintes de historiadores e militantes do movimento revolucionário e antirracista brasileiro. Suas investigações ajudaram a romper com os esquemas fossilizados do oficialismo marxista da época, que impunham a visão da evolução das sociedades obrigatoriamente em cinco estágios sucessivos (comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo). Ao ajudar a resolver o problema que durante décadas atormentou os estudiosos do passado brasileiro – qual a natureza do modo de produção que aqui existia, capitalista ou feudal –, Clóvis Moura deu importante passo para a compreensão de que esta visão estava ligada a uma visão eurocêntrica da evolução das sociedades, que não se aplica ao Brasil, onde o passado foi colonial e escravista, e o modo de produção capitalista emergiu, depois de uma lenta transição, da desagregação do escravismo – e não do feudalismo, como na versão clássica europeia.

Finalmente, é preciso ressaltar também que – contra as análises tradicionais que enfatizavam apenas o lado reflexo de nossa história – ele demonstrou a maior complexidade da formação social brasileira, na qual a influência externa interage com uma dinâmica interna e própria, fazendo de nossa história o resultado da combinação destes dois

elementos: a influência externa, colonial e neocolonial (e imperialista, hoje), com os interesses que dominam nossa sociedade, contra os quais se contrapõe a resistência dos trabalhadores, intelectuais e das forças ligadas ao desenvolvimento nacional.

*** José Carlos Ruy** é jornalista,
pesquisador da obra de Clóvis Moura

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

LARA, Silva H. *Campos da violência, escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MAESTRI, Mário. *Brasil: A Visão Germinal de Clóvis Moura*. In: http://www.consciencia.net/2004/mes/01/maestri-clovismoura.html, consultado em 1º de fevereiro de 2014.

MARX, Karl. "El dieciocho Brumario de Luis Bonaparte". In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escogidas, t. 1*. Madri: Ayuso, 1975.

_________. *Miséria da filosofia*. Lisboa: Edições Avante!, 1991.

MESQUITA, Érika. *Clóvis Moura: Uma visão crítica da história social brasileira*. Dissertação de mestrado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2002.

MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

_________. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_________. *Rebeliões da Senzala – quilombos, insurreições, guerrilhas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988 (1ª edição: 1959).

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. *Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra*. Dissertação de mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, 2009.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito – a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, Gustavo Orsolon de (UFRRJ). *Rebeliões da Senzala: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro*. In: http://seminarioposhistoria.net84.net/pdf/gustavo.pdf, consultado em 1º de fevereiro de 2014.

INTRODUÇÕES

Introdução à 4ª edição

CLÓVIS MOURA

1

Não foi sem alguma reflexão crítica que resolvemos escrever uma introdução na qual poderemos repor algumas considerações sobre o tema relacionado à escravidão no Brasil, e, especialmente, sobre o significado e importância social das diversas formas de protesto escravo durante esse período. Havíamos escrito, antes, que o seu texto não seria mais alterado. Embora sem o considerarmos perfeito, não desejávamos mais fazer modificações ou acréscimos, pois a obra parecia-nos já assimilada pelo público no seu texto ampliado a partir da segunda edição.

No entanto, como queremos dar um caráter definitivo a esta edição, procuramos fazer algumas alterações no texto e acrescentar notas de rodapé onde nos pareceu que deveríamos dar esclarecimentos mais precisos em decorrência dos resultados de novas pesquisas sobre o tema abordado. Isto não modificará nem a sua estrutura nem as suas conclusões. Pelo contrário. Essas novas pesquisas apenas confirmaram aquilo que já havíamos dito desde a sua primeira edição, publicada em 1959.

O problema dos escravos negros ainda era considerado, na época em que iniciamos as pesquisas em arquivos e outras fontes, um

tema esporádico, secundário e, quando muito, manifestações de movimentos *antiaculturativos*. Tirava-se, com isto, o conteúdo que produzia o dinamismo interno desses movimentos, elidia-se a contradição fundamental que os produzia – a luta de classes no sistema escravista – para reduzi-los a um mero jogo de choques entre padrões, traços e complexos culturais que os negros trouxeram da África e os da cultura ocidental que os recebeu. Esta posição teórica e a sua continuação metodológica levavam a que sempre se procurasse uma interpretação *culturalista* para o conflito social que se desenvolvia em consequência das contradições do sistema escravista que se formara no Brasil. O modo de produção escravista, gerador dessas contradições, era substituído pela visão harmônica dessa estrutura e os movimentos *antiaculturativos* representavam apenas uma rejeição por parte do negro dos padrões culturais do senhor e não uma decorrência da sua situação de escravo; da sua posição de homem desumanizado, transformado em simples *coisa*.

Grande parte dos estudos que conhecemos, antes de *Rebeliões da Senzala*, afirma monocordicamente que os movimentos *antiaculturativos* eram simples resultado de choques culturais.

Assim, as insurreições urbanas do século XIX, em Salvador, eram conflitos religiosos. Os escravos e negros livres maometanos teriam se revoltado por não aceitarem a religião católica dos brancos. Palmares teria sido outro movimento *antiaculturativo*. Os negros que se revoltaram e criaram o reduto da Serra da Barriga não fizeram isto porque não suportavam mais a situação em que se encontravam, desumanizados até o último nível, mas foi um movimento de regressão, de volta aos padrões das culturas africanas, um típico exemplo de *regressão tribal*.

A poliandria que existia em Palmares nada mais era do que um resíduo do matriarcado africano. O sistema político de Palmares era também uma reprodução do que havia na África. Ninguém via como essa estrutura familiar, militar e política estava ligada às

necessidades sociais da república, da sua produção, reprodução demográfica, da sua defesa permanente em face das condições que se criaram por força da existência de instituições repressivas organizadas para combatê-la.

Esses estudiosos, verdadeiros químicos antropológicos, sociológicos e historiográficos analisavam os movimentos sociais dos escravos negros como se eles não estivessem engastados em um modo de produção, mas se limitassem à soma ou subtração de traços culturais africanos e ocidentais, para ver-se se esses movimentos antiaculturativos eram uma rejeição completa dos padrões culturais ocidentais ou podiam ser compreendidos através dos conceitos de *sincretismo*, *aculturação* ou *assimilação*.

Desta forma o comportamento do escravo era determinado pura e exclusivamente pelas diferenças que existiam entre as culturas africanas e a civilização ocidental. Com isto a dinâmica social praticamente desaparecia na sua concretude para dar lugar a uma explicação cômoda, na qual tudo se ajustaria, não fossem essas diferenças culturais. Transferia-se, assim, para o plano cultural, através dos conceitos de *acomodação*, *adaptação*, *aculturação*, *assimilação* e outros, os diversos níveis de consciência social do escravo negro e a sua consequente rebeldia. O conflito social era substituído pelos choques culturais. E com isto a escravidão ficava apenas como um pano de fundo estático onde ele se operava. Nessa posição se postaram quase todos os que escreveram sobre a escravidão moderna no Brasil a partir de Nina Rodrigues. Foi, inclusive, como decorrência dessa influência cultural que se realizaram os três congressos afro-brasileiros de 1935, 1937 e 1984. A tônica foi sempre a mesma: o estudo de duas culturas, os seus níveis de convergência ou divergência, as posições antagônicas do seu mundo religioso, da sua culinária, dos seus gostos musicais, indumentária, linguagem etc.

A escravidão era vista como elemento suplementar à realidade na qual se realizavam esses choques de culturas. Quando, inclusive, estu-

dava-se o tráfico negreiro e a sua importância numérica tinha-se mais a preocupação de saber-se a procedência regional desses escravos para aferir-se o seu nível de importância cultural no conjunto da sociedade brasileira. o mesmo fenômeno se repetia quando se estudava a família negra, os seus ajustes e desajustes dentro dos padrões normativos da sociedade escravista, ou, posteriormente, da sociedade competitiva que a substituiu. Era a família africana que se tomava como modelo para romantizar a situação de miséria, carência ou desagregação social em que ela se encontrava nas grandes cidades a partir de 1888. Durante a escravidão era a mesma coisa: romantizou-se a *Mãe Preta*, o *Pai João*, toda aquela camada de escravos que no processo de estratificação durante o escravismo era privilegiada em relação aos escravos do eito, dos trabalhos exaustivos na agroindústria dos engenhos do Nordeste, da mineração, das charqueadas do Sul e outras formas não-domésticas de trabalho, para se justificar essa harmonia. Os choques, os conflitos, as fugas e outras formas não-institucionais de resistência social eram atribuídas às suas diferenças religiosas, familiais e organizacionais. O cultural substituía, assim, o social concreto e dinâmico.

Não querendo absolutizar essa vertente teórica, devemos dizer que alguns cientistas sociais, escritores e elementos da comunidade negra nem sempre a aceitaram. No entanto, o caudal que era tido como científico na época se baseava nesses critérios, especialmente depois que cientistas sociais norte-americanos, como Donald Pierson, M. J. Herskovits e outros introduziram nas universidades brasileiras o método histórico-cultural como verdade definitiva. Essa tendência dominante nas universidades desviou de tal maneira a direção dos estudos sobre a escravidão negra no Brasil que, durante muito tempo, quem não seguisse esse direcionamento se marginalizava academicamente.

O conflito social não existia, ou era irrelevante. Existiam diferenças culturais. Eram choques culturais, adaptação cultural, aculturação e finalmente assimilação. Com isto, com este final feliz assimilacionista teríamos resolvido as contradições estruturais da sociedade,

o conflito de classes, as diferenças entre oprimidos e opressores. Toda uma produção acadêmica dirigia-se nesse sentido. As próprias comunidades negras que existem no território brasileiro, comunidades rústicas de camponeses, eram *quistos culturais*. Os pesquisadores debruçavam-se sobre particularidades etimológicas do linguajar, a forma de construir moradias, reminiscências religiosas, musicais e folclóricas, abandonando do seu universo de análise a estrutura concreta de cada uma dessas comunidades, o nível de vida da sua população, os problemas da propriedade da terra, a expulsão das suas populações com a penetração do capitalismo no campo e, finalmente, as forças sociais e econômicas que determinavam a sua desagregação e posterior destruição ou dissolução.

No setor urbano verificava-se a mesma tendência interpretativa. Procurava-se ver as organizações negras, a sua articulação e a sua desarticulação como frutos de tendências culturais do negro, da sua estrutura psíquica mais emotiva do que racional, e com isto justificava-se a sua marginalização. Quando, após a Abolição, o imigrante foi introduzido no Sudeste e Sul do Brasil, essa explicação justificou por que não se aproveitava o negro como trabalhador assalariado. Com isto ele era colocado como um ser de pura natureza, ser rítmico, dionisíaco, sexual, em comunhão apenas com as forças elementares do mundo, enquanto o branco era o racionalismo, o progresso, a civilização. Daí a tendência cultural do negro para ser jogador de futebol, sambista e malandro, e a mulata símbolo do sexo extraconjugal. Tudo isto aconteceu não pelo fato de ele ter sido marginalizado, por terem obstruído todos os outros espaços sociais nos quais ele podia circular, mas por uma continuidade cultural, por uma tendência particular de o negro ser apenas emoção. "A emoção é negra como a razão é helena", dizia L. S. Senghor, um dos fundadores do movimento da *negritude*. Estes argumentos levavam a que se entendessem todas as desarticulações que o sistema escravista impôs aos povos negros escravizados como produtos da sua própria estrutura psíquica.

Como vemos, mesmo alguns iniciadores da *negritude* já se incorporavam a esta visão: os negros eram a natureza, o biológico, e as suas culturas refletiam e projetavam esta tendência, enquanto o ocidental, o branco, era a razão, o progresso, a civilização e a sua cultura refletia, também, essa vocação inata.

Tudo isto levou a que se pesquisasse o seu comportamento não através de estruturas sociais concretas, mas a partir de um *substratum* incorporal, imaterial, metafísico que o fazia um ser diferente. O *paideuma* de Frobenius, termo que significava a alma das culturas, era quem determinava o comportamento dos seus componentes humanos. Como continuidade dessa tendência estabeleceram-se tipologias culturais.

Em livro que virou clássico – *Patterns of culture* – Ruth Benedict estabelece critérios para uma tipologia a partir dos conceitos fundamentais de *culturas dionisíacas* e *culturas apolíneas*.

O negro brasileiro, para muitos cientistas sociais das décadas de 1930 e 1940, era dionisíaco, daí a sua extroversão permanente, o seu comportamento expansivo e ao mesmo tempo passivo. Como vemos, era uma ciência sem historicidade. Este a-historicismo antropológico levou a que o antievolucionismo de F. Boas fosse transformado no grande assunto de quase todos os estudiosos que abordaram o problema do negro no Brasil.

Um escritor desse período ao definir a formação da nação brasileira diz que ela é composta de duas culturas – a índia e a negra – e uma civilização: a lusa, ocidental e cristã. Daí por que o *ethos* brasileiro tem, de um lado, as virtudes da civilização e, de outro, os defeitos das culturas primitivas. Afonso Arinos de Mello Franco – o autor deste pensamento – passa a fazer uma análise da participação do negro em movimentos assimétricos. Diz ele:

> "Produto de encontro de duas culturas, destinado a realizar, pela cultura, valores vitais, que eram a liberdade e a independência, Palmares oferece um exemplo admirável da defesa cultural afro-índia, contra a civilização branca e, ao mesmo tempo, uma demonstração da nossa tese da integração na natureza, como ato elementar de cultura. (...) A defesa cultural, realizada em Palmares, não poderia, é claro, oferecer séria resistência às investidas da civilização branca. A república bárbara sempre se defendeu pouco e mal, quando agredida (...). Ora, como já vimos, esta adaptabilidade ao meio selvagem é um traço cultural, próprio das raças cuja formação se processou nesse meio. Contra a civilização defendia-se, portanto, a cultura, com as suas próprias armas: cercava-se pela natureza" [1].

E concluindo o seu raciocínio:

> "A resistência material oferecida pela cultura afro-índia foi, portanto, pequena, neste como nos outros episódios. Mas, ela reagia, infiltrando-se, insidiosamente, nos próprios fundamentos da cultura branca, integrando-se na sua substância, transferindo-se para o seu meio sob as formas de influências mais ou menos disfarçadas, ou sobrevivências típicas. E, naturalmente, esta assimilação de elementos estranhos, processada no organismo da cultura europeia, aclimatada ao Brasil, iria repercutir, também, nas modificações características sofridas pela civilização de base branca que aqui ocorriam" [2].

O que resultou disto? A formação do *ethos* brasileiro ressentiu-se dos *resíduos* dessas culturas primitivas, daí sermos um povo que tem uma série de características inatas a eles subordinadas. E quais seriam? Os *resíduos* das culturas índio-negras fizeram do brasileiro um ser que a) tem por norma a imprevidência e a dissipação; b) tem desapreço pela terra; c) acredita na salvação pelo acaso, daí a tendência lúdica do brasileiro; e d) o amor à ostentação e às suas consequências.

Na nossa formação cultural, ainda segundo o mesmo autor:

> "As crendices bárbaras, elementares, da África, vinham do continente negro acompanhando o gado humano de raça inferior, enquanto os rebanhos de melhor categoria cultural, vindos da mesma origem, traziam consigo as suas religiões mais avançadas, inclusive, em grande escala, maometana" (3).

Esses *resíduos* (conceito pareteano hoje completamente superado) que traumatizaram e traumatizam o processo civilizatório brasileiro dentro dos padrões ocidentais resultaram do estágio cultural primitivo em que se encontravam os negros e índios. Diz ainda o mesmo autor:

> "Nas culturas primitivas, a compreensão (experiência e interpretação) do mundo exterior é quase nenhuma. O homen selvagem não se debruça sobre se mesmo. Não indaga dos seus próprios sentimentos, nem das suas necessidades éticas ou intelectuais.
>
> Porque é sobre este mundo mágico, ameaçador e perigoso que ele concentra toda a claridade da luz bruxoleante do seu cérebro" (4).

Este trabalho de Afonso Arinos de Mello Franco foi publicado em 1936 sob a influência direta do culturalismo de *Casa grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, obra que foi a vertente catalisadora de toda a produção da década de 1930 e até hoje exerce ponderável influência em grupos de sociólogos e antropólogos especialmente no Nordeste.

A outra vertente teórica era a psicanalista. O negro era interpretado a partir de critérios da psicanálise: a sua religião, principalmente, sofreu uma exegese psicanalítica procurando descobrir o Édipo africano e encaixar a sua mundividência entre complexos e mitos de acordo com os critérios de Freud, Adler e Jung. A obra de Artur Ramos é um exemplo de como se tratava o problema do negro na época. Ele é

muito elucidativo porque mostra a passagem da interpretação psicanalítica para a histórico-cultural. Reivindica, inclusive, para Nina Rodrigues, de quem se dizia discípulo, a primazia do método histórico-cultural em relação aos cientistas sociais dos Estados Unidos.

E houve, também, a interpretação biotipológica. O comportamento do negro durante a escravidão era consequência do seu biótipo.

O que sobrou para os cientistas sociais que desejavam verticalizar os seus trabalhos e equacionar o problema do negro não apenas através da abordagem psicanalista ou culturalista, mas interpretando o seu comportamento fundamental a partir do momento em que ele foi transformado em escravo? Esses mecanismos repressivos, estranguladores da sua condição humana, não eram considerados substantivamente, mas, pelo contrário, a sua situação de membro de uma cultura diferente era o fator que explicaria o seu comportamento quer de aceitação quer de rejeição à sua situação de escravo.

2

No entanto, outro deveria ser o comportamento dos cientistas sociais brasileiros se o seu universo científico não estivesse obnubilado pelas teorias, hipóteses, métodos e posturas acadêmicas que vinham para o Brasil com o rótulo de ciência definitivamente aprovada e, por isso, como a última palavra na trajetória do conhecimento. Mas isto seria abdicar da posição de cientista social reconhecida pelo mundo acadêmico.

A realidade do problema era bem outra. A situação do negro imbricava na situação do escravo. Sem desconhecermos as diferenças culturais das diversas etnias que para aqui foram trazidas, temos de reconhecer, porém, que o determinante fundamental do seu comportamento, quer de passividade quer de rebeldia, foi a sua situação de escravo. Assim como, do ponto de vista da classe senhorial, o que determinou basicamente o seu comportamento despótico não foi o seu

cristianismo, a sua predisposição à miscigenação, mas a sua posição de senhores de escravos. Os pelourinhos, os açoites, as penas de morte, o ferro em brasa contra negros fugidos e outros tipos de suplícios empregados não eram mais do que mecanismos de defesa odiosos dos senhores de escravos independentemente dos seus pretensos padrões culturais *civilizados*.

Fugia-se da análise do modo de produção escravista, da sua estrutura e das suas contradições emergentes. Isto produziu um atraso teórico gritante e injustificável, discutindo-se, ainda, se existiu ou não um modo de produção escravista no Brasil (5).

Em outras palavras: etnologizava-se a história social e com isto o conteúdo das relações de produção fundamentais ficava para segundo plano. Em decorrência dessa ideologia estamos às vésperas do centenário da Abolição e quase nada se fez de substantivo para saber-se quais as forças que deram dinâmica à passagem do trabalho escravo para o livre, a forma como esse processo se verificou; os mecanismos que detiveram a sua radicalização; os componentes objetivos e subjetivos engastados no processo; as forças sociais que atuaram nessa transformação e o nível de contribuição de cada uma; os principais beneficiados com a forma compromissada como a Abolição foi feita e inúmeros outros assuntos.

No entanto, segundo pensamos, a sua relevância numérica, o seu tempo de duração e a forma como a escravidão foi abolida no Brasil foram os elementos que determinaram a emergência do modelo de capitalismo dependente em que vivemos até hoje; estrangularam a possibilidade da formação de uma burguesia nacional nos moldes clássicos; permitiram a penetração do capital monopolista nos ramos mais dinâmicos e estrategicamente relevantes da nossa economia e reelaboraram uma ideologia reflexa das relações de produção escravistas: o racismo.

A ideologia racista, por seu turno, será manipulada e entrará como componente do pensamento elaborado pelas classes dominantes na sociedade que sucedeu ao escravismo. Foi a municiadora dos entraves

criados através de mecanismos estratégicos que impediram a ascensão de grandes camadas oprimidas e marginalizadas. Esses mecanismos ideológicos (quer da classe senhorial, quer daquelas que a sucederam após a Abolição) determinaram, em grande parte, o *ethos* da nação brasileira que emergiu do escravismo e, ao mesmo tempo, estabeleceram os níveis de subordinação (econômica e extraeconômica) das classes e dos segmentos que se formaram na ordenação dessa sociedade.

A mudança de um modo de produção por outro é sempre uma revolução no seu sistema econômico. Mas cada revolução tem o seu conteúdo e dinâmica próprios, determinados pelos choques de classes, o seu nível e, principalmente, como, através desses conflitos, as classes que necessitavam dessa mudança social conseguiram realizá-la em proveito próprio, ou de acordo com os interesses de outra classe.

Historicamente, os exemplos poderiam ser citados com facilidade. Quando da passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa, os servos constituíram uma das classes fundamentais (a oprimida) daquele modo de produção. Lutaram durante todo o tempo em que ele existiu, através de sublevações camponesas de diversos tipos. No entanto, uma série de razões que se cruzam (de ordem econômica, política e ideológica) levou a que outra classe que se formava nas brechas da economia feudal tomasse o poder: a burguesia.

No caso brasileiro, para entendermos a passagem da escravidão para o trabalho livre e os seus subsequentes desdobramentos econômicos, sociais e culturais devemos partir da compreensão de que, ao se falar em revolução, como no caso da Abolição da escravidão no Brasil, isto não implica dizer-se que ela foi feita em favor dos escravos, mas, pelo contrário, jogaram todo o ônus nas costas dos ex-escravos. Temos de ver que no modo de produção escravista o escravo era coisa semovente. Mais analiticamente, podemos dizer que o escravo tinha a particularidade de ser força produtiva, instrumento de produção e, ao mesmo tempo, mercadoria. Não vendia a sua força de trabalho pois era considerado mercadoria que circulava como qualquer outra, inclusive

aquelas que eram por ele produzidas. Para usarmos uma citação de Marx:

> "A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, o *trabalho livre*. O escravo não vendia a sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com a sua força de trabalho, de uma vez para sempre a seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. Ele *mesmo* é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é sua mercadoria" (6).

Não há diferença fundamental entre essa definição e o caso brasileiro, embora já fosse feita a proposta de um modo de produção específico para ele (7). O escravo – quer na escravidão clássica, quer na moderna – era a mercadoria que produzia mercadoria, a coisa que se movia, o homem alienado de qualquer direito humano.

Muitos estudiosos desse período da nossa história social caem para uma posição ambígua ou equivocada querendo ver relações capitalistas entre certos grupos de escravos e os seus senhores. Eles procuram demonstrar, para justificar as suas posições teóricas, que o *escravo de ganho*, por exemplo, já tinha um relacionamento que o colocava em uma posição quase que de homem livre. Para eles, na última fase da escravidão (em Salvador especificamente), quando ela se urbaniza de forma acentuada, certas relações entre senhores e escravos lhes parecem desmentir a sua condição de escravo, isto é, de ser basicamente alienado e estruturalmente dominado de forma absoluta. No entanto, esta é uma visão formal desse relacionamento. Na sua essência ele não se modificou em nada. Externamente o escravo tem essa liberdade, mas do ponto de vista legal somente até quando e onde o senhor a concede. Isto significa que a sua condição de escravo continua inalterada, e a sua locomoção, o espaço que ele tem para circular não foi por ele conseguido,

mas foi-lhe permitido pelo senhor. Aí é que a questão se define teórica e praticamente.

Por outro lado, é preciso dizer-se que o escravismo moderno, conforme se estruturou e desenvolveu no Brasil, foi muito mais rígido e violento em relação aos escravos do que o escravismo clássico da Grécia e de Roma. Os espaços sociais que ao escravo grego ou romano eram concedidos pelos senhores eram bem maiores do que no escravismo brasileiro. Segundo esclarece James Littlejohn, "o sentido literal de uma palavra grega usada para designar escravos é, simplesmente, aquele que traz o pagamento" (8).Exatamente como os *escravos de ganho* no Brasil. Mas, de maneira geral, a escravidão clássica abria muito mais espaços para o escravo do que a brasileira. Segundo o autor já citado,

> "Os escravos participavam de todas as ocupações na sociedade antiga, exceto as políticas e militares, enquanto que não havia ocupações em que escravos trabalhassem onde não fossem encontrados homens livres (cidadãos). Em Atenas a maioria dos banqueiros eram escravos assim como funcionários do departamento de auditoria pública. (...) Embora os artesãos e comerciantes escravos não fossem severamente supervisionados, tinham que dar aos seus senhores uma parte pré-estabelecida de seus lucros" (9).

Na escravidão romana a mesma situação se verifica. Ainda acompanhando a exposição do mesmo autor:

> "Durante muito tempo, tanto o corpo de bombeiros romano (composto de sete mil membros) quanto a marinha foram guarnecidos por escravos; nesta última, muitos capitães de navios eram escravos. O comércio direto era tido como ocupação indigna para cidadãos de classes mais altas, e era mesmo proibido para senadores, sendo a propriedade de terras, a guerra e administração as fontes de renda destes. Os escravos libertos conduziam boa parte do comércio, assim como estrangeiros na

posição de clientes. Porém, através da instituição do *peculium*, as classes mais altas também tinham participação nos lucros do comércio. O *peculium* consistia em dar a um escravo uma certa quantia ou propriedade (um navio, uma oficina etc.) para que ele a administrasse. Os lucros obtidos eram divididos entre o senhor e o escravo, de acordo com o que o senhor decidisse. Alguns escravos ficaram ricos desta maneira, investindo seus lucros nos negócios que administravam ou em qualquer outro grupo, frequentemente no tráfico de escravos" [10].

Os espaços sociais ocupados pelos escravos gregos e romanos – como podemos deduzir – eram bem maiores do que os ocupados pelos escravos brasileiros.

Procuramos fazer um levantamento da situação dos escravos brasileiros nos espaços que lhes eram permitidos na estrutura de estratificação social e mobilidade social. Conseguimos o seguinte quadro, ainda não definitivo:

A – ESCRAVOS DO EITO DESTINADOS A ATIVIDADES EXTRATIVAS

1) Na agropecuária nas suas diversificações regionais. 2) Escravos ocupados em atividades diretamente extrativas (congonha, borracha, algodão, fumo etc.). 3) Na agroindústria dos engenhos de açúcar e suas atividades auxiliares. 4) Nos trabalhos das fazendas de café e algodão e outras atividades diretamente ligadas a esse de produção agrícola. 5) Escravos da pecuária no Rio Grande do Sul e outras províncias.

B – ESCRAVOS DA MINERAÇÃO

1. O escravo doméstico.
2. O escravo do eito e atividades afins.

O escravo doméstico urbano poderá ser subdividido assim:

- escravos ourives
- escravos ferreiros
- escravos mestres de oficinas
- escravos pedreiros
- escravos taverneiros
- escravos carpinteiros
- escravos barbeiros
- escravos calafates
- escravas parteiras
- escravos *correios*
- escravos carregadores em geral.

O escravo do eito e de atividades afins poderá ser subdividido em:

- escravos trabalhadores nas minas de ouro
- escravos extratores de diamantes.

C – ESCRAVOS DOMÉSTICOS NAS CIDADES E CASAS-GRANDES EM GERAL

- escravos carregadores de liteiras
- escravos caçadores
- escravas mucamas e demais escravos de serviço doméstico
- escravas amas de leite
- escravas cozinheiras
- escravos cocheiros.

D – ESCRAVOS DE *GANHO* NOS CENTROS URBANOS

- escravos barbeiros
- escravos *médicos*
- escravos vendedores ambulantes
- escravos carregadores de pianos, pipas e outros objetos

- escravos músicos componentes de orquestras dos senhores
- escravas prostitutas de ganho
- escravos mendigos de *ganho.*

E – OUTROS TIPOS DE ESCRAVOS

- escravos dos *cantos (de ganho)*
- escravos soldados
- escravos do Estado
- escravos dos conventos e igrejas
- escravos reprodutores.

Esses diversos estratos ocupacionais dos escravos, consideravelmente diversificados na divisão do trabalho e no nível de favores senhoriais, se articulavam e se integravam internamente, mas somente no espaço social escravo que lhe era permitido. Esse movimento interno, provocado pela mobilidade social vertical e/ou horizontal, é estancado no limite da sua fronteira de classe. Massivamente, por isto, esse espaço só poderia ser transposto através da rebeldia, das revoltas. Os mecanismos de barragem rigidamente despóticos do sistema, de um lado, e o inconformismo do escravo com a sua situação, de outro, deram, por isto, conteúdo às diversas formas de resistência escrava durante quase quatrocentos anos no Brasil.

3

Neste quadro geral que apresentamos até agora do sistema escravista havia uma série de particularidades que devem ser destacadas para compreendermos com maior nitidez as formas através das quais os movimentos de rebeldia escrava se manifestaram.

A escravidão no Brasil era na época um anacronismo traumatizante. Em pleno apogeu do capitalismo industrial, chegando-se já às

primeiras manifestações do capitalismo monopolista, o modo de produção escravista no Brasil era um entrave estrangulador ao seu desenvolvimento [11]. Já comemoramos o centenário da instalação do telefone entre nós e ainda não comemoramos o centenário do trabalho livre.

Quando a escravidão foi abolida já tínhamos iluminação a gás, cabo submarino, estrada de ferro escoando para Santos o café produzido por escravos e transportes coletivos (bondes) de tração animal. Era uma *modernização* sem mudança social. O Rio de Janeiro expandira-se rapidamente a partir de 1850, quando o tráfico foi abolido definitivamente. Como vemos, as principais cidades brasileiras *modernizavam-se,* mas as suas instituições sociais mais relevantes continuavam arcaicas, congeladas, pois representavam a ordenação ideológica, jurídica e costumeira dos interesses daquelas classes que detinham o poder e simbolizavam a elite dominante, articulada através de uma série de mecanismos para preservar o tipo fundamental de propriedade da época: aquela que legitimava a posse sobre outros seres humanos.

Apesar dessa urbanização e *modernização,* as suas instituições básicas continuavam racionalizando esse anacronismo, esse tipo de sociedade na qual as relações de dominação/subordinação podiam determinar que os dominadores colocassem os dominados na condição de simples bestas.

Uma amostra da contradição entre essa modernização aparente e a irracionalidade global do sistema escravista, temos neste anúncio publicado em um jornal de Fortaleza, pouco antes da Abolição:

> "Quem tiverem (sic) os bilhetes com os números da rifa anexa a loteria do Rio de Janeiro que se extrahiu no dia 27 de julho do corrente anno haja de apresenta-los ao abaixo assignado para receberem o que por sorte lhe saiu:

Casa	nº 4.438
Sítio	nº 5.260
Escrava	nº 3.621
Cavalo	nº 1.306"

Como podemos ver, através das instituições que regulavam esta sociedade escravista *modernizada* era legal rifar-se um escravo, assim como rifava-se um cavalo ou uma casa (12). Por aí se poderá ver como a *modernização* que se operava na sociedade brasileira era feita conservando-se seus mecanismos estruturais. Isto é: já existia uma loteria nacional, mas, através dela, se podia colocar, como prêmio, uma pessoa humana, uma casa ou um cavalo. Detalhe que configura uma situação estrutural alienada na época em que tínhamos, modernizando essa sociedade, o capital internacional – especialmente inglês – que se apoderava das áreas e dos ramos de atividades mais importantes do ponto de vista de uma estratégia econômica global. Conforme afirma Luiz Roberto Lopez:

> "A despeito de eventuais e periódicas crises, a expansão industrial e financeira foi uma tônica no II Império. Criado em 1808, extinto em 1829, por falta de lastro, o Banco do Brasil ressurgiu no apogeu do II Império com a fusão do Banco Comercial com o Banco Mauá. Ainda no campo financeiro o Brasil recebeu, naquele período, vários empréstimos e financiamentos ingleses. Só a família Rotschild fez 13 empréstimos ao país no século XIX. A Inglaterra investiu também em setores ligados ao café (fretes, ferrovias – São Paulo Railway –, seguros e setores urbanos – transportes, telégrafo)" (13).

Apesar dessa modernização já subordinada ao capitalismo internacional, o qual, por outro lado, estrangulava o próprio desenvolvimento capitalista nacional, o escravo ainda era considerado apenas uma coisa como nas sociedades escravistas da Grécia e de Roma.

Esse processo de modernização sem mudança chegará ao seu ponto limite após a Guerra do Paraguai, quando saímos endividados, subordinados economicamente à Inglaterra e com o sistema escravista em crise, o que logo depois se transformará em decomposição.

Os aparelhos ideológicos desse tipo de sociedade tinham como função legalizar essa situação. A sociedade brasileira, os intelectuais

orgânicos do sistema escravista, o clero, as leis, as religiões de um modo geral e, em decorrência, a chamada opinião pública acreditavam ser o escravismo imutável e eterno, sistema que começou com o mundo e terminaria com ele. O governo imperial era, no particular, o órgão que – através do Estado – mantinha a situação de imobilismo social, interferindo, pela repressão, todas as vezes que o escravo, usando a violência (pois não havia outro canal ponderável de resistência e de proposta de mudança social), procurava influir como agente dinâmico para modificar o *status quo*.

Desta forma, tínhamos uma sociedade que se organizara em todos os seus níveis para impedir que houvesse um processo de mudança qualitativo, através do qual se desestruturasse esse bloco de poder que mantinha o escravismo. Com isto, os níveis de desajuste se ampliavam e ficavam cada vez mais agudos à medida que o escravismo, de um lado, entrava em contradição com o ritmo da dinâmica social que se processava e, de outro, os senhores de escravos agiam no sentido de impedir essa mudança exigida pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse contexto, os canais ideológicos de dominação eram exercidos de forma despótica, como aconteceu em todas as sociedades onde o escravismo existiu. Os códigos, as leis, os tribunais, as milícias, as instituições políticas existiam objetivando manter a *normalidade social*, no caso a permanência da ordem escravista. Não havia possibilidade, portanto, de uma mudança radical sem que essas instituições e blocos de poder fossem neutralizados ou destruídos. Seria, no caso, o restabelecimento da harmonia entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção, fato que proporcionava uma nova etapa de evolução sem contradições da sociedade brasileira.

Tal, porém, não aconteceu. Desde o início da formação da nação brasileira essa contradição é permanente, visível e se aguça progressivamente. Por isto, *fizemos a Independência conservando a escravidão e fizemos a Abolição conservando o latifúndio*. Nessas duas fases de mudan-

ça não se desarticulou aquilo que era fundamental. Conservaram-se aquelas estruturas arcaicas que impediam um avanço institucional maior. E, com isto, ficamos com uma lacuna, um vácuo social, político, econômico e cultural, que não foi preenchida até hoje. Por isto temos ainda atrasos seculares relevantes que continuam influindo em grandes camadas de nossa população.

Se no polo urbano havia essa *modernização* que se acentuava, no polo rural as relações escravistas entravam em decomposição acelerada. As antigas áreas de prosperidade senhorial no Nordeste apresentavam já todos os sintomas de decadência total, concentrando-se, por isto, a escravidão naquelas de dinamismo econômico mais significativo, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Por este motivo a grande concentração de escravos no fim do regime situava-se exatamente nessas áreas. Assim, nas zonas Leste e Nordeste, antes da Abolição e como reflexo dessa desarticulação estrutural do sistema, muitos escravos já haviam sido vendidos pelos senhores das áreas decadentes para Minas Gerais, no início, e, posteriormente, para São Paulo, que entrava agressivamente na economia mundial na base da cultura do café, usando, ainda, a arcaica mão de obra escrava.

Por outro lado, a injeção de mão de obra estrangeira, através da imigração, entrou mais como desequilibrador regional do que como elemento regulador porque veio produzir uma diferença ainda mais acentuada entre as regiões Sudeste e Sul e as regiões Nordeste e Norte.

O processo de decomposição do trabalho escravo no Brasil tem, como vemos, particularidades que devem ser computadas mais detidamente para compreendermos melhor a extensão desse traumatismo escravista nas relações subsequentes à sua substituição. Fomos o último país do mundo a abolir a escravidão (14). Quando isso se verifica, conforme dissemos, o capitalismo já iniciava a sua fase monopolista, fato que irá determinar não apenas a forma como a Abolição foi feita, mas também os reflexos negativos dessa solução compromissada na estrutura da sociedade brasileira. A Abolição conserva a estrutura

latifundiário-oligárquica. Essa estrutura rigidamente hierarquizada dentro do modelo escravista era necessária para garantir uma economia baseada na exportação de produtos primários subordinada aos interesses do mercado mundial. Com isto, ficou descartada a possibilidade de integração social, econômica e cultural daquelas grandes parcelas de força de trabalho liberadas que irão constituir a massa de marginalizados, saída das senzalas.

Passa-se, através desse mecanismo subordinador, do escravismo para o capitalismo dependente, periférico, em face desse longo período escravista, de um lado, e de outro, pelo estrangulamento externo do capitalismo monopolista que penetrou simultaneamente à decomposição do sistema escravista no Brasil. Na medida em que o escravismo se decompunha as nações dominadoras do mercado mundial passaram a aplicar capitais no Brasil, naqueles setores estrategicamente relevantes como portos, estradas de ferro, comunicação, bancos e outras formas de investimento. Espalharam esses investimentos nas áreas mais estratégicas, formando uma verdadeira rede nacional de subordinação. Vejamos como essa dominação de processava:

> "A maior atividade na construção de estradas de ferro ocorreu nas províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, embora fossem construídas linhas em outras regiões. (...) Foram investidos em empresas ferroviárias em toda a república cerca de trinta milhões de libras esterlinas de capital inglês" (15).

Em outras áreas e outros setores o investimento do capital inglês se fazia sentir. Diz o mesmo autor:

> "Não foi apenas na construção e administração de ferrovias que o empreendimento inglês se manifestou, nos anos seguintes a 1850. Em 1863, uma companhia inglesa instalou usinas de gás para a iluminação da cidade de Belém do Pará, enquanto uma firma de Manchester, sob a direção de engenheiros britâni-

cos, completou uma instalação semelhante na cidade do Recife. Um reservatório e as ligações tinham acabado de ser terminadas nesse último local, a um custo abaixo da estimativa e a empresa estava dando um lucro de quinze por cento" [16].

Em São Paulo essa dominação era bem mais compacta e significativa. Escreve Alan K. Manchester:

> "Na região de São Paulo, os ingleses também dominavam. Nas palavras de uma das principais autoridades locais, os brasileiros deviam ter ciúme dos estrangeiros, mas 'não poderiam passar sem os ingleses'. A S. Paulo Railway, de Santos a Jundiaí, a Cities Improvment Company da capital, fornecedora de gás, água e bondes, a Western e a Brazilian Telegraph, os bancos ingleses, todos pertenciam a ingleses e eram administrados por eles e todos estavam prosperando" [17].

Dessa forma, quando o Brasil sai da Guerra do Paraguai é uma nação ainda escravista, mas já dominada pelo capital internacional e endividada com banqueiros ingleses, especialmente a Casa Rotschild. Por essas razões, não foram criadas estruturas nacionais de desenvolvimento e as suas instituições correspondentes capazes de dirigir esse processo de modernização que se iniciava. Por isto, temos a possibilidade de dizer que, no fim do escravismo, os senhores podiam caçar negro fugido através do telefone. Era o avanço tecnológico servindo a uma estrutura social arcaica e alienada, da mesma forma como através de uma loteria nacional sorteava-se um ser humano (escrava) como se sorteava um cavalo. Por tudo isto, o escravismo no Brasil era uma instituição anacrônica, superada, e já tinha uma função negativa nos quadros das relações econômicas internas e nos quadros da economia capitalista mundial.

Essa *modernização* em cima de uma estrutura social escravista criou condicionamentos no comportamento das classes dominantes

brasileiras e de inúmeros dos seus segmentos sociais. Foi o uso de uma tecnologia moderna aproveitada para *racionalizar* uma sociedade irracional. A partir de 1850, quando o fluxo de entrada de escravos é estancado, através da lei Eusébio de Queirós, passa a existir no Brasil um tipo de *escravismo tardio*. Ele coexiste com as instituições fundamentais do capitalismo dependente que vai substituí-lo e a sua ideologia e os seus interesses econômicos quase não se alteram. As formas de propriedade mais relevantes continuam praticamente inalteradas. O escravo, a partir de 1888, deixa de sê-lo para ser cidadão incorporado à grande franja marginal desse tipo de capitalismo. E os níveis de privilégio das classes e camadas dominantes, dos seus mecanismos repressores, inclusive, prolongam-se através da nossa história social quase com o mesmo nível de antes da Abolição [18].

É neste longo processo, doloroso e contraditório que temos de situar as lutas dos escravos e avaliar o seu conteúdo social e a sua relevância histórica.

Assim como a escravidão foi uma instituição nacional, a luta dos escravos contra ela também se espalhou por todo o nosso território. Do Rio Grande do Sul até o Amazonas eles lutaram contra o instituto que os oprimia. Os quilombos, as insurreições, guerrilhas, assassinatos de feitores, de capitães do mato e de senhores, o bandoleirismo, incêndios de canaviais, roubos e colheitas e rapto de escravas, quando não o suicídio, tudo isto era um fenômeno sociologicamente normal porque correspondia à contrapartida de negação ao modo de produção escravista.

Por tudo isto, o significado social dessas lutas na dinâmica da passagem do escravismo para o trabalho livre foi fundamental como elemento de desgaste econômico e institucional. Somente Palmares deu um prejuízo vultoso e insuportável aos senhores da região. Registrando o fato, escreve José Alípio Goulart:

> "Negros fugidos contavam-se aos milhares, muitos milhares, fossem aquilombados ou ribeirinhos. Representando

cada cabeça determinado valor monetário, torna-se possível aquilatar o volumoso capital improdutivo, concentrado na população de calhambolas espalhados por todos esses brasis. Calculado o preço unitário de cada escravo, grosso modo, em 100$000, valor corrente durante largo espaço de tempo; e considerada a informação de que apenasmente nos Palmares concentravam-se em torno de 60.000 fugitivos, conclui-se que só aquele quilombo representava acúmulo de capital inoperante da ordem de seis mil contos de réis (6.000:000$000), verdadeira fábula em dinheiro naquela época. Em idêntica ordem de raciocínio, cita-se o quilombo do Trombetas, no Pará, região financeiramente pobre e onde, por tal razão, a incidência de escravos negros foi relativamente pequena. Aquele quilombo, com seus 2.000 calhambolas, representava uma imobilização de capital da ordem de trezentos contos de réis (300:000$000), pois ali, ao surgirem, os africanos eram vendidos, quando menos, por 150$000 a 'cabeça'. Assim o quilombo de Campo Grande, em Mato Grosso, e outros que aglutinavam dezenas, centenas, vezes até milhares de componentes" [19].

Na primeira fase da escravidão, a luta contra o sistema é apenas dos escravos. São eles que de várias formas solapam o instituto opressor. Somente depois de 1850 é que veremos o apoio de personalidades e entidades defendendo o fim do trabalho servil. Nessa última fase da escravidão, após a abolição do tráfico, já no período, portanto, que denominamos de *escravismo tardio*, várias vertentes abolicionistas radicais passaram a cooperar e operar juntamente com os escravos rebeldes. Disto são exemplos os *Caifases*, de Antônio Bento, em São Paulo, o *Clube do Cupim*, em Pernambuco, as *bastilhas* do estado do Rio, os *Libertadores*, no Ceará, que participavam de todas as formas para que o anacronismo que era a escravidão no Brasil àquela época

fosse extinto. Mas isto somente quando ele saiu do período de crise e entrou em plena decomposição. Enquanto o escravismo brasileiro era uma instituição sólida e reconhecida, somente os escravos lutaram radicalmente para extingui-lo. Foi o que procuramos demonstrar no presente trabalho.

A sua primeira edição surgiu num momento em que os setores mais categorizados das nossas ciências sociais afirmavam o contrário. O próprio Fernando Henrique Cardoso escrevia que "os escravos foram testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo". Este discurso que leva a se encarar o escravo como *coisa*, descartando a sua condição de *ser*, reflete-se, por extensão, em muitos historiadores, sociólogos, antropólogos, e economistas que estudaram o escravismo brasileiro. O escravo praticamente não existia. Era como se fosse uma abstração que funcionava de acordo com aqueles mecanismos que asseguravam a normalidade da estrutura.

Em face do aparecimento de *Rebeliões da Senzala* o assunto foi reposicionado e a discussão sobre o tema/problema adquiriu nova dimensão. Vários trabalhos e pesquisas surgiram procurando ver o negro escravo não apenas como objeto histórico, mas, também, como seu agente coletivo. As discussões aumentaram em face de outro componente da realidade: a conscientização progressiva da comunidade negra, especialmente nas grandes cidades, que iniciou a questionar o problema da história oficial ou oficiosa do Brasil, especialmente no que diz respeito ao papel do negro não apenas na *construção da riqueza comum*, mas como contestador da construção desse tipo de riqueza da qual ele foi sistemática e totalmente excluído.

Nosso trabalho procurou, na época em que apareceu, trazer à discussão um assunto que era considerado tabu ou zona nevrálgica pelos sociólogos e historiadores tradicionais, especialmente em consequência da herança da obra de Gilberto Freyre que apontava o Brasil como o paraíso da *democracia racial*, fruto da benignidade inicial do nosso

escravismo patriarcal e, depois, em consequência das relações interétnicas democráticas estabelecidas após o 13 de Maio.

Na esteira do aparecimento de *Rebeliões da Senzala* outros trabalhos surgiram objetivando desmitificar o tema. Podemos citar, neste sentido, os trabalhos de Décio Freitas, José Alípio Goulart, Ariosvaldo Figueiredo, Suely Robles Reis de Queiroz, Martiniano J. da Silva, Lana Lage da Gama Lima e alguns outros. Desta forma, a reposição do problema contribuiu para um novo enfoque no qual a passividade do escravo pode ser vista como um mito criado pelas classes dominantes e os seus intelectuais orgânicos para justificar os seus critérios de repressão no passado e no presente.

O problema continua em discussão e esta edição que consideramos definitiva – sai com alterações no texto e a publicação de novos documentos, frutos de pesquisas recentes – vem novamente dialogar com os leitores no sentido de restabelecer a verdade.

São Paulo, agosto/setembro de 1986.

NOTAS

(1) MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Conceito de civilização brasileira*. São Paulo: Nacional, 1936, p. 129.

(2) Op. cit., p. 130.

(3) Op. cit., p. 109.

(4) Op. cit., p. 59.

(5) Ver, neste sentido: AMARAL LAPA, José Roberto de (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. Neste volume são discutidos aspectos relacionados com o modo de produção escravista por Antônio Barros de Castro, Nelson Werneck Sodré, Jacob Gorender, Ciro Flamarion S. Cardoso, Octávio Ianni, Peter L. Eisenberg e Theo Santiago.

(6) MARX, Karl. "Trabalho assalariado e capital". In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d., vol. 1, p. 63.

(7) No particular ver o trabalho de GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978, passim.

(8) LITTLEJOHN, James. *Estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 67.

(9) Op. cit., p. 66.

(10) Op. cit., p. 68.

(11) Transcrevendo uma recopilação sobre o início dos monopólios, V. I. Lênin registra que o "verdadeiro começo dos monopólios contemporâneos encontramo-lo, no máximo, na década de 1860". Para ele, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo". LÊNIN, V. I. "O imperialismo, fase superior do capitalismo". In: *Obras escogidas*. Buenos Aires, *Problemas*, 1946, 2º tomo, p. 432.

(12) Nas *Instituições de Justiniano* lê-se que muito "se controvertia sobre se o preço poderia consistir em outros objetos, por exemplo, em um escravo, em um terreno, em uma toga. Sabino e Cássio sustentavam a afirmativa. Vulgarmente se dizia que a venda se opera pela troca das coisas, e que essa forma de venda é a mais antiga, e tiravam argumento do poeta grego Homero, que nos diz algures que o exército dos gregos comprava vinho, trocando por outras coisas: Os gregos de cabelos longos/ Compravam vinho,/ Trocando-o alguns por cobre, outros por ferro,/ Estes por couro de animal bovino,/ Aqueles pelos bois, ou por escravos". (*Instituições de Justiniano*. Curitiba: Tribunais do Brasil Editora, 1979, p. 191).

(13) LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil imperial*. 2ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984, p. 72.

(14) Para se conhecer a cronologia da abolição do tráfico e da escravidão em outros países ver: FREITAS, Décio. *Escravidão de índios e negros no Brasil*. Porto Alegre: Instituto Cultural Português/ Escola Superior de Teologia, s.d., p. 23-4.

(15) MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 275.

(16) Op. cit., p. 276.

(17) Op. cit., p. 277.

(18) Para se acompanhar esse processo de marginalização do negro sob o capitalismo dependente que substituiu a escravidão, ver: MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*. Rio de Janeiro: Conquista, 1977. Especialmente o capítulo "Uma trajetória: da escravidão à marginalização".

(19) GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972, p. 35.

Introdução à 2ª edição

CLÓVIS MOURA

Finalmente, depois de alguns anos, estamos entregando ao público a segunda edição de *Rebeliões da Senzala*. Aparecido em 1959, somente agora terminamos a sua revisão, que foi substancial para reapresentá-lo. Não apenas foi revisto, mas consideravelmente enriquecido, conforme havíamos prometido.

Livro escrito na juventude, tinha uma série de deficiências, muitas das quais nos esforçamos em corrigir. O assunto, por outro lado, era difícil porque poucos foram os sociólogos e historiadores que procuraram estudá-lo de forma sistemática. Pelo contrário. Quando iniciamos as nossas pesquisas, em 1948, encontramos pela frente uma série de *barreiras históricas* que nos dificultavam enormemente o trabalho. Uma delas, talvez a mais arraigada e difundida mesmo entre historiadores e sociólogos empenhados em conhecer a nossa verdade histórica, era a de que os escravos negros, por uma série de razões psicológicas, não lutaram contra a escravidão. O processo de *acomodação* foi promovido, por esses estudiosos, à categoria de fator central da dinâmica social do Brasil. Ao invés de procurarem os arquivos, repetem estereótipos muito cômodos, frutos algumas vezes da nossa inércia mental e ou-

tras vezes produtos deliberados daqueles deformadores profissionais da nossa história. As fontes históricas, além do mais, não se apresentam facilmente ao pesquisador de assunto como o que abordamos, fato que explica muitos equívocos bem intencionados. É preciso que haja um como acostumar-se à penumbra que existe para podermos ver melhor. Foi o que tentamos fazer: estudar as formas extralegais de que se revestiram as contradições entre senhores e escravos. Essas contradições eram as que, na época, mais influíam na formação e caracterização da sociedade brasileira. Os universos de comportamento, quer da classe senhorial, quer dos escravos, de uma forma ou de outra, isto é, positiva ou negativamente, refletiam essa dicotomia.

E mais ainda: as reações, os mecanismos de defesa, tanto de um lado como de outro, estavam vinculados, através de diversas gradações de subordinação e ligação, à existência do trabalho escravo no Brasil. Contradição que durou até a Abolição.

O processo social que desembocou no abolicionismo não estava cortado ou extinto, no entanto, com esse acontecimento. Pelo contrário. A própria Abolição, como foi feita, significou mais um compromisso que uma solução. Os problemas não solvidos com o 13 de Maio deixaram aderências e canalizaram forças negativas que até hoje continuam influindo na nossa história social.

Nosso trabalho não tem em mira estudar as lutas dos escravos do ponto de vista de simpatia ou piedade para com os oprimidos, vistos através de uma ótica paternalista ou filantrópica. Procurará, pelo contrário, fazer uma análise científica do processo histórico que as gerou. Fugimos, portanto, das deformações românticas, procurando restaurar a verdade histórica e social desfigurada por inúmeros estudiosos. Algumas vezes deliberadamente desfigurada.

O escravo, como classe social, constituía um dos polos da contradição mais importante do Brasil durante a vigência do regime servil. Toda a nossa estrutura econômica, todos os elementos condicionantes da nossa formação tinham de inserir nos seus poros diversos proble-

mas que advinham disto. Senhores e escravos constituíam a dicotomia básica brasileira, como já dissemos. Outras que surgiam e que – em determinados momentos – apareciam como fundamentais à superfície eram apenas reflexas ou se constituíam em contradições suplementares. O escravo, afirmaram inúmeros sociólogos, *contaminava* a sociedade da época. Mas não era isto o que acontecia. O escravo era o esqueleto que sustentava os músculos e a carne da sociedade escravista, porque era o produtor da riqueza geral, através do seu trabalho. Gandavo tinha razão quando dizia que os moradores das capitanias "a primeira coisa que pretendem adquirir são os escravos para nelas fazerem suas fazendas e se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares, ou meia dúzia deles (ainda que outra coisa não tenha de seu) logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua família porque um lhe pesca e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e grangeiam suas roças e desta maneira não fazem os homens nem despesa em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas. Pois daqui se pode inferir quanto mais serão acrescentadas as fazendas daqueles que tiverem duzentos, trezentos escravos, como há muitos moradores na terra que não têm menos desta quantia, e daí para cima" (1).

Mas as relações escravistas também produziam movimentos de reação que se vinculavam à dinâmica de uma sociedade de capilaridade social quase inexistente, como costumam ser as sociedades escravistas. Os diversos escalões, os variados degraus de reação contra o *status* do escravo defluíam em uma constelação de desajustes na economia escravista. Do ponto de vista do próprio escravo, essas reações iam desde os suicídios, fugas individuais ou coletivas, até a formação de quilombos, as guerrilhas, as insurreições citadinas e a sua participação em movimentos organizados por outras classes e camadas sociais. O escravo, desta forma, solapava nas suas bases as relações escravistas, criando uma galáxia de desajustes desconhecida pelos dirigentes políticos da época. É verdade que o escravo, ao se rebelar contra a ordem que o subjuga, não possui elementos cogni-

tivos capazes de fazê-lo um homem autoconsciente. Sua posição de membro de uma classe colocada como entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, incapaz de dominar técnicas mais avançadas do que as rudimentares do seu labor rotineiro, jungido a um regime de trabalho que o insulava do processo dinâmico de modificações e aperfeiçoamentos técnicos, não podia ter elementos ideológicos capazes de transformá-lo na classe que, através de suas lutas, conseguiria o poder do Estado. A alienação que o envolvia deixava-o como o peru no círculo de carvão. Tal papel estava destinado a outra classe social. Isto se verificou quer na escravidão no seu sentido clássico, do mundo antigo, quer na escravidão ressuscitada pela expansão das nações mercantis, na era moderna.

Com exceção da experiência de conteúdo controvertido do Haiti, nenhum movimento de escravos conseguiu estabelecer Estado próprio. O papel dessas lutas foi sempre outro: solapar as bases materiais e consequentemente as relações de trabalho existentes entre senhor e escravo. Diz Octávio Ianni: "Apesar de toda sua atividade 'divergente', manifesta em fugas, revoltas individuais ou grupais, atos 'delinquentes' etc., não é possível afirmar-se que ele tivesse desenvolvido uma ação social à qual se possa atribuir tal significação política. A sua atuação não era diretamente abolicionista, nem deve ser encarada interpretativamente como tal, pois os fins que a orientavam não foram caracterizados pela necessidade de destruição do regime. Ela era definida pela necessidade individual de evadir-se da situação escrava, onde a sobrevivência reduzia-se aos mínimos físicos e não pela exigência coletiva de abolir o regime. (...) Exatamente porque não foi nem podia ser formulado nem estruturado como um movimento coletivo, da casta dos escravos, o comportamento individual 'desajustado' do cativo não teve o caráter revolucionário que necessariamente impregnava a ação dos abolicionistas brancos, isto é, livres. Para que assumisse tal significado, seria preciso que o comportamento da coletividade cativa fosse organizado em função de

uma elaboração consciente da condição escrava: seria necessário que se atribuísse à casta dos cativos a possibilidade de apreender, ainda que fragmentariamente, a situação alienada em que se encontrava.

E isto consistia na própria negação da natureza da condição escrava, que traz em si, porque é de sua essência, a impossibilidade de conscientização da total alienação da pessoa, do mancípio, do *instrumentum vocale*. O próprio cativo, pois, estava impossibilitado de romper o círculo fechado em que se encontrava. (...) Por conseguinte, ainda que fornecendo ingredientes políticos para o movimento, apesar de que todas as formas assumidas pelas tensões sociais, expressas no comportamento de escravo, propiciaram o substrato social para a ação dos abolicionistas, é inegável que a atuação daquele não teve nem pôde adquirir imediatamente caráter político. Nota-se, contudo, que não teve, mas assumiu configuração política. Por intermédio de homens livres que organizam ou lideram o abolicionismo, o comportamento do cativo acaba adquirindo uma significação política notável" [(2)].

Política não no sentido da conscientização por parte do sujeito do fato histórico, neste caso o escravo, mas no sentido de ser ele o elemento material, a massa humana capaz de impulsionar, embora sem autoconsciência, o processo histórico-social no que diz respeito à sua contradição fundamental, o que foi aproveitado instintivamente, talvez, pelos abolicionistas. A documentação fatual que iremos apresentar em seguida só tem sentido como elemento comprobatório de um *processus*. Fora disto, perder-nos-emos em detalhes sem visão diacrônica, ficaremos emaranhados em detalhes e questiúnculas sem maior importância. O fato é que, de qualquer maneira, os elementos de realidade de uma sociedade escravista só podem ser compreendidos se atentarmos na sua dinâmica dicotômica, no seu processo bipolar de transformação. Na formação da sociedade brasileira foi o escravo o elemento que durante grande tempo conseguiu estabilizar nos trópicos uma economia latifundiária e colonial, baseada na exportação de gêneros para o mercado mundial.

Mas, ao mesmo tempo, foi o quilombola, o negro fugido nas suas variadas formas de comportamento, isto é, o escravo que se negava, que se transformou em uma das forças que dinamizaram a passagem de uma forma de trabalho para outra, ou, em outras palavras, a passagem da escravidão para o trabalho livre. O escravo visto na perspectiva de um *devir*.

Carlos M. Rama, que estudou os movimentos sociais na América Latina durante o século XIX, colocava em primeiro plano, no Brasil, "as rebeliões típicas dos escravos negros" [3].

Como podemos ver, o processo contraditório da abolição do trabalho escravo no Brasil, muitas vezes estudado como sendo fruto da magnanimidade da Princesa Isabel, do Parlamento, do Exército ou de modificações racionais no pensamento das elites, tem raízes muito mais profundas. Cabe ao cientista social descobri-las. Analisá-las criteriosamente, voltado apenas para a verdade histórica. Fora deste plano cairemos na história apologética de homens ou ideias, sem maior dimensão para a ciência.

Nosso trabalho procura estudar a participação do escravo como força dinâmica, como contribuinte ativo no processo histórico. A outra parte, do escravo como elemento dócil, masoquista, conservador do regime, termo passivo do processo social já foi por demais estudada. Há mesmo uma verdadeira *indústria* em tal sentido. Por tudo isto, procuramos ver o escravo, no presente livro, como negação de um sistema que, para afirmar-se em sua amplitude, tinha de estabelecer toda uma mecânica de sujeição. Neste sentido, procuramos trazer elementos novos, alguns não muito novos, mas desprezados, para melhor se compreender a essência do processo que teve início com o estabelecimento da escravidão e desaguou na Abolição.

Esta segunda edição sai acrescida de inúmeros capítulos, especialmente no que diz respeito às lutas dos escravos em São Paulo. Destacamos, igualmente, a participação dos elementos cativos durante a ocupação holandesa. Entre a primeira edição do nosso trabalho e o

aparecimento desta segunda, muitos trabalhos valiosos apareceram e foram por nós largamente aproveitados. Todos eles nos ajudaram. O plano da obra, por isto, foi ligeiramente modificado. Inserimos alguns capítulos da primeira edição no segundo volume a fim de dar-lhe maior unidade. O método interpretativo, porém, continua o mesmo, como os leitores poderão ver no decorrer de sua leitura.

Levamos em consideração, também, para melhor compreensão do assunto, a influência das organizações tribais africanas e o processo de destribalização que ocorreu no Brasil.

Quando os africanos vinham, na qualidade de cativos, conservavam, ainda, a sua hierarquia, os diversos elementos de sua organização e os padrões de valores correspondentes. Tanto assim que muitos dos que tinham títulos de mando conservavam aqui esses atributos. De um lado, a destribalização violentava o mundo mental do africano, abrindo a perspectiva de analisar a sua situação não do ponto de vista das estruturas tradicionais africanas nas quais ele se inseria, mas inserido já no conjunto de uma sociedade estratificada que o colocava coercitivamente com um *status* definido e inferior.

O seu universo psíquico e o seu comportamento social tinham de sofrer, portanto, com tal fato. Já não eram mais homens que procuravam a sua *evolução* dentro do comportamento de normas estabelecidas pelas tribos respectivas. O seu comportamento tradicional era substituído por outro.

O fato foi visto pelas autoridades ao tempo. O Conde dos Arcos, por exemplo, ao defender os batuques dos negros, pondera que esses batuques serviam para que os escravos conservassem as diferenças que os desuniam, pois seria perigoso que eles esquecessem delas "ante a desgraça comum" [4]. O marquês de Aguiar é da mesma opinião do conde [5]. Tal fato foi visto igualmente pelos estudiosos modernos que abordavam os diversos caminhos da formação das nações africanas no seu processo de independência. Stonequist mostrou como uma das preocupações das autoridades coloniais era manter essas organiza-

ções tribais, pois a destribalização corresponde sempre a normas de conduta não controladas.

Diz o conhecido sociólogo: "a destribalização rompe as ideias tradicionais e introduz algumas do Ocidente; a exploração aguça o desassossego resultante que se torna descontentamento; a educação missionária provê líderes e inconscientemente fornece muito da ideologia e padrões de expressão porque as revoltas africanas são muitas vezes um misto de fanatismo religioso e sentimento antieuropeu. (...) Surgem profetas e operadores de milagres que atiram os nativos em novos movimentos e organizações hostis à hegemonia europeia. Em consequência, os governos coloniais têm procurado mais e mais evitar a desorganização tribal e controlar os esforços missionários" (6).

No Brasil, embora o fenômeno se tenha verificado, conforme já acentuamos, e merece ser levado em consideração na análise que empreendemos, devemos, contudo, acentuar certas ponderações suplementares a fim de destacarmos alguns dados específicos. O processo de destribalização ao sofrer o impacto do sistema escravocrata não foi uniforme. Podemos dizer que para os componentes de certas tribos a destribalização serviu para uni-los "ante a desgraça comum". Elementos de outras tribos, porém, conservaram os seus traços tribais deixando-se destribalizar em bem menor escala e, ao mesmo tempo, usaram esses vínculos tribais como ideologia organizadora de levantes, como é o caso dos haussás, cujas revoltas, por isto mesmo, são estudadas, enganosamente, por alguns historiadores, como *revoltas religiosas.* O processo de destribalização não foi uniforme e os seus efeitos variaram muito (7). A hierarquia tribal funcionou em certas revoltas de escravos no Brasil numa constelação nova. Mas o caso que estamos citando – o dos haussás – não invalida o fato de que, no fundamental, a destribalização era perigosa para as autoridades. Procuravam, por isto, como vimos nos exemplos do Conde dos Arcos e do marquês de Aguiar, estimular fricções intertribais para que não fosse criada uma consciência da nova situação em que estavam

engastados; pelo contrário: procuravam manter as formas tribais de comportamento.

As reminiscências dos traços tribais em alguns casos se conservavam e serviam para que os escravos se organizassem visando a minorar sua situação. Podemos citar, no particular, a hierarquia conservada nos "cantos", nos batuques, nas festas religiosas, nas irmandades e confrarias, nos próprios quilombos.

Eram filamentos que se interpunham entre a organização tribal e a situação de escravos na sociedade brasileira. Houve inclusive uma organização como o Ogboni que sobreviveu no Brasil e influiu em lutas que os escravos travaram contra o instituto que os oprimia.

Até hoje podemos verificar, em algumas organizações recreativas, elementos sobreviventes da organização tribal africana. A própria organização política da República dos Palmares foi um reflexo das muitas existentes no continente negro.

Nosso trabalho padece de todos os defeitos de um trabalho artesão. Isto é explicável num país como o nosso em que a historiografia científica inicia os seus primeiros passos. As próprias condições sob as quais trabalham nossos historiadores propiciam este clima aleatório que caracteriza a maioria dos estudos e da atividade dos historiadores brasileiros debruçados sobre assuntos secundários, mas aos quais estão ligados por diversas formas de interesse: até por interesses genealógicos... Das centenas de cartas que escrevemos a sociólogos e historiadores ou pessoas ligadas aos problemas estudados nesse livro, solicitando dados, informações ou fontes, recebemos respostas de menos de dez. Isto é uma pena, porque História é ciência de equipe, de colaboração, de intercâmbio de opiniões. Mas a culpa não é dos homens que estudam História ou demais ciências sociais: é da situação global em que nos encontramos, todos nós inseridos no mesmo processo, copartícipes de um universo de comportamento que não nos foi dado escolher, mas foi imposto por causas diversas. Isto não quer dizer que nos eximimos dos erros ou insuficiências cometidos

por nós. Não. Se não fomos suficientemente providos dos dados que solicitamos não nos cabe criticar a quem, como nós, deve trabalhar enfrentando as mesmas dificuldades. Dificuldades que aumentam ao invés de diminuírem para todos quantos desejam fazer História verdadeira e não mero amontoado apologético de datas e atos. Toda ciência tem dificuldades. Especialmente as Ciências Sociais. Daí o nosso empenho em trabalhar tentando fazer o melhor e, ao mesmo tempo, agradecendo àqueles que nos ajudaram com o seu estímulo ou a sua cooperação. Agradecemos especialmente ao professor José Honório Rodrigues pela indicação de fontes indispensáveis à ampliação do presente trabalho; ao senhor Waldir da Cunha por haver copiado, com eficiência e probidade, documentos, manuscritos e trechos de obras de difícil acesso para nós, existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; ao Luiz Henrique pelas indicações suplementares de fontes e fornecimento de publicações ao Arquivo Público da Bahia; ao professor Vivaldo da Costa Lima por várias ponderações válidas e aceitas como, por exemplo, a influência das organizações tribais nos movimentos de revolta dos escravos brasileiros; ao escritor L. Borges pelas informações de fontes sobre a participação dos homens de cor na revolta de 1817; ao escritor Nelson Werneck Sodré pelo empenho de ver terminada esta segunda edição; à socióloga Sílvia Maria Schor pelas opiniões e sugestões; e, finalmente, a Clóvis Meira pela revisão dos originais e das provas.

NOTAS

(1) GANDAVO, Pedro de Magalhães. *História da província de Santa Cruz* e *Tratado da Terra do Brasil*, p. 34-35.

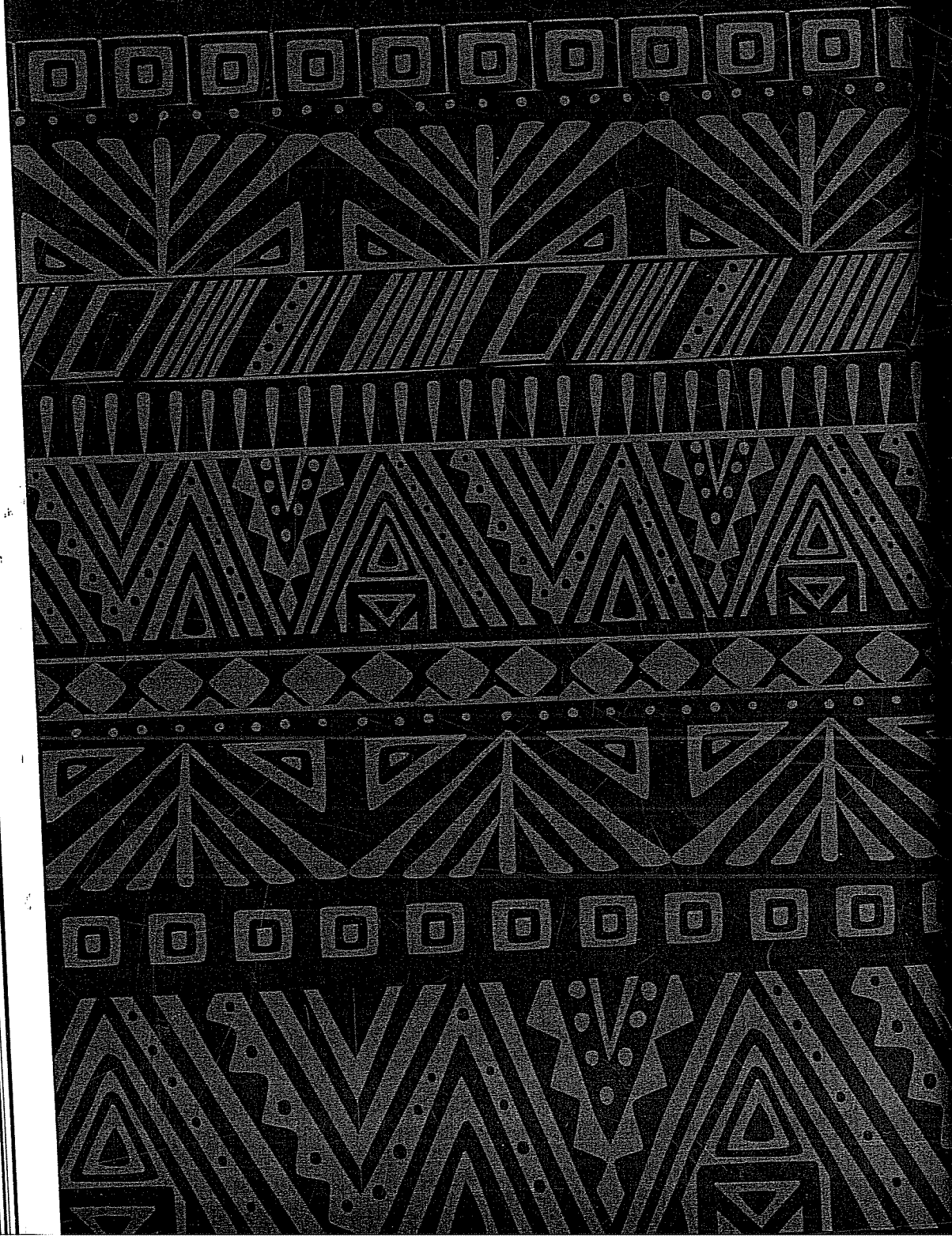
(2) IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo.*

(3) RAMA, Carlos M. "Os movimentos sociais na América Latina durante o século XIX". In: *Revista de História*, ano VIII, nº 30, abril de 1948, p. 87 e seq.

(4) Compreendendo muito bem o fenômeno, o Conde dos Arcos escrevia: "batuques olhados pelo Governo são uma coisa e olhados pelos Particulares da Bahia são outra. Estes olham para os batuques como para um Acto offensivo dos Direitos dominicais huns porque querem empregar seus Escravos em serviço útil no Domingo também, e outros porque os querem ter naqueles dias ociosos à sua porta, para assim fazer parada de sua riqueza. O Governo, porém, olha para os batuques como para um ato que obriga os Negros, insensível e machinalmente de oito em oito dias, a renovar as ideias de aversão recíproca que lhes eram naturaes desde que nasceram, e que todavia se vão apagando pouco a pouco com a desgraça commum; ideias que podem considerar-se como o Garante mais poderoso da segurança das Grandes cidades do Brasil, pois que se uma vez diferentes Nações da África se esqueceram totalmente da raiva, com que a natureza as desuniu, e então os de Agomés vierem a ser irmãos com os Nagôs, os Gêges com os Aussás, os Tapas com os Sentys e assim os demais; grandíssimo e inevitável perigo desde então assombrará e desolará o Brasil. E quem haverá que duvide que a desgraça tem o poder de fraternizar os desgraçados?". (Citado por Nina Rodrigues: *Os africanos no Brasil*. São Paulo, 1945, p. 253-4).

(5) MS da Biblioteca Nacional, II – 33,2429. A mesma política verificou-se em outras partes do Brasil. Quando uma autoridade excessivamente zelosa proibia tais batuques era sempre chamada à realidade pelos superiores como aconteceu com o Governador de Santos que os proibira, em 1818. O Governador Interino da Capitania de São Paulo inteirava de que "não é dezacertado o permitir-se aos mizeraveis pretos o seu divertimento nos suburbios dessa Villa, naquelles dias próprios para isso, suavizando assim o captiveiro fazendo-os observar pelas rondas necessárias para que não hajão desordens, e hé isto mesmo o que se pratica nesta Cidade" (Ofício do Governador Interino da Capitania de São Paulo D. Mateus de Abreu Pereira ao Governador de Santos. In: *Documentos interessantes para a história dos costumes de São Paulo*. Vol. 88, 1963, p. 18).

(6) STONEQUIST, Everett V. *O homem marginal*, p. 87.

(7) O fenômeno a que estamos aludindo foi estudado em relação aos indígenas por Florestan Fernandes: "O tupi e a reação tribal à conquista". In: *Mudanças sociais no Brasil*, p. 287-97 e *Organização social dos Tupinambás*, passim.

1. Características gerais

A escravidão no Brasil surgiu de dois fenômenos distintos, mas convergentes. De um lado, foi a continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes em que se vinha realizando a sua evolução nas primeiras décadas que, de simples aglomerado de feitorias atomizadas no vasto território, transformou-se em donatária com sistema de estratificação social fechado em estrutura praticamente feudal. A aparente anomalia de instituições feudais trazerem o ressurgimento da escravidão no mundo poderá ser explicada por uma série de fatores que particularizam essa aparição, conforme veremos mais tarde. De outro lado, foi consequência dos interesses das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil. Portugal participará desse processo expansivo desempenhando o papel de intermediário dos mais fortes países europeus, depois de um período em que teve atuação relevante como nação marítima, na época das grandes descobertas.

Foi, assim, cortado o processo de desenvolvimento tribal dos grupos indígenas que nos habitavam, com o aparecimento dos primeiros colonos, e solapada em suas raízes a estrutura econômica em que os ín-

dios baseavam suas instituições, seus costumes, finalmente a sua cultura, no sentido sociológico da palavra. A nação colonizadora, no caso específico Portugal, que através de elementos de dominação ocupava a terra e subjugava os seus primitivos habitantes, garroteava o desenvolvimento autônomo dessas culturas através de um tampão compressor contra o qual não era possível aos nativos lutarem com o instrumental de que dispunham. A expansão mercantil de Portugal, que no caso presente desempenhou o papel de nação dominadora, já era fruto e resultado de todo um processo anterior de subversão econômica, verificado no Velho Continente, através de uma série de acontecimentos conhecidos e retratados, com maior ou menor profundidade, por todos quantos se ocuparam da economia dessa época [1].

Os primeiros colonizadores portugueses, ao entrarem em contato com os indígenas, iniciaram o sistema de escambo, dando as populações nativas o seu trabalho na derrubada e condução do *pau-brasil* – as primeiras atividades lusas no Brasil foram meramente extrativas –, seus produtos naturais etc., em troca de miçangas, espelhos, pentes, fazendas, animais nativos, utensílios, demarcando a fase que Calógeras com propriedade chamou de "ciclo do intercâmbio" [2]. Esse sistema exigia do índio o seu trabalho e nada lhe dava em troca. Degradava-o social e culturalmente.

Cristalizando posteriormente tal processo de degradação econômica, social e cultural, os jesuítas subordinaram os índios a uma semisservidão disfarçada que não correspondia ao que a servidão tem de específico, mas ao mesmo tempo não era o trabalho livre ou a escravidão na sua pureza conceptual.

Contribuíram ainda os homens da S. J. (*Societas Jesu* "Companhia de Jesus") para o abastardamento cultural do índio, destruindo os seus padrões de valores. Esses padrões eram fruto de experiência adquirida através de longo processo de adaptação ao meio, processo que criava a cosmovisão empírica necessária para que eles solucionassem os problemas surgidos na comunidade. Os jesuítas substituíram esses

padrões por outros, aquilatados e impostos segundo estereótipos e julgamentos morais que eram inteiramente estranhos aos indígenas [3]. Esta defasagem levou a que a população indígena se fosse marginalizando progressivamente do processo produtivo. Do ponto de vista meramente econômico, foi substituído o conceito de propriedade das diversas tribos, que era comunal-primitivo [4], por outro, no qual a propriedade privada existia, mas não para os produtores, exatamente aqueles que eram os habitantes da terra e que tinham o seu conceito de propriedade comunal vinculado à distribuição da produção entre os próprios produtores, de acordo com diversas normas tribais que não cabem ser analisadas aqui. Nos aldeamentos os padres da S. J. tentaram criar um coletivismo que não tinha nenhuma conexão de continuidade com o que existira nas diversas tribos, mas se baseava na autoridade dos padres da Companhia que se arvoraram não apenas em manipuladores teológicos, mas em autoridades que distribuíam a produção e regulavam o consumo.

Antes disto, com o aparecimento das Capitanias Hereditárias, tentou-se a exploração da terra através do colono reinol exportando-se para o Brasil os braços necessários ao trabalho. Paralelamente – é verdade –, processavam-se tentativas violentas de escravização do índio: na sua maioria improdutivas, pois o índio apresado mostrou-se mau trabalhador dentro dos quadros de relações de trabalho a que o queria submeter o colonizador. Ainda não bastavam essas relações, contudo, para que se caracterizasse a sociedade existente como escravista. Faltava ao labor escravo preponderância no bojo das relações de trabalho, já que o jornaleiro, o reinol pobre, o colono eram, no fundamental, aqueles que constituíam o que de mais estável se possuía na colônia, pois o colonizador, até o momento, "arranhava a costa como caranguejo", na expressão feliz de um cronista da época. A escravidão indígena tinha uma desvantagem: pelo próprio material humano que a compunha, vindo de um estágio cultural muito mais primitivo do que o exigido para as tarefas a que o predispunham, era uma peça

subsidiária, que desempenhava – do ponto de vista econômico – um trabalho complementar e não qualificado. A faina do primeiro ciclo da colonização desempenhada pelos índios era, incontestavelmente, a mais dura e rudimentar. O sistema de controle sobre essas populações subjugadas era, portanto, dos mais rígidos.

Mas os setores que se desenvolviam como elementos dinâmicos (a agricultura, a mineração posteriormente) exigiam material humano mais adaptável, mais predisposto do ponto de vista cultural ao seu desempenho. E o colono, por este motivo e por outros talvez mais poderosos como veremos depois, teve de recorrer a um braço muito mais caro – o africano – para possibilitar o posterior desenvolvimento da sociedade colonial [5].

Somente, de fato, com o desenvolvimento dos primeiros núcleos de plantação de cana-de-açúcar o colono verificará a necessidade de aplicar a escravidão não apenas como solução doméstica (nos moldes em que vinha sendo feita em Portugal), mas como solução para todo regime de trabalho que brotava e que posteriormente se estratificaria na Colônia. Mas, somado a essa necessidade, para se compreender a substituição do indígena pelo negro na escravidão brasileira não podemos deixar de analisar um dos aspectos mais importantes, se não o fundamental: a transformação do tráfico de simples atividade de *pirataria* em atividade mercantil, como o emprego de grandes somas de dinheiro na aquisição de veleiros, equipagens, portos e contratação de material humano para o comércio de carne humana. Tal transformação exigiu e determinou que o preador de índios fosse esmagado pelo traficante que vinha com todo um equipamento de domínio econômico pacientemente estruturado e penetrava nas cartilagens da economia da época com uma série de atividades correlatas altamente compensadoras. O tráfico de escravos, como Sombart já demonstrou, contribuiu enormemente para a acumulação capitalista. No momento, o que convém destacar é que essas causas internas foram superadas por uma bem mais importante: os traficantes estavam economicamen-

te em condições de dominar o mercado escravo brasileiro. Aqui fincou pé o comércio negreiro amparado por toda uma literatura protetora dos índios; por toda uma campanha *humanitarista* de defesa das populações indígenas. Essa campanha surgia exatamente como corolário ideológico dessa mudança de situação que já era previsível não em decorrência das apóstrofes do padre Bartholomeu de Las Casas, mas porque a organização superior dos traficantes não podia permitir que se vendesse mercadoria muito mais barata – o índio – nas áreas sob seu domínio. As grandes empresas de navegação que posteriormente se sucederam ou tiveram vida simultânea ao tráfico no seu esplendor, que vai do século XVII aos primeiros quarenta anos do século XIX, têm como elemento de colaboração o traficante. O capital comercial invertido nessas empresas, as vastas áreas sob seu domínio, os grandes interesses nelas comprometidos e, sobretudo, a sua organização internacional exigiam que qualquer concorrente ao então rendoso comércio fosse dele alijado [6].

As grandes companhias navegadoras, das quais as empresas de traficantes de escravos são das mais importantes, com sede nas metrópoles, as grandes plantações nas áreas colonizadas e o monopólio comercial são o tripé no qual se apoiam a economia e a política das metrópoles da época. Esses três elementos constituem uma unidade contraditória que só poderá ser compreendida se analisarmos objetivamente o estágio de desenvolvimento dessa fase da História.

Inicialmente os ingleses, depois os portugueses e brasileiros entraram no comércio negreiro e dele usufruíram lucros incalculáveis. Muitos deles influíam poderosamente nas decisões do governo, tendo em algumas ocasiões subornado autoridades e figurões da política e da Justiça. A figura do traficante em determinado momento era todo-poderosa. Não adiantavam denúncias como a de Martim Francisco (em 1837), o qual mostrou que somente uma dessas embarcações, acossada por ventos contrários, lançara ao mar 250 africanos para não sentir falta de gêneros. Navios dos Estados Unidos também eram

usados no tráfico negreiro. Como diz José Honório Rodrigues: "os traficantes daqui ou da costa africana foram sempre homens ricos e poderosos, capazes de improvisar novos meios de burlar a vigilância inglesa e de inventar recursos legais, como esse da compra de navios americanos, ou ilegais, já que o tráfico foi um dos maiores negócios do Brasil, durante os primeiros cinquenta anos do século dezenove" (7).

À medida que o entrelaçamento das economias criava a necessidade de um mercado universal; que novas rotas marítimas eram abertas por essas nações (impulsionadas pelas suas burguesias comerciais); que as populações dos diversos pontos geográficos da terra estabeleciam relações até então inéditas na história da humanidade e que, por outro lado e em consequência desse fenômeno, um punhado de países altamente desenvolvidos na Europa tomava a liderança desse comércio e por ele lutava encarniçadamente, seu reflexo se fará sentir na Colônia – ela própria uma consequência desse processo de expansão – através da procura cada vez maior dos gêneros destinados a suprir um mercado que se ampliava em proporções insuspeitas. Assim, "em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento das nações que se bastam a si próprias, desenvolve-se o tráfico universal, uma interdependência de nações" (8).

O apelo à escravidão africana – que já se realizara com êxito na Europa desde tempos imemoriais – será uma solução lógica a que recorrerá o colono a fim de conseguir estabelecer nos trópicos uma sociedade para a qual o material humano autóctone era de pouca rentabilidade (embora mais barato) e o braço europeu que para aqui vinha não podia ser arrolado no *status* de trabalhador que interessava ao colono: o de escravo.

Em São Vicente, segundo alguns historiadores, no ano de 1549, o primeiro *stock* de africanos era desembarcado. Para isso, dom João

III concedera autorização a fim de que cada colono pudesse importar até 120 escravos para as suas plantações, fato que provocou protestos por acharem alguns ser número insuficiente. A data exata da entrada dos primeiros escravos negros não está, porém, aceita pacificamente e não nos interessa de modo direto averiguar minudências que nenhum significado essencial têm no conjunto do processo social que analisamos. Sabemos que daí em diante, em face do desenvolvimento da Colônia e, consequentemente, das grandes levas que chegavam no bojo dos navios negreiros, o número de escravos importados crescerá até pouco antes de 1850 quando, através da Lei Eusébio de Queirós, entrará em colapso o tráfico que logo depois se extinguirá (9).

O estabelecimento da escravidão sistemática veio subverter em suas bases o regime de trabalho até então dominante na sociedade brasileira. Essa transformação se processará em todas as formas de manifestações da vida social. Demograficamente aumentou em ritmo acelerado e ininterrupto a população da Colônia; do ponto de vista sociológico cingiu a sociedade colonial em duas classes fundamentais e antagônicas: uma constituída pelos senhores de escravos, ligados economicamente em face do monopólio comercial à metrópole, outra constituída pela massa escrava, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil Colônia e era quem produzia toda a riqueza social que circulava nos seus poros.

A subversão do processo de formação inicial dos primeiros núcleos colonizadores, produzida pela introdução em escala sistemática do trabalho escravo, veio isolar quase totalmente as populações indígenas do trabalho agrícola. Especialmente onde se condensava a atividade produtiva naquela época: os engenhos de açúcar. Isto porque a estrutura social dos indígenas se encontrava ainda, como já afirmamos, em um estágio comunal-primitivo. Viviam quase exclusivamente da caça e da pesca, com uma economia recoletora. Na América, somente na região andina e no México os nativos se ergueram em culturas ponderáveis e dificilmente se adaptavam ao trabalho agríco-

la nas grandes plantações, lutando desde o primeiro momento contra as tentativas de submissão. Será por isso que somente nas fainas mais ajustadas ao seu modo de vida que o seu trabalho se aproveitará. Na expansão da pecuária, principalmente nas zonas do centro-norte e centro-leste, o elemento humano indígena será aproveitado e até hoje prepondera através de cruzamentos com outros grupos étnicos, estabelecendo nessas zonas um tipo antropológico relativamente uniforme. O escravo negro não teve papel saliente nesse tipo de atividade. Pelo contrário: quando penetrava nessas zonas era como perturbador, como quilombola. À agricultura já estavam acostumadas, no entanto, as populações africanas, inclusive com o instituto da escravidão, existente em inúmeras tribos [10]. Além disto, o domínio por parte de grandes grupos africanos de uma técnica agrícola relativamente adiantada, o conhecimento da fundição de metais, o seu uso e outros hábitos trazidos da África davam aos elementos negros possibilidades de maior rentabilidade no trabalho em relação aos indígenas [11].

As antigas feitorias, os primitivos núcleos colonizadores esparsos no litoral, foram substituídas – com a presença do escravo negro – pelos engenhos, pelos latifúndios agrários e surgiu em seu lugar, já estratificada e com os seus contornos gerais definidos, uma sociedade cheia de contradições internas. Essas contradições chegarão à tona da sociedade através dos movimentos que agitarão todo o período colonial, entrando pelo primeiro e segundo reinados.

As levas sucessivas de escravos que entravam pelos diversos portos eram, de um lado, o elemento fundamental da expansão econômica da Colônia, criando a renda global que era canalizada para fora, e, de outro, a argamassa principal da expansão demográfica verificada então. Para avaliarmos o crescimento demográfico verificado com o desembarque ininterrupto de escravos, basta dizer que, no ano de 1583, as estimativas davam à Colônia uma população de cerca de 57.000 habitantes. Deste total, 25.000 eram brancos, 18.000 índios e 14.000 negros. Segundo cálculos de Santa Apolônia, em 1798, para uma população de 3.250.000 habitantes havia um total de 1.582.000 escravos, dos quais 221.000 eram pardos e 1.361.000 negros, sem contarmos os negros libertos que ascendiam a 406.000. Para o biênio de 1817-1818 as estimativas de Veloso davam, para um total de 3.817.000 habitantes, a cifra de 1.930.000 escravos, dos quais 202.000 eram pardos e 1.728.000 negros. Havia também uma população de negros e pardos livres que chegavam a 585.000. Há quem estime em 50.000 o número de negros importados anualmente. Foi quando o escravo africano passou a ser chamado "pés e mãos dos senhores" e Angola "nervo das fábricas do Brasil". O historiador Afonso de E. Taunay teve oportunidade de estudar o assunto, analisando criticamente as principais fontes dos historiadores que se ocupam do tráfico. Rocha Pombo estima em quinze milhões o montante de negros entrados pelos diversos portos durante a escravidão, número que Taunay acha exageradíssimo. Renato Mendonça cifra-o em quatro milhões oitocentos e trinta mil. Outros números são ainda arrolados pelo conhecido historiador paulista [12].

No século XVIII, que – segundo Calógeras – foi o de maior importação negreira, a média chegou a 55.000 entradas anualmente [13].

Essa imensa massa escrava é que irá impulsionar a nossa economia e esmagará quase inteiramente o trabalho livre que existia antes do seu aparecimento em diversas faixas da economia brasileira. O trabalho manual passa, por isto, a ser considerado infamante. Somente praticável por escravos. A economia brasileira irá assentar as suas bases na grande agricultura monocultora, no trabalho escravo produzindo para os senhores de engenho, terras e engenhos, sob o monopólio político e comercial da Metrópole [14].

Portugal canalizará para si o resultado de quase toda a renda através da exportação. Nossa produção era completamente desvinculada do mercado interno: existia como parte do mercado mundial e somente circulava fora de nossas fronteiras, afora o setor de subsistência. Aqui era imobilizada nas fontes de produção ou nos portos para embarque. O seu valor de uso ficava além das fronteiras. Por isto mes-

mo o seu dinamismo só existia na medida em que essa produção era solicitada pelos mercados europeus. Outros gêneros ou produtos que os não destinados à exportação para a Metrópole têm o seu plantio ou fabrico proibido, através de alvarás e avisos. A plantação de tabaco será impedida. Atividades como as de ourives e outras eram perseguidas e os seus praticantes punidos. Estava, assim, constituída e estabilizada momentaneamente nossa sociedade em moldes destinados exclusivamente a produzir gêneros exportáveis – no nosso caso particular o açúcar –, apoiada socialmente nos donos de terras, os grandes latifundiários agrários [15].

Dando moldura geral ao quadro do tempo quando estavam as grandes nações colonizadoras no seu fastígio, travava-se no mundo renhida luta entre elas, que marchavam na senda do desenvolvimento capitalista, por vias comerciais e marítimas, fontes de matérias-primas e novos mercados. Portugal decadente tinha de contentar-se com as regiões que ele próprio descobrisse, já que não podia disputar a partilha com países como Inglaterra, Holanda e França. Isto não quer dizer que os países citados não se interessassem pelas novas terras descobertas. Também participaram desses acontecimentos, apenas com características diferentes. Essas nações dominavam os nativos de áreas geográficas recém-descobertas, exterminando-os sem dó ou piedade, arrancando-lhes as riquezas, explorando-lhes o trabalho quando se deixavam dominar ou retirando parte de sua própria população para ser vendida como mercadoria no mercado mundial, como escrava. A Holanda era, então, como assinalara Marx, a república burguesa típica da Europa e competia com a Inglaterra na posse daquelas rotas e colônias. A Inglaterra, por seu turno, após encarniçada refrega, saiu vitoriosa, tornando-se senhora absoluta dos mares, a dominadora do tráfico negreiro. Pela Ata de Navegação de 1651 impunha que as mercadorias procedentes da Ásia, África e América só fossem transportadas por navios britânicos, assestando um golpe mortal na Holanda, sua principal competidora. Um diplomata exclamaria: "É meu dever dizer-vos que agora estamos

tanto nós como o mar em poder da Inglaterra" [16]. O tráfico de escravos africanos foi um dos motivos mais importantes no aguçamento das contradições entre essas nações. A burguesia comercial auferia lucros elevadíssimos do comércio de carne humana. Como disse Marx: os comerciantes ingleses transformaram a África no "lugar onde eram caçados os homens negros". No começo do século XVIII a Inglaterra assegurou o monopólio do tráfico negreiro para a Espanha e suas colônias na América do Sul [17]. Em 1776 tinha quinhentos mil escravos em suas colônias da América do Norte. Em 1792 existiam mais de 132 embarcações para essa mesma finalidade. O tráfico negreiro viria contribuir em escala ponderável para a acumulação primitiva do capital que serviu de alicerce à sociedade atual.

Obtida a supremacia do tráfico de escravos, a Inglaterra dele se beneficiará enormemente durante dilatado período. O Porto de Liverpool nasceu de um entreposto de escravos. A África tornou-se – em consequência – um campo de pilhagens e grande parte do seu devassamento geográfico está subordinado aos interesses dos traficantes de escravos. Desde muito cedo, por isto, o continente negro foi vítima das nações em fase de expansão capitalista. As populações africanas passaram a ser mercadoria de exportação já que o mercado africano não existia de um lado e, ao mesmo tempo, abriam-se áreas novas de exploração que solicitavam, no trabalho das plantações, mão de obra barata, de vez que os exploradores locais do trabalho, embora aparentemente fossem todo-poderosos nas colônias, tinham de produzir mercadorias a preço ínfimo para suprir as solicitações das metrópoles. Para isto, necessitavam de mão de obra escrava. Como as principais nações haviam transformado o tráfico em empresa comercial supridora de mão de obra, os produtores das colônias tinham de estar subordinados, direta ou indiretamente, ao supridor de escravos.

As nações mais importantes digladiavam-se no cenário internacional. A França havia precedido a Inglaterra na política de subordinação da África. Pelo célebre Tratado de Utrecht a Inglaterra obtinha,

por trinta anos (1713-1743), o contrato dos *asientos* e por ele se comprometia a introduzir na América espanhola 4.800 escravos. O soberano da Espanha recebeu, como recompensa, da "Companhia Inglesa de Guiné", a quantia de 200.000 coroas pela transação.

Muito antes deste fato, porém (em 1662), era fundada a "Company of Royal Adventures of England", destinada a explorar o comércio negreiro. O incremento à pilhagem foi de tal monta que um historiador chegou a avaliar em mais de vinte mil almas o número de escravos arrancados anualmente da África. Cresciam astronomicamente as proporções do comércio negreiro com a política de Carlos II [18].

Essa política de pilhagem por parte da Inglaterra cedo entrará em choque com as outras nações que igualmente desejavam a posse dos mercados negreiros. A França entrará em antagonismo aberto com os ingleses e já muito antes iniciará um processo de dominação dos portos africanos objetivando proporcionar os escravos necessários ao seu comércio. O arrendamento do *asiento* será concedido à "Companhia de Guiné" que se comprometerá a fornecer quatro mil e oitocentas "peças" [19] anualmente, durante dez anos (1702-1712). Já muito antes, porém, inúmeras outras companhias haviam sido fundadas com o fim de explorar o comércio negreiro. Em 1625 a "Compagnie de Iles de l'Amérique" abarrotava os portos antilhanos de escravos. Luís XIV ofereceu um prêmio de dez libras por cabeça de negro desembarcado nas ilhas da França, mais uma gratificação especial às tripulações dos navios negreiros. Em 1679 a "Companhia de África ou do Senegal" conseguirá o monopólio do tráfico. Pelo tratado firmado com o governo francês, comprometeu-se a desembarcar nos portos das Antilhas francesas 15.000 escravos em oito meses, além de fornecer o número solicitado pelo monarca para as suas galeras. Como diz Rodolfo Ghioldi, "a acumulação primitiva do capitalismo fez ressurgir a escravidão na América depois de séculos extinta a escravidão antiga" [20].

O problema apontado por Ghioldi de modo genérico pode ser compreendido em termos de análise objetiva somente através de um

apanhado histórico, mostrando-se as diferenças entre o surgimento da escravidão clássica, decorrência da decadência da sociedade gentílica antiga, e o aparecimento da escravidão moderna que surgiu como um elemento constitutivo inicial do capitalismo. A segunda escravidão surgiu quando, em determinado momento histórico, os setores detentores do poder econômico aplicavam os seus excedentes, as suas reservas monetárias, numa empresa comercial que se expandia através do domínio de uma área – África – na qual buscava a mercadoria para venda; e da exploração de outras áreas – Brasil, Antilhas, países outros da América do Sul – que consumiam a mercadoria que elas levavam: o escravo. Isto é, a escravidão moderna surgiu no momento em que o escravo não era mais um homem alienado dentro da sua própria estrutura local, mas se alienava por forças exteriores, por um conjunto exógeno de circunstâncias. Em outras palavras, a escravidão era explorada pelas metrópoles sem que, nos seus sistemas de estratificação social locais, se verificasse esse tipo de trabalho.

O que se verificou foi exatamente o contrário: a existência da escravidão nas colônias proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles.

Podemos dizer, portanto, que, como cimento dos alicerces da sociedade capitalista, a escravidão, durante um período de tempo relativamente longo, foi um dos seus elementos mais importantes.

Com a revolução burguesa da Inglaterra (1642-1653), a economia britânica sofreu uma evolução no sentido de ver substituídas as relações pré-capitalistas que ainda subsistiam em determinados setores, especialmente no setor fundiário, por outras que representavam a estratificação do capitalismo industrial. Inicialmente, teve necessidade do tráfico de escravos para que o capitalismo se consolidasse. Mas a continuação prolongada da escravidão, quando o capitalismo industrial já se havia consolidado em toda a sua plenitude, cedo se transformou em entrave ao desenvolvimento da economia inglesa. A África não era apenas uma região onde se preava o negro. Era para a

"altiva Albion" um mercado em potencial para as suas manufaturas. Lança-se, então, a Inglaterra – depois de ter sido a campeã do tráfico durante anos – na campanha por todos conhecida de extinguir o tráfico negreiro e a escravidão. Os países que continuam realizando essa espécie de comércio sofrerão imediatamente e de maneira frontal as consequências da mudança de atitude da Inglaterra frente ao problema da escravidão. Afirma, por isto, um *scholar* brasileiro: "O todo-poderoso Gladstone ameaçava o Brasil ao cumprimento dos tratados *a ponta de espada* e *pela guerra até o extermínio*". E pode-se acreditar que isto significaria alguma coisa mais que simples figura de retórica...

O governo brasileiro, vendo a ineficácia dos seus platônicos protestos, apoiados embora nos mais "sólidos princípios dos direitos das gentes", como eruditamente proclamava nas suas notas a chancelaria do Império, mas que não traziam a sanção dos canhões e das baionetas, teve afinal de ceder.

A lei promulgada em 4 de setembro de 1850 seguida de outras providências e da enérgica atitude do ministro Eusébio de Queirós estancou por completo, em menos de dois anos, o tráfico africano. Efetuaram-se depois de 1852 apenas dois desembarques, sendo contudo apreendidos os negros contrabandeados. Estavam plenamente satisfeitas as exigências da Inglaterra... (21).

Objetivando executar essa política ditada pelos seus interesses econômicos, a Inglaterra tomará atitudes que muitas vezes parecerão contraditórias mas que, no seu conteúdo mais profundo, refletem o desejo de desenvolver suas indústrias, seu comércio, finalmente defender aquilo que exprime o capitalismo – o lucro. No caso específico da escravidão podemos citar o exemplo da posição assumida pela diplomacia inglesa frente ao regime servil em nosso país e nos Estados Unidos. Enquanto combatia o tráfico e a escravidão no Brasil, a Inglaterra apoiava os Confederados na guerra civil norte-americana.

A Inglaterra necessitava do algodão produzido no sul dos Estados Unidos para alimentar a sua indústria têxtil, uma vez que, com a apli-

cação do algodão nesse setor em substituição à lã, os industriais ingleses tiveram de depender dos mercados produtores do "ouro branco". Mais de quatro milhões de pessoas viviam, direta ou indiretamente, dessa indústria. Os Estados Unidos tinham o monopólio do algodão, fato que já provocara uma luta sub-reptícia entre as duas nações. Em 1850 a Inglaterra tentou comprar algodão de fontes asiáticas, sem êxito. Exatamente no ano em que conseguia com a Lei Eusébio de Queirós a extinção do tráfico no Brasil...

Na guerra civil estadunidense o bloqueio por parte das forças da União dos portos dos Confederados ameaçava seriamente o abastecimento das fábricas inglesas. A crise já se fazia sentir nas Ilhas Britânicas e algumas fábricas da região de Lancashire passaram a trabalhar apenas três dias na semana. Nessa conjuntura os ingleses tinham de apoiar os escravistas do sul (22).

A extinção total e efetiva do tráfico no Brasil – verificada a partir de 1850 com a Lei Eusébio de Queirós –, além das consequências econômicas que veremos mais adiante, contribuiu para um afluxo demográfico, desta vez despovoando as províncias do norte em face da necessidade de braços para a lavoura cafeeira, como antes – embora por outros motivos e em condições diversas – idêntico movimento se tinha verificado para o centro da Colônia.

As províncias do norte, decadentes, foram sendo despovoadas parcialmente do braço escravo e viram-se na contingência de substituí-lo pelo trabalho livre. As fazendas de café de São Paulo e do estado do Rio escancaravam as bocas ávidas de material humano. Tavares Bastos analisava no seu tempo a questão: mostrava que o comércio interior de escravos seguia a direção norte-sul e que, de janeiro de 1850 a abril de 1862 – durante os doze anos, portanto, que se seguiram à extinção do tráfico – havia alcançado a cifra de 37.408. Analisando a questão, destacava o fato de "já estarem em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e Paraíba, os homens livres admitidos por salário ao trabalho dos próprios engenhos e plantações de açúcar" (23).

O mesmo fenômeno registrava Tavares Bastos em relação à lavoura do café no Ceará. Em outro local, analisando o mesmo problema, ainda afirmava o autor das *Cartas do Solitário* que o Amazonas, "onde o índio é o trabalhador do campo, o barqueiro e o criado, apenas possui 851 escravos sobre uma população de 39.408 almas" (24). No Ceará, acrescentava, "a população é de um escravo para 14 homens livres". Em seguida apontava as Províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas onde o trabalho escravo já não era preponderante na agricultura.

O latifúndio escravista do Nordeste e do Norte entrava em decadência e surgia em linha ascendente na economia nacional – o café. E a fazenda de café tinha outras características que não se coadunavam com a manutenção do trabalho escravo.

A extinção do tráfico negreiro, de um lado, criou condições propícias para que os coronéis decadentes, para quem o escravo já era um ônus mais do que fonte de receita, pudessem vendê-lo às áreas do café; de outro lado, permitiu uma fase de especulação em larga escala com movimentos de capitais que eram anteriormente aplicados pelos traficantes do comércio de carne humana e que foram transferidos para outros ramos da economia nacional. Inúmeras sociedades anônimas foram criadas. Em 1851 funda-se o segundo Banco do Brasil. A primeira linha telegráfica é inaugurada em 1852 e, um ano após, funda-se o Banco Rural Hipotecário, que chegou a distribuir dividendos superiores aos do Banco do Brasil. Em 1854 inaugura-se a primeira linha de estrada de ferro ligando o porto de Mauá à estação de Fragoso (14 quilômetros). Um ano mais tarde teremos outra estrada de ferro funcionando: a que ligará o Rio de Janeiro a São Paulo. De 1850 a 1860, escreve um historiador, se concederam 71 privilégios industriais, para a incorporação de 14 bancos de depósitos e descontos e alguns de emissão; criaram-se 3 caixas econômicas, organizaram-se 20 companhias de navegação a vapor, 23 companhias de seguros, 4 de colonização, 8 de estradas de ferro, 2 de rodagem, 4 de carris urbanos com tração animal, 8 de mineração, 3 de transportes e 2 de gás (25). As primeiras

linhas de navegação transoceânicas também datam dessa época. Para a realização de muitos desses empreendimentos – e não incluímos neles os que podem ser facilmente identificáveis como sendo de capitais alienígenas – contribuiu o capital dos antigos traficantes que, como disse Mauá ao explicar as origens do segundo Banco do Brasil, "se viram repentinamente deslocados do seu ilícito comércio" (26).

Viria, por outro lado, a extinção do tráfico incrementar a imigração de colonos europeus. Foram criadas 4 companhias de colonização como vimos – datando mais ou menos dessa época o estabelecimento de uma corrente migratória contínua e estável no país.

Antes disto, porém, já como sintoma de decomposição da escravidão, as colônias de estrangeiros eram instaladas em alguns pontos do território nacional. Devemos salientar, contudo, que as primeiras tentativas de associar o trabalho escravo e o livre fracassaram. As colônias, por isto, na sua grande maioria estiolaram-se de maneira lamentável. O fato aliás era notado por viajantes que nos visitavam na época, como Burton, que aqui esteve em 1868 e assim se expressou sobre o assunto: "todos estão prevenidos do fato que a imigração e a escravidão dificilmente podem coexistir" (27).

De fato, Burton tinha carradas de razão. As tentativas feitas em algumas fazendas de café de São Paulo não lograram êxito. Aumentava, por outro lado, enormemente, o número de imigrantes que para cá vinham após a Abolição, não como membros de colônias, mas como imigrantes que tinham a sua viagem financiada, vendiam antecipadamente a sua força de trabalho e eram engajados no processo produtivo como trabalhadores livres. De 54.990 em 1887 passou a ser 160.000 em 1889. Antes da Abolição, com a extinção do tráfico negreiro, houve quem pensasse em importar *coolies* chineses para trabalhar na nossa agricultura.

Alguns chegaram a vir para o Brasil, não se adaptando, porém, ao sistema de trabalho vigorante. Teófilo Otôni chegou a levar muitos chineses para trabalharem na construção de estradas, mas depois de

terem sido importados pelo ministro do Interior em 1885 ficaram morrendo à míngua. Teófilo Otôni empregou-os naquele mister, no que foi infeliz pois "os tratavam dum modo por demais duro", conta uma testemunha de vista [28].

Vejamos, agora, o ritmo em que surgiram as colônias de imigrantes: em 1812 (antes, portanto, da Independência) é fundada uma no Espírito Santo. Outra – a chamada Dona Leopoldina – é instalada, em 1817, no sul da Bahia. Seguem-se inúmeras outras; Nova Friburgo, em 1819; Forquilhas e Torres, no Rio Grande do Sul, já após a Independência em 1826; São Leopoldo, na mesma província, em 1824.

Em Santa Catarina a primeira tentativa de estabelecimento de imigrantes dá-se no ano de 1827 [29]. Todas, porém, tinham um caráter mais experimental do que mesmo de participação direta na produção econômica global, vindo efetivamente o imigrante entrar como injeção ponderável na vida econômica após a abolição do tráfico, na área de produção cafeeira.

As consequências diretas na economia trazidas com a extinção do desembarque de africanos não serão tão profundas como à primeira vista poderão parecer. Houve mesmo na agricultura como no setor do comércio e das finanças um equilíbrio que não se esperava. Perdigão Malheiro mostra como o café – já principal gênero de exportação –, o açúcar, o algodão, o fumo, a goma elástica, a erva mate e o cacau mantiveram-se em nível ascendente de produção, tendo oscilado apenas a de couro e diminuído a de aguardente, por haver desaparecido um dos principais mercados consumidores do produto, que era a África.

A extinção do tráfico foi uma etapa na marcha da Abolição. Extinto o comércio negreiro – e esse fato todos já previam –, a Abolição tornou-se uma simples questão de tempo e oportunidade. O movimento abolicionista passou para a ordem do dia até 1888, quando será definitivamente derrogada a escravidão entre nós. Inicia-se, com a extinção do tráfico, uma nova etapa na luta sustentada pelos abolicionistas em várias frentes, tendo de enfrentar ainda um período de árduas labutas.

A extinção do tráfico garroteou as forças escravocratas, cortando-lhes as raízes econômicas, deixando-as sem possibilidade de prolongar por muitas gerações a escravidão. Isto é, sem o tráfico negreiro a escravidão não poderia sobreviver por muito tempo, porque sem as levas de escravos que vinham substituir aqueles que morriam ou servir à solicitação de novas áreas de atividades cedo haveria o encarecimento proibitivo do escravo. Fato que logo se verificaria.

Desde o seu início o movimento abolicionista trazia no seu bojo, de modo geral, duas alas: de um lado militavam aqueles que pertenciam à ala moderada do movimento, chefiada por Joaquim Nabuco; do outro, estavam os mais radicais, como Silva Jardim, Luís Gama, Antônio Bento, Raul Pompeia e inúmeros mais [30].

Luís Gama chegou mesmo a travar luta dentro do Partido Republicano Paulista em face da oposição da agremiação a que pertencia frente ao problema. Não foi outra, aliás, a posição de Silva Jardim que, em documento publicado no ano de 1889, fez vigorosa análise da situação em que se encontrava o Partido Republicano, situação que, às vésperas da República, refletia todo um processo anterior de manobras oportunistas e acomodatícias [31].

A primeira ala dos abolicionistas tinha como método de reivindicação não a organização dos escravos, mas o trabalho de mostrar às classes dominantes do Império os prejuízos morais da escravidão. Diziam que somente com a persuasão, através do choque de ideias e da racionalização da opinião pública, era possível fazer triunfar o abolicionismo. Esta camada, ou melhor, esta ala era a que incorporava no seu bojo os elementos legais da campanha, aqueles que pugnavam por uma simples modificação jurídica, sem atentarem na vinculação social profunda do movimento. Joaquim Nabuco, que liderou a corrente moderada, afirma em um dos seus livros mais conhecidos e onde conta a história do movimento: "A propagação abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma cobardia, inepta e criminosa, e além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar

à insurreição ou ao crime homens sem defesa e que a Lei de Linch, ou a justiça pública, imediatamente haveria de esmagar". Mais adiante esclarece as razões de sua atitude: "Suicídio político porque a nação inteira vendo uma classe, e essa a mais influente e poderosa do Estado, exposta à vingança bárbara e selvagem de uma população mantida até hoje ao nível dos animais cujas paixões, quebrando o freio do medo, não conheceriam limites no modo de satisfazer-se, pensaria que a necessidade urgente era salvar a sociedade a todo custo por um exemplo tremendo e este seria o sinal de morte do abolicionismo" (32).

Isto é, Nabuco desejava, no processo das lutas pela Abolição, excluir o escravo, exatamente aquele que representava um dos polos da contradição fundamental da sociedade brasileira da época. Toda a sua atitude confirmará este pensamento expresso em 1883.

A outra ala abolicionista – que poderemos chamar de radical – dirigia por sua vez as vistas e atividades cotidianas mais para os próprios escravos do que para os entreveros jurídicos, organizando-os para que lutassem com as próprias forças contra o cativeiro. Luís Gama será o mais notável dos seus líderes. Sendo ex-escravo e tendo experimentado essa situação, tornou-se o porta-voz de centenas de escravos que, de várias formas, através das fugas, da compra de alforria etc. não se conformavam com o *status* a que estavam submetidos. Embora não querendo diminuir o papel de Joaquim Nabuco – certamente uma das figuras mais ativas e respeitáveis do movimento –, desejamos dizer, no entanto, que enquanto ele tomava posição tímida e de uma prudência que hoje a História não justifica, combatendo a "vingança bárbara e selvagem" dos escravos, Luís Gama tomava posição diametralmente oposta. Dizia, em pleno tribunal que o acusava de acoitar negros fugidos, que o escravo ofendido no seu direito, que assassinava o seu senhor, praticava um ato de legítima defesa (33). Posição que reflete de maneira lapidar a forma de ação de duas alas do abolicionismo. Silva Jardim foi outro político atacado pelas suas posições "muito radicais". O conhecido tribuno visitava, em companhia de outros abolicionistas, os quilombos que existiam na periferia de Santos, é o que afirma Maurício Vinhas de Queirós, um dos seus biógrafos (34).

Contra a ideia abolicionista, porém, levanta-se a opinião conservadora que expressa os interesses dos grandes fazendeiros latifundiários do Nordeste e donos de fazendas de café em São Paulo – postados nos seus pontos de vista de classe. Qualquer tentativa de reforma, mesmo de uma timidez que hoje nos faz rir, era recebida no Parlamento com violentos ataques da maioria escravista. Inúmeros projetos não foram objeto de discussão. A Lei do Ventre Livre (1871) encontrou no Parlamento a oposição mais cerrada. O gabinete Rio Branco era acusado de "governo comunista, governo de morticínio e de roubo". Segundo Rui Barbosa, certo deputado dissera então que o gabinete havia desfraldado as velas por "um oceano onde voga também, o navio pirata denominado 'A Internacional'" (35). Mesmo depois da Abolição, os conservadores levantaram a questão de que a desapropriação pelo governo de uma propriedade tida como legal devia ser indenizada, por mais repelente que ela fosse. Exigiam reparação, solicitando ao Imperador pagamento de acordo com o número de escravos libertados em 13 de maio de 1888.

Sousa Carneiro encaminhou a pretensão dos antigos donos de escravos que estavam inconformados, através de representação dirigida aos legisladores. Diz que se "o escravo era uma propriedade legítima, mandada desapropriar pela Lei de 13 de maio que declarou extinta a escravidão, segue-se que sem graves injustiças, não pode deixar de ser a indenização correspondente ao valor dessa mesma propriedade. Sem isso, a mais bela, a mais humanitária lei de quantas têm sido promulgadas no Brasil, ficaria com uma das suas faces velada pela mancha de uma espoliação injusta que, de algum modo, viria empanar-lhe o brilho refulgente (...). Tirar ao proprietário nestas circunstâncias o direito de indenização que ele com a mais cega confiança reputava sagrado, porque a Constituição lho tinha firmado, é sem dúvida levar

ao desespero aqueles que tudo sofrem por amor da ordem e da tranquilidade deste país" [36].

Mesmo havendo a opinião pública, através de manifestações as mais diversas, repudiando o instituto da escravidão, os seus beneficiários insistiam, porfiavam, procuravam de qualquer maneira conseguir para si o máximo de vantagens possível.

Por outro lado, a repressão jurídica contra os escravos nunca cessou. Desde 1835 – certamente em consequência dos levantes de escravos na capital baiana – havia sido estabelecida lei que estatuía pena de morte para o escravo que participasse de insurreições ou cometesse qualquer ofensa física ao seu senhor. Segundo Caio Prado Júnior, "o julgamento era pelo Júri (composto em regra por proprietários e portanto muito severo) e sem recurso algum" [37].

Da indiferença inicial pelo problema, quando a sociedade brasileira aceitava, nos seus contornos fundamentais, a escravidão, até o ápice da campanha abolicionista, verificou-se na opinião pública uma modificação muito importante. A escravidão decadente, os escravos em fuga, os vergastos da Imprensa, a ação parlamentar foram criando novo clima, nova bitola de julgamento e o leque que se abria favorável aos senhores de escravos foi paulatinamente se fechando. A abolição deixou de ser tema de gabinete, assunto de divagação de homens isolados. Passou a ser problema debatido em praça pública, nas ruas e nos salões. O certo é que o problema abolicionista nunca mais saiu da pauta política e passou a ser equacionado com insistência crescente à medida que o tempo avançava. Enquanto o escravismo é uma instituição que se coloca como elemento dinâmico, tem o beneplácito da opinião dos que dominam os órgãos de divulgação e de sentença. Quando se transforma em elemento de entrave, deixa de ser categoria intocável e a crítica se despeja sobre ele, analisando-lhes as mazelas intrínsecas. Por isto, o abolicionismo deixa de ser um movimento confinado às ideias de meia-dúzia-de-teóricos para ganhar a opinião pública. Dele se ocuparão, premidos pelas circunstâncias, todos os gabinetes que se sucedem. Inúmeros serão os trabalhos, memórias, artigos, discursos parlamentares e principalmente projetos que abordam o problema, procurando a forma de resolvê-lo ou atenuá-lo. Algumas medidas serão concedidas em consequência das lutas parlamentares e da opinião pública em face do problema. As províncias manifestam-se contra a escravidão, antecipando-se ao Império na sua abolição, como é o caso do Rio Grande do Sul e do Ceará [38].

No mecanismo parlamentar a luta prossegue e novas medidas serão conseguidas. Uma delas será a Lei Cotegipe, de 1845, protegendo alguns direitos dos escravos, prometendo garantias de integridade às suas famílias. E Cotegipe era um dos mais conservadores colaboradores do Imperador (...). A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, segue-se na sequência de concessões. André Rebouças, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e inúmeros outros de várias maneiras debatem a questão. As sociedades abolicionistas surgem, por seu turno, em todo o território nacional, congregando homens de dois partidos políticos, mas que se irmanavam num objetivo fundamental que era a Abolição. Em diversas províncias o movimento se solidifica. A Associação Central Emancipadora e a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, a última presidida por Joaquim Nabuco, começam a funcionar e arregimentar adeptos para a causa. Ligas abolicionistas como a Associação Central Emancipadora promovem conferências sobre o momentoso assunto. O ambiente que era hostil passa a ser receptivo. Os jornais dão guarida às notícias dos adeptos do abolicionismo. Surgem, acompanhando o movimento, os primeiros órgãos de imprensa abolicionista, que deixa de depender da paternidade de outros veículos para ser autônoma no setor de divulgação. O primeiro deles é a *Gazeta da tarde*, dirigido por Ferreira de Menezes. Outros órgãos serão posteriormente fundados em diversas províncias. Em 1883 funda-se a Confederação Abolicionista que dirigirá o movimento em todo o território nacional [39].

No Ceará houve greve histórica dos jangadeiros contra o embarque de escravos, liderada pelo prático-mor de Fortaleza, Francisco

José do Nascimento, cognominado *O dragão do mar*. Francisco José do Nascimento foi trazido depois para o Rio de Janeiro onde provocou incidente entre elementos escravistas e antiescravistas do Exército.

Por outro lado, o incremento das atividades industriais nas últimas décadas que precedem à Abolição iria formar uma classe operária que, embora pequena, tomou imediatamente posição contra o escravismo [40].

Os tipógrafos de Fortaleza negaram-se a executar qualquer impresso que defendesse a escravidão. A Imperial Associação Tipográfica Fluminense, ao ter conhecimento de que entre os seus associados havia um escravo, designou uma comissão para libertá-lo. E Luís Gama, no Centro Operário Italiano, em São Paulo, pronunciou muitas conferências abolicionistas. Inúmeras outras manifestações operárias contra o escravismo podem ser citadas. Antônio Bento, ao organizar a ordem dos Caifazes, destinada a dar fuga aos escravos, conseguiu criar uma verdadeira rede, ligando-se aos ferroviários de São Paulo. "Não havia trem de passageiro" – afirma um historiador – "no qual um negro fujão não encontrasse meios de esconder-se, como não havia estação onde diretamente alguém o não recebesse e orientasse" [41].

Numa situação como a que apresentamos, o trabalho escravo estava em decomposição; os escravos na sua maioria já estavam convencidos de sua situação de explorados e, em maior ou menor grau, desobedeciam às ordens dos seus senhores formando grupos que não eram mais circunscritos aos quilombos mas se manifestavam dentro das próprias senzalas. Mesmo dentro do baixo nível de produtividade médio, a faina dos escravos não tinha mais aquela rentabilidade dos primeiros tempos, já pela tomada de consciência dos mesmos da sua situação de oprimidos, o que os levava à posição de revolta e oposição aos senhores, já por questões econômicas que escapavam ao seu controle e conhecimento, bem como dos senhores de engenho e fazendas. Assim, famílias inteiras, ante a desagregação das relações institucionais que garantiam os graus de hierarquia no campo, não mais podendo estabelecer aquele sistema de barragem social que era

inerente à sociedade escravista e sem o qual as relações senhor/escravo entravam em processo de deterioração, retiram-se para as cidades, vão compor o setor populacional urbano, com receio das fugas, das revoltas e de outras formas de reação do elemento escravo. Um autor insuspeito no particular, como Oliveira Viana, pinta desta maneira o quadro da época que antecede ao abolicionismo: "Os escravos se levantavam, e passavam a desconhecer a autoridade do senhor. Desertavam das senzalas; partiam em massa; cerca de dez mil desceram as encostas de Cubatão para o asilo de Santos. Outros fizeram-se conspiradores em conjurações perigosas. Outros, rebelando-se, assassinavam os senhores". Era, portanto, o fim de um sistema de trabalho que não mais correspondia às exigências do dinamismo da sociedade brasileira.

O trabalho escravo cai ainda mais de rendimento. E note-se: a sua média de rentabilidade já era uma das mais baixas do mundo em consequência do desinteresse pelo produto do seu trabalho e da rudimentaridade dos meios de produção empregados, já que o escravo era, para os produtores da época, um animal de carga como outro qualquer. A lavoura arruína-se, especialmente no Leste e Nordeste onde a escravaria já era um peso morto em uma economia não apenas em decadência, mas em franco processo de decomposição. Os escravos fluminenses incendiavam canaviais e fugiam.

Nestas circunstâncias, o povo – já bastante trabalhado pelas ideias abolicionistas – acoitava os escravos contra perseguições de senhores e autoridades; as leis contra esses atos, por seu turno, não eram aplicadas. Juízes recusavam-se a aplicar a pena de açoite no fim do período em que perdurou essa forma de castigo. Autoridades negavam-se, muitas vezes, a receber nas cadeias escravos fugitivos, tendo o Clube Militar, que no momento contava com elementos democráticos na sua diretoria, respondido ao Trono em 25 de outubro de 1887 salientando a repugnância de grande número de seus associados em servir de capitão do mato.

Dentro desse conjunto de razões havia outras também importantes impulsionando a marcha do abolicionismo: era, como já dissemos, a pouca rentabilidade do trabalho escravo frente ao salariato. Em alguns ramos da produção nacional o trabalho servil já havia sido abolido parcial ou inteiramente. Especialmente na indústria têxtil recém-nascida. E outra: o escravo quase não consumia. A burguesia nascente e os industriais ingleses que dominavam o mercado interno brasileiro, cada um por motivos diferentes, ou melhor, antagônicos, tinham interesse, naquela época, em ampliar esse mercado para que fosse proporcionada a absorção dos seus produtos. A economia baseada na escravidão não acenava com essa perspectiva. Por outro lado, em consequência da decadência do Nordeste, debatia-se a agricultura daquela área – até então a mais importante do país – em profunda crise, agravada com a extinção do tráfico, crise que era profligada por Perdigão Malheiro, na Câmara, quando afirmava: "as dívidas ficavam e com elas os terrenos hipotecados aos especuladores que compravam os africanos aos traficantes para revendê-los aos lavradores. Assim, a nossa propriedade territorial ia passando das mãos dos agricultores para os especuladores e traficantes". Por outro lado, a média de vida do escravo era muito exígua: sete anos segundo Simonsen e dez segundo documentos da época [42]. Tudo contribuía, como vemos, para que o trabalho escravo fosse, na fase em que se encontrava a economia do país, um sistema obsoleto para a época.

Como agravante da crise que já tinha as suas causas intrínsecas, fatores internacionais entravam em jogo e contribuíam para que a produção do açúcar entrasse em decadência: o trabalho escravo, rotineiro, de fraco rendimento e técnica rudimentar, não estava em condições de produzir esse artigo em nível de preço e qualidade que pudessem competir com o Havaí, Antilhas etc., que o produziam por métodos mais racionais, usando o trabalho livre em suas plantações. Além disso, a produção do açúcar de beterraba, que entrava na balança comercial da Europa, influía ainda mais para a decadência de nossa

produção açucareira. O café, que já era nosso principal produto de exportação, passará a ser o eixo em torno do qual girará a economia nacional [43].

A escravidão decompunha-se. Entraves externos e internos levariam o trabalho escravo ao impasse cuja solução foi a Abolição. Nos anos que precederam ao 13 de Maio, o número de escravos e sua proporção dentro do conjunto da população do país diminuíra consideravelmente.

Anos	População	População escrava	% da população escrava sobre o total
1850	5.520.000	2.500.000	31
1852	8.429.672	1.510.000	15
1887	13.278.616	723.419	5

Devemos ponderar, porém, que entre os *livres* havia milhares de pessoas que viviam praticamente em condições de escravos. Os *libertos* não eram outra coisa senão escravos disfarçados [44]. Mesmo assim, não se pode negar a queda vertical da população escrava no conjunto da sociedade brasileira. Nas seis principais províncias do país, em 1882 (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro), segundo depoimento de Joaquim de Godoy, citado por Jovelino M. de Camargo Jr., era essa a população:

Trabalhadores livres	1.433.170
Trabalhadores escravos	656.540
Desocupados	2.822.583 [45]

Os desocupados eram ex-escravos marginalizados que depois iriam ingressar na faixa dos servos que aumentariam progressivamente no Brasil. A qualificação do trabalhador só podia ser feita à medida que ele ingressasse naquela nova classe que surgia: a clas-

se operária. Na capital baiana, pouco depois de extinta a escravidão, existia a União Fabril que englobava seis fábricas de tecidos com um total de 805 operários trabalhando em 358 teares.

Era toda uma conjuntura econômico-política delicada e complexa que se apresentava ante os olhos da Regente: uma economia em decomposição e uma opinião pública que, na sua quase totalidade, condenava o sistema de trabalho que predominava ainda na agricultura. Certamente, sentindo-se forçada ante o império das circunstâncias – um ano antes mandara espingardear os escravos fugidos –, deveria ter raciocinado como, tempos depois, frente ao problema da revolução que se aproximava, exprimiu-se um político brasileiro, exclamando: "Façamos a abolição antes que os escravos a façam". Era o medo da "vingança bárbara e selvagem", de Nabuco, tomando forma jurídica: a Lei Áurea...

CAUSAS PRINCIPAIS QUE DETERMINARAM A ABOLIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Causas externas	Causas internas
1) Pressão política e militar da Inglaterra;	1) Abolição do tráfico de escravos africanos com a Lei Eusébio de Queirós;
2) Formação de um mercado produtor de açúcar em outras áreas, especialmente as Antilhas;	2) Queda da produção e crise estrutural da área açucareira nordestina e consequente decadência do trabalho escravo;
3) Aparecimento de um sucedâneo do açúcar de cana e sua aceitação no mercado europeu;	3) Aparecimento das primeiras indústrias de transformação que exigiam mão de obra livre;
4) Política migratória ofensiva dos países europeus em face dos seus excedentes populacionais;	4) Mínima rentabilidade do trabalho escravo em comparação com o livre;
5) Interesse das nações capitalistas, especialmente a Inglaterra, de criarem um mercado consumidor interno africano, fato que motivou, anteriormente, a extinção do tráfico de escravos no Brasil;	5) Surto do café, cuja unidade produtora – a fazenda – não se adaptava ao trabalho escravo e se desenvolvia com uma dinâmica interna capaz de absorver a mão de obra livre, inclusive a importada;
6) Necessidade, por parte dos manufatureiros ingleses, de ampliar o mercado consumidor brasileiro.	6) Chegada de imigrantes estrangeiros para os trabalhos agrícolas;
	7) Campanha abolicionista com a participação da intelectualidade e da classe média;
	8) Lutas dos próprios escravos.

As causas acima não foram enumeradas de acordo com o seu grau de importância, pois elas tiveram maior ou menor influência de acordo com os elementos circunstanciais de tempo e espaço. Temos de vê-las, portanto, como um conjunto dinâmico que se interpenetrava, muitas vezes gerando conflitos agudos, outras vezes impulsionando movimentos "legais" dentro dos quadros institucionais vigentes.

NOTAS

(1) Sobre a conjuntura econômico-social de Portugal e as causas da sua expansão geográfico-colonizadora bem como o significado das modificações que ali se processaram, veja-se o lúcido ensaio de Antônio Sérgio: "Sobre a Revolução de 1383-85". In: *Ensaios*. Lisboa: 1946, p. 155 et seq., tomo VI.

(2) CALÓGERAS, P. "A política monetária no Brasil". In: *Revista do Livro*, nº 9. Rio de Janeiro, março de 1958, p. 185. Cf. MARCHANT, Alexandre. *Do escambo à escravidão*. Aliás, os primeiros cronistas que se referem às relações iniciais entre colonos e índios salientam que a escravidão não era praticada inicialmente pelos colonos, motivo pelo qual os indígenas cooperavam a fim de que se extraísse o pau-brasil.

(3) Escreve com muito acerto Gilberto Freyre que "o que se salvou dos indígenas no Brasil foi a despeito de influência jesuítica; pelo gosto dos padres não teria subsistido à conquista portuguesa senão aquela parte mole e vaga de cultura ameríndia por eles inteligentemente adaptada à teologia de Roma e à moral europeia. Nem podia ser outra a sua orientação de bons e severos soldados da Igreja; tocados mais que quaisquer outros da vocação catequista e imperialista. O imperialismo econômico da Europa burguesa antecipou-se no religioso dos padres da SJ; no ardor europeizante dos grandes missionários católicos dos séculos XVI e XVII (...). Com a segregação dos indígenas em grandes aldeias parece-nos terem os jesuítas desenvolvido uma das influências letais mais profundas. Era todo o ritmo da vida social que se alterava nos índios. Os povos acostumados à vida dispersa e nômade sempre se degradam quando forçados à grande concentração e à sedentariedade absoluta" (*Casa Grande & senzala*, p. 214-15, 1º vol.).

(4) A existência (ou não) de um comunismo agrário primitivo é problema que vem sendo discutido apaixonadamente. Enquanto a corrente antievolucionista sustenta a inexistência dessa fase, historiadores e etnólogos que se filiam às diversas correntes evolucionistas apresentam razões que justificam a tese da existência desse período. Etnólogos como Lowie (*História de la etnologia*), além de não analisarem na sua complexidade o problema, ficam presos a esquemas ditados em maior ou menor escala por preconceitos políticos (Cf. op. cit., p. 72 e seq.) quando analisam a escola morganista. É também o que fazem outros antropólogos sociais e etnólogos sem, no entanto, verem com que elasticidade essa fase comunal-primitiva deve ser encarada. Assim, fazendo uma análise dos livros *Traité de sociologie primitive* (Paris, 1935), de Robert Lowie; *L'economie primitive* (Paris, 1937), de Richard Thurnwald; e *État social des peuples sauvages* (Paris, 1930), de Paul Deschamps, L. Xavier Teles afirma, depois de implicitamente negar o comunismo primitivo, que as "sociedades árticas (Esquimaus, Koriks, Tchuktches) obedecem a dois princípios: 1) partilha altruística dos produtos alimentares; 2) necessidade de um emprego efetivos dos meios existentes de produção econômica" (...). "Os elementos individualistas, ainda que esbatidos, semidiluídos, não deixam de existir. Razões supersticiosas tornam incontestáveis certos direitos individuais" (...). "Há povos caçadores que reconhecem direitos não comunais e hereditários, sobre certas frações do território tribal. Thurnwald ensina que a propriedade imóvel abrange todo o território de onde a horda, o clã ou a aldeia tiram os meios de vida e subsistência, recusando-se em geral os povos primitivos a aceitar a pretensão de um indivíduo de possuir, pessoalmente, uma parcela do território comum" (Cf. A propriedade entre os povos primitivos. In: *Sociologia*, vol.

1, p. 61 e seq.). Em outro local Thurnwald, cujo pensamento o sociólogo brasileiro tentou resumir, afirma que "a constituição da propriedade privada móvel repousa numa estrutura social decorrente de certas constelações e desenvolvimento descrito no quarto volume desta obra. Somente a quebra dos laços clânicos, autonomia das famílias e a multiplicação de famílias senhoriais com escravos e criadagem abriram caminho para a introdução da propriedade privada de terras ou rebanhos entre aquelas famílias" (Cf. Origem, formação e transformação do Direito. In: *Sociologia*, vol. III, nº 3, agosto de 1941). Vê-se, portanto, que não há nenhuma rigidez da parte de Thurnwald contra a existência do comunismo primitivo. Partindo de posições metodológicas não de um etnólogo que procura sua documentação entre os chamados "primitivos", mas das posições de historiador que tem o seu equipamento de conhecimento voltado para épocas mais recuadas, procurando auxílio na arqueologia e na paleontologia, o professor V. Gordon Childe aceita a hipótese de uma fase comunal-primitiva. (Cf. *Lo que sucedió en la História*), técnica que vem servindo também aos soviéticos entre os quais muitos, através de um esquematismo injustificável, deixam o assunto mais no âmbito da Economia Política. Aliás, Gilberto Freyre dá-nos notícias de pesquisas realizadas pelos "Antropologistas da Academia de Ciências da URSS, a um dos quais, o professor Kaganow, deve-se notável estudo histórico sobre os trabalhos de antropologia na Rússia pós-revolucionária". Nem todos – continua Gilberto Freyre – acreditam ter sido o comunismo de modo absoluto, aquela "primeira fase de desenvolvimento social" a que estaríamos próximos a voltar "sob forma mais alta"; o professor P. Kushner por exemplo não vê evidência da ação do princípio de distribuição comunista de alimento entre as comunidades da Austrália (Cf. *Sociologia*, vol. I, Rio de Janeiro, 1645, p. 208). É que os autores soviéticos, como já afirmamos, deixaram o problema mais ligado à Economia Política do que à Etnologia. O professor Mauro Olmeda, num alentado e importantíssimo trabalho sobre as sociedades pré-capitalistas, sustenta a existência desse comunismo primitivo, baseado em observações locais e em dados da pré-história (Cf. *Sociedades pré-capitalistas: I – Introducción a las sociedades pré-capitalistas*, p. 197, 203, 268, 269, 271). Etnólogos franceses realizaram também debates interessantes sobre o tema. Máxime Rodinson apresentou

(5) Dizer que o índio foi mau trabalhador dentro dos quadros da escravidão não implica absolutamente nenhum julgamento que o incapacite para o trabalho por questões biológicas, inatas. O que há no problemas, aliás, já muito debatido entre nós, é um fato de ordem psicológica que por sua vez foi decorrência de um fato econômico e cultural. Sob as condições de trabalho que o colonizador impôs ao índio foi

que ele se manifestou mau trabalhador. A prova do que afirmamos é que, enquanto vigorou o sistema de escambo nas relações entre colonos e índios, estes se mostraram trabalhadores eficientes. Alexander Marchant, no seu trabalho sobre as relações econômicas entre índios e portugueses de 1500 a 1580 expõe fatos importantes. Afirma o professor norte-americano que, segundo Tevet e Lery, "para ganhar alguma bugiganga ou enfeite os próprios índios cortavam a madeira e transportavam-na aos navios, a uma distância, às vezes, de três ou quatro léguas". Em seguida, afirma: "como não havia cavalos ou outros animais de tração ou carga cabia ao homem fazer o trabalho. Não fora a ajuda dos índios, portanto, e aqueles estranhos no país não conseguiriam carregar um simples navio por ano. Em troca de camisas, chapéus, facas e outros artigos, e com ferramentas de metal que os franceses lhes davam, os índios cortavam, serravam, falquejavam e toravam o pau-brasil" (Cf. MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*, p. 54-55). O outro lado da questão é querer-se apresentar o índio como biologicamente inadequado à escravidão. São dois polos do mesmo estereótipo (...). O que acontece, no particular, é que os indígenas, ainda na fase comunal-primitiva – como já tivemos oportunidade de comentar –, não puderam se adaptar à escravidão, principalmente quando aplicada de modo quase exclusivo à agricultura sedentária, dentro de latifúndios pertencentes a senhores estranhos ao processo de trabalho. A base da economia das tribos indígenas era recoletora. Todo o equipamento psicológico dos índios, portanto, foi atingido quando o tentaram escravizar. Daí a sua reação, coisa que não aconteceu com o negro que, oriundo de culturas já em estágio superior, conhecendo a agricultura e a escravidão, pôde alcançar nível técnico exigido pelo colonizador para os trabalhos agrícolas. No que também não vai nenhuma inferioridade do negro de ordem biológica, mas, pelo contrário, maior evolução social. A prova, no entanto, de que o negro também não foi elemento dócil ou adaptável à escravidão, veremos no decorrer deste trabalho.

(6) "Uma segunda grande razão que tem sido geralmente esquecida foi a pressão dos grupos interessados no tráfico de africanos no sentido de imporem-se ao Brasil (como às demais colônias tropicais) os escravos negros, fonte de polpudos lucros. O tráfico de africanos, ensina-nos Marx, desenvolveu-se na fase histórica da acumulação primitiva que precedeu ao surto do capitalismo industrial (século XVII a XVIII), como uma empresa tipicamente comercial, um fator a mais daquela acumulação. Tratava-se de uma empresa de certo modo autônoma que, se estava condicionada pelo seu mercado, em grande parte também o condicionava. O mercado era a agricultura dos gêneros tropicais, que se desenvolveu a partir do século XVI como parte integrante do sistema colonial da fase do capitalismo manufatureiro, vale dizer como um outro fator da acumulação primitiva. Toda uma série de motivos, ligados ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, às condições geográficas, a certas condições ideológicas etc. (motivos que não será possível analisar aqui) ocasionaram essa ligação histórica entre a agricultura dos gêneros tropicais e o tráfico de africanos, e o fato é que onde vicejou a primeira verificou-se a penetração comercial do segundo; coisa fácil de comprovar-se no caso brasileiro: com exceção do surto minerador (há aí razões particulares), o afluxo dos escravos negros correspondeu no Brasil – geográfica e historicamente – às vicissitudes da agricultura dos gêneros tropicais (o açúcar, o algodão, o café). Foram, portanto, esses interesses mercantis externos, ligados à agricultura colonial e ao tráfico de africanos, uma outra grande razão da predominância da escravidão negra no Brasil" (ALVES, Tancredo. "Sobre escravos, índios e negros no Brasil". In: *Para todos*. Rio de Janeiro, nº 17, julho, 1952, p. 29).

(7) RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*, p. 181.

(8) MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*, p. 25.

(9) Em 1829, Walsh dava como entrados no Brasil, somente pelo porto do Rio de Janeiro, 52.600 escravos, número que decresce, em 1842, em consequência de maior repressão ao tráfico, para 17.435, de acordo com cálculos feitos por Pereira Pinto, baseado em dados do *Foreign Office* e citados por Osório Duque Estrada no seu livro *A Abolição*. Este total cresceria para 60.000 em 1848 e cairia, em 1851, para 3.287 escravos contrabandeados. Ainda sobre o tráfico, Pandiá Calógeras, dispondo de documentos do Itamarati, fornece-nos dados interessantes no livro *Da Regência à queda de Rosas*, no capítulo dedicado a "Tráfico, colonização, finanças", p. 321 e seq.

(10) Em relação à escravidão africana, sabemos que ela se assemelhou mais a uma instituição doméstica do que à escravidão moderna imposta nas colônias do Novo Mundo nas unidades agrícolas tipo *plantation* como já foi analisado por Genovese. Por outro lado, a existência de escravos em Palmares jamais configurou um modo de produção escravista. Pelo contrário, ao seu modo de produção poderemos chamar de camponês-comunitário. Os escravos que existiam na República eram prisioneiros, escravos que trabalhando nos latifúndios escravistas recusavam-se a aderir a Palmares. Mas essa escravidão política era provisória e todo aquele que conseguisse trazer para a República três negros novos teria a sua situação modificada e passaria a ser livre. Isto deve ser destacado para não se confundir a realidade social palmarina, supondo-se existir um modo de produção escravista naquele reduto.

Escravidão em África e em Palmares!

(11) "Houvessem chegado ao Brasil imigrantes com alguma experiência manufatureira, e o mais possível é que as iniciativas surgissem no momento adequado, desenvolvendo-se uma capacidade de organização e técnica que a Colônia não chegou a conhecer. Exemplo claro disso é o ocorrido com a metalurgia do ferro. Sendo grande a procura desse metal numa região onde os animais ferrados existiam por dezenas de milhares – para citar o caso de um só artigo – e sendo tão abundantes o minério de ferro e o carvão vegetal, o desenvolvimento que teve a siderurgia foi o possibilitado pelos conhecimentos técnicos dos escravos africanos" (FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, p. 99).

(12) TAUNAY, A. de. *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*, p. 245 et. seq.

(13) As estatísticas – se é que podemos chamar o que dispomos sobre o assunto de estatísticas – referentes ao número de escravos entrados são todas discutíveis. A de Calógeras que citamos acima – extraída do livro *Formação histórica do Brasil* – é muito contestada. Há inúmeras outras, todas, porém, em maior ou menor número, sujeitas a críticas. Existe um trabalho de Artur Ramos com detalhes sobre o assunto para o qual remetemos o leitor: *Introdução à antropologia brasileira*. Sobre o tráfico a bibliografia é extensa, mas não muito exata, e, para o caráter do nosso trabalho, uma ideia aproximada das suas proporções é suficiente para a interpretação dos fatos subsequentes.

(14) Para constatar o caráter colonial de nossa economia na época, cf. *Cultura e opulência do Brasil*, André João Antonil, Bahia, 1950.

(15) J. Norberto de Souza Silva escreve, referindo-se a Minas Gerais, mas pintando um quadro que podemos generalizar à Colônia no seu conjunto, que "os povos da rica indústria da capitania viviam no maior descontentamento possível pela proteção que se dava à indústria manufatureira da mãe-pátria em detrimento do país. Para verificar e animar os estabelecimentos do reino e da saída fácil às suas imperfeitas manufaturas era necessário aniquilar as fábricas brasileiras. O sopro, que era vivificante e animador no Reino, torna-se mortífero na Colônia. Não viu o governador Dom Antônio de Noronha sem espanto e admiração o aumento considerável das fábricas mineiras e a diversidade dos gêneros de suas manufaturas a ponto de se lhe afigurar que em pouco tempo ficariamm os habitantes da capitania inteiramente independentes das fábricas do Reino (...). Proibindo-as, foi o seu expediente adotado pelo governo da Metrópole que não só o sancionou como estendeu a proibição a todas as capitanias do Brasil. Completou o facho dos esbirros incendiários por conta do governo a obra de destruição – os teares desapareceram!" (SILVA, J. N. Souza.

História da Conjuração Mineira. 1º vol., p. 63). O que o autor narra não é uma atitude esporádica, mas a sistemática da política da Metrópole em relação ao Brasil.

(16) "Já em 1621 uma ordenança real havia proibido à Virgínia exportar os seus produtos para o estrangeiro, sem os ter previamente desembarcado na Inglaterra, mas aquela ordenança fica quase letra morta, graças ao tráfico dos holandeses que levavam para o seu país uma parte do tabaco de Virgínia e, no retorno, o forneciam de mercadorias europeias. Bem mais importante e geral é o *Ato de navegação* de 1651, estabelecendo em substância: 1º) que as mercadorias provenientes da Ásia, África ou América não poderiam ser transportadas para a Inglaterra senão por navios pertencentes a ingleses e cuja equipagem fosse na maioria também inglesa; 2º) as mercadorias provenientes da Europa não poderiam ser transportadas para a Inglaterra ou suas dependências senão por navios ingleses ou pertencentes ao país produtor" (SEE, Henri. *As origens do capitalismo moderno*, p. 136-137).

(17) EFIMOV, A. & FREIBERG, N. *História da época do capitalismo industrial*, p. 10.

(18) Cf. RAMOS, Artur. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 81 et. seq.

(19) Sobre o conceito de "peça" escreve Maurício Goulart: "Em minúcias, porém, o que era *peça de Índias*? O negro sadio, aparentando 30 a 35 anos, de 7 quartas de altura, até aí estão todos de acordo. De 7 quartas de vara, 1,75 m, estatura regular de negro adulto, escreve João Lúcio de Azevedo nas *Épocas de Portugal Econômico*. De 7 quartas, valendo a quarta cerca de 26 etc., diz Scelle, na *Traite*. Cálculo idêntico ao de Richon para o qual, igualmente, a medida padrão seria de 1,82 m. Corresponde, porém, a *vara*, medida antiga de comprimento, a 5 palmos craveiros ou, em linguagem mais familiar, a 110 cm. Taunay pergunta – acho que com razão – onde João Lúcio foi buscar a sua vara de 1 metro da qual sete quartas somavam 1,75? Onde o encontraram, os outros, de 104 cm? Por outro lado, no entanto, se atribuímos à quarta 27,5 cm teríamos desde logo 1,925 m como sendo a estatura regular do negro adulto, o que é um despropósito. Mas, de qualquer forma, aceito um ou outro padrão, o mais alto, ou o mais baixo, é evidente que a maioria dos negros não podia satisfazer às exigências requeridas para a peça da Índia. O mais comum, ao contrário, era serem necessários um e meio, ou dois pretos, para satisfazer a peça. Contrariando, por exemplo, com o assentista Marin, em 1693, a Companhia de Cachau e Cabo Verde, ela própria, daí a pouco, concessionária do contrato, obriga-se a fornecer anualmente 4 mil negros de diversas categorias, de maneira a completar 2.500 peças da Índia. Previsão de mais de 60% de pretos que de peças. No ramerrão do tráfico adotara-se uma escala prática de valores: 2 negros, dos 35 aos 40 anos, valiam 1 peça, como as

crianças entre 4 e 8 anos, 3 molecões, de 6 a 18 anos, 2 peças. As crianças de peito, levadas pelas mães, não entravam no cômputo. Com o tempo – de tal modo se comercializa esta indústria assassina, a expressão é de João Lúcio Azevedo –, a conta das importações passou a ser feita não mais por *peças da Índia, mas por toneladas*" (GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil*, p. 102-103).

(20) GHIOLDI, R. "Gilberto Freyre, um passo atrás no pensamento brasileiro". In: *Para todos*, nº 11 (segunda fase).

(21) PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros ensaios*, p. 85.

(22) MARX, K. & ENGELS, F. *La Guerra Civil en los Estados Unidos*, p. 110.

(23) TAVARES BASTOS, A. C. *Cartas do solitário*, p. 460.

(24) TAVARES BASTOS, A. C. *Jornal do Comércio*, nº 239, 1865. *Apud* MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil*, p. 356 et. seq.

(25) HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 190 et. seq. Inúmeros outros fatos importantes poderiam ser aduzidos aos mencionados por Sérgio Buarque de Holanda.

(26) Mauá escreve textualmente: "Acompanhei com vivo interesse a solução desse grave problema; compreendi que o contrabando não podia reerguer-se desde que a *vontade nacional* estava ao lado do Ministério que decretava a suspensão do tráfico. Reunir os capitais que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter certeza de que aquele fato era irrevogável (...). Consegui formar uma diretoria composta dos melhores nomes da praça, como é sabido, diretoria que com pequena alteração me acompanhou durante a vida curta do primitivo Banco do Brasil" (MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*. Com prefácio e anotações de Cláudio Ganns, p. 126-127).

(27) BURTON, R. F. *Viagens aos planaltos do Brasil*, p. 432. Zaluar também afirma, em seu livro de viagem, que em município paulista encontrou um representante dos mais conhecidos da lavoura que com ele discutiu os meios de "suprir de braços livres os trabalhos da lavoura, tornando os escravos homens morigerados", cf. ZALUAR, E. *Peregrinação pela província de S. Paulo*, p. 12. Tavares Bastos discutiu também o assunto escrevendo: "Em vez de promover reformas indicadas recentemente lembra-se um ministro de renovar a importação de *coolies*. Fornecer braços à lavoura é o pretexto com que se invoca a intervenção do governo para tal fim. Condenamos, vivamente condenamos, este desvio da opinião mal esclarecida. Não é essa a imigração de que carecemos. Estéril para o aumento da população, dispendiosa, bárbara como o próprio tráfico de negros, ela é acompanhada de um triste cortejo de imoralidades. As colônias francesas, espanholas e inglesas têm de sobra expiado o erro de importarem índios e chins: não nos aproveitará a sua longa experiência? A indignação do mundo persegue este novo tráfico: haveremos de afrontá-la? Demais, se vamos emancipar o escravo cumprindo um dever de humanidade, como é que operamos ao trabalhador liberto, o trabalhador asiático concorrente insuperável pela modalidade de salário? E quem paga as despesas dessa importação hostil ao liberto? O povo inteiro e, portanto, o próprio liberto prejudicado. Isto é injusto e impolítico: é injusto aumentar com índios e chins a oferta do trabalho, abaixo do salário ao extremo limite; é impolítico criar e dirigir contra o negro indígena, contra o nacional, concorrência formidável do asiático. Não substituiremos a escravidão pelo dissimulado trabalho servil dos chins embrutecidos ou de negros reduzidos à miséria. Formação da pequena propriedade, independência industrial do povo, independência do sufrágio, tudo isso virá somente do verdadeiro trabalho livre remunerado por seu justo valor" (TAVARES BASTOS, A. C. *A província*, p. 273-274).

(28) "Para iniciar nova era no desenvolvimento do Brasil, o Ministro do Interior, em 1855, anunciara a importação de chineses e, de fato, logo depois entraram algumas centenas de projetistas de rabicho do Celeste Império no Império de S. Cruz. Mas ninguém sabia o que fazer com eles e os pobres-diabos não tardaram a verem-se numa situação premente (...). Teófilo Otoni lembrou-se então de levar o maior número possível desses homens para o Mucuri, tomou a seu cargo grande número deles e empregou-os na construção de estrada. Mas deram-se muito mal, revoltaram-se uma vez porque os tratavam de um modo por demais duro. Que fazem esses chineses hoje – perguntou o Dr. Ernesto ao português. E ele respondeu com toda franqueza que só trabalhavam bem quando os sovavam bastante; bonita *conditio sine qua non* para o desenvolvimento da Empresa Mucuri. Prosseguimos a viagem e, depois de uma hora, deparamos longa fila de chineses, guiados por um feitor munido de um cacete, que, depois do descanso do meio-dia, iam continuar o trabalho iniciado pelos negros (...). Podiam ser 50 a 60 chineses, na maioria moços, fortes, de menos de 30 anos e bem parecidos. Todos vestiam apenas as calças curtas chinesas e muitos quase nem estas, de maneira que mostravam bem os corpos musculosos, deixando adivinhar uma raça de homens fortes. Causava admiração a cor escura da maior parte deles, tão escura que podiam tomar-se por mulatos escuros ou mesmo por negros pardo-escuros, excetuando, naturalmente, a cabeça (...). Quase impossí-

vel ver algo mais miserável do que esse acampamento dos chineses. Certo número de tendas estragadas pela exposição ao tempo, armadas em dois grupos, permeáveis ao sol e à chuva, servindo igualmente para sãos e doentes, um espetáculo revoltante, repugnante, que a mais calejada desumanidade acusaria não produziu a menor impressão da fisionomia do feitor" (LALLEMANT, Robert Avé. *Viagem pelo Norte do Brasil*, no ano de 1859, p. 184-186.

(29) Ainda sobre a imigração como tentativa de substituição do trabalho escravo pela mão de obra livre, devemos nos referir às experiências feitas pelo senador Vergueiro na sua Colônia de Ibicaba e às de outros fazendeiros paulistas. No particular um documento indispensável ao conhecimento do assunto é o livro de Thomaz Davatz, *Memórias de um colono no Brasil* (tradução de Sérgio Buarque de Holanda), São Paulo, s.d., onde as relações de trabalho estabelecidas no chamado *sistema de parceria* são analisadas com cuidado e penetração. A obra traz, ainda, em apêndice, vários documentos importantes para a compreensão do problema. Aliás, o livro de Davatz não somente neste particular é interessante, mas também como depoimento que reflete a situação do país na época, a decomposição da escravidão e as tentativas de coexistência do trabalho livre e escravo. As limitações do chamado *sistema de parceria* e suas insuficiências são também focalizadas num enquadramento realista e algumas vezes surpreendente. O autor, por sinal, foi mestre-escola no estabelecimento do senador Vergueiro e liderou uma revolta de colonos contra a situação em que se encontravam, movimento que despertou grande alarma na época. A experiência foi analisada, ainda, em números sucessivos da revista *O auxiliar da indústria nacional*. Nessa publicação escrevia entre outras coisas o Sr. Carlos Perral Gentil que "os proprietários (...), habituados a só verem empregar-se braços escravos nos trabalhos agrícolas, consideravam os brancos, cultivadores pessoais, como uma raça que apenas a cor diferenciava daquela; e baseando seu raciocínio neste princípio errôneo não tinham para os colonos nem tratamento consentâneo com os costumes europeus, nem mesmo opinião favorável em razão do valor e consideração que em toda parte merece o homem laborioso" (nº 9, março de 1852, p. 330). A mesma publicação insere em outros números artigos focalizando o problema. Há um trabalho assinado por F. L. C. Burlamaqui sobre Trabalho Livre, onde o autor mostra a necessidade de substituição da escravidão, não baseado em considerações filantrópicas, mas à base de uma análise em que mostra rentabilidade da mão de obra livre (nº 1, p. 6 et. seq.). Nos diversos números de *O auxiliar da indústria nacional* encontram-se trabalhos abordando o problema da colonização, fato que demonstra o interesse que o assunto vinha despertando na época, em consequência das próprias necessidades da agricultura.

(30) A divisão que fazemos do movimento abolicionista em duas alas fundamentais não significa que desconheçamos ou não levemos em conta as várias gradações ideológicas de que se revestiu, ou queiramos impermeabilizá-las de quaisquer inter-relações. Por questões metodológicas, simplificamos o processo sem, no entanto, nos esquecermos de que essa divisão significa apenas um corte à distância de um problema histórico muito mais complexo. Como, no entanto, neste capítulo, desejamos apenas fazer um apanhado sintético dos acontecimentos que vão do início da escravidão à Abolição, terminando com um resumo da evolução ideológica do abolicionismo, achamos que a divisão se justifica porque, de qualquer maneira, eram as alas que, desbastadas as arestas dos detalhes, imprimiam dinamismo às ideias que se formavam contra o trabalho servil.

(31) Cf. VINHAS DE QUEIRÓS, M. *Uma garganta e alguns níqueis*, 1947.

(32) NABUCO, J. *O abolicionismo*, p. 25.

(33) Cena que Sud Menucci dá como desenrolada no Júri da cidade de Araraquara. Cf. MOURA, Clóvis. "O precursor do abolicionismo no Brasil, Rio de Janeiro, 1938" e "Retrato do poeta Luís Gama". In: *Fundamentos*, nº 41, 1956, p. 7 et. seq. Raul Pompeia escrevia também, em artigo de jornal: "A humanidade só tem a felicitar-se quando um pensamento de revolta passa pelo cérebro oprimido dos rebanhos operários das fazendas. A ideia da insurreição indica que a natureza humana ainda vive. Todas as violências em prol da liberdade – violentamente acabrunhadas devem ser saudadas como vinditas santas. A maior tristeza dos abolicionistas é que estas violências não sejam frequentes e a conflagração não seja real". Eneias Galvão, Alberto Torres, Raimundo Correia e Augusto de Lima declaram-se de acordo com os termos do artigo do romancista de *O Ateneu*.

(34) VINHAS DE QUEIRÓS, M. Op. cit., p. 108.

(35) PEREIRA, A. *Interpretações*, nota à página 201. Ainda segundo Astrojildo Pereira, no voto de Sousa Carneiro ao projeto de 15 de julho lê-se que o mesmo não passava de "pretexto para a agitação, revolução e subversão social, aproveitado por anarquistas e gritadores das ruas". Por isso favorecia as "passeatas incendiárias e demonstrações estrondosas". Mais ainda: permitia-se que certa "associação comunista" promovesse "ruidosa agitação contra uma escola do ensino superior". A "sociedade comunista" a que se refere Sousa Carneiro era a Confederação Abolicionista.

(36) PIZARRO JACOBINA, A. *Dias Carneiro, o conservador*, p. 126-127.

(37) PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*, nota à p. 182.

(38) Para se ter uma ideia do que foi a luta no Parlamento pela extinção da escravidão veja-se *A escravidão africana no Brasil* e *A campanha abolicionista*, de Evaristo de Morais. Sobre a abolição no Ceará é indispensável a consulta ao livro *A Abolição no Ceará*, de Raimundo Girão. Como fontes subsidiárias: *João Cordeiro, abolicionista e republicano*, de Freitas Nobre, e *O outro Nordeste*, de Djacir Menezes. Sobre São Paulo o livro *Os republicanos paulistas e a Abolição*, de José Maria dos Santos é de leitura obrigatória.

(39) Compunham sua comissão os seguintes abolicionistas: João Clapp, André Rebouças, Bittencourt Sampaio, João Paulo Gomes de Matos, Júlio de Lemos, Alberto Vitor, tenente do Exército Manuel Joaquim Ferreira, Eduardo Nogueira, doutor Pau Brasil, José dos Santos Oliveira, Jarbas S. das Chagas e Domingos Gomes dos Santos. O Conselho Deliberativo era formado por Aristides Lobo, Frederico Júnior, João Augusto do Pinho Batista, Evaristo Rodrigues da Costa, Luís Pires, João Ferreira Serpa Júnior, Procópio Russel, doutor Leonel Jaguaribe, Adolfo Ebstein Júnior, capitão Emiliano Rosa de Sena, Abel Trindade, tenente do Exército Nabuco de Araújo, José de Arimateia e Silva, Luís Rodrigues da Silva, Eugênio Bittencourt, Antônio S. Brasil, José Maria da Costa, J. Campos Porto, José Maria Barreiro, José do Patrocínio, doutor José dos Santos e Miguel Dias.

(40) Sobre as primeiras manifestações da classe operária ver PEREIRA, Astrojildo. "Lutas operárias que antecederam a fundação do Partido Comunista do Brasil". In: *Problemas*, nº 39, março-abril de 1952. DIAS, Everaldo. "Lutas operárias no estado de São Paulo". In: *Revista brasiliense* e *História das lutas sociais no Brasil*. LINHARES, H. "As greves operárias no Brasil durante o primeiro quartel do século XX". In: *Estudos Sociais*, junho-agosto, 1958. CHACON, Valmireh. *Histórias das ideias socialistas no Brasil*. TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*.

(41) MARIA DOS SANTOS, J. *Os republicanos paulistas e a Abolição*, p. 179.

(42) SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*, p. 202.

(43) Comentando a decadência da produção açucareira, Luís Amaral escreve: "Os engenhos centrais só podiam visar aos mercados externos, visto como os internos se contentavam com a produção dos banguês e, sobretudo, iam se arranjando com a rapadura, que cada região agrícola produz para o próprio consumo, só se apelando para o açúcar no tempero dos remédios; mas, sendo exigentes os mercados externos e não sendo da melhor qualidade nossa produção, começou a crescer no exterior a

indústria de sucedâneos e a cair nossa exportação paralelamente ao aumento da produção" (AMARAL, Luís. *História geral da agricultura brasileira*, p. 79.

(44) "O Africano *livre*, entregue ao serviço de particulares ou de estabelecimentos públicos, não passa de um verdadeiro escravo; os que desfrutam seus serviços não caem na asneira de facilitar-lhe a emancipação e, como escravo que é de fato, não pode adquirir meios pecuniários com que pague a advogados e procuradores para tratarem de sua emancipação. Segue-se, portanto, que estes infelizes devem resignar-se com a falha da lei, ou esperar que o acaso lhes depare um protetor desinteressado e que, revestido da mais evangélica paciência, se prepare a sofrer e acompanhar todas as seguintes provas desta nova inquisição moral:

1º) Pedir ao escrivão dos africanos a certidão demonstrativa de que é passado o lapso de tempo.

2º) Requerer ao governo imperial por intermédio da secretaria da justiça.

3º) O ministro da justiça manda ouvir o juiz de órfãos.

4º) O juiz de órfãos informa e faz volver a petição ao ministro.

5º) O ministro manda ouvir o chefe de polícia.

6º) O chefe de polícia manda ouvir o curador geral.

7º) O curador geral dá a sua informação e faz voltar a petição ao chefe de polícia.

8º) O chefe de polícia manda ouvir o administrador da casa de correção.

9º) O administrador da casa de correção informa e faz voltar à secretaria da justiça.

10º) O chefe de polícia informa e faz voltar à secretaria da justiça.

11º) A secretaria faz uma resenha de todas as informações para o ministro despachar.

12º) O ministro despacha afinal, mandando passar a carta de liberdade.

Este *afinal* quer dizer:

13º) Volta a petição ao juiz de órfãos.

14º) E expede-se um aviso ao chefe de polícia.

15º) O juiz de órfãos remete a petição ao escrivão e faz passar a carta, que este demora em seu poder até que a parte vá pagar os emolumentos.

16º) Remete-se a carta ao chefe de polícia.

17º) O chefe de polícia oficia ao administrador da casa de correção mandando vir o africano.

18º) O administrador manda-o, e o chefe de polícia *designa* o termo ou município em que há de residir.

19º) O chefe de polícia da corte oficia ao da província, a que pertence o termo designado, e remete-lhe o africano acompanhado de carta.

20º) O chefe de polícia da província oficia, remetendo o infeliz e a sua carta à autoridade policial do lugar para onde o chefe da polícia da corte aprouve designar o degredo do *homem livre e não condenado por crime algum*.

E depois de todo o trabalho, de despesas feitas com procuradores ou veículos para que a petição não ficasse sepultada no *mare magnum* de nossas repartições, o *mísero africano consegue ser banido do lugar em que residiu por dez, quinze, e vinte anos, em que adquiriu raízes, em que começou a preparar-se o seu futuro, os seus interesses*!" (Artigo do *Diário do Rio de Janeiro*, 1863).

(45) CAMARGO JR, J. M. "A Abolição e suas causas". In: *Estudos afro-brasileiros*.

2. Escravos nos movimentos políticos

I

A participação dos escravos nos movimentos políticos que ocorreram durante a Colônia e o Império foi decorrência lógica da situação em que se encontravam. Na base da pirâmide social, a classe escrava constituía a força produtiva mais importante. Se, demograficamente, pesava de maneira esmagadora, tinha, no entanto, contra si, a *alienação* em que se encontrava, alienação que – no caso particular do escravo – tem características específicas que devem ser analisadas.

Em primeiro lugar, dentro do conjunto da sociedade, não era a classe que estava ligada aos meios de produção mais avançados. Pelo contrário. Era fator de atraso do próprio processo de desenvolvimento desses meios. Por outro lado, o escravo não apenas produzia mercadorias dentro de um sistema que dificultava o desenvolvimento das forças produtivas, mas se constituía, também, em mercadoria, em objeto de troca. Era, portanto, força produtiva no seu sentido global, dentro da sociedade escravista, mas, ao mesmo tempo, do ponto de vista do senhor de escravos, simples meio de produção; equiparado aos animais de tração que eram utilizados no funcionamento dos engenhos e em outros setores de atividade econômica.[1] Não por acaso era considerado simples coisa, pois, dentro de regime escravista, não passava,

efetivamente, de um instrumento. Não vendia a sua força de trabalho, mas era considerado pelo senhor de escravos um simples instrumento de trabalho, de vez que o direito de propriedade se estendia à própria pessoa do escravo. Transitava como mercadoria, já que "a compra e venda dos escravos é, também, quanto à sua forma, compra e venda de mercadorias" (2).

Sem falarmos na situação material em que viviam e a que estavam submetidos através de diversos métodos de coerção social, temos de atentar – para compreendermos a sua participação em movimentos que surgiram conduzidos por elementos das outras classes sociais – para as restrições políticas totais a que estavam sujeitos. A economia escravista, montada no Brasil desde os primórdios da colonização, considerou, como não podia deixar de ser, o escravo um simples objeto. Havia, nas Ordenações Manoelinas, um título regulando *De como se podem rejeitar Escravos ou Bestas por Doenças ou Manqueira*. Dizia Perdigão Malheiro, no seu insubstituível trabalho sobre a escravidão no Brasil, que "nem lei alguma contemplava o escravo no número de cidadãos ainda quando nascidos no Império, para qualquer efeito em relação à vida social, política ou pública. Apenas os *libertos* quando cidadãos brasileiros gozam de certos direitos políticos e podem exercer alguns cargos públicos" (3).

Na Constituinte de 1823 são sumariamente excluídos do direito de voto, juntamente com os criados de servir, os jornaleiros, os caixeiros de casas comerciais, enfim, juntamente com todas as pessoas que tinham rendimentos líquidos inferiores ao valor de 150 alqueires de farinha de mandioca. Para os eleitores de segundo grau, que escolhiam os deputados e senadores, exigia-se um rendimento de 250 alqueires e, finalmente, para que o cidadão fosse candidato a deputado se exigia a soma de 500 alqueires (1.000 para senadores), além da qualidade de proprietário, foreiro ou rendeiro por longo prazo, de bens de raiz ou fábrica de qualquer indústria (4). Os escravos, como é óbvio e já ficou dito linhas acima, não eram considerados brasileiros; posteriormente

passaram a ser brasileiros, mas não cidadãos, fato que levou Joaquim Nabuco, na análise que fez do regime, a mostrar a sua ilegalidade dentro do próprio formalismo do Direito da época (5).

Os mecanismos de defesa da sociedade escravista estabeleceram um sistema de peneiramento social no processo eleitoral capaz de preservar as suas bases de qualquer possível abalo. O Estado era uma sólida carapaça que – através de elementos de pressão – mantinha o *status quo*, escudado em um conjunto de leis complementares reflexas do regime escravista.

Segundo o depoimento datado de 1835 –, documento, aliás, que é peça do processo de repressão à insurreição de escravos ocorrida naquele ano, em Salvador – não "gozavam de direito de cidadão, nem privilégio de estrangeiro" (6).

Tal situação levou a que os elementos cativos desde muito cedo participassem como aliados e muitas vezes como elementos destacados e até decisivos nas lutas, levantamentos e tentativas de sedição que diversas camadas sociais realizaram ou organizaram durante o nosso desenvolvimento histórico. Esses movimentos se amiudavam e aprofundavam à medida que certos setores dessas camadas adquiriam relativo poder econômico. Tal diferenciação era decorrência do desenvolvimento do comércio e do surgimento de algumas indústrias de transformação, empresas que, por seu turno, tinham o seu desenvolvimento impedido pela Metrópole, durante a Colônia, e pelos setores que representavam a agricultura latifundiário-escravista, durante o Império. A contradição era bem clara e foi notada por muitos estudiosos do tempo: o latifúndio escravista impedia o surgimento de uma burguesia que se formava como crosta, como seu elemento subsidiário e muitas vezes inicialmente complementar, mas que, paulatinamente, cristalizava interesses próprios e entrava em choque se não frontal pelo menos de flanco com tal sistema.

No bojo de tal contradição o escravo se encontrava, de um lado, como força de trabalho decisiva das formas tradicionais de economia,

mas, de outro, transformava-se progressivamente em negação dessa economia. E à medida que se integrava no processo de transformação dessa forma de trabalho, integração que muitas vezes, ou melhor, quase sempre, não tinha caráter consciente, criava os elementos para que o processo de *alienação* passasse a se desenvolver no outro polo, na classe que, divorciada do processo de produção, era quem auferia todos os seus proventos: os senhores de escravos.

Na malograda revolta de Filipe dos Santos, em Minas Gerais, temos notícias da participação no movimento de "portugueses com os seus negros", que foram presos [7]. No dia 28 de julho de 1720, sete mascarados, juntamente com muitos pretos, armados, derivaram do morro onde se encontravam, invadindo e depredando diversas casas. Em seguida, intimaram o governador a não abrir novas casas de fundição.

Em outro movimento, a Inconfidência Mineira – como na revolta de Filipe dos Santos –, o papel do escravo como reserva social do acontecimento ainda não foi suficientemente estudado e esclarecido. Que os inconfidentes, de um modo geral, eram abolicionistas, não há muitas dúvidas [8]. Mas até que ponto esperavam que os escravos aderissem e participassem da revolta é que não está bem claro, embora fosse Minas, na época, um dos maiores focos de quilombos do Brasil.

Tiradentes, segundo Norberto de Souza Silva, chegou a possuir três escravos nas suas malogradas tentativas de mineração [9]. O certo é que pelo menos uma escrava sabemos ter pertencido ao Alferes Inconfidente: a que foi doada por ele a dona Maria do Espírito Santo, órfã menor a quem Tiradentes deixara grávida "com promessas esponsalícias" e de quem tivera uma filha [10].

Voltando à nossa análise, temos de constatar que os *Autos da Devassa* são o único documento que conhecemos capaz de explicar, em certo sentido, este aspecto de um movimento já por si mesmo confuso; capaz de explicar como aqueles "duros braços ao trabalho feitos" se comportaram ao saber que na capitania se tramava um movimento que tinha, entre outros objetivos, acabar com o instituto da escravidão.

José Álvares Maciel, filho de um capitão-mor de Vila Rica, ao depor nos *Autos* afirmou que "sendo o número de homens pretos e escravatura do país muito superior aos homens brancos, toda e qualquer revolução que aqueles pressentiam nestes seria motivo para que eles mesmos se rebelassem" [11]. O receio do filho do capitão-mor era endossado por Alvarenga Peixoto. Outros inconfidentes viram na escravaria de Minas Gerais, àquele tempo organizada em quilombos em diversas zonas da capitania, material humano e social muito importante. O sargento Luís Vaz de Toledo propunha que os escravos participassem ativamente da luta juntamente com eles, pois "um negro com uma carta de alforria à testa se deixava a morrer".

Como já dissemos, em Minas Gerais, ao tempo em que os inconfidentes se reuniam para discutir o movimento, os escravos estavam em franca ebulição. Tinham-se ligado os da cidade aos quilombos do interior da capitania. Daí por que, em Sabará, segundo depoimento de Brito Malheiro, se "puseram os pasquins que dizem que tudo o que fosse homem do Reino havia de morrer e que só ficaria algum velho clérigo e que isto foi posto em nome dos quilombolas". Em seguida afirmava que "já se ouvia das pessoas da última classe de gente nesta terra, como são os negros e mulatos, que está para haver um levante" e "que os nacionais desta terra o desejavam".

Podemos ligar estes fatos ao detalhe de os pardos, mesmo aqueles "mestres do ofício", "músicos" e "afazendados com escravaturas", até 1753 não poderem andar de espada à cinta, somente conseguindo naquele ano permissão para tal. É que a simples cor parda já constituía ameaça para os senhores de escravos [12].

Mas na Inconfidência Mineira qual a posição de Tiradentes em relação não somente à abolição, mas também à participação dos escravos no movimento de que ele foi incontestavelmente o líder? Até que ponto vislumbrou no escravo um elemento aproveitável à vitória das ideias dos inconfidentes? É possível que tenha visto também, como o sargento Luís Vaz de Toledo, nos escravos uma reserva de

grande importância para a vitória do movimento. Mas tudo não passa de mera suposição, como, aliás, a maioria das conclusões sobre a Inconfidência Mineira, movimento mais estudado pelo seu simbolismo do que pelos fatos que apresenta ao historiador. Tanto assim que é apresentado como o ponto culminante das lutas pela nossa independência política, quando a chamada Revolta dos Alfaiates, na Bahia, tem um significado muito mais profundo não apenas do ponto de vista de organização dos insurgentes, mas, também, pelo seu programa, pelas suas metas a alcançar. Foi a mais avançada tentativa de quantas foram realizadas, antes de obtermos a nossa emancipação de Portugal. Por isto mesmo é atacada por muitos historiadores, como é o caso de Varnhagen. O autor da *História geral do Brasil*, ao analisar a Inconfidência Baiana, depois de chamá-la "um arremedo das cenas de horror que a França e principalmente a bela São Domingos acabavam de presenciar", conclui que "os conspiradores que se chegaram a descobrir não subiram a quarenta: nenhum homem de talento, nem de consideração; e quase todos libertos ou escravos, pela maior parte pardos" (13).

Os *homens de valia*, de fato, não participavam desse movimento, que foi mais da *patuleia* e dos *homens de poucas posses*, homens que, muitas vezes, tinham o seu *status* social ligado à sua cor. Os mulatos, os pardos que participaram da Inconfidência Baiana foram o elemento que formou o grosso da insurreição. Na capilaridade quase inexistente da sociedade da época, transpiravam para a superfície esses movimentos, movimentos que tinham como desiderato modificar ou pelo menos atenuar as condições que eram impostas pelo estatuto colonial. Por isto, muitos dos elementos que formavam o *entourage* de dominação lusa que aqui se encastelou sentiram as arestas que a defasagem existente entre a Metrópole e a Colônia criava. Ao mesmo tempo compreendiam que aqueles elementos arrolados na categoria de patuleia e que, por isto mesmo, se encontravam nas camadas mais baixas, eram a estrutura humana desses movimentos. Pandiá Calógeras, a seu modo, assinalou o fato quando escreveu que "nesse assalto contra o instituto servil, desempenhavam papel os eternos ódios dos que nada possuem contra os que têm riqueza; a revolta do pobres, ou do *popolo minuto*, contra os potentados, ou *popolo grosso*, das Repúblicas italianas da Renascença. E, sobre os herdeiros de uma situação velha já de séculos, recaía o espírito de um vindita de um santo furor, ansioso por destruir a instituição" (14).

José Venâncio de Seixas, quando chegou à Bahia na qualidade de provedor da Casa da Moeda, constatou "o perigo em que estiveram os habitantes (...) com uma associação sediosa de mulatos, que não podia deixar de ter perniciosas consequências, sem embargo de ser projetada por pessoas insignificantes; porque para se fortificarem lhes bastavam os escravos domésticos inimigos irreconciliáveis dos seus senhores, cujo jugo por mais leve que seja lhes é insuportável". Prosseguindo, dizia: "Foi Deus servido descobrir por um modo bem singular a ponta desta meada, ao fim da qual julgo se tem chegado, sem que nela se ache embaraçada pessoa de estado decente" (15).

De outro lado, as ideias liberais da França encontravam fácil guarida na Bahia, consequência das condições da capitania que vinha passando por um longo processo de efervescência política, como decorrência da crise crônica da agricultura atrasada da região, e cedo se transformaria em arma ideológica, manejada pelos intelectuais, e aglutinadora das camadas mais empobrecidas da população. Mas se é exato que essas ideias se difundiram muito mais entre os letrados, o certo é que, de qualquer forma, deixaram ressonâncias – pelo menos indiretas – entre as camadas mais oprimidas, conforme se pode verificar nos *Autos da Devassa* (16).

Já em 1678, nas Cartas do Senado, remetidas para Portugal, lê-se que "fazemos manifesto a Vossa Alteza do miserável estado deste povo pelas muitas cargas e opressões que em tempo tão cansado carregam sobre a franqueza de seus tenuíssimos cabedais" (17). Em consequência de tal situação – são ainda as Cartas do Senado que nos

informam –, os moradores da Bahia algumas vezes faziam "tumultos", como ocorreu quando da nomeação de Bartolomeu Fragoso para assistente de Luís Gomes de Mata Correia [18].

A situação se foi agravando progressivamente com o passar do tempo, até a época da Revolta dos Alfaiates. Os membros da intelectualidade reuniam-se, segundo Aluysio Sampaio, com a finalidade de "propagar os livros dos enciclopedistas e os êxitos da Revolução Francesa" [19]. A sociedade agrupou no seu seio os elementos que desejavam lutar contra a dominação portuguesa, desenvolvendo atividade clandestina no sentido de conduzir o povo a combater o estado de coisas existente. Esses intelectuais, dentre os quais vale destacar os nomes de Agostinho Gomes, Cipriano Barata, os tenentes José de Oliveira Borges e Hermógenes de Aguiar propagavam, nos quadros daquela sociedade literária, ideias libertárias. Mas não foi tal organização que impulsionou o movimento. O pensamento de uma saída revolucionária para a situação surgiu exatamente de outro componente da conjuração: artesãos, soldados, alfaiates, sapateiros, ex-escravos e escravos. A posição de Cipriano Barata, que participava da sociedade literária, foi cética e reticente quanto à possibilidade de uma solução violenta. Ao ser procurado por Manuel Faustino dos Santos para participar do levante, afirmou que "deixasse de semelhante projeto porque a maior parte dos habitantes vivia debaixo da disciplina de um cativeiro e não tinha capacidade para tal ação; e o melhor era esperar que viessem os franceses os quais andavam nessa mesma diligência na Europa e logo chegavam" [20]. Francisco Moniz Barreto, a quem se atribuiu a letra do hino dos inconfidentes, também optava pela vinda dos franceses [21]. Não era outra, também, a posição de Hermógenes de Aguiar [22].

Se é verdade que esses intelectuais desejavam acabar com o estatuto colonial ou supunham fosse possível atenuar a situação em que se encontrava a capitania – e neste particular exerceram papel que deve ser destacado –, o certo, porém, é que recuaram, tergiversaram, vacilaram à medida que os acontecimentos se precipitavam e tomavam caráter mais

radical e a ele aderiram os artesãos, alfaiates, sapateiros, ex-escravos e escravos. Enquanto os intelectuais teorizavam sobre um possível papel libertador dos franceses, a ala mais popular do movimento, sem muito teorizar, apresentava uma posição programática para a ação imediata contra o estatuto colonial. Será por tudo isto entre as camadas mais empobrecidas da população de Salvador que o movimento encontrará base social e irá consolidar-se política e militarmente. Queriam a emancipação do Brasil do jugo português, um regime de igualdade para todos, onde não mais houvesse preconceito de classe ou raça e cada um fosse julgado pelo seu merecimento [23]. Manuel Faustino dos Santos, ao ser perguntado sobre os objetivos do levante, não teve dúvidas em afirmar que "era para reduzir o continente do Brasil a um governo de igualdade, entrando nele brancos, pardos e pretos sem distinção de cores, somente de capacidade de governar, saqueando os cofres públicos e reduzindo todos a um só para dele se pagar as tropas e assistir as necessárias despesas do Estado" [24].

A mesma coisa diziam os papéis que foram colocados na cidade [25]. Em um dos manuscritos apreendidos pelas autoridades, lê-se: "Ó vós povo (ilegível) sereis livres para gozares (*sic*) dos bens e efeitos da liberdade; ó vós Povos que viveis flagelados com o pleno poder do Inimigo coroado, esse mesmo rei que vós criastes; esse mesmo rei tirano é quem se firma no trono para vos vexar, para vos roubar e para vos maltratar.

"Homens, o tempo é chegado Para a vossa ressurreição, sim para ressuscitareis (*sic*) do abismo da escravidão, para levantareis (*sic*) a Sagrada bandeira da Liberdade."

"A Liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento; a liberdade é a doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para outros, a Liberdade é o repouso, a bem-aventurança do mundo" [26].

A ação revolucionária prosseguia a sua marcha, enquanto os intelectuais na sua maioria discutiam teoria política ou aguardavam que a França viesse em socorro do Brasil.

Isto, porém, não quer dizer que a componente popular dos inconfidentes baianos não procurasse penosamente estabelecer uma base teórica para o movimento. Sendo quase todos da condição chamada humilde, tinham dificuldades em apreender o ideário que vinha expresso numa língua para eles desconhecida: a francesa. Por isto mesmo, sempre que possível, diligenciavam a tradução de obras que lhes vinham do estrangeiro. Por esta razão, mantinham ligações estreitas com a França, dali recebendo livros, folhetos e possivelmente apoio para o movimento. Oficiais de navios franceses que aportavam comunicavam-se com os conspiradores. Tal movimento político clandestino não era desconhecido pelas autoridades da Metrópole. Em 1792 recomendavam ao governo da Colônia vigilância severa ao navio francês *Le Diligent*, que vinha à procura do explorador desaparecido La Pérouse, mas – segundo pensavam as autoridades lusas – tinha o objetivo real de disseminar entre nós o "espírito de liberdade que reinava na França." Otávio Tarquínio de Souza afirma que a mesma Carta Régia que denunciava as intenções do *Le Diligent* informava que a Constituição francesa de 1791 já havia sido traduzida para o espanhol e o português [(27)]. A aludida sociedade secreta – Cavaleiros da Luz – que se reunia provavelmente em casa de João Ladislau de Figueiredo e Melo, como inúmeras outras, pregava as obras de Voltaire e os seus membros tinham entre os seus livros os de Mably, Reynal, Condorcet, liam Adam Smith e discutiam as ideias dos enciclopedistas.

Inúmeros "papéis libertinos" chegavam para os conspiradores baianos como chegavam, também, para o Rio de Janeiro, onde, em 1794, o padre José de Oliveira dizia que "meio Rio de Janeiro estava perdido e libertino" [(28)]. Os intelectuais que eram ligados às ideias liberais eram chamados "franceses."

A conspiração, porém, não ganhava a amplitude exigida para vencer, pois a intelectualidade que a ela se engajara não se sentia encorajada e decidida a se apoiar nas camadas sociais mais descontentes, em consequência da posição econômica que esses letrados ocupavam na

estrutura da sociedade colonial. Vacilavam em dar base mais radical à revolta. Em consequência dessa posição expectante, a Inconfidência Baiana como que estaciona, surgindo, em seguida, as primeiras delações acompanhadas de prisões. Diante desta moldura conturbada é que começam a se projetar os seus líderes populares. Luís Gonzaga das Virgens é o primeiro que se destaca com invulgar mérito. Descontente com a orientação que vinham dando à revolta, inicia um amplo movimento de agitação e difusão dos manuscritos que continham o programa inconfidente. Aluysio Sampaio informa, – e os manuscritos apreendidos pelas autoridades confirmam –, que o programa do movimento era: 1º) Independência da capitania; 2º) governo republicano; 3º) liberdade de comércio e abertura de todos os portos "mormente à França"; 4º) cada soldado terá soldo de 200 réis por dia; 5º) libertação dos escravos.

Já haviam sido tomadas, porém, logo após as primeiras delações, as providências necessárias para que a revolta fosse sufocada e os seus cabeças encarcerados. O autor dos manuscritos – Luís Gonzaga das Virgens – é caçado pela polícia, sendo preso finalmente a 24 de agosto. Isto vem precipitar os acontecimentos e obriga os inconfidentes a medidas de emergência [(29)]. Tentam os seus companheiros um ato desesperado a fim de arrancá-lo do cárcere. Fracassada a tentativa, seguem-se novas delações. Afastam-se os intelectuais praticamente do movimento. Sua direção passa a ser exercida pelos líderes saídos das camadas mais baixas e oprimidas da população da capitania: artesãos, ex-escravos, escravos. O governo iniciou em seguida brutal repressão contra os implicados na conspiração. Detém inúmeros dos seus participantes ou simples suspeitos. Todos passam pela peneira fina das autoridades, como é o caso de Cipriano Barata.

Mas o que nos interessa aqui não é fazer uma história da Inconfidência Baiana. Nosso objetivo, dentro dos planos do presente trabalho, é ver o grau de participação dos escravos nos eventos.

Que os líderes populares do movimento contavam com os escravos como força atuante não há dúvida. Cedo reconheceram a impor-

tância desse elemento como aliado. Dirigiram, por isto, suas vistas para aquela classe com muito empenho. Especialmente os batalhões de pardos e pretos eram constantemente trabalhados pelos insurgentes na fase preparatória. Lucas Dantas declarou: "temos os regimentos de pardos e pretos a nosso favor", aos quais se juntaria a "escravatura dos engenhos de Fernão e Bulcão" [30].

O conteúdo francamente abolicionista do movimento é colocado com ênfase nos documentos e nas declarações dos principais implicados. A grande participação de pardos e escravos, depois indiciados, por isto mesmo, marca a sua origem popular. João Nascimento era pardo; Manuel Faustino dos Santos, pardo livre; Inácio da Silva Pimentel, pardo livre; Luís Gama de França Pires, pardo escravo; Vicente Mina, negro escravo; Inácio dos Santos, pardo escravo; José, escravo de dona Maria Francisca da Conceição; Cosme Damião, pardo escravo; José do Sacramento, pardo alfaiate; José Félix, pardo escravo; Filipe e Luís, escravos de Manuel Vilela de Carvalho; Joaquim Machado Pessanha, pardo livre; Luís Leal, escravo pardo; Inácio Pires, Manuel José e João Pires, pardos escravos; José de Freitas Sacoto, pardo livre; José Roberto de Santa-Ana, pardo livre; Vicente, escravo; Fortunato da Veiga Sampaio, pardo forro; Domingos Pedro Ribeiro, pardo; o preto gege Vicente, escravo; Gonçalo Gonçalves de Oliveira, pardo forro; José Francisco de Paulo, pardo livre; Félix Martins dos Santos, pardo; tambor-mor do Regimento Auxiliar, além de brancos como Cipriano Barata e outros.

Recolhidos à prisão na sua quase totalidade, ali permaneceram até que, em 22 de dezembro, foi enviada carta ao governador determinando que fosse realizado julgamento dos implicados. Em novembro de 1799 terminava o julgamento com as seguintes sentenças: Luís Gonzaga das Virgens era condenado a morrer na forca e ter pés e mãos decepados e expostos em praça pública; João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas, Manuel Faustino dos Santos Lira também foram sentenciados à forca e esquartejamento, ficando os seus corpos expostos em lugares públicos.

Igual sentença foi proferida contra Romão Pinheiro, com o agravante de serem os seus parentes considerados infames. (Posteriormente a sua pena seria atenuada para degredo.) O escravo Cosme Damião foi banido para a África. O pardo escravo Luís da França Pires, que conseguira fugir, foi condenado à morte, dando a Justiça direito de matá-lo a qualquer pessoa que o encontrasse [31].

Finalmente, no dia 8 de novembro de 1799, foram executados na Praça da Piedade. Lucas Dantas e Manuel Faustino não aceitaram a extrema-unção que um padre franciscano lhes oferecera. Foram os quatro executados depois de ter saído o cortejo de Aljube, onde se encontravam os mártires, para a Praça da Piedade.

Impressionante é a pouca idade desses heróis: Lucas Dantas tinha 24 anos; João de Deus do Nascimento tinha a mesma idade; Manuel Faustino dos Santos Lira contava apenas 23 anos e Luís Gonzaga das Virgens, o mais velho de todos, 36 anos.

Segundo depoimento da época, os quatro condenados portaram-se ante o carrasco com uma altivez que chegou a irritar os seus algozes [32]. Estava – com a execução dos cabeças da sedição – sufocado mais um episódio das lutas travadas pela independência da Colônia, com o derramamento de sangue de escravos que também participaram dos acontecimentos, juntamente com os demais componentes das camadas populares de Salvador.

De 1799, quando foram executados, a 1817, medeiam 18 anos, tempo que serviu para que, em Pernambuco, com ramificações em outras províncias, houvesse possibilidade de que novamente se organizasse uma revolta com objetivo idêntico ao dos inconfidentes baianos – a Independência –, embora com as diferenças inerentes às particularidades de composição social de cada uma. Se, na Revolta dos Alfaiates, tudo não passou de projetos, na revolução pernambucana, em 1817, a coisa muda substancialmente de figura.

Em Pernambuco, os insurgentes passaram da palavra à ação e tomaram o poder político. Tiveram de enfrentar, portanto, todas as

vicissitudes que a organização de um novo poder acarreta; tiveram de organizar um programa de governo, uma fração de administradores e uma força militar que garantisse as conquistas da revolução.

II

A Revolução dos Alfaiates foi, do ponto de vista do conteúdo político e definição programática, o mais profundo acontecimento que antecedeu a Independência. A participação do escravo tinha, por isto mesmo, um grau de coerência que advinha da coincidência de interesses das camadas artesãs que o estruturaram e da classe escrava.

Se a Inconfidência Mineira foi um movimento de letrados e surgiu de um descontentamento verificado em camadas que já tinham, dentro da estratificação da sociedade colonial, um *status* médio, a Revolta dos Alfaiates, pela sua composição social, teve outro significado; organizada e desenvolvida basicamente por elementos das camadas que se encontravam asfixiadas dentro da capilaridade quase inexistente da sociedade colonial, projetou-se, por isto mesmo, como um movimento de homens de "pouca valia", como quer Varnhagen, isto é, foi o transbordamento de uma sedimentação de problemas que se acumulavam no seio da sociedade colonial em detrimento dos interesses daqueles que sofriam a pressão esmagadora de toda a pirâmide social do Brasil, por se encontrarem exatamente na sua base. Os escravos, com sua participação, deram à revolta um conteúdo preciso, já que a Abolição se inseria como um dos seus postulados fundamentais.

Daí por diante, porém, a composição das forças que se organizavam a favor da Independência muda substancialmente. A classe senhorial – possuidora de escravos – entra na composição dessas forças e influi cada vez mais poderosamente, fato que determina a mudança concomitante de objetivo dos movimentos subsequentes. Joaquim Nabuco escreve: "depois veio o período da agitação pela Independência. Nessa formação geral dos espíritos os escravos enxergavam uma perspectiva mais favorável de liberdade. Todos eles desejavam instintivamente a Independência. A sua própria cor os fazia aderir com todas as forças, ao Brasil como Pátria (...). Daí a conspiração perpétua pela formação de uma pátria que fosse também sua. Esse elemento poderoso de desagregação foi o fator anônimo da Independência. As relações entre os cativos, os libertos e os homens de cor, entre estes e os representantes conhecidos do movimento, foi a cadeia de esperanças e simpatias pela qual o pensamento político dos últimos infiltrou-se até as camadas sociais constituídas pelos primeiros.

Uma prova de que no espírito não só desses infelizes como também dos senhores, no dos inimigos da Independência, a ideia desta estava associada com a da emancipação, é o documento dirigido ao povo de Pernambuco, depois da revolução de 1817, pelo Governo Provisório" [33].

Nabuco tinha toda razão ao pintar o quadro de tal modo. A própria revolução de 1817 já é um sintoma da solução compromissada para o problema da Independência. Somente a classe que tinha base econômica sólida podia dirigir o movimento que desaguaria na Independência. Daí as contradições entre as camadas letradas e populares e o núcleo básico dos senhores de escravos em todos os movimentos que se seguiram. Contradições que espelhavam exatamente a passagem do bastão de comando político das mãos das camadas populares para as dos senhores de terras e escravos. Aquilo que Joaquim Nabuco com precisão chamou de "ilusão até a Independência" irá adquirindo conotações diferentes nos movimentos seguintes.

Da revolução pernambucana de 1817 o escravo também participará. Embora a sua atuação seja bem menos importante do que na Inconfidência Baiana, iremos encontrá-lo, contudo, contribuindo para a instalação de uma República independente dos vínculos coloniais. A revolução de 1817 não terá, conforme a análise que fizemos anteriormente, um sentido e um conteúdo tão radicais como a dos alfaiates

baianos. Sua composição social será bem distinta, seu programa bem menos avançado e os seus objetivos muito mais acanhados. No particular da abolição do trabalho escravo, embora inicialmente fosse favorável à medida, logo após a vitória precária da revolução o Governo Provisório apressava-se em esclarecer o assunto à classe senhorial com o seguinte documento: "Patriotas Pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: eles creem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor escravos. O Governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutrido em sentimentos generosos não podem jamais acreditar que os homens, por mais ou menos tostados degenerassem do original tipo de igualdade; mas está igualmente convencido de que a base de toda sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impelido destas duas forças opostas, deseja uma emancipação que não permita mais lavrar entre eles o cancro da escravidão; mas deseja-a lenta, regular, legal. O Governo não engana ninguém; o coração se lhe sangra ao ver longínqua uma época tão interessante, mas não a quer prepóstera. Patriotas: vossas propriedades ainda as mais opugnantes ao ideal da justiça serão sagradas: o Governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força. Crede na palavra do Governo, ela é inviolável, ela é santa" [34].

Para salvarem a pele tentaram uma aliança com o latifúndio escravista. Levantando a bandeira da inviolabilidade da propriedade privada – um dos postulados teóricos do liberalismo –, estenderam esse direito até a posse de outros seres (uma das características das sociedades escravistas), servindo, assim, à defesa da propriedade dos senhores de escravos que era reconhecida no nosso país. As ideias liberais serviram, na sua forma, neste caso particular, para defender uma formação econômico-social que na Europa elas ajudaram a esfacelar.

Mesmo assim, os escravos participaram da luta. No trabalho de aliciamento foi visível o interesse que os organizadores do movimento tiveram pelo elemento servil ou pelas camadas a ele diretamente

ligadas. Antônio Henrique Rebelo, 2° tenente do Regimento da Artilharia, tinha grande familiaridade com os Henriques, fato que levou o alferes Tomás Pereira da Silva a inquiri-lo sobre aquele comportamento, obtendo a seguinte resposta: "Deixa estar, é preciso tratá-los bem para nos ajudarem algum dia a ser livres" [35].

Quando o Conde dos Arcos iniciou a repressão contra o movimento pernambucano, ordenou o fuzilamento de inúmeros escravos que lutaram ao lado dos republicanos. Na Paraíba, ao ser Amaro Gomes Coutinho enforcado por haver tomado parte na revolta, juntamente com ele subiram ao patíbulo, por crime idêntico, 23 escravos [36].

Em manuscrito transcrito por Gilberto Freyre, afirma Luís do Rego Barreto em correspondência para a Metrópole que "não foram todos os negros, nem todos os mulatos os que tomaram o partido dos rebeldes e se uniram a eles; porém dos homens destas cores aqueles que abraçaram a causa dos rebeldes, a abraçaram de um modo excessivo, e insultante, e fizeram lembrar com frequência aos moradores as cenas de S. Domingos. Os homens mais abjetos desta classe, os mesmos mendigos, insultaram seus antigos benfeitores, seus senhores ou senhoras e se prometiam, como todo despojo, a posse de uma Senhora, como acontecimento infalível: este grau de orgulho já era temível quando o Governador Interino Rodrigo José Ferreira Lobo entrou nesta Capitania, e uma das medidas mais eficazes que ele tomou foi punir prontamente com açoites a todos aqueles de que se sabia fato notável desta espécie, ou que tinham cometido algum atentado a coberto da Rebelião" [37].

Convém notar, ainda, que a participação do escravo na revolta de 1817 era, de uma parte, espontânea, em face de razões que já apresentamos, e, de outra parte, uma obrigação imposta pelos seus senhores que estavam envolvidos na luta. Por isto mesmo escreveu com razão L. Borges: "Os escravos que passaram a figurar entre as tropas, que asseguravam a vitória inicial da revolução, eram incorporados a elas por iniciativa daqueles que dirigiam o movimento pela independên-

cia, sendo trazidos para a luta diretamente dos engenhos onde trabalhavam" [38]. O mesmo autor esclarece que "quando da ocupação da Fortaleza do Brum, já figuravam entre a tropa 600 escravos do Cabo" [39]. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque "acudiu com todos os seus escravos armados" [40]. O padre Pedro de Souza Tenório solicitou auxílio de Jerônimo Albuquerque Maranhão, que "veio com os seus escravos" [41].

Ascendino Carneiro da Cunha depõe que, em Itabaiana (Paraíba), foi organizado "um exército de escravos e mestiços indisciplinados, pessimamente armados e equipados", que levantaram "uma bandeira branca, símbolo da liberdade, e desceram em demanda da sede do governo realista [42]. Na noite do dia 12 de março (viam-se) negros armados, naturalmente escravos dos patriotas e não do povo".

Tais fatos aconteceram amiudamente no início da revolta, ante o impulso que as forças populares imprimiram no sentido de radicalizá-la. No entanto, conforme já dissemos, a composição social do movimento não permitia mais a posição hegemônica dessas camadas. Oliveira Lima escreverá que "a 8 de abril os escravos, armados no começo da revolta, tinham restituído as armas e retomado a canga" [43]. Pelos fins de abril a revolta estava quase circunscrita a Pernambuco. A situação não era nada lisonjeira, quase desesperadora. Daí, entre outras medidas, terem sido libertos mil escravos que foram postos em armas.

A medida, porém, deixou – em face das circunstâncias em que foi tomada – de ser uma atitude política, para converter-se em medida militar de emergência, pois, na mesma ocasião, decretou-se o recrutamento geral, declarando-se que todo capaz era obrigado, sob pena de morte, a defender a República [44].

Mas a República já estava perdida. Sufocada pelas tropas coloniais, são em seguida os seus líderes encarcerados ou executados [45]. Vejamos, porém, o saldo apurado, através das listas dos implicados, da participação dos homens de cor nos acontecimentos de Pernambuco: 4 do Regimento dos Henriques e 4 dos pardos; Paraíba: 2 escravos, 2 do

Regimento dos Henriques e 1 cabra; Ceará: 1 membro do Regimento dos Henriques, 4 cabras; e Rio Grande do Norte: apenas 1 cabra.

Com referência à cor, escreve ainda Luís Borges: "dezoito são livres, isto é, sete do Regimento dos Henriques, quatro do Regimento dos Pardos e sete cabras e, finalmente, dois são escravos" [46].

Devemos anotar, finalmente, que esses implicados são os que constam da devassa mandada abrir pelas autoridades. Cremos, no entanto, com sólidos argumentos, que a contribuição do escravo foi bem maior do que refletem tais documentos, pois apenas os mais importantes foram responsabilizados, especialmente os que faziam parte da intelectualidade e da Maçonaria. O lastro popular da revolta não podia ser envolvido na rede da Justiça por ser muito mais difícil identificá-lo, ou dele se ocupar, quando havia muito figurão a ser detido e julgado.

Como vemos, duas foram as formas fundamentais de participação dos escravos na revolução de 1817: a primeira como elemento que agia por ordens do seu senhor, sem consciência, portanto, da essência, do significado da sua participação; a segunda, como elemento consciente que se rebelava contra o *status* em que se encontrava e que engrossava as fileiras dos insurgentes sabendo que eles tinham como objetivo extinguir a escravidão. A primeira forma de participação mostra o escravo *alienado*, ainda ideologicamente estruturado nos quadros institucionais que vigoravam, isto é, participando sem se transformar em elemento de negação do sistema escravista, mas, pelo contrário, através da sua obediência às ordens senhoriais, dando (paradoxalmente) substância ao regime. A outra forma de participação leva o escravo a se negar como tal – ao transformar-se em quilombola – e se inserir como elemento de negação da ordem escravista.

Pouco depois do malogro da revolução de 1817 temos notícias de outro acontecimento interessantíssimo que se entrosa no longo e tortuoso rosário das lutas dos escravos contra o instituto da escravidão e que demonstra, também, como os escravos estavam longe de

entender, como era óbvio, a essência dos acontecimentos políticos. Segundo o informe que estamos acompanhando, os negros cativos organizaram-se para impor, nada mais, nada menos, que a Constituição que fora promulgada em Portugal através da chamada revolução liberal daquele país. Os escravos mineiros, dirigidos por um negro de fartas posses chamado Argoins, proclamaram a Constituição lusa em toda a zona onde atuavam – Guaraciaba, Sabará, Santa Rita etc. – travando combates de envergadura com os habitantes do Paraibuna e os pretos do Arraial de Santa Bárbara, que se colocaram contra o movimento.

Como diz Miguel Costa Filho, "o ideal constitucionalista avançara pelo interior do Brasil convencendo-se os pretos de que eram iguais aos brancos. Em Minas, todos os portugueses (abrangeria esse gentílico, além dos reinóis, os mazombos, os descendentes brancos, ou quase brancos, daqueles?) desde o rio Canizana (Carinhanha) até a Serra da Mantiqueira eram "constitucionais". A Constituição já fora jurada na comarca de Serro Frio" [47].

O ardor e o entusiasmo desses negros – inúmeros deles escravos – chegaram quase ao fanatismo. Algum tempo depois de ter Argoins iniciado o aliciamento dos adeptos desse movimento, contava nas suas fileiras cerca de quinze mil negros escravos da região de Ouro Preto.

A eles haviam aderido dois regimentos de Cavalaria Auxiliar da Comarca de Serro Frio. Iniciaram, então, ataques continuados aos negros da região que não haviam aderido ao movimento constitucionalista, matando-os sem compaixão. Criaram uma bandeira, usavam distintivos nas ruas e muitos deles festejavam antecipadamente a liberdade. Uma das proclamações dos seus chefes diz: "Em Portugal proclamou-se a Constituição que nos iguala aos brancos: esta mesma Constituição jurou-se aqui no Brasil. Morte ou Constituição decretamos contra pretos e brancos: morte aos que nos oprimiram, pretos miseráveis! No campo da honra derramai a última gota de sangue pela Constituição que fizeram os nossos irmãos de Portugal" [48].

Voltando a falar do documento que serve de base ao que estamos escrevendo, Miguel Costa Filho diz que "insiste o documento em pintá-la (a situação de Minas Gerais) em cores severas, asseverando que os pretos haviam jurado exterminar e matar os inimigos da Constituição. Cita alguns lugares em que se usavam seus trajes: Caeté, Pitangui, Queluz (Lafaiete) e Baependi; conta que em Paracatu mil negros, com os mais habitantes, fizeram festas públicas e que em Campanha se praticaram horrores e houve mortes, tendo aparecido 'espíritos revolucionários que se apoderaram dos negros'" [49].

Como se pode constatar sem muito esforço ou exibição de inteligência, havia muita confusão, muita contradição e muitas limitações na mente desses escravos e dos seus líderes, fato que, aliado à própria dinâmica da sociedade escravista, facilitou sua dissolução. Depois de alguns combates, muitos deles, ao que se diz, de alguma importância e violência – como os de Diamantina e Mariana –, foram-se separando, dispersando-se na região até quando veio a Independência, fato que os levou a se julgarem livres. E o movimento, sem maiores consequências, extingui-se [50].

Entra, assim, o Brasil em plena embocadura da sua independência política, com os escravos em efervescência, reserva social e muitas vezes militar dos movimentos que eclodiram para dar substantivação ao nosso desligamento da Metrópole. Conforme estamos vendo, no rastilho de lutas que se sucedem, o escravo é uma constante. Tal posição nascia do fato de vislumbrar, com maior ou menor clareza, conforme Nabuco tão bem acentuou, no desligamento do Brasil da Metrópole a oportunidade de conseguir a extinção do estatuto da escravidão e, concomitantemente, a sua liberdade, fato que o iria integrar no conjunto da sociedade civil brasileira como homem livre; oportunidade, em outros termos, de anular, dentro da estratificação social existente, o *status* de escravo. Na medida, portanto, em que supõe estar a independência indissoluvelmente vinculada à abolição do trabalho servil, é um engajado nesse movimento. Os escravos continuam vendo uma "ilusão de liberdade" no processo de lutas que desembocaria na Independência. Daí a

sua participação ser uma constante. Ao se aproximar a data da nossa Independência, movimentos desordenados como o de Argoins, em Minas Gerais, são sintomas que bem demonstram como o chamado elemento servil já aspirava e transpirava politicamente, embora dentro das limitações estruturais que a sua situação econômico-social estabelecia.

Proclamada a Independência política do Brasil, em 7 de setembro, cumpria consolidá-la e garanti-la militarmente, já que as tropas lusas, aquarteladas na Bahia, não estavam dispostas a depor as suas armas. A batalha que se iria travar, portanto, entre lusos de um lado e brasileiros de outro, era decisiva porque não representava simplesmente um duelo militar, mas configurava a solução de todo o movimento político que se havia iniciado e desenvolvido ainda no seio da Colônia e agora entrava em choque direto com a Metrópole. Havia um significado político muito mais vasto do que um duelo de forças no seu sentido estritamente militar.

Na Bahia, o ambiente era tumultuoso desde 1821, com a constitucionalização de Portugal. Diversos incidentes surgiram. É nesta conjuntura delicada que chega a Independência. Era governador das armas o general Madeira de Melo, que – não aceitando a proclamação da Independência e rejeitando as solicitações de sua rendição – inicia as operações militares na província. Se de um lado os lusos lançam na refrega os seus contingentes militares ali aquartelados, a população baiana, de outro, apela para os filhos da província.

Ainda neste capítulo os escravos tiveram papel ativo. Era a última vez que entravam na composição de forças sociais que desejavam a independência e, mais uma vez, conseguindo o objetivo daqueles setores que se empenhavam dentro dos quadros institucionais do latifúndio escravista, ficavam marginalizados após a vitória.

Devemos salientar, agora, para melhor compreensão, quais as forças escravas que participaram dessas lutas e o seu comportamento global em face dos acontecimentos políticos e militares que se desenrolavam. Quais as formas de que se revestiu tal participação? O elemento escravo durante as lutas armadas teve quatro formas básicas de comportamento: 1) aproveitou-se da confusão reinante e fugiu para as matas, debandando dos seus senhores; 2) aderiu ao movimento libertador para conseguir a sua alforria; 3) lutou por simples obediência aos seus senhores; e 4) participou ao lado das forças portuguesas.

Quanto à primeira forma de reação, os documentos da época mostram como as autoridades não se descuidaram e traçaram as normas necessárias para reprimi-la. O governo provisório que se instalara, querendo "acautelar", "como é do seu dever, os graves prejuízos que resultarão, tanto a particulares como geralmente a toda a Província, da dispersão dos escravos que andam vagando fora da companhia dos seus senhores pelas povoações, lugares e matas do Recôncavo e alguns retidos em poder estranho, ordena o seguinte:

1) Que toda e qualquer pessoa que tiver em seu poder algum escravo que por legítimo título não lhe pertença, o entregue a seu verdadeiro senhor; e ignorando quem ele seja, vá logo recolher à cadeia mais vizinha, entregando-o ao Juiz respectivo; isto no prazo de 15 dias depois da publicação deste, abaixo das penas estabelecidas contra os receptores de escravos alheios.

2) Que todos os Juízes e Capitães-mores façam a mais exata indagação para descobrirem tais escravos e fazê-los prender. Recolhidos que sejam à cadeia, darão conta pela Secretaria deste Governo, remetendo uma lista circunstanciada, na qual se declare os nomes, nação e sinais dos sobreditos escravos e a quem pertencem, sendo que eles o contassem; outrossim declarem os vencimentos que tiveram os Capitães de mato ou quem os for prender, os quais deverão se regular pela distância em que foram presos com relação à morada dos referidos Capitães de mato, na conformidade do seu regimento; e o dia em que forem recolhidos à cadeia a fim de saber-se o quanto tem despendido o carcereiro em comedorias, o que tudo se faz público pela folha que chegue à notícia de seus donos.

3) Que todos os proprietários de Engenhos e Fazendas indaguem se nas suas terras se acolhem alguns desses escravos e os farão prender e remeter à cadeia vizinha; e não os podendo prender, por se recolherem às matas, deem logo parte aos Capitães-mores e Juízes, declarando o lugar onde lhes conste que existem" [51].

Quanto à adesão dos escravos ao movimento para conquistar a sua alforria, os fatos e documentos demonstram que foi relativamente grande. Escravos formaram massa compacta ao lado do exército libertador tendo destacado papel militar [52].

Aliás, quando os cativos lutavam com tal objetivo, não escolhiam de que lado deviam ficar. Os portugueses também não se descuidaram em aliciar escravos para as suas hostes com promessas de alforria. Em resposta à proclamação de Labatut, que convida os soldados da cidade a desertarem em troca de um "lote de terra e uma sesmaria", os lusos conseguiram levantar 200 escravos africanos que atacaram os nacionais em Mata Escura e Saboeiro, causando danos às tropas nativas. Depois da luta, que não foi de pouca monta, os escravos foram vencidos, tendo Labatut mandado fuzilar "cerca de 50, sendo os outros açoitados" [53]. Ao tempo em que punia tão severamente os que se colocaram a serviço dos adversários, pensou em "formar batalhões de escravos libertos, como aconteceu na antiga Roma" [54]. O conselho interino do governo, acatando as ponderações de Labatut, que eram de "se proceder a uma prestação voluntária de escravos que mais parecerão para formar corpos de primeira linha", determinou que os proprietários fossem ouvidos e convocados "os mencionados Proprietários, pessoas do Clero, empregados públicos e mais homens bons" para deliberarem sobre o assunto, sendo a decisão favorável à solicitação de Labatut.

O certo é que os Henriques já estavam, a esta altura dos acontecimentos, combatendo ao lado dos nacionais, sob o comando do major Manoel Gonçalves da Silva, que tinha sob as suas ordens 1.100 homens. Labatut, por outro lado, que tão severamente punira os escravos que se encontravam do lado adversário, propunha a formação de um corpo de primeira linha de cativos, "visto que estes indivíduos se tornam soldados conseguindo a liberdade como me convenço experimentalmente com a conduta dos libertos do Imperador, que disciplinei e instruí" [55].

O batalhão dos libertos adquiriu, mesmo, durante as operações, um cartel de heroísmo ponderável, em consequência do seu procedimento nas inúmeras vezes em que foi chamado a atuar.

Com a vitória dos libertadores, vejamos como entraram na capital baiana as tropas nacionais e como formaram as que eram constituídas de escravos e de elementos a eles afins. Na vanguarda ia um corpo de exploradores sob as ordens do coronel Antero José Ferreira de Brito, seguindo-o o coronel Lima e Silva, comandante-chefe e seu Estado-Maior, um batalhão do Imperador, o batalhão de Pernambuco, as tropas baianas e logo em seguida o batalhão dos pretos, comandado por Manuel Gonçalves da Silva, tendo ficado na retaguarda parte deste grupo, de guarda no acampamento [56].

Conforme estamos vendo de forma muito sumária, no episódio militar que redundou na consolidação definitiva da nossa independência política, o escravo dele participou, dando o seu labor e o seu sangue ao procurar abrir e alargar as trilhas da nossa formação como nação.

Após o fracasso da revolução pernambucana de 1817, ainda em Pernambuco iremos encontrar os escravos em novo levante juntamente com outros elementos e camadas da população, fato que se verificou no ano de 1823.

Se na revolução de 1817 a participação dos escravos foi parcial, no levante a que nos estamos reportando agora foi decisiva, fundamental. Nele, quase só tomaram parte escravos e ex-escravos. Seu líder foi Pedro da Silva Pedroso, que declarava sua preferência pela gente de cor: ele próprio era mulato. Convém notar que esse famoso capitão Pedroso vinha das lutas de 1817, nas quais tivera atuação destacada.

Novo levante em Recife 1823
"Rebelião do Pedroso"

e violenta. Pertencente à 3ª Companhia do Regimento de Artilharia, amotinou-se naquele movimento. Do seu ato resultou matarem o brigadeiro Antônio Joaquim e o seu ajudante de ordens Alexandre Tomás. Foi o mesmo que tentou de espada desembainhada matar Jose Luís de Mendonça quando esse elemento procurou, no mesmo movimento, um acordo contemporizador, "conservando na fortaleza o estandarte real, como convite à negociação" (57).

Quando do esmagamento da revolta de 1817, foi o mesmo Pedroso quem acompanhou com mais dois mil soldados o padre João Ribeiro na sua retirada para o norte.

Após a Constituição de Portugal, Pedroso toma posição radical e dias depois da Independência depõe a Junta Provisória presidida por Gervásio Pires Ferreira. "Aos 18 de setembro (1822); apresentou-se ante a Câmara do Recife o comandante da força armada, Capitão Pedro da Silva Pedroso, depois de haver feito pegar em armas os corpos da guarnição e mandar alguns oficiais aos membros da Junta intimar que se demitissem, o que eles fizeram: e declarou que a força armada e o povo ali reunidos depunham a Junta, por ter esta, no ofício que dirigiu ao Príncipe-Regente, tratado de facciosos os autores do pronunciamento de 1º de julho, isto é, o mesmo povo do Recife e a tropa, e acrescentou que requeriam a eleição de um governo temporário de cinco membros, para proceder à eleição de uma nova junta" (58).

Sua exigência foi aceita. Foram eleitos: "presidente, Francisco de Paula Gomes dos Santos; secretário, José Mariano de Albuquerque, membros, o padre Inácio e Filipe Néri Ferreira" (59).

Pedroso, que, além da participação na revolução de 1817 e no movimento que estamos relatando, ainda tomará parte na Confederação do Equador, de 1824, foi o líder incontestável desses fatos. Em consequência do levante, o comércio fechou as portas como medida de cautela e durante vários dias a cidade foi praticamente dominada pelos insurretos.

Enquanto durou a ocupação, os escravos e pardos que haviam se engajado à revolta cantavam nas ruas do Recife:

Marinheiros e caiados
todos devem se acabar
porque só pardos e pretos
no país hão de habitar.
Pois só os pretos e mulatos
no país hão de habitar.

A esse movimento insurrecional aderiu a quase totalidade das forças da 1ª e 2ª linhas e as companhias Monta Brechas e Intrépidos, compostas de mestiços e negros e sobre as quais Pedroso exercia grande influência, que já vinha capitalizada dos movimentos anteriores, quando ele se transformou num verdadeiro condutor das camadas mais radicais. Seu proselitismo, que já se havia manifestado nitidamente em 1817, continuou em 1823, para desembocar, finalmente, em 1824, na Confederação do Equador.

Durante a fase na qual o movimento se considerou virtualmente vitorioso, as ruas da capital pernambucana estiveram cheias de "grupos ruidosos da ínfima gentalha de cor e seminua".

Pedroso, aliás, parece que gostava dessa "gentalha", sendo ela um dos seus alicerces políticos e caldo de cultura do seu prestígio. Ao referir-se a ele, Pedro Calmon escreve que "a patuleia (pretos, mulatos, dizem os papéis) seguia os mata-marinheiros com o Coronel Pedro da Silva Pedroso" (60).

Alarmados com tal situação, que se apresentava inesperadamente, e tendo em vista os acontecimentos anteriores que conturbaram a província, pondo em perigo a ordem tradicional, os senhores de engenho logo se organizaram para liquidar aquele movimento que punha em perigo a estabilidade do regime. No Engenho do Cabo formou-se um verdadeiro exército recrutado pelos donos dos engenhos e fazendas de Pernambuco que, comandado por Pais de Barros, seguiu para esmagar a revolta. Segundo Alfredo Carvalho, estavam "armados de grossos bacamartes de boca-de-sino, pesadas granadeiras reiúnas,

compridas lazarinas de fuzil, monstruosas pistolas de coldres, chuços de todos os formatos, ferrugentos espadões de gala, facões de rabo-de-galo, recurvos como cimitarras" [61].

Essas tropas, aliadas às que a elas se juntaram, conseguiram esmagar, com relativa facilidade, a "revolta de Pedroso".

Em 1824 participará o escravo, embora de forma mais diluída. Assim, também, na República de Sabino Vieira, instalada na Bahia em 1837. Os escravos negros dela participaram ativamente, formando um corpo de tropa constituído de cativos: o batalhão dos "Leais à Pátria" que operou sob o comando do major Santa Eufrásia [62]. Como vemos, até depois da Independência o escravo participava de outros movimentos que ainda lhe ofereciam aquela "ilusão de liberdade" que o 7 de Setembro não lhe deu.

Enquanto no Nordeste movimentos como a Confederação do Equador apareciam como sintomas insofismáveis da disposição emancipacionista de diversas camadas da população – o que decorria de uma série de fatores que, na sua essência, afirmava a formação da nossa consciência nacional –, no Sul a efervescência não era menor após a Independência. Certos problemas políticos, que eram fruto do desenvolvimento desigual das economias regionais, traduziam a conscientização das contradições emergentes da sociedade brasileira que se diversificava economicamente, criando novas e mais complexas formas de divisão do trabalho e de acumulação de riquezas. Houve, por este motivo, uma interligação sub-reptícia, mas constante entre as camadas rebeldes das diversas regiões, interligação que refletia a coincidência de interesses desses elementos novos que apareciam, mas se encontravam geograficamente separados. Exemplo disto é o contato havido entre os homens que fizeram a Confederação do Equador, no Nordeste, e os que dirigiram a Revolução Farroupilha, no Sul. O fato é muito visível e explicável. Bento Gonçalves esteve preso em Salvador durante algum tempo, conseguindo fugir em consequência da cooperação de oficiais e elementos ligados aos sediciosos locais.

Para o Rio Grande do Sul, por seu turno, seguiu o padre José Antônio Caldas, que foi um dos organizadores da Confederação do Equador em Alagoas; seguiram da Bahia o coronel Rocha e o professor João Rios Ferreira Firmino Teles, todos eles elementos ativos durante o tempo que durou a República de Piratini [63].

Era, por conseguinte, a conscientização de vastas áreas e camadas sociais que se configurava nesses movimentos.

Não tendo surgido a Abolição em 1822, como esperavam, os escravos não perderam a esperança. Continuaram, como já vimos, se engajando nos movimentos subsequentes. Na Revolução Farroupilha eles se sentirão à vontade porque, afora a insurreição dos alfaiates, na Bahia, nenhum outro movimento foi tão enfática e ostensivamente antiescravista como o chefiado por Bento Gonçalves. A participação do escravo tinha um caráter racional, lógico. Não havia a contradição existente nos demais acontecimentos quando eles participavam das lutas por ordem dos seus senhores, como já vimos. Além do mais, como não pesava muito fortemente na economia da região conflagrada, o escravo se transformou em soldado rapidamente, adaptando as suas técnicas de combate aprendidas no Continente Negro às lutas da campanha. As próprias autoridades farroupilhas se encarregavam de emancipá-lo.

De fato, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná não receberam um contingente demográfico africano considerável, embora o seu coeficiente fosse bem maior do que muitos supõem. O tipo da economia pastoril prescindia do escravo africano. Os trabalhos agrícolas, especialmente o da erva-mate, também não eram de molde a exigir uma concentração de braços escravos como a que a economia dos engenhos ou da mineração impunha. Além disto, devemos salientar que, nas regiões fronteiriças, havia sempre o perigo de o escravo fugir para outros países. Houve mesmo alguns atritos de caráter internacional em consequência desses fatos [64]. Daí não terem as camadas dirigentes da região conflagrada interesse em manter o estatuto da escravidão, tão

acirradamente como aconteceu no Nordeste, onde ela era o esteio em que se escorava toda a economia regional. O Rio Grande do Sul tinha a seguinte população negra:

1814	1.439
1822	22.000
1835	100.000

O total da população da província era o seguinte:

1814	79.137
1822	106.196
1835	360.000 (65)

Como muito bem diz Dante de Laytano, "as estatísticas revelam que a revolução de 35 encontrou a província com 1/3 de escravos no total da população" (66). E acrescenta o mesmo autor: "(...) os Farrapo encontraram nos negros, não o soldado mercenário e passivo, mas um aliado, numa campanha armada pela libertação de seu estado pelas bolsas avaras de Portugal" (67).

O escravo negro, portanto, participava neste quadro como aliado livre, criando zonas de fricção militar em diversos pontos e áreas de combate. Desde o começo, isto é, desde a tomada de Porto Alegre, que o escravo negro está presente, comandado por Bento Gonçalves. Uma testemunha afirmará que "de diversas insurreições de Escravatura agentes fizeram armar e reunir em diversos pontos da Província e na cidade de Pelotas onde ainda conservam, para mais de *trezentos a quatrocentos escravos* armados contra a causa da Legalidade" (68). O próprio Bento Gonçalves tinha um ex-escravo que o acompanhava, tendo prestado bons serviços à causa republicana (69).

Outros depoimentos ainda mostraram que o escravo foi um aliado dos mais importantes da República de Piratini. Ainda segundo Dante de Laytano, "foram eles elementos de colaboração, entraram com os primeiros insurretos, estiveram a par dos segredos e das se-

nhas revolucionárias e tomaram parte na primeira avalancha que se jogou contra o Império" (70). O major João Manuel de Lima assumiu o comando da 1ª legião de escravos que entrou na cidade de Pelotas. E, convenhamos, os escravos tinham razões de sobra para combater ao lado dos Farrapos. O sentimento antiescravista dos seus líderes, como já assinalamos, justificava plenamente esse engajamento. Bento Gonçalves e Domingos de Almeida, ministro da Justiça e Interior da jovem República, assinavam, a 11 de maio de 1839, documento no qual afirmavam: "o Presidente da República para reivindicar Direitos inalienáveis da humanidade, não conseguindo que o livre rio-grandense de qualquer cor que os acidentes da Natureza os tenham distinguido, sofra impune e não vingado o indigno, bárbaro, aviltante e afrontoso tratamento que lhe prepara o infame Governo Imperial, em represália, a que lhe é provocado, Decreta:

"Artigo Único: Desde o momento em que houver sido açoitado um homem-de-cor a soldo da República pelas autoridades do Governo do Brasil, o General Comandante-Chefe do Exército, ou Comandante das diversas divisões do mesmo, tirará a sorte aos Oficiais de qualquer grau que sejam das tropas Imperiais nossos prisioneiros e fará passar pelas armas aqueles que a mesma sorte designar" (71).

Compare-se este documento com o lançado pelo governo revolucionário de 1817. A diferença é flagrante e o saldo é todo a favor dos farroupilhas.

E havia mais: a jovem República comprava centenas de escravos aos seus senhores, todas as vezes que eles assim o exigiam, para que pudessem combater como soldados livres nas fileiras dos Farrapos.

Não foi apenas como lanceiro, soldado de infantaria ou nas cargas de cavalaria que o negro se destacou pela importância do papel, mas na Marinha também.

Lanchões armados, tripulados por ex-escravos, faziam parte da pequena frota farroupilha. Em várias oportunidades tiveram de provar a sua bravura, conforme testemunhos de outros participantes des-

sas refregas. Rafael e Procópio, negros, participaram juntamente com Garibaldi do combate que as tropas farroupilhas mantiveram em Camaquã contra Frederico Moringue. Muito da resistência que foi oferecida àquele chefe legalista deve-se à disposição dos escravos que estavam ao seu lado. O próprio Garibaldi, que tão ativa e corajosamente participou ao lado das tropas de Bento Gonçalves, criando mesmo uma auréola de herói de dois mundos, nas suas memórias, declarou: "Quisera um lugar para escrever, gravar em bronze os nomes destes valentes companheiros, que em número de quatorze se me reuniram, combatendo durante cinco horas cinquenta inimigos" (72).

O abolicionismo dos chefes da República de Piratini não arrefeceu mesmo nos momentos mais críticos. Depois de reconhecidamente derrotados, não abdicaram das suas posições antiescravistas.

Nas condições de rendição não abandonaram à sua própria sorte aqueles que, sendo escravos, lutaram ao seu lado (73).

Na Paraíba, em 1874, quando foi adotado no país o novo sistema de medidas (métrico decimal), o povo da cidade de Campina Grande saiu às ruas para protestar, supondo tratar-se de novos e mais elevados impostos. Aos descontentes juntar-se-á uma parcela de escravos daquela cidade que, comandados por um negro chamado Manuel do Carmo, assumiu praticamente a direção do levante. O escravo Manuel do Carmo e seus companheiros marcharam para o Sítio Timbaúba em busca do presidente do Conselho Municipal, Bento Gomes Pereira. Cercada a casa, aparece a figura do presidente da Câmara, visivelmente nervoso e temeroso, sendo, na ocasião, interpelado pelos escravos que exigiam "o livro de fundo da emancipação onde estavam pintados os escravos novos".

O movimento já tinha assumido proporções inteiramente novas e dramáticas; os escravos haviam aproveitado o descontentamento dos habitantes da cidade para exigirem a sua liberdade. Gomes Pereira, maliciosamente, entregou um livro aos escravos sediciosos que não sabiam ler, afirmando ser o do "fundo". Ludibriados dessa maneira,

retiraram-se e levaram consigo, como reféns, todos os que se encontravam no sítio.

Quando chegaram em Campina Grande, de regresso, são procurados pelo padre Calixto Correia Nóbrega, vigário local, que tenta dissuadi-los do seu intento. Já haviam os escravos, a essa altura, compreendido o logro de que foram vítimas. Sem uma orientação clara, apesar das contínuas levas de escravos que vinham de todos os pontos engrossar as fileiras de Manuel do Carmo, os escravos resolveram internar-se nas matas próximas. Por outro lado, marchava para Campina Grande um forte contingente chefiado por Belarmino Ferreira da Silva. Compreendendo a sua inferioridade numérica e a desvantagem tática de permanecerem na cidade, embrenharam-se nas matas transformando-se em quilombolas.

Com a saída dos escravos de Campina Grande, o movimento do "Quebra-Quilos", como ficou sendo conhecido, logo seria abafado e os seus principais dirigentes aprisionados (74).

Conforme estamos vendo, não foram lutas esporádicas – e o quadro que acabamos de apresentar está longe de ser completo quer na sua extensão, quer na sua profundidade –, mas uma sequência decorrente da própria estrutura econômico-social da Colônia e do Império, vale dizer, decorrência da estratificação quase impermeável de uma sociedade escravista.

Além das lutas em que o escravo negro participou, juntamente com as demais camadas e classes da sociedade, há as revoltas de escravos nas quais ele lutou isolado, por objetivos próprios. É o que veremos adiante.

NOTAS

(1) "O escravo não vendia a sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. Ele *mesmo* é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é sua mercadoria" (MARX, K. "Tra-

balho assalariado e capital", p. 22). "A força de trabalho se confunde com a *pessoa* do escravo no transcurso de toda a sua existência futura. Não se pode assim computar nela, pelo menos com rigor suficiente, o esforço despendido na produção das diferentes mercadorias, cada uma de *per si*" (PRADO JR., Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*, p. 41).

(2) MARX, K. *El capital*, p. 41.

(3) MALHEIRO, P. *A escravidão no Brasil*, p. 17. Ainda para ilustração de como vivia o escravo durante o regime escravista, transcrevemos este trecho de Rodrigues de Carvalho sobre o assunto: "Agora vejamos o que concretizava em lei no Brasil, deste Brasil já separado da Metrópole, portanto à sombra do 'pendão auriverde'. Os juízes de Paz não podem açoitar escravo algum, sem que primeiramente o tenham devidamente processado, e sentenciado com audiência do senhor" (Aviso de 16-06-1837). "Não pode o escravo dar queixa contra pessoa alguma, ainda que seja contra aquele que o quer conduzir à escravidade" (Acórdão da Relação do Rio de 1º-04-1879). "Não pode o escravo ser considerado pessoa miserável para que em seu lugar o Promotor público possa agir contra quem o ofenda criminalmente" (Aviso de 02-04-1853). Suprema irrisão! Sem termos que citar as disposições do Código Penal de 1830, prossegue o autor que estamos citando – basta para fazer uma ideia do conceito em que era tido o escravo perante a lei, transcrever o seguinte para instruir uma condenação: "Na sentença em que for o escravo condenado a açoites, deve o juiz que a proferir, também, condená-lo a trazer um ferro pelo tempo e maneira que for designado conforme o artigo 60 do Código Criminal" (SOUSA, Paulo. *Código do Processo Criminal*). "A mancebia entre senhor e escrava não lhe minora a condição de escravo, nem os próprios filhos do senhor são libertos" (Acórdão do Tribunal de Ouro Preto, "Direito", vol. 8). "Se for condenado a açoites, libertando-se não sofre aquele castigo, mas fica preso" ("Direito", vol. 7). "Por ter morto um administrador foi o escravo de menor idade condenado à morte" (Acórdão do Tribunal de Porto Alegre, em 1876, vol. 7). "O escravo fugido não pode pleitear a sua liberdade, ainda mesmo com indenização" (Aviso do Ministro da Agricultura – "Direito", vol. 25). (CARVALHO, Rodrigues de. "Aspectos da influência africana na formação social do Brasil". In: *Novos estudos afro-brasileiros*, p. 27).

(4) PRADO JUNIOR, C. *Evolução política do Brasil e outros ensaios*, p. 53.

(5) "Se os escravos fossem *cidadões brasileiros*, a lei particular do Brasil poderia talvez, e em tese, aplicar-se a eles; de fato não poderia, porque, pela Constituição, os cidadões brasileiros não podem ser reduzidos à condição de escravos. Mas os escravos *não são* cidadões brasileiros, desde que a Constituição só proclama tais os ingênuos e os libertos. Não sendo cidadões brasileiros eles ou são estrangeiros ou não têm pátria, e a lei do Brasil não pode autorizar a escravidão de uns e de outros que não estão sujeitos a ela pelo Direito Internacional no que respeita à liberdade pessoal. A ilegalidade da escravidão é assim insanável, quer se a considere no texto e nas disposições da lei quer nas forças e na competência da mesma lei". (NABUCO, J. *O abolicionismo*)

(6) Portaria do chefe de Polícia da cidade de Salvador, MS do Arquivo Público do Estado da Bahia. E mais: "O escravo ainda é uma propriedade como qualquer outra, na qual o senhor dispõe de um cavalo ou de um móvel" (NABUCO, J. *O abolicionismo*, p. 39). "Assim como se dá algum descanso aos bois, e aos cavalos, assim se dê, e com maior razão por suas ocupações, aos escravos" (ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, p. 39). "No Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E posto que comecem mal, principia no castigo, que é o pau, contudo prouvera a Deus, que tão abundante fosse o comer, e o vestir, como muitas vezes é o castigo dado por qualquer coisa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo, que de meia dúzia de escravos: pois o cavalo é servido e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor, a sela, e freio dourado" (Ibid., p. 55). "O escravo era apenas um *instrumento de trabalho*, uma máquina; não passível de qualquer educação intelectual e moral (...). Eram conduzidos à condição de *coisa* como os irracionais aos quais eram equiparados" (MALHEIRO, P. *A Escravidão no Brasil*, p. 27).

(7) CALMON, P. *História do Brasil*, p. 1019-1020.

(8) Ver o trabalho de MELO FRANCO, Afonso Arinos de. "As ideias políticas da Inconfidência". In: *Terra do Brasil*.

(9) SOUZA SILVA, J. Norberto. *História da Conjuração Mineira*, p. 79.

(10) *Resvista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. 1959, vol. III, "Requerimento de D. Antônia Maria do Espírito Santo pedindo devolução da escrava Maria que lhe fora doada por Joaquim José da Silva Xavier (o Tiradentes), p. 426 et. seq.

(11) MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Terra do Brasil*, p. 78.

(12) Petição dos Homens Pardos livres da Capitania pedindo para usarem Espada à Cinta. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol. VII, 1959, p. 425 et. seq.

(13) VARNHAGEN. *História geral do Brasil*, p. 25-26.

(14) CALÓGERAS, J. P. *Formação histórica do Brasil*, p. 336.

(15) Anais da Biblioteca Nacional, vol. 37, p. 460-461.

(16) Anais do Arquivo Público da Bahia, vol. XXXV, XXXVI. *Autos de Devassa do Levantamento e Sedição Intentados na Bahia em 1798*. Imprensa Oficial da Bahia, 1959.

(17) Cartas do Senado (1673-1683), p. 39.

(18) Idem, Ibidem, p. 54.

(19) SAMPAIO, A. "Inconfidência Baiana de 1798". In: *Seiva*, nº 4, setembro de 1951.

(20) Anais.

(21) Muitos historiadores; entre eles Caio Prado Júnior, exageraram a posição de Cipriano Barata na Conspiração dos Alfaiates. Afirma o conhecido historiador: "ao lado destes setores populares, aparecem alguns intelectuais. Entre eles, Cipriano Barata" (*Evolução política do Brasil e outros ensaios*. 2ª ed., São Paulo, 1957, p. 210). Os fatos se encarregam de desmentir o que foi escrito acima. Cipriano Barata foi implicado nos acontecimentos que estamos analisando, quando o temor das autoridades via olhos e atividades subversivas por toda parte. Mas nele não se envolveu. Não mostrou, mesmo, grande simpatia pelo movimento dos artesãos. Os seus depoimentos perante as autoridades e outros documentos apreendidos desmentem cabalmente a sua participação. Durante a Devassa, ao ser inquirido, declarou, sobre a distribuição de papéis sediciosos, que "em certa ocasião depois que se espalharam os papéis sediciosos e libertinos no mês de agosto (...) ele se lembra de se haver justamente indignado contra todos aqueles que estavam em semelhante artefato, isto na casa do dito Gonçalo Gonçalves onde tinha ido saber de uma obra que lhe encomendara, já quando se despedia dele". (...) "A opinião que costumava com facilidade formar, sobre o Estado Político da Europa, sem aplicação ao continente do Brasil, mal ouvidos e pior interpretados por alguns desses pardos, interessados na revolução, é que tem resultado nas imputações que lhe têm feito". Mas, dando xeque-mate, citaremos trecho da carta de Cipriano Barata a um amigo, onde diz: "Temos escapado de grande desastre da rebelião de escravos, mulatos e negros; ainda o sangue de todo não se aqueceu, visto o perigo a que temos andado expostos". (...) "Meu amigo, cautela com essa canalha africana (...)" (Anais, I vol., p. 184). Não apenas estes fatos, por si sós muito conclusivos, desmentem a sua participação na revolta. Os votos de fidelidade "que sempre prestou e presta a sua Real Majestade", conforme declarou, são provas irrefutáveis de que a sua atuação nesses eventos não ficou comprovada. Pelo contrário.

(22) Anais.

(23) Anais.

(24) Anais.

(25) Anais.

(26) Anais.

(27) TARQUÍNIO DE SOUZA, O. "O meio intelectual na época da independência". In: *Literatura*, nº 1, p. 4 et. seq.

(28) TARQUÍNIO DE SOUZA, O. "Libertinos do Rio de Janeiro". In: *Folha da Manhã*, 19-02-52.

(29) "Determinando o ajuntamento no campo do dique do Desterro, para a noite de vinte e cinco de agosto passado procurou ele declarante ao dito José Raimundo Barata, com quem tinha amizade por lhe ter feito obras do ofício de alfaiate e a seus irmãos e pela prática, já expressada que com ele tivera a respeito da liberdade lhe expôs o projetado levantamento com todas as circunstâncias, que ele declarante sabia e as mesmas que já expressou dizendo-lhe mais que por se ter preso um dos cabeças do dito levante, que era o soldado Luís Gonzaga, se pretendia naquela noite passar revista a gente, que havia do partido, a de desencadear o levante que estava destinado para mais vagar" (Anais, vol. 1, p. 16).

(30) Anais.

(31) Os "pregões reais" lidos no momento em que os condenados subiram ao patíbulo diziam bem do ódio que era votado contra os mesmos pelo governo português. Sobre Luís Gonzaga das Virgens afirmavam que "seja levado até o lugar da forca erigida para este suplício, e que nela morra morte natural para sempre, sendo-lhe depois de morto separadas as mãos, e cortada a cabeça, que ficarão postadas no dito lugar da execução, até que o tempo as consuma, no que foi condenado e na confiscação dos seus bens para o Foro". Sobre Lucas Dantas, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira diziam: "homens pardos forros a que com baraço e pregão pelas ruas desta cidade, sejam levados à Praça da Piedade por ser também uma das mais públicas dela, onde na forca, que para este suplício se levantará mais alto do que a ordinária, morram morte natural para sempre, depois do que lhes serão separadas as cabeças e os corpos os dos primeiros feitos em quartos, sendo conduzida a do réu Lucas Dantas ao sítio mais descoberto e alto levantado, até que o tempo o consuma

e da mesma sorte os quatro quartos ficando em distância proporcionadas desde a casa, que foi de sua habitação até o sítio, por ser o próprio destinado para o infame e sedicioso ajuntamento da noite de 25 de Agosto do ano passado, sendo igualmente posta a cabeça do réu João de Deus defronte da casa, que lhe servia de morada, e os quartos nos cais de maior frequência e comércio desta Cidade, até que uns e outros sejam consumidos pelo tempo para ser assim patente a todos a enormidade do seu delito e a correspondente punição: e a cabeça do réu Manuel Faustino por não ter habitação certa seja posta defronte da casa do primeiro réu, Lucas Dantas, onde fazia a sua maior assistência." Finalizando afirmavam os pregões que isso se daria por terem tentado os réus "reduzirem o continente do Brasil a uma Governo democrático, e o substituírem ao Suavíssimo e Humaníssimo Governo da dita senhora" (Documento transcrito por Afonso Rui, op. cit., p. 155).

(32) Ainda para se ter uma ideia dos últimos instantes dos condenados vide RUI, Afonso. Op. cit., p. 115 et. seq.

(33) NABUCO, J. *O abolicionismo*, p. 50.

(34) Documento citado por NABUCO, Joaquim. Op. cit., p. 51.

(35) VARNHAGEN, F. A. *História do Brasil*, p. 157.

(36) Sebastião Pagano, no seu livro apologético *O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817*, escreve sobre a participação dos escravos naquele movimento: "Os negros ameaçando revoltar-se foram alguns deles enforcados e, só no dia 29, foram presas mais de 60 pessoas".

(37) Apud FREYRE, Gilberto. *Nordeste*, p. 243 et. seq.

(38) BORGES, L. "Participação dos homens de cor na Revolução de 1817". In: *Estudos Sociais*, nº 12, abril de 1962, p. 490.

(39) Idem, ibidem.

(40) Idem, ibidem.

(41) Idem, ibidem.

(42) Idem, ibidem.

(43) Citado por L. Borges, loc. cit.

(44) POMBO, R. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, 1953, 1º vol., p. 388.

(45) "Os chefes rebeldes procuraram disfarçados e em fuga evitar o castigo. O Padre João Ribeiro suicidou-se. Dos rebelados Domingos Teotônio Borges e oito dos seus companheiros subiram ao patíbulo. Indignado com tantas execuções, ordenadas pela comissão militar, o rei fez suspendê-las, e instituiu uma alçada civil para prosseguir no processo. Mas esta, ainda mais sanguinolenta, excitou a animadversão pública e o governador de então, Luís do Rego Barreto, e o Senado e a Câmara do Recife representaram ao príncipe-regente implorando anistia. (...) Se as origens da revolução foram criminosas, o termo dela, a ação dos realistas foi tão execrável e hedionda que bastaria para justificar a simpatia que ainda despertam as suas vítimas" (RIBEIRO, João. *História do Brasil*, p. 264).

(46) BORGES, L. Op. cit.

(47) Miguel Costa Filho, com a sua costumeira probidade intelectual, discute as fontes que amparam a existência desse acontecimento. Levanta dúvidas quanto à autenticidade do documento. "Notícias de uma Revolução entre Pretos no ano de 1821, em Minas Gerais" – que é apenas cópia de um "diário" – número 24 do *Diário extraordinário da Europa*, de 19 de agosto de 1821, do qual não há exemplar no Arquivo Público Mineiro, segundo pesquisa do citado historiador. Diz Miguel Costa Filho: "Devemos, todavia, dizer que não rejeitamos *in limine* a autenticidade do documento em que se teria baseado a notícia divulgada pelo *Diário extraordinário da Europa*. É possível que tenha sido lançada em parte do território mineiro, entre os escravos e os negros e mestiços libertos de inferior condição por esse misterioso Argoins ou Arguim (...). De qualquer forma, parece-nos que o assunto comporta maiores indagações, uma pesquisa documental mais demorada acaso não desejada pelos escritores que colocam os seus preconceitos de classe e as suas ideias retrógradas acima da verdade histórica" (COSTA FILHO, M. "Um enigma histórico". In: *Estudos Sociais*, nº 19, fevereiro de 1964, p. 312 et. seq.).

(48) Citado por DORNAS FILHO, João. *A escravidão no Brasil*, p. 121.

(49) COSTA FILHO, M. Op. cit.

(50) DORNAS FILHO, J. Op. cit, p. 122.

(51) *Apud* BRÁS DO AMARAL. *História da independência da Bahia*, p. 293 et. seq.

(52) Idem, ibidem.

(53) Idem, ibidem.

(54) Idem, ibidem.

(55) Idem, ibidem.

(56) Idem, ibidem.

(57) CALMON, P. *História do Brasil*, p. 1431.

(58) Op. cit.

(59) Op. cit.

(60) CALMON, P. Op. cit.

(61) *Apud* FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*, p. 189.

(62) Vide sobre o assunto: CARNEIRO, Édison. "O batalhão dos libertos". In: *Antologia do negro brasileiro*, p. 137 et. seq. Interessante é o trabalho do escritor Aidano do Couto Ferraz no qual apresenta a composição social das forças libertadoras da Bahia: "não foram apenas os senhores de engenho, comerciantes e letrados que estiveram à frente das ações de massas e da luta armada que culminou com a derrota e expulsão dos colonizadores portugueses do nosso solo, mas fundamentalmente os homens do povo, as pessoas das camadas pobres da população, pequenos proprietários de terras, lavradores de roças, ferreiros, calafates, pescadores, empregados da indústria de cal, empregados nas "armações" de baleias, escravos dos "contratos" e escravos empregados nas plantações de fumo e açúcar, que eram destemidos combatentes ou eram utilizados na tarefa de transportar tropas a remo para abordagens silenciosas da noite. O Batalhão Henrique Dias compunha-se de mil e cem crioulos. Nas cidades do Recôncavo e nas ilhas não era menor a contingente de homens de cor, filhos leais de nosso povo que ansiavam pela emancipação e o direito de viver" ("O guerrilheiro da Independência". In: *Voz operária*).

(63) "Quinze dias apenas esteve Bento Gonçalves preso no Forte do Mar. Desde a sua chegada entrou em confabulações com os republicanos da capital. Não combinou com eles apenas o plano da sua fuga, mas ainda o da sublevação baiana. Tinha o prisioneiro a praça de armas por menagem. Conversava com oficiais e valia-se diariamente da permissão de tomar banho de mar" (COLLOR, L. *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, p. 105).

(64) "As Províncias do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, limitadas pelos circunvizinhos (Guianas Inglesa e Holandesa, Venezuela, Nova Granada, Peru, Bolívia, Paraguai, República Argentina e Uruguai), em nenhum dos quais se permite a escravidão, são justamente por isso perigos permanentes para a tranquilidade interna e para a defesa do Estado. Na última guerra com o governo de Montevidéo, e na atual com o Paraguai, os chefes das forças inimigas traziam sempre a missão de sublevar os escravos do Rio Grande; e ninguém ignora que este recurso, posto que bárbaro, se fosse eficaz, causar-nos-ia grandes desastres. A escravidão nas Províncias fronteiras é, pois, na realidade, gravíssimo elemento de fraqueza militar. Além disso em tempo de paz a fuga de escravos para os territórios vizinhos e outros fatos promovem conflitos e amarguram algumas de nossas questões internacionais. Ainda há pouco, noticia-se do norte a fuga de escravos do Alto Amazonas para o território do Peru, e uma considerável evasão do Pará para a Guiana Francesa. As discussões que provoca a extradição de escravos evadidos da fronteira do Rio Grande do Sul, as questões que tem originado, a série de reclamações do governo oriental contra o brasileiro, renovadas ainda recentemente em 1864, a dificuldade de se cumprirem tratados de extradição, o constrangimento que a sua execução produz, e os abusos dos rio-grandenses que nas suas estâncias do Estado Oriental querem conservar a escravidão ainda que dissimulada sob a forma de contratos de engajamento com prazos enormes (10, 15 e 20 anos); tudo isso conspira para abolir a escravidão na grande Província fronteira do Sul" (BASTOS, Tavares. *A Província*, p. 243-4).

(65) Sobre a composição demográfica do Rio Grande do Sul e o seu coeficiente negro relacionado com outras regiões, Dante de Laytano nos apresenta os seguintes dados esclarecedores: "A percentagem dos brancos na nossa população é de 10,37%, somente ultrapassada por Santa Catarina que tem 84,79% quando existem estados, como o de Alagoas, com 31,08 apenas. A população de caboclos é, entre nós, de 5,35%, ultrapassada por Santa Catarina com 3,25% e Distrito Federal com 3,23%, chegando à mais alta percentagem no Amazonas, 48,38%, no Pará, 39,94% e no Ceará, 37,12%". A proporcionalidade quanto ao negro é a seguinte: Rio Grande do Sul 8,68%, Paraíba 7,08% e Ceará 8,65% (...). As estatísticas revelam que a revolução de 35 encontrou a Província com 1/3 de escravos negros no total da população" (LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense*, p. 147.)

(66) LAYTANO, D. de. Op. cit., p. 147.

(67) Op. cit.

(68) Op. cit.

(69) Diz ainda Dante de Laytano "(...) um Antônio Joaquim da Silva por alcunha 'Menino do Diabo' porque este não só andava hostilizando como comandando os lanchões guarnecidos e armados de escravatura (...)", depunha o funcionário da tesouraria geral Pedro Azevedo e Souza no Juízo de Paz. "Os escravos retomaram" – prossegue Dante de Laytano – "nessa armada de esperança, que era como se poderia chamar a espécie de esquadra revolucionária, suas qualidades de energia e bravura. O próprio Garibaldi não pôde esconder o seu entusiasmo diante da vontade férrea do negro que parecia conduzir os navios de guerra para uma vitória certa" (Op. cit., p. 150).

(70) "Contava-se que depois de interrompida a fuga de Laje, recebera Bento Gonçalves aviso de que as autoridades militares iam ordenar uma busca em sua pessoa e bagagem, e que todo o dinheiro encontrado seria entregue em depósito ao comandante da fortaleza, a fim de dificultar-lhe novas tentativas de evasão. Acompanhava-o desde a Cisplatina um escravo fugido, o Congo. Temendo ficar privado dos recursos que trazia consigo, resolveu fosse o negro à cidade levá-los à custódia de pessoa de confiança. Respondeu o preto que preferível lhe parecia guardasse ele próprio a soma. Não gostou o amo da resposta, e com alguma irritação reiterou, peremptório, a ordem. Congo não ousou insistir, e foi à cidade. De volta, afirmou que fizera a entrega de acordo com as instruções do senhor. A busca, entretanto, não se efetivara. E um belo dia foi o prisioneiro surpreendido com a ordem de embarcar imediatamente num brigue de guerra pronto a sair para a Bahia, sendo-lhe ao mesmo tempo comunicado que não podia levar consigo o escravo. Desesperava-se Bento Gonçalves com a impossibilidade de mandar buscar o dinheiro, quando dele se aproxima o 'Conguinho' e lhe segreda, despertando o cinto:

– O dinheiro está aqui!" (COLLOR, Lindolfo. *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, p. 105).

(71) LAYTANO, Dante de. Op. cit.

(72) GARIBALDI. *Mi lucha por la libertad*, p. 36.

(73) A posição antiescravista dos Farrapos foi mantida até o fim. Quando foi discutido o Tratado de Paz com o Império, estando já, portanto, os farroupilhas derrotados, pois era o documento de sua rendição, impuseram uma cláusula, a quarta, que tinha a seguinte redação: "São livres e como tais reconhecidos os cativos que serviram na Revolução". Como vemos, os escravos que se engajaram nos movimentos de Bento Gonçalves, mesmo com a sua derrota, conseguiram a liberdade por que lutaram de armas nas mãos.

(74) JUREMA, A. *Insurreições Negras no Brasil*, p. 13.

3. Quilombos e Guerrilhas

I

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituía-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate de uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava [1].

Em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, onde quer que o trabalho escravo se estratificasse, ali estava o quilombo, o mocambo de negros fugidos, ofere-

cendo resistência. Lutando. Desgastando as forças produtivas, quer pela ação militar, quer pelo rapto de escravos, fato que constituía, do ponto de vista econômico, uma subtração ao conjunto das forças produtivas dos senhores de engenho. Sua organização interna tinha como elemento importante as instituições tribais que os negros traziam da África e que aqui deixavam de ser meros elementos supérstites, à medida que o escravo se rebelava, tornando-se elementos de negação do sistema escravista. A hierarquia que se estabelecia nos quilombos exprimia um novo sistema de valores criado pelos rebeldes, isto é, significava que a dicotomia senhor/escravo deixava de existir para se estabelecer outra que funcionava dentro dos padrões de controle dos próprios elementos do quilombo.

Como dissemos, era, portanto, o quilombo uma instituição natural da sociedade escravista. As fugas sucessivas que decorriam da própria situação do escravo exigiam que se organizassem núcleos capazes de receber o elemento que necessitava, como é natural, conviver com semelhantes para sobreviver.

Elemento complementar do quilombo, muitas vezes independente de sua estrutura, foi a guerrilha, que proliferou em diversos locais nos quais os quilombos apareciam. Menos numerosa, a guerrilha tinha outros objetivos: o quilombo aglutinava os elementos que fugiam e procurava dar-lhes uma estrutura organizativa estável e permanente. Daí funcionar aquela hierarquia de valores tribais a que nos referimos, além dos seus traços de cultura que funcionavam no desenvolvimento da agricultura local, na fabricação de armas, na forma de governo.

A guerrilha era extremamente móvel. Por isto mesmo pouco numerosa. Atacava as estradas, roubando mantimentos e objetos que os quilombos não produziam. Eram seus componentes também sentinelas avançadas dos quilombos, refregando com as tropas legais, os capitães do mato e os moradores das vizinhanças.

Édison Carneiro, estudando as formas de luta dos escravos, caracteriza-as da seguinte maneira: a) a revolta organizada, pela tomada do

poder, que encontrou a sua expressão nos levantes dos negros malês (muçulmanos), na Bahia, entre 1807 e 1835; b) a insurreição armada, especialmente no caso de Manuel Balaio (1839) no Maranhão; c) a fuga para o mato, de que resultaram os quilombos, tão bem exemplificados no de Palmares [2]. De fato, estas três formas fundamentais de luta caracterizaram, de um modo geral, os movimentos dos escravos contra o instituto da escravidão. Devemo-nos lembrar, porém, para que não fique o panorama incompleto, de outras formas de resistência usadas pelos escravos: 1) as guerrilhas, como já foi dito acima e 2) a participação – como vimos no capítulo anterior – do escravo em movimentos que, embora não sendo seus, adquirirão novo conteúdo com a sua atuação[3]. No presente capítulo estudaremos especialmente os quilombos e as guerrilhas.

Incluímos a luta dos escravos do Preto Cosme neste capítulo por motivos óbvios: se aparentemente ela se assemelha a uma insurreição pela tomada do poder, e em determinados momentos afigura-se com tonalidades nitidamente voltadas para este fim, foi, no entanto, no seio de um quilombo que se fermentou inicialmente, pelo menos no aspecto que nos interessa mais diretamente. Além do mais, foi apenas o coroamento de todo um longo processo de lutas dos quilombos maranhenses, como veremos adiante. Como, por questões metodológicas, separamos este núcleo mais radical do conjunto de forças políticas que desencadearam oficialmente o movimento, achamos que a ênfase que damos ao aspecto justifica a sua inclusão neste capítulo: saíram dos quilombos para as guerrilhas. Poderão pensar que a participação de Manuel Balaio e do Preto Cosme em aliança com os *bem-te-vis* obrigar-nos-ia a apresentar esses fatos enquadrados nas linhas do capítulo "Escravos nos movimentos políticos". Quem estuda, porém, detidamente as forças sociais que desencadearam o movimento vê facilmente que os escravos sempre tiveram objetivos independentes dos políticos *bem-te-vis* e por eles sempre foram alijados de posições mais importantes, não se podendo, portanto, falar em uma aliança entre essas duas forças.

Quando a luta chegou à sua derradeira fase, com a derrota das forças rebeldes, essa diferenciação poderá ser mais facilmente verificada com a participação dos elementos *bem-te-vis* na caça aos remanescentes dos homens do Preto Cosme e do Balaio. Essa ala, porém, continuou a luta até ser definitivamente esmagada, depois que esses políticos capitularam e passaram a agir como aliados do inimigo de ontem.

O processo de luta dos escravos no Maranhão, é bom insistir, continuará após o esmagamento da Balaiada como já existia antes da sua eclosão. O mesmo podemos afirmar em relação aos *papa-méis* de Alagoas, também estudados no presente capítulo.

Os quilombos proliferaram inicialmente como forma fundamental de resistência. Em todas as partes da Colônia ele surgia logo que surgisse o sistema escravista e o seu modo de estratificação. Enchiam as matas e punham em polvorosa os senhores de terras e vidas humanas. Por isto mesmo, no decorrer da escravidão, vemos tumultos constantes e lutas de quilombolas se sucederem, conforme já acentuamos: ataques às fazendas, mortes de feitores e capitães do mato, lutas de guerrilhas. Escreve Afonso Arinos de Melo Franco, referindo-se aos escravos do Rio de Janeiro: "Atacam os seus próprios senhores. Assim, em Rio Bonito, o fazendeiro José Martins da Rocha Portela foi morto pelos seus negros. Tentativas de morte contra senhores também havia, como a que se deu com o fazendeiro Miguel Teixeira de Mendonça, de Barra Mansa, ou com o sinhô-moço, filho do fazendeiro José Joaquim Machado, do local Murundu, em Campos" (4).

Mas a revolta coletiva – conforme já tivemos ocasião de salientar – será a forma característica de luta entre os escravos.

Os quilombolas criaram vários focos de ação nas margens do rio Paraíba, de onde incursionarão para atacar as fazendas mais próximas. Ali juntar-se-ão aos índios que também lutavam contra a escravidão, constituindo força capaz de atacar inesperadamente os senhores de engenho que, alarmados e temerosos de suas atividades, várias vezes solicitarão providências à Câmara contra tais atos.

As providências surgirão. Isso, porém, não impedirá que os quilombolas continuem atacando até vilas e povoados.

Em consequência desses fatos, grupos de capitães do mato percorrerão o interior dando caça aos escravos fugidos. A Câmara instituirá prêmios para os captores dos quilombolas. Em 1669, apesar das inúmeras medidas repressivas, são vistos refugiados na Serra dos Órgãos, onde continuam suas investidas contra os seus senhores. A audácia desses quilombolas aumenta com o passar do tempo, chegando mesmo a atacarem a estrada de São Cristóvão (5).

Os escravos paraibanos lançaram-se muito cedo à luta por sua libertação. Foi, inicialmente, o quilombo a forma adotada. Fugiam para as matas, tornando-se um perigo constante ao sossego dos senhores de terras e de engenhos daquela área, fato que não passará despercebido ao governo de Portugal, que enviará, logo depois de ser cientificado, instruções para que fossem impiedosamente destruídos. Muitos dos escravos vindos de Palmares – com a experiência de luta adquirida naquele reduto – estabelecerão um agrupamento de quilombolas em Cumbe, hoje usina Santa Rita. Iniciarão, logo depois de estabelecidos no local, uma série de ataques que os deixará temidos. Investiam contra fazendas para conseguirem víveres, armas e novos elementos que iriam engrossar o corpo dos insurretos (6).

Os fazendeiros solicitarão imediatas providências contra os "roubos que experimentavam os moradores do Sertão do Cariri, Tapuá e Taipu do mocambo Cumbi". A Carta Régia que comunica o fato diz ainda que naquele mocambo se encontravam índios, orçando em cerca de setenta o número de indígenas e negros ali aglomerados. As medidas repressoras serão imediatamente postas em prática, sendo enviado Jerônimo Tovar de Macedo com quarenta homens para fazer frente ao reduto de quilombolas, no que não lograram êxito. Com a derrota sofrida pelas tropas enviadas, a situação se agravou para os senhores da região, atacados constantemente pelos escravos fugidos. Novas providências serão tomadas e, tempos depois, João Tavares de

Castro, com um corpo de mercenários, marchará contra o quilombo, travando combate cerrado com os seus componentes, "suprimindo muitos", aprisionando vinte e cinco, arrasando, finalmente, o reduto. Muitos anos depois, em 1851, será dissolvido outro foco de quilombolas que constituía "sério perigo" e vinha resistindo tenazmente às investidas das autoridades [7].

A Metrópole, ante o agravamento de situação tão vexatória, tomará novas providências contra tal estado de coisas e, em 1741, mandará que seja rigorosamente cumprido o Alvará de 7 de março daquele ano, que estatuía fosse ferrado – ferro em brasa – com um "F" na testa todo cativo que fugisse e fosse encontrado em quilombo, e cortada uma orelha em caso de reincidência. Essas medidas, porém, não conseguirão deter a marcha da luta dos escravos paraibanos contra o estatuto da escravidão. Pelo contrário: as cadeias públicas se encherão de escravos rebeldes. Assassínios de feitores, de senhores de engenho, de capitães do mato serão fatos comuns na região paraibana durante a vigência da escravidão. Em 1865 a cadeia da capital foi palco de uma cena que bem ilustra o grau de rebeldia desses escravos. Um negro que ali fora recolhido se rebelou contra os maus tratos a que vinha sendo submetido. Em consequência foi condenado a receber quatro dúzias de palmatoadas. Encontravam-se também presos na ocasião, na mesma cadeia, inúmeros outros escravos. Imediatamente a solidariedade dos demais prisioneiros se fez sentir para com o que seria castigado e, na ocasião em que o condenado – chamava-se Francisco – era retirado da prisão para sofrer o castigo, os demais atiraram-se sobre a guarda, originando-se em seguida violenta luta corporal. No conflito foram mortos os escravos "Ildefonso, condenado à morte pelo júri de Sousa; Félix, condenado às galés perpétuas pelo júri de Pilar; Tomás, pertencente a Joaquim Moreira Lima que se achava recolhido à requisição do seu senhor; o guarda nacional Manuel dos Prazeres, que fazia parte da guarda da cadeia; e foram feridos gravemente os presos José, escravo pronunciado por ferimentos graves em Pedra de

Fogo; Joaquim, escravo fugido, e o guarda nacional João Francisco do Nascimento; levemente feridos os escravos Raimundo, condenado às galés pelo júri de Mamanguape; dois soldados de linha – Luís Fernandes Duarte e Telésforo Pereira da Silva – e 3 guardas nacionais" [8].

Pelas consequências podemos avaliar as proporções da luta.

Certas particularidades da sociedade mineira propiciavam a fuga dos escravos. Havia uma cisão profunda entre as duas partes fundamentais da sociedade – uma ligada à Metrópole e outra discordante da situação em que se encontrava (era composta de contratadores, faiscadores, artesãos, pequenos comerciantes, militares de baixa patente etc.). Isto sem falarmos na própria massa escrava inteiramente destituída de bens materiais e direitos políticos. Criou-se, portanto, o caldo de cultura onde fermentaram, desde o século XVII, sucessivas revoltas.

Os quilombolas se aliavam aos contrabandistas de diamantes e serão uma preocupação constante; muito trabalho darão aos dirigentes da Capitania. Segundo um historiador dessa região – M. M. de Barros Latif –, em consequência das facilidades que os escravos encontravam para a fuga na mineração, a repressão se processará com mais vigilância em Minas Gerais do que nas demais capitanias, tendo, mesmo, as cadeias públicas se transformado nos edifícios mais importantes das cidades, vilas e povoados mineiros; importância que advinha da vigilância repressiva movida pelo governo, repressão tanto mais acentuada quanto era o interesse da Metrópole em arrancar as riquezas do subsolo mineiro.

Durante muito tempo viveu no distrito diamantino um legendário negro chamado Isidoro, conhecido posteriormente por *O Mártir*, que durante anos atuou à frente de 50 quilombolas, praticamente invencível até a morte, no ano de 1809 [9].

De todos os quilombos existentes em Minas Gerais, possivelmente, embora não seja certo, o mais importante – pela duração e número de quilombolas reunidos – foi o de Campo Grande, ajuntamento que muito trabalho deu às autoridades mineiras, antes de ser destruído,

embora outros, como o de Ambrósio, fossem apontados como mais numerosos. Em 1741 já se tinha notícias desse reduto como sendo de alta periculosidade. Partiu, em consequência disto, para dar-lhe combate, um grupo de carijós, negros forros e mulatos sem ofício, comandado pelo sargento-mor João da Silva Ferreira. Em 1746 o governador Gomes Freire refere-se a esse quilombo como já existindo "há mais de 20 anos", o que bem demonstra a sua antiguidade na região.

O Quilombo de Campo Grande estendia-se numa superfície considerável, entre as capitanias de Minas Gerais e Goiás, e estava localizado num espaço compreendido entre rios, e certamente, pelo que depreendemos da leitura de diversos documentos e informações de historiadores, não era apenas um quilombo, mas uma série deles, interligados por diversos escalões de interesse, tendo em vista o bem comum. A segurança dos seus moradores era, incontestavelmente, um dos aspectos mais importantes e o seu sistema organizativo interno estava vinculado, como não podia deixar de ser, à segurança dos mesmos, tendo-se em mira as constantes incursões contra ele. O interesse que os unia era, sem sombra de dúvida, a defesa contra essas expedições enviadas para destruí-los. Segundo informações que temos, possuíam um rei e uma rainha, embora documentos se refiram ao quilombo como sendo dirigido por uma *república*. É o mesmo problema do Quilombo dos Palmares, já definitivamente esclarecido com os trabalhos de Édison Carneiro e Décio Freitas. Segundo Diogo de Vasconcelos, cada quilombo "tinha o seu rei com oficiais e ministros regendo-se pelo despotismo africano (...) imitação quase dos Palmares" (10). Usavam também um sistema defensivo parecido com o de Palmares, com paliçadas protetoras. Além de se defenderem, faziam pequenas escaramuças, sendo as suas atividades predatórias tão temidas que a região se foi despovoando, pois os moradores se retiravam à medida que eles investiam, com medo de novos ataques, coisa que se repetia frequentemente. Mas se os moradores da região fugiam apavorados, elementos de outras regiões estabeleciam com esses quilombolas um

verdadeiro comércio clandestino. "Tinham mesmo em povoados, e até vilas, agentes secretos que com eles especulavam, comprando-lhes o ouro, peles, poaia e mais coisas que podiam enviar, fornecendo-lhes em troca munição e gêneros. Entre os objetos desse comércio ilícito vinham os que pilhavam na picada de Goiás, e nos mais caminhos como nos povoados e fazendas que assaltavam, sobretudo nas comarcas do Rio das Mortes e Sabará" (11).

O número de negros fugidos reunidos no quilombo de Campo Grande era considerável, embora não possa ser precisado com exatidão. Sabemos, contudo, que naquela região se elevava a mais de vinte mil o total de negros aquilombados. Por aí podemos fazer uma dedução da potencialidade e da quantidade populacional desse reduto. Mais de seiscentos, pelo menos, formavam o seu exército, que atacava os moradores locais.

Em 1748 houve uma expedição contra esses quilombolas, comandada pelo capitão Antônio José de Oliveira, deixando-os "escarmentos". Um ano depois o doutor Marcos Freire de Carvalho foi enviado com poderes de vigário "pelos sertões do Piauí, Rio das Abelhas e Cabeceiras do São Francisco, para abrir novas igrejas". No entanto, ao invés de salvador de almas, o que o doutor Marcos desejava, na verdade, era explorar o ouro da região. O aparato bélico de que se revestiu a sua expedição deixou os quilombolas de sobreaviso. O resultado de tudo isto não foi favorável ao doutor Marcos. Pelo contrário. "A comitiva do Padre Marcos" – narra cronista da região – "dando de rasto e suspeitas, não acabava de sair da picada de Goiás e entrava no Campo Grande e eis que foi assaltada. Caíram-lhe os negros em cima matando-lhe 42 companheiros dos quais 19 escravos seus próprios, sendo-lhe tomada toda a bagagem, armas, munições, víveres e instrumentos que levava a mineração e de carpintaria: um despojo de guerra ótimo" (12).

Esse ataque produziu viva revolta e imediata reação das autoridades. Como os "pequenos remédios" enviados contra o reduto re-

belde não surtiam os efeitos almejados, Gomes Freire apelou para outro recurso muito mais eficiente: formou companhia de cabos "levando regúladas companhias comandante mui capaz e a que todos obedecessem". O corpo seria de trezentos homens. Após essa decisão, providenciaram-se os recursos materiais para as diligências. Os senados das Câmaras de Vila Rica, Mariana, São João Del Rei e Vila Nova da Rainha contribuíram com 2.750 oitavas de ouro. Além das incursões maciças como as que foram noticiadas e que eram realizadas por cerca de setecentos negros, os quilombolas a esta altura atacavam com pequenos destacamentos móveis de vinte e trinta negros que se aproximavam dos povoados; atacavam-nos de surpresa e praticavam "crudelíssimas mortes". Com essas atividades levavam cada vez mais escravos para o reduto, o que fazia aumentar progressivamente o seu número. Com esta tática chegaram a atacar um quartel, possivelmente em maio de 1755. Na sua última fase, o quilombo era comandado por negro conhecido como *Bateeiro*. Além dessas ligações com elementos que comerciavam com eles, os quilombolas de um modo geral mantinham relações amistosas com os garimpeiros contrabandistas de diamantes. Ambos marginalizados pela sociedade estratificada de Minas Gerais, procuravam, através dessa aliança, defender as suas posições. Daí afirmar Aires da Mata Machado Filho: "Ao garimpeiro se aliou o quilombola, pois um e outro fora da lei, ainda que por motivos diversos, não tardou que se encontrassem solidários, buscando a subsistência nas minerações furtivas". Era todo um complexo econômico, portanto, que se formava, dentro de categorias *extralegais* e conferia possibilidades de sobrevivência ao quilombo. O *Bateeiro*, que comandou o quilombo na sua última fase, como o próprio nome indica, devia ser um escravo intimamente ligado à vida do garimpo.

Mas, prosseguindo nas suas batidas repressivas contra os quilombos em geral e do Campo Grande em particular, temos notícias de um ofício de 1750, no qual sabemos que Diogo Bueno "representou, que são precisas vinte canoas para a expedição ao Quilombo Grande

na forma que está determinado, como se deve cuidar desta diligência para o tempo próprio, Vmcs., vendo pouco mais ou menos o que elas podem importar para dar ordem ao Tesoureiro para que entregue ao dito Diogo Bueno o dinheiro que Vmcs: votarem para ser preciso para se fazerem ditas vinte canoas, e o tesoureiro tenha livro em que se assente estas despesas" [13]. O processo repressivo continuava a sua marcha através da mobilização de recursos para esse fim.

Esses componentes do quilombo do Campo Grande provavelmente foram aqueles que mantiveram contatos com os organizadores da chamada revolta malograda dos escravos mineiros, que Xavier da Veiga afirma ter sido arquitetada em 1756, o que Nina Rodrigues e Diogo de Vasconcelos põem em dúvida. O "levantamento geral dos negros" que as autoridades temiam pode estar entrosado às atividades constantes do Quilombo de Campo Grande, como afirma Miguel Costa Filho, um dos estudiosos modernos mais probos e competentes [14]. O certo é que, mesmo levando em conta o alarme geral em que viviam as Câmaras – o que já é um sintoma da amplitude do movimento dos quilombolas –, não podemos aceitar como efeito de pânico infundado a circular que a Câmara de Vila Rica distribuiu às demais informando da *confederação* que estava sendo urdida pelos negros aquilombados. Diz a circular que "as notícias que temos de se haverem confederado os negros aquilombados com os que existem nesta e nessa Capitania para a noite de 15 do corrente darem um geral assalto em todas as povoações, privando de vida a tudo que fossem homens brancos e mulatos, determinando morte a seu Senhor cada escravo que lhe for mais familiar. É a ordem desta execranda determinação cometerem aos brancos, ao tempo em que dispersos se ocuparem em correr as Igrejas sem perdoarem qualquer pessoa que seja, não sendo mulher". A circular continuava dando detalhes do plano, dizendo: "Esta notícia que, a princípio com voz vaga foi somente atendida, tem chegado a manifestar indícios, que requerem toda atenção por se assinalarem escravos que se dizem prepostos para regerem as Minas, régulos além

de patentearem em muitas práticas tendentes a tal conspiração; e ser certo que em anos diversos se tinha percebido andarem de semelhantes intentos sem que se chegasse a se experimentar seus cruéis efeitos, não parece desacerto acautelar uma mina que pode com lastimoso sucesso desenganar de sua possibilidade".

Concluindo, dizia o documento: "À grande capacidade de Vmcs. compete dar providências necessárias em um tão factível acontecimento comunicando também aos senados mais distantes o justo receio de um golpe, que a todos ameaça, ao que nós ficamos aplicando nosso cuidado, pela obrigação, que nos corre, e serviço de Sua Majestade, dando justamente conta ao Ilmo Sr. Governador e a Excia. Reverendíssima para que naquela noite determine se não abram as igrejas por melhor evitarem os grandes concursos de negros, que todos os anos se observam" (15). A delação, porém, fez abortar o movimento e os escravos, ao que parece, foram punidos, depois de o governo haver tomado todas as providências para o seu fracasso, o que se verificou. A ligação desses insurretos citadinos com os quilombolas de Campo Grande, pelo visto, não foi possível. O que não quer dizer que eles recusassem ou amainassem suas incursões. Pelo contrário. Continuaram, fato que determinou em contrapartida providências sucessivas das autoridades (16).

Como, porém, essas medidas fossem infrutíferas e servissem apenas para desgastar militar e politicamente as autoridades, recorreu-se, a exemplo do que se fizera, em Palmares, a um bandeirante para a empreitada. O contratado desta vez foi Bartolomeu Bueno do Prado. Depois de partir da Vila do Príncipe, com um corpo de quatrocentos homens na sua marcha, destruiu os quilombos das Serras de Marcília, da Canastra, o do Paraíba, o do Andaial, os de Andaí e Bambuí, chegando finalmente ao famoso Quilombo de Campo Grande. Como vemos, o paulista realizou uma verdadeira *razzia* contra os negros sublevados. Finalmente, em 1759 destruiu o famoso Quilombo do Campo Grande. Pedro Tacques afirma, ao referir-se a esta expedição vitoriosa de Bartolomeu Bueno do Prado, que "desempenhou tanto o conceito que se formava de seu valor e disciplina de guerra contra os índios e pretos fugidos que depois de organizar e atacar o quilombo voltou em poucos meses apresentando 3.900 pares de orelhas dos negros que destruiu, sem mais prêmio que a honra de ser ocupado no Real Serviço" (17).

Não davam tréguas os escravos sublevados. Outro ajuntamento que muito trabalho deu foi o Quilombo do Ambrósio (18). Foi dos mais famosos de Minas Gerais e resistiu durante muitos anos às investidas lançadas contra ele. O primeiro ataque que lhe foi feito (em 1746 ou 1747) redundou em nada. O reduto continuou a crescer, recebendo novas levas de fugitivos. Dez anos depois, em consequência das proporções que adquirira, nova expedição punitiva foi organizada, visando exterminá-lo. A esta altura "o quilombo grande chamado Ambrósio" constituíra-se em perigo permanente. Foram traçados novos planos e outra expedição determinada. Os planos que as autoridades traçaram, porém, parece que excederam as possibilidades da execução da Câmara de Vila Nova Rainha, mesmo com auxílio real. Gomes Freire agradece a remessa de 168 oitavas de ouro, mas acha insignificante a quantia enviada.

Outros quilombos serão organizados durante o transcurso da escravidão em Minas Gerais. Com eles as autoridades travam batalhas e escaramuças ininterruptas: é o de Sapucaí, que alguns acreditavam ser o mais populoso de Minas Gerais, inacessível às tropas de capitães do mato, pois os negros que eram contratados para servir de guias ludibriavam as tropas sobre o seu verdadeiro local e sobre o qual, infelizmente, temos poucos elementos para sua reconstrução histórica. É o de Paraibuna, contido por tropas, capitães do mato e pedestres. É o de Inficionado, também perseguido por capitães do mato. É o de Pitangui, que foi localizado por acaso e em seguida atacado e destruído depois de séria resistência, tendo as suas quatorze casas demolidas ou incendiadas pelos assaltantes e suas roças de milho, feijão, algodão, melancia e outras frutas destruídas (19).

Os quilombolas, porém, não se deram por vencidos. Refugiaram-se nas matas próximas e voltaram à carga atacando a fazenda do chefe assaltante com flechas, destruindo a sua roça e o seu gado.

Mas não foi somente o quilombo a forma de resistência usada pelos escravos mineiros. Procuraram também insistentemente organizar sublevações nas cidades e vilas, aliando-se nesse intento aos quilombolas das matas próximas. Várias dessas insurreições foram registradas e notificadas pelas autoridades do tempo que, nas suas informações à Metrópole, destacavam sempre a periculosidade de que elas se revestiam. Eram revoltas que não significavam um protesto *passivo* como os quilombolas, mas criavam áreas conflitantes mais profundas de vez que, aproveitando-se do quilombola das matas, transformava-o em elemento ativo, dando com isto um conteúdo dinâmico ao movimento. Os escravos citadinos, desta forma, ao envolverem os quilombolas na sua trama, elevavam o nível de compreensão do fugitivo, inculcando-lhe na mente a necessidade de destruir os brancos, membros da classe senhorial.

Em 1720 o governador e capitão-geral de São Paulo e Minas dava conta de um movimento desse tipo que ameaçou a região mineira. Reportava-se a cartas de 20 de abril e 21 de junho de 1719 do Conde de Assumar onde os acontecimentos eram relatados. Relatava a "sublevação que os negros intentaram fazer fiando-se na sua multidão e na néscia confiança dos seus senhores, por lhe fiarem não só todo o gênero de armas, mas lhe encobrirem a sua insolência e os seus delitos" (20).

Refere-se o mesmo documento às cartas escritas pelos oficiais das Câmaras de Vila Rica e São José ao povo de São João d'el Rei, que davam conta do fato. Diziam essas cartas, com o que estava de pleno acordo o governador, que o "bom sucesso" não se consumou em face da "grande atividade do Conde Governador" (21).

Para ele, se vencedora a tentativa de sublevação dos escravos, "certamente se acabariam as Minas e pereceriam todos os brancos que as habitam" (22). A "malícia servil", de acordo com a linguagem pitoresca do documento, somente não vingou, portanto, pela pronta diligência do Conde de Assumar. Mas achamos que deve haver boa dose de exagero no relato, pois a insistência do missivista em fazer louvações e solicitar recompensas é visível e flagrante. Dizia mais que "pareceu ao Conselho de Vossa Majestade mande agradecer ao Conde de Assumar, Dom Pedro D'Almeida, Governador das Minas, o zelo e prudência, com que acudiu a impedir o intento da sublevação dos negros de que dá conta, devendo-se à sua diligência o não conseguirem a sua deliberação a qual seria de mui prejudiciais consequências se tivesse efeito, pois se viram totalmente a perder as mesmas Minas, e os seus moradores sentirem aquele horrível golpe, a que os ameaçava esta fabricada conjuração" (23).

Depois, como é óbvio, solicitam-se medidas repressoras. Pede-se que nenhum escravo ou livre possa usar arma ofensiva ou defensiva. A medida não se prendia apenas ao seu porte em lugares públicos, mas exigia que não fossem permitidas também nas suas habitações. Caso a proibição fosse desrespeitada o infrator incorreria em "pena de morte natural o que entenderá ainda no caso que acompanhe o seu senhor, salvo em jornada e a caminho" (24). Os próprios senhores que escondessem escravos passíveis de punição também não ficariam imunes às sanções: pagariam de multa "o transdobro do valor do escravo" (25).

As medidas solicitadas, porém, iam mais longe: os negros de Minas que usavam trajes de seda "e vestidos como brancos" ficavam terminantemente proibidos de assim procederem, devendo contentar-se com "pano da terra, e só aquilo que for bastante para cobrir e livrar da inclemência do tempo porque assim perderiam os brios e entenderiam que nasceram para escravos dos brancos" (26).

O delator da conjura, tenente-geral João Ferreira Tavares, era elogiado pela sua pronta decisão em cientificar às autoridades o que estava ocorrendo e pela maneira como se portou durante a repressão ao movimento. Quanto às sentenças capitais, deveriam ser "executadas

até a morte natural, fazendo-se execução se possível nos lugares onde for mais conveniente para terror e exemplo, e os mais negros cabendo na forma do seu delito o castigo de galés, sejam condenados a elas e mandados para o Rio de Janeiro, para servirem naquela praça na obra de suas fortificações amarrados de dois em dois" [27].

Fervilhava, como estamos vendo, a escravatura mineira. Se a revolta de 1756 pode ser contestada, temos notícia de outra organizada em 1864, continuando o processo dessas lutas; esta já muito mais bem organizada do que a malograda de 1756. Segundo o depoimento de algumas testemunhas e pessoas implicadas, ficou mais ou menos esclarecida sua estrutura. Tinham marcado a data e esperavam para êxito do movimento o apoio dos quilombolas, ou, como eles diziam, "a rapaziada sujeita das matas". O levante tinha como objetivo "a liberdade dos cativos", segundo depoimento do escravo Adão, um dos seus líderes. Objetivando isto iniciaram o aliciamento de adeptos para aquela empreitada. Nesse trabalho se destacou o escravo Adão, que foi depois condenado. A cidade do Serro foi o palco dessas articulações. Entrosaram-se essas parcelas de escravos insubmissos com os de Diamantina, além de fazerem repetidos contatos com os das fazendas e lavras vizinhas. O plano seria o seguinte: lançariam fogo em algumas casas e, quando os brancos estivessem distraídos na tarefa de extinguir as chamas, assassinariam "todos quantos chegassem e por meio dessa insurreição obteriam a liberdade" [28]. O trabalho de aliciamento e os preparativos que esses escravos certamente faziam, sem muita cautela e discrição, no momento, logo chamaram a atenção das autoridades, principalmente do delegado da cidade, Jacinto Pereira de Magalhães Castro. A delação, como aconteceu com a maioria dos levantes de escravos, não se fará demorar e Vicente, *cabra* escravo de Francisco Cornélio Ribeiro, cientificou às autoridades o que estava acontecendo. São tomadas imediatamente as providências de praxe nesses casos e aprisionados os principais cabeças. Com essas prisões ficou-se sabendo da organização e finalidades do levante.

Haviam-se associado aos quilombolas que atuavam nas matas adjacentes para uma ação conjunta e coordenada. Estabeleceram, para isto, um sistema de senha para que ambos os lados que participavam da revolta (quilombolas e escravos da cidade) atacassem simultaneamente. A senha era dizer no dia que: "a gente do João Batista Vieira estava pronta e que os de cá ainda estavam à toa, que a galinha estava morta e pronta e só faltava assar-se". Isto significava – segundo depoimento de um dos implicados – "fugirem para o sertão, mas ao mesmo tempo fazer-se uma porcaria na cidade do Serro com a rapaziada". A rapaziada obviamente eram os quilombolas. Dado início à revolta seriam queimadas as casas do tenente-coronel Sebastião e de José Bento de Melo. A delação, porém, pôs por terra o plano desses escravos.

Após as prisões – que foram muitas –, iniciam-se os processos contra os implicados. Um dos mais destacados organizadores da revolta, o escravo Adão, será considerado "incurso no artigo cento e treze do Código Penal, (...) cominado com o artigo trinta e quatro do mesmo Código" e condenado às galés por vinte anos. Outro acusado, o branco Herculano de Barros, foi absolvido por falta de provas contra a sua pessoa: todas as testemunhas arroladas no processo acharam-no incapaz de meter-se "em súcias de escravos" ou de "aconselhar escravos para semelhante fim". A sentença foi: "soltura a favor de Herculano de Barros, visto que contra ele não há prova", e mandado de prisão contra o escravo Adão.

Pelo que se infere dos manuscritos, duas eram as tendências dos escravos no movimento. A primeira era a de, logo depois de vitoriosos ou mesmo antes, internarem-se no sertão, transformando-se em quilombolas. Outra tendência era a de continuarem na cidade e ali liquidarem completamente os seus senhores. Uma das testemunhas declara textualmente: "(...) o plano foi combinado no lugar denominado Escola, na Fazenda Sesmaria, entre José Cabrinha, Nuno e Demétrio e ajustaram que José Cabrinha viesse entender-se com Adão e o resultado mandasse avisar a Nuno na Fazenda de Magalhães (deno-

minada Liberdade) e este depois de entender-se com Adão mandou dizer a Nuno que isto por cá estava tudo pronto e muito bom que ele lhe mandasse notícias de lá. Declarou mais que quando Nuno declarou que tinha ido à Fazenda da Sesmaria e propôs a José Cabrinha o plano de fuga, este lhe respondeu que tinha coisa melhor, era o plano da insurreição, e então ele Nuno, que tinha conversado com Adão sobre a fuga, e que ele José Cabrinha viesse se entender com Adão que é um rapaz ativo, e astucioso, sobre a insurreição, pois que ele Nuno estava pronto, e que ele só arranjava uma boa porção de escravos por estas oito léguas em redor" [29].

No final, presumivelmente haviam chegado a um acordo que envolvia as duas táticas – tanto a de Nuno, que era a da insurreição no Serro, como a dos escravos José e Demétrio, que defendiam a fuga para o sertão; pelo menos a leitura dos manuscritos nos induz a assim concluir. Não chegaram, porém, a pôr o plano em execução, como vimos. A delação e a falta de organização poriam por terra mais essa tentativa dos escravos mineiros contra a escravidão.

O desenvolvimento da agricultura no estado do Rio e a concentração de grande número de escravos trabalhando nas plantações de açúcar contribuíram para que a área fluminense tivesse sido um foco dos mais importantes de revoltas. Com apreciável índice demográfico de negros na sua população, trabalhando na agricultura como escravos, fato que determinou ser até hoje um dos estados do Brasil com maior percentagem de sangue negro [30], essa região foi palco de inúmeras revoltas, algumas muito violentas. Repetia-se nas terras fluminenses o mesmo drama de todas as áreas onde o trabalho escravo se estratificava: as revoltas surgiam num verdadeiro rosário. Quando não eram revoltas eram as simples fugas para o mato, subtraindo-se o negro do conjunto dos trabalhadores ativos. Muitas foram de envergadura e deram muito trabalho ao aparelho repressor da classe senhorial.

Justamente na época em que, na província baiana, verificavam-se as revoltas dos nagôs (1826-1844); no ano em que os escravos mara-

nhenses levantavam-se de armas nas mãos, os escravos da Fazenda Freguesia (1838), de propriedade do capitão-mor Manuel Francisco Xavier, liderados pelo escravo Manuel Congo, assassinaram um lavrador branco, expulsaram os feitores e dirigiram-se armados para a Fazenda Maravilha, propriedade do mesmo senhor, que foi invadida e depredada.

Em seguida fizeram aquilo que sempre acontecia como segunda etapa dessas revoltas: retiraram-se para as matas. Refugiaram-se nas de Santa Catarina e organizaram um quilombo, no molde dos muitos que foram criados durante a escravidão. O escravo Manuel Congo, incontestavelmente o líder do movimento, foi aclamado rei. Depois disto, iniciaram uma série de violentos ataques às fazendas e aos engenhos das vizinhanças. As autoridades, porém, não estavam inativas. Organizaram a primeira expedição para dar-lhes combate. Essa tropa, composta de praças e comandada por um oficial da Guarda Nacional, foi fragorosamente derrotada e seus componentes retrocederam praticamente em debandada, completamente desmoralizados, tendo o fato repercutido na classe senhorial de forma altamente negativa. De outro lado, despertou um sentimento de euforia nos escravos, que lhes foi desfavorável. O excesso de otimismo levou-os a não se prepararem para novas refregas mais difíceis.

Animados com esse feito prosseguiram nas suas atividades, atacando e depredando, fato que porá em pânico os fazendeiros da região e leva-los-á a solicitarem repetida e desesperadamente providências ao governo imperial. Este não se fará de rogado. Os pedidos dos fazendeiros fluminenses que tinham as suas propriedades ameaçadas pelos constantes ataques dos quilombolas serão imediatamente atendidos. O governo envia para a região ameaçada um destacamento de tropas regulares que, no dia 11 de dezembro de 1838, dá combate ao quilombo, fazendo entre os escravos pavorosa matança. Verdadeira carnificina, pois os quilombolas não dispunham de armas capazes de enfrentar, em pé de igualdade, os enviados pelo governo. Foram tru-

cidados sem piedade pelas tropas imperiais. Os principais dirigentes de mais essa tentativa de resistência ao regime escravo caíram prisioneiros. Caxias foi o comandante das tropas repressoras. Submetidos a julgamento sumário e rigoroso como costumavam ser quando julgados escravos rebeldes, sofreram penas que oscilaram entre o enforcamento e o açoite público. O principal dos cabeças, Manuel Congo, foi condenado a morrer na forca, sendo a sentença executada no dia 6 de setembro de 1839. Outros líderes como Miguél Crioulo, Justiniano Benguela, Antônio Magro e Pedro Dias sofreram a pena de seiscentos açoites cada um. Este feito do jovem oficial talvez tenha contribuído para que fosse escolhido pelo governo imperial para ser enviado ao Maranhão a fim de esmagar a Balaiada, especialmente os quilombolas do Negro Cosme.

Durante a devassa que se processou do movimento, constatou-se que havia um embrião de estrutura organizativa, porém ainda muito débil. Haviam, como os da Bahia, formado uma associação secreta e tudo leva a crer que tivessem alguns dos seus membros ligações com os insurretos daquele estado, pois em outros levantes de escravos fluminenses tal ligação foi constatada [31]. Mais uma prova de que essas revoltas não eram atomizadas, mas se interligavam numa rede subversiva que se espalhava por toda a área do trabalho escravo. Da mesma forma como a Ogboni ajudou os escravos na sua luta contra o instituto que os oprimia, essa organização secreta de Vassouras foi elemento aglutinador dos escravos fluminenses. Depois da derrota de Manuel Congo essa organização secreta continuou. Prosseguia com o mesmo objetivo: lutar contra o cativeiro. Isto levou a que em 1847 os escravos fluminenses novamente se articulassem contra o instituto da escravidão. Com a experiência da derrota sofrida, procuraram se rearticular de forma mais organizada. A estrutura era bem mais sólida do que a anterior, embora ainda incapaz de derrotar os senhores de escravos. Formaram grupos de cinco indivíduos que se reuniam para discutir os detalhes da revolta, a sua data, os seus objetivos, finalmente tudo aquilo que os

levaria à vitória, segundo a expectativa dos mesmos. O chefe chamava-se Estevão Pimenta, um pardo livre.

O movimento, porém, abortou ainda no seu início, sem sequer haver-se configurado mais nitidamente. Era para ter começo no dia de São João, 24 de junho de 1847, no município de Vassouras. Descoberta a conspiração, foi logo sufocada pelas autoridades. Devassou-se então a organização dessa sociedade secreta que já foi chamada de "maçonaria negra", fundada pelos escravos. Os chefes intitulavam-se *Tates Corongos* e organizavam os escravos visando a emancipá-los da escravidão. Assim como a Ogboni, com suas evidentes reminiscências tribais, serviu para dar estrutura orgânica aos movimentos dos escravos baianos, os *Tates Corongos* deviam ser elementos armados com atributos de mando e liderança em consequência do *status* tribal de que estavam investidos. As supervivências tribais, agindo em um contexto social inteiramente diferente – uma sociedade estratificada –, mudaram a sua função. Passaram a atuar como casulos dos quais surgiriam formas de resistência contra a nova situação em que se encontravam. Os diversos níveis de hierarquia tribal que, dentro daquele tipo de organização, teriam valor apenas interno, isto é, para a tribo, passaram a desempenhar um papel diverso, dentro de uma nova constelação sociológica. Esses valores hierárquicos organizavam os escravos contra a escravidão. Convém acrescentar que, do ponto de vista do senhor, esses escravos eram iguais a máquinas de trabalho. Entre eles, porém, a hierarquia tribal funcionava com um objetivo: restabelecer os valores da tribo e extinguir o estado de sujeição a que se encontravam submetidos. Queriam, portanto, fazer com que, extinta a escravidão, os diversos valores sociais da tribo voltassem a ter validez.

É interessante notar, também, como os escravos se aproveitavam de datas religiosas cristãs para deflagrarem movimentos sediciosos. Em Minas, na Bahia, no estado do Rio, eles não respeitavam aquelas datas, mas, pelo contrário, aproveitavam-nas para mais facilmente iniciarem os levantes. Fato que bem demonstra como aquela "ilusão da

catequese" de que nos falou Nina Rodrigues é um fato incontestável. Os escravos negros não foram aculturados, como pretendem certos sociólogos, de forma mecânica. Pelo contrário. A sua situação dentro da sociedade estratificada da época, o seu *status*, era o que determinava o seu comportamento fundamental.

A aceitação da religião da classe senhorial pelos escravos, muitas vezes apontada como o segmento psicossocial explicador da sua docilidade, é, portanto, mais um estereótipo a ser desmontado e reanalisado pelos estudiosos que desejam não apenas justificar posições conservadoras, mas captar o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira na sua dinâmica. Querer subordinar esse processo de transformação a processos psicológicos secundários ou – através de um culturalismo exagerado – subordinar a situação global das classes na sociedade a um processo de assimilação de valores chamados espirituais é mera escamoteação. Quem analisa os fatos que se sucederam durante a escravidão, através de critérios objetivos, pode ver isto com muita facilidade.

Mas, após as revoltas a que nos referimos, no estado do Rio de Janeiro, outras se sucederão. A exemplo do que aconteceu em São Paulo, quando a campanha abolicionista se havia manifestado como um movimento do qual participavam amplos setores da opinião pública, como sintoma da decomposição do escravismo, os escravos fugidos, os quilombolas, receberam apoio de inúmeros políticos liberais e antiescravistas. Em Campos, os escravos incendiavam os canaviais e fugiam. Em 1887 esses incêndios adquiriram maior vulto do que os executados em anos anteriores. Segundo Evaristo de Morais, "no decurso dos meses de janeiro, fevereiro e março arderam canaviais em quase todo o município, nas principais fazendas e usinas". O abolicionista Carlos de Lacerda era considerado pelos senhores como responsável pela ação dos escravos, tanto assim que tentaram assassiná-lo, não conseguindo. Morreu em seu lugar Luís Fernandes da Silva, ao sair de um teatro onde tentara realizar um ato em prol da manumissão dos escravos. Para pôr cobro aos incêndios que se sucediam, o barão de

Cotegipe expediu aviso ao presidente da província do Rio de Janeiro ordenando que fossem dadas providências para a punição dos incendiários. Punha, para isto, uma verba de Rs. 4:000$000, destinada a obter testemunhas e "gratificar as pessoas livres e libertar os escravos, delatores dos verdadeiros culpados".

O mesmo Carlos de Lacerda estimulava a formação de *bastilhas* (quilombos) da mesma forma que Antônio Bento em São Paulo, fato que determinou reação das autoridades. Daí a Câmara Municipal pedir imediatas providências contra a *anarquia, insurreição* e *sedição* praticada pelos abolicionistas juntamente com os quilombolas.

Por tudo isto solicitaram os senhores de escravos a permanência de uma tropa do Exército naquela localidade a fim de resguardar os seus interesses ameaçados pelos escravos instigados pelos abolicionistas. Ao chegar a Lei de 13 de maio – segundo Evaristo de Morais – não existia em Campos metade dos escravos que existiam em 1887 [32].

No Ceará, apesar do fraco índice demográfico de escravos negros, revoltas também se registraram. Temos referências de quilombos de negros. Sobre o assunto escreve Raimundo Girão, evidentemente o estudioso que melhor abordou o tema naquele estado: "Deixa claro a existência desses ajuntamentos (mocambos) a carta que Jerônimo de Paz, Intendente das Minas dos Cariris, dirigiu ao Tenente-General Correia de Sá, Governador de Pernambuco: 'O Padre Antônio Corrêa Vaz pede uma ordem para um crioulo chamado José Cardigo servir de Capitão do Campo nestes lugares e eu lhe dei em nome de V. Exa. pela necessidade que julgo de que haja quem se empregue nas prisões dos negros fugidos e criminosos que se acham nestes matos amocambados: me consta que para parte dos Correntes têm saído negros dos mocambos e a algumas pessoas a roubar, e é preciso cuidar muito em destruir estes mocambos e outros que possam ir fazendo'" [33].

Têm-se também notícias de um levante de cativos na vila de Sobral, naquele estado. Houve, igualmente, vários assassínios de senhores, praticados por escravos que, muitas vezes, pagaram o seu crime na força.

O conhecido episódio da barca *Laura Segunda*, ocorrido em 1839 (ano em que os quilombolas do preto Cosme empunhavam armas no Maranhão contra a escravidão, anotemos de passagem), é característico e bem demonstra como o Ceará não ficou imune aos atos de rebeldia do escravo negro. Os tripulantes dessa embarcação, todos escravos, amotinaram-se desejando conseguir melhor tratamento a bordo. Compunha-se a tripulação de vinte e três pessoas assim distribuídas: o lusitano Francisco Ferreira, um ajudante de cozinha e mais um contramestre; um prático e dois marinheiros. O resto – compunha-se a tripulação de vinte e três homens – era formado de escravos de Luís Ferreira da Silva, dono também da embarcação. O escravo Constantino fez-se o porta-voz das reivindicações dos seus companheiros de tripulação e solicitou do contramestre melhor tratamento do que o que vinha sendo dispensado aos escravos da *Laura Segunda*. Para se ter uma ideia de como eram tratados, basta dizer-se que nem água potável conseguiam para beber. Em consequência do seu procedimento aquele escravo foi barbaramente espancado. Certamente tomaram-no como cabeça de motim e aplicaram-lhe as penas que tal ato exigia. Segundo trechos do diário de Manuel do Nascimento, transcrito por Edmar Morel no seu livro *O dragão do mar* [34], revoltados com o espancamento do companheiro, os demais negros "começaram a maldizer; e sempre foi de mau agouro nos ergástulos o cativo resmungar. Constantino, que era de grande resolução, afoitou-se a dizer na roda dos seus parceiros que em muitas outras partes já tinham acontecido desordens por motivos de falta de comer...

Com efeito, dava-se muita farinha e pouca carne. E tudo quanto um desgraçado podia auferir do trabalho, que para terceiros produzia opíparos jantares, palácios e sono largo, era, exclusivamente, um pouco mais de farinha e menos de carne.

A conspiração toma corpo. Vingança é a ideia ao deixarem as águas de Fortaleza. Constantino é o chefe da rebelião, tramada no porão da masmorra flutuante".

No dia 10 de julho, às 9 horas, Constantino com seus companheiros se amotinam e o líder do movimento assume o comando da embarcação. O contramestre e os demais tripulantes brancos são lançados ao mar, com exceção de um marinheiro de nome Bernardo, que se coloca ao lado dos amotinados. Encalham posteriormente o barco e desembarcam para a jornada de fuga, que empreendem imediatamente. Seguem rumo a Aracati, mas, antes de chegarem à cidade, são cercados pela polícia, travando-se combate entre as autoridades e os amotinados. São, finalmente, capturados. Na refrega, Constantino fora ferido. Ao serem inquiridos confessam tudo, afirmando que nada mais fizeram do que reivindicar um direito. João Brígido, citado por Edmar Morel [35], afirma que "presos os negros desmentiram o medo com que fugiram e confessaram, com assombrosa lealdade, o que havia feito cada um, dando seu testemunho da inocência dos demais. O que havia na consciência deles era a melhor noção de direito; entendiam que deviam partir ao meio todo senhor que os tolhesse".

Submetidos a rigoroso julgamento, a sentença não se fez esperar: Constantino e mais cinco escravos são condenados à forca e executados na Praça dos Mártires, em Fortaleza, no dia 22 de outubro, tendo Constantino se portado altivamente no momento da execução. O exemplo da barca *Laura Segunda* é um dos inúmeros que – como vimos nas linhas precedentes – encheram o período da escravidão de lutas sangrentas.

Os levantes dos escravos haitianos, que eliminaram praticamente os habitantes brancos daquele país antilhano e causaram pânico na Europa pela extensão das suas consequências, tiveram ressonância no Brasil entre os escravos que lutavam pelo mesmo objetivo dos daquela ilha.

Em 1824 um batalhão de pardos levantava-se em armas para tomar a cidade de Recife de assalto. A ele aderem centenas de escravos dos engenhos. Seu líder é Emiliano Manducuru que lançou aos pardos, pretos e ao povo em geral um manifesto originalíssimo, em versos, onde reconhece a inspiração haitiana do seu movimento. Afirma:

"Qual eu imito Cristóvão,
Esse imortal haitiano,
Eia! Imitar o seu povo,
Ó meu povo soberano!"

Imediatamente após esse levante, o major Agostinho Bezerra enviou, a fim de dar combate àqueles escravos sublevados, um batalhão que frustrou pelas armas os intentos de Emiliano Manducuru e seus seguidores. Os versos que formam a originalíssima proclamação pertencem hoje ao folclore da região.

II

Conforme afirmamos anteriormente, os movimentos de rebeldia contra a escravidão manifestavam-se onde quer que o trabalho servil se apresentasse. Na Bahia, em 1629, no Rio Vermelho, havia notícias da existência de um agrupamento de escravos rebeldes, destruído três anos depois pelo governo. Em Itapicuru, no ano de 1636, surgirá outro, também esmagado pelas autoridades. E continuarão aparecendo na Bahia os negros adestrados e aguerridos, com armas de fogo, atacando as "entradas", os engenhos, destruindo roças e vidas. Como veremos adiante, os quilombos de Jacuípe, Jaguaripe, Maragogipe, Muritiba, Campo da Cachoeira, Orobó, Tupim, Andaraí, Xiquexique, além dos que se localizavam na própria capital, muito trabalho deram às autoridades. Nas zonas rurais ou mesmo no perímetro urbano os negros se aquilombavam, transformando-se em constante perigo para as populações. Não havia trégua possível. Borges de Barros afirma por isto que o Nordeste se transformou no centro de convergência das vistas do governo não somente para a "repressão aos índios que assaltavam os estabelecimentos e povoações, como para destruição de quilombos e mocambos de negros fugidos, os quais se tornavam

temerosos nos assaltos das estradas" [36]. Em todo o interior do Nordeste e na Bahia em particular os quilombos proliferavam: em Papagaio, Tucano, Rio do Peixe, Gameleira e Jacobina, segundo aquele historiador, os negros se organizaram em quilombos, sendo destruídos pelas forças de Manuel Botelho de Oliveira [37]. Isto sem falarmos nas insurreições citadinas que serão motivo de uma análise especial na presente obra e que se somam a todo este conjunto de movimentos antiescravistas.

Temos notícias de que em 1726 Vasco César de Meneses dava regimento ao coronel João Peixoto Viegas para mover guerra contra o gentio. No mesmo documento, mandava-o destruir os quilombos existentes entre Cachoeira, Jacobina e Rio de Contas autorizando-o a "prizioná-los e extinguir o dito Mocambo, arrazando as estacadas que tiver para que não haja mais mêmoria d'elle, fazendo toda a diligencia por descobrir e conquistar o chamado de Camisam, em que há muitos annos se falla e porque pode haver n'estes Mocambos alguns negros ou negras que fugissem para elles sendo boçaes e não conheção a seus senhores, nem lhe saibão os nomes, com estes se praticará o que S. Magestade tem resoluto, e assy da tomada de hus como de outros negros se pagará desta a quantia que repartirão por todos os officiaes e soldados" [38].

Aliados aos índios na região central da Bahia os quilombolas criaram sérios embaraços às entradas e bandeiras do ciclo baiano. Fernão Carrilho, em 1655, auxiliado pelas Companhias de Ordenanças da Torre de Garcia d'Ávila e Campos do Rio Real, destruiu os mocambos de Geremoabo. Ao que parece, em todas as lutas dos "índios brabos" contra os bandeirantes havia negros fugidos aliados aos indígenas. Os índios Mongoió ou Nogoió que lutavam contra o domínio dos bandeirantes eram orientados por escravos fugidos, tendo João Gonçalves da Costa apreendido dos mesmos, em entrada que efetuou em 1783, "um arco de guerra e de caça do gentio homem; o mesmo do gentio mancebo; o mesmo do gentio menino; doze flechas, um colar, um pandeiro

de suas folganças, uma tanga de mulher, uma cinta das mesmas, uma compostura de guerreiro, um ídolo, imagem do fogo ou do sol, sobre que havia ainda uma machadinha ou acha de pedra com que os índios cortam os paus donde tiram mel e um surrão contendo fragmentos de algum vaso de barro" (39).

O próprio von Martius, numa generalização que tem muito de verdadeira, afirmou ser rara a tribo indígena brasileira que escapou de ter contatos com os africanos. Na Serra Negra os escravos fugidos se homiziaram, o que deu motivo a constantes atos repressivos do governo. Em 1653, visando a extinguir esses núcleos de rebeldia, criou-se na Bahia o cargo de capitão-mor das entradas aos mocambos. Tinha jurisdição do rio São Francisco a Jacuípe. Em 1704 será provido de patente de capitão-mor Francisco Soares de Moura a fim de estabelecer o "sossego dos moradores circunvizinhos à Serra Negra e residentes nos distritos de Vila Nova até o Canindé, capital de Sergipe del-Rei" e evitar que os ditos moradores continuassem sofrendo os "roubos, desinquietações e escândalos" que, segundo estava o governo informado, eram praticados constantemente por um quilombo composto de uns sessenta negros "providos de grande provenção de armas de fogo" (40). Eram remanescentes do Quilombo dos Palmares e certamente conseguiam essa "provenção" através de escravos com eles solidários.

Espalhavam-se na Bahia as revoltas de escravos a tal ponto que Borges de Barros afirmou que "eram uma praga espalhada por todos os cantos e sem remédio. Eram como irmãos coligados todos em se tratando de defender o sertão, de sorte que não pudessem penetrar nem mais aventureiros nem descobridores" (41).

Em 1688, Pascoal Rodrigues de Brito era promovido de patente para combater os negros fugidos e levantados "desde o Rio Real da banda da Bahia até a torre de Garcia d'Ávila", isto porque as autoridades sabiam da "honrada satisfação que sempre teve de seu zelo e pontualidade" (42).

Em novembro de 1640 a Câmara de Salvador discutia o meio de terminar um mocambo na região do Rio Real, mocambo esse que, pelas notícias que colhemos, muito trabalho deu às autoridades. O vice-rei dom Jorge de Mascarenhas achava que se devia enviar um batalhão de negros Henriques, juntamente com um capelão que falasse a língua dos negros a fim de reconduzi-los, prometendo-lhes que, se isto acontecesse, isto é, se reconhecessem que estavam errados e se entregassem, seriam engajados nas fileiras dos Henriques. Esta proposta foi, no entanto, rejeitada pelos oficiais da Câmara. Acharam que "por nenhum modo convinha tratar desconcertos, nem dar logar aos Escravos que conciliassem sobre este negócio e o que convinha somente hera extinguilloz e conquistalloz para os que estavão domesticos não fossem para ellez e os levantadoz não aspirassem maiores danoz" (43). Ciosos de suas posições de classe, dentro da rígida estrutura da sociedade da época, achavam os membros da Câmara que nenhum acordo devia ser negociado com os quilombolas. Seria abrir frinchas na rígida carapaça do aparelho de Estado escravocrata.

Nas considerações que os representantes da Câmara de Salvador fizeram posteriormente ao vice-rei, apresentando as causas pelas quais deviam extinguir inapelavelmente os quilombolas sem com eles parlamentarem, dizem que "o mais proveitoso hera conquistar estes negroz e pelo pouco fructo que delles setem ainda que se oz donoz delles os hajam aseopoder como setem experimento". Reportam-se depois a considerações de ordem prática, com base na experiência adquirida, referindo-se a uma expedição anterior contra um mocambo, dirigida pelo coronel Belchior Brandão, que, havendo capturado muitos dos quilombolas, restituiu-os aos seus donos. Os resultados – segundo opinião dos oficiais da Câmara – foram desastrosos. Isto porque "selevaram para Suas Cazas lhetornaram afogir levando em Companhia muitos denovo". E resolvia a Câmara que os negros aquilombados deviam ser conquistados e os homens enviados às galés. Estabelecia ainda a Câmara, cautelosamente, que por negro de quilombo

se devia entender aqueles que estavam voluntariamente no reduto e não os que eram levados à força para lá. Como vemos, os quilombolas baianos, como os das demais regiões do Brasil, aprisionavam aqueles que não desejavam a liberdade, levando-os para os seus redutos, colocando-os no processo de trabalho – o quilombo tinha de possuir produção para sobreviver – praticamente no mesmo *status* em que se encontravam antes.

Em 1709, Dias da Costa era provido da patente de capitão-mor "a fim de extinguir os mocambos, aprisionar os negros e reduzir os índios Maracazes, Cacurus e Caboclos"; em 1700, Pedro Barbosa Leal, que explorava os sertões do Salitre, recebia um regimento para "fazer entradas nos mocambos dos negros fugidos."

Fatos como estes refletem muito bem a extensão da rede de quilombos na Bahia, pois abrangem desde o litoral à região do rio São Francisco, em plena área de sertão, e mostram o equívoco daqueles que supõem haver o negro circulado – quer como escravo, quer como quilombola – apenas na faixa litorânea. O mapa da província estava todo respingado de manchas de quilombos. Houve mesmo o fato de quilombolas ou negros fugidos servirem de guias às levas migratórias que vinham de Minas Gerais para a Bahia e o Piauí.

O Quilombo do Orobó, em 1756, preocupava as autoridades em consequência das repetidas queixas dos moradores da região. No ano seguinte, um relatório sobre as providências que foram tomadas pelas autoridades dava conhecimento de que os escravos fugidos, pertencentes a um quilombo muito antigo, destruíam e assolavam plantações vizinhas. Depois de serem enumeradas as precauções e medidas tomadas para o bom êxito da expedição que estava sendo organizada, o referido documento nos conta que o capitão-mor Severino Pereira, juntamente com outros capitães-mores, marchou contra o reduto que foi destruído em dezembro pelas forças contra ele enviadas. No mocambo – narra ainda o relatório – havia plantações de mandioca, inhame, arroz, cana-de-açúcar, frutas e outras culturas e "se prenderão treze escravos entre pretos, pretas e crias que foram entregues aos seus respectivos senhores". Por esta mesma época era destruído o do Andaraí.

A Câmara de Cachoeira, por seu turno, anunciava em 1705 a existência de um ajuntamento de escravos fugidos nas matas de Jacuípe. Segundo carta que foi enviada a dom Rodrigo da Costa, capitão-general da Bahia, estavam praticando "insolências e roubos" (44). Imediatamente medidas eram tomadas pelo aparelho repressor senhorial. O mesmo dom Rodrigo da Costa ordenava aos capitães e mais oficiais que capturassem esses quilombolas, enviando-os em seguida à cadeia de Salvador. Além disto, indicava aquela autoridade a necessidade de serem engajados índios na expedição, a fim de "rastejarem" os ex-escravos. Esses índios conhecedores da região serviam para localizar os quilombolas, já que uma das características mais constantes era a mobilidade dos quilombolas ao saberem da aproximação de tropas.

Já em 1706 é em Jaguaribe que se aquilombam os escravos, fato que determinou que o capitão-general Luís César de Meneses, ao tomar conhecimento do mesmo, depois de informar que se havia cientificado da situação penosa em que se encontrava a população daquela vila, mandasse que o sargento-mor partisse em demanda das matas para conquistá-los. No caso de não existir sargento-mor na vila, deviam ser contratados capitães do mato.

Depois vêm os quilombos de Maragogipe e Muritiba, em 1713. O de Cachoeira era um dos maiores da época. Mais exatamente em Cachoeira – conforme veremos oportunamente, em capítulo especial – havia uma série deles e durante todo o transcurso da escravidão aparecerão de vez em quando. Em 1714 houve uma batida contra os mesmos ordenada pelo capitão-general Pedro de Vasconcelos. Segundo os oficiais da Câmara daquela vila, os moradores encontravam-se em constante sobressalto, ou melhor, "recebendo de dia e de noite irreparáveis prejuízos", conforme se expressa o capitão-general dom Pedro de Vasconcelos. Ordenava que o coronel Bernardino Cavalcanti de Albuquerque comunicasse ao capitão-mor da vila que se preparas-

se uma expedição "sem a mínima demora e dilação" (...) e "com poder bastante" pusesse cerco e prendesse os "negros, negras e crias" [45].

Em outras áreas mais afastadas do litoral os quilombos se multiplicavam. Em Xiquexique, documento datado de 1801 dá-nos notícias da existência de dois, e ao mesmo tempo informa a formação de uma expedição para destruí-los. A província vivia inquieta com as atividades dos quilombolas. A classe senhorial da Bahia armava-se para enfrentar, quer no sertão, quer no litoral, quer na periferia da capital, as atividades desses escravos fugidos.

Além das insurreições citadinas, que serão estudadas em momento próprio, ainda podemos nos referir a quilombos que existiam na periferia da cidade de Salvador. O do Cabula. O de Nossa Senhora dos Mares. O chamado Quilombo do Buraco do Tatu.

Pedro Tomás Pedreira situa esse último ajuntamento "nas cercanias da cidade do Salvador, e a cerca de duas léguas de distância da mesma, nas margens da rodovia que liga atualmente Campinas e a vila de Santo Amaro do Ipiranga" [46]. Ainda segundo este historiador, o quilombo teve início no ano de 1744. Esses quilombolas, apesar da proximidade da capital, não se postavam em uma posição passiva. Pelo contrário. Atacavam e roubavam os moradores da vizinhança. Para se defenderem das tropas, punham *estrepes* nas matas, à maneira dos de Palmares, fato que, ainda segundo o mesmo historiador, "dificultava grandemente a aproximação de elementos estranhos e das tropas das milícias" [47]. Os arredores da cidade do Salvador ficaram perigosos para todos os que entravam ou saíam; também os proprietários de pequenos sítios viam-se constantemente atacados. O mais interessante, no entanto, é que esses escravos, à noite, penetravam na cidade a fim de "prover-se de pólvora, chumbo e das mais bagatelas que precisavam para a sua defesa" [48]. É óbvio, portanto, que tinham cúmplices no interior da cidade. Aliás, quase sempre os quilombolas dispunham de aliados quer nas senzalas quer nos centros urbanos. Parece que as constantes incursões dos escravos ali homiziados contra

os moradores irritaram as autoridades. O governo interino da Bahia ordena a sua destruição. Forma-se, então, uma expedição de mais de duzentas pessoas, com soldados, índios e voluntários para destruí-lo. E, de fato, conseguem reduzir a zero o que era um grande quilombo, no dia 2 de setembro de 1763.

No local foram feitos prisioneiros 61 quilombolas "entre pretos e pretas, que foram recolhidos à cadeia". Os chefes do reduto foram julgados posteriormente. Na sentença condenatória dos mesmos lê-se: "forão por officiaes e soldados, expurgados varios Quilombos de negros que havião nas vizinhanças desta Cidade, com grande damno dos moradores d'ella e dos seos contornos, de cujos quilombos vierão prezos para a Cadêa, grande numero de negros e negras; e procedendo-se em devassa do cazo por este Juízo se pronunciarão os cabeças d'aquelles facinorozos e outras pessoas com as quaes mantinhão communicação; e os negros que não tinhão mais delicto que o de calhambolas depois de marcados com a letra F, se mandarão entregar aos seus senhores, pagando cada um de'elles, por uma rateação, o que lhe coubesse para fazer a quantia da despeza que havia supprido a Fazenda Real com o sustento dos dictos officiaes e soldados" [49]. Quanto ao destino dos cabeças nada se sabe.

Não foi apenas esse quilombo que existiu na periferia da cidade do Salvador. Como dissemos, além do acima descrito, existiam o de Nossa Senhora dos Mares e o do Cabula. Em 1807 o governador e capitão-general da Bahia convocou o capitão-mor das entradas e assaltos de Salvador – Severino da Silva Lessa – e determinou fossem os dois agrupamentos de negros destruídos imediatamente. O sossego público estava em risco enquanto aqueles quilombos continuassem. No dia seguinte já era requerida uma tropa composta de 80 homens para o assalto àqueles dois redutos. Além desses soldados de linha participavam da expedição punitiva "oficiais do mato e cabos de polícia". O resultado não se fez esperar. Como sempre acontecia, a superioridade de homens e armas dava a vitória às tropas legais. Depois

de cercar diversas "casas e arraiais", destruiu os redutos. Parece que esses quilombolas não esperavam qualquer repressão, pois, além de não oferecerem resistência de monta, foram aprisionados em massa, quando podiam ter-se retirado para as matas próximas. Tudo leva a crer, pela carta que o Conde da Ponte escreveu ao ministro da Marinha de ultramar, dando conta dos eventos, que havia interesses de terceiros envolvidos, pois ali se lê que esses escravos eram dirigidos por mãos de "industriozos importadores" que "aliciavam os creoulos, os vadios, os supersticiozos, os roubadores, os criminosos e os adoentados e com huma liberdade absoluta, dansas, vestuários caprichozos, remédios fingidos, benção e oraçoens-phantasticas e fanáticas, folgavão, comião e se regalavão com a mais escandaloza offensa de todos os direitos, leis, ordens e publica quietação" (50).

É possível que importadores, objetivando tirar de circulação escravos dos engenhos para substituí-los por outros, isto é, vendê-los aos proprietários rurais, tenham, em alguns momentos, através de terceiros, estimulado a fuga dos ladinos, para a venda de boçais.

Na mesma carta aquela autoridade dá conta da destruição de outro quilombo no Rio das Contas, comarca de Ilhéus, no Sítio Otizeiro. O ajuntamento já tinha inclusive roças e plantações. Esse chamado *grande quilombo* foi destruído, mas havia outros, na mesma região, *de consideração,* que aquela autoridade esperava arrasar. Dizia ainda o Conde da Ponte: "nascendo destas doutrinas o convidarem-se escravos dos engenhos a se armarem Coroneis e Tenentes-Coroneis com festejos, cantorias e uniformes, o que ouço contar aos próprios senhores com indiferença, e merece bem a penna de eu tomar cautelozas medidas, e com prudência dispersal-os visto que lhe dificultozo he fazel-os recuar em hum momento todo o caminho que com tanta indulgencia se lhes tolerou caminharem" (51).

Um verdadeiro rosário de quilombos se espalhava pela província. Ainda em Rio de Contas existiu um local que hoje se denomina Arraial dos Crioulos. Em Camisão, Jeremoabo, Salitre, Tucano e em

muitos outros lugares os negros se organizavam em quilombos. Isto sem nos referirmos aos pequenos ajuntamentos efêmeros de dez e doze cativos fugitivos, pois seria um nunca acabar. Infelizmente não se pode fazer um cálculo da porcentagem de *mercadoria escrava* que não rendia aos seus senhores por se encontrar nas matas. Tal cálculo demonstraria como, durante todo o transcurso da escravidão, o quilombola diminuía a margem de lucros que o sistema escravo proporcionava à classe senhorial. Esse desgaste, em certas regiões do Brasil e em determinados momentos, deve ter contribuído para a decadência do regime servil, eufemismo sob o qual a escravidão era disfarçada em nosso país.

Em outras regiões do país a tática de luta dos quilombos variará de acordo com certas circunstâncias e condições. No Maranhão, conseguirão transformar sua luta, que antes se realizava isoladamente, em uma luta em torno da qual se aglutinarão diversas camadas da população maranhense, especialmente a grande massa camponesa. Os quilombos que existiam desde há muito sairão da posição atomizada em que se encontravam para formarem um força de ex-escravos unificada e ativa. Tal fato se verificará em face da situação econômico-social daquela região, que sofria, talvez, como em nenhuma outra época, uma crise generalizada decorrente dos males crônicos das nossas relações de produção.

Após a expulsão dos franceses, entrava em decadência acelerada a economia maranhense. O sistema de aldeamentos dos jesuítas mostrava-se altamente desvantajoso. Abastardava o indígena e não dinamizava economicamente a região. O índio, por outro lado, quase não mais pesava demograficamente, dizimado que fora quase inteiramente pela brutalidade dos colonizadores que a tudo recorreram a fim de subjugá-lo. Em 1637 o flamengo Gêdeon de Moris dava um total de 40.000 indígenas na capitania do Maranhão. Pouco mais de um século depois – segundo J. F. Lisboa – não será possível ao governador André Vidal de Negreiros juntar mais de oitocentos índios

para a guerra. Houve mesmo casos de índios que eram colocados à boca dos canhões e feitos em postas com o tiro. A capitania estava em decadência franca. Pombal viu no Maranhão uma fonte de rendas de inestimável valor. Sua visão de estadista, dos mais avançados para a sua época dentro da estrutura de uma nação colonizadora, não podia deixar de perceber a fonte de rendas que a Metrópole tinha nas suas mãos. Dará nessa circunstância o monopólio do comércio de escravos à Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que introduzirá a moeda metálica em substituição ao escambo e à troca em espécie. Ainda circulavam – antes do monopólio da Companhia – novelos de fios ou rolos de pano como meios de troca.

A Companhia iniciará um processo sistemático de domínio econômico completo do Maranhão, emprestando capitais aos senhores de terras em dificuldades, vendendo-lhes escravos e recebendo em pagamento os produtos da lavoura, que eram em seguida drenados para Portugal.

Nesta conjuntura é que o escravo negro entrará como elemento mantenedor das bases da economia maranhense. Transformou-se na mercadoria mais solicitada. Somente em 1783 foram importados para o Maranhão 1.602 escravos. De 1812 a 1820 entrarão, em levas sucessivas, 36.356 diretamente dos diversos portos da África, sem incluirmos no cômputo aqueles que, através de migrações internas, penetravam vindos através da Bahia até Caxias. Na base da exploração cada vez maior e mais sistemática do trabalho escravo, as classes dominantes locais gozarão de um período de relativa prosperidade econômica. A exportação do algodão subirá de 651 arrobas para 25.437! O movimento do porto de São Luís crescerá de 3 para 10 navios, em 1769. No ano de 1788 exportar-se-á, em 25 navios, a importância de Rs. 687.748$788, ou seja: cerca de £790.000. O algodão figurará nesse bloco de exportação com 11.331 sacos, num total de 67.510 arrobas. Caio Prado Júnior dirá por isto que o algodão, sendo alvo, tornará o Maranhão negro. De fato: todo o trabalho agrícola será mantido pelo braço do escravo

africano. Neste ritmo seguirá a marcha da economia maranhense até o ano de 1817, quando, em 155 navios, exportará £1.000.000, ultrapassando a exportação de Pernambuco e igualando a da Bahia, ambas no auge da exportação açucareira.

Essa exportação toda não irá, porém, proporcionar ao povo no seu conjunto condições de vida mais favoráveis. Mais uma vez a essência colonial de nossa economia se manifestará na penúria da esmagadora maioria da população e na abastança fáustica da minoria que vivia da exportação dos gêneros necessários às nações das quais dependíamos através do controle total de Portugal. Todos os gêneros aqui produzidos eram canalizados para a Metrópole através do monopólio da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Lavrava nas camadas sociais desfavorecidas pela situação um sentimento de revolta pronunciado contra tal estado de coisas, sentimento que virá à tona da sociedade pela primeira vez com a revolta de Bequimão (1684) que subiu à forca porque exigia, entre outras coisas, a queda do monopólio e a liberdade de comércio.

No Maranhão, em face disto, grande era o coeficiente demográfico negro. Veloso de Oliveira dava para 1819 um total de 200.000 habitantes, dos quais 133.332 eram escravos e 66.668 livres, como uma porcentagem de 66,6% de escravos sobre a população total. Como se vê, a massa escrava preponderava sobre a população livre. Essa escravaria se localizará na zona agrícola da província, especialmente nas regiões situadas às margens dos rios Mearim e Pindaré. Como veremos, logo se revoltarão contra o instituto da escravidão. Os quilombos surgirão, em consequência. O primeiro quilombo foi destruído em 1709. No oeste maranhense as rebentinas de negros continuaram. Em Maracaçumé os escravos descobriram ouro e negociavam com aventureiros. Outros quilombos, como o de Jaquarequara, localizado entre o Gurupi e o Sincatã, serão aniquilados. O governador Franklin Dória destruirá o Quilombo de São Benedito do Céu, em 1867. Os ataques desses quilombos chegarão ao conhecimento das autoridades que to-

marão medidas repressoras. Em 1772 estouraram as insurreições de São Tomé, que foram terríveis. Os quilombolas, aliados dos índios, atacaram o povoado de São José e só foram derrotados depois de sérias lutas.

Segundo Ribeiro do Amaral, "a escravaria não poucas vezes ameaçava o sossego público, subtraindo-se parte dela ao jugo do senhorio e aquilombando-se nas matas donde, em surtidas, iam roubar as fazendas circunvizinhas, sendo necessária força armada para capturá-los".

Dos quilombos, um que maiores vestígios deixou foi o de Turiaçu, que durou cerca de quarenta anos, sendo constantemente atacado, mas sempre se refazendo até que finalmente foi destruído. Esse quilombo situava-se numa vasta região que se estendia entre o Pará e o Maranhão. Apesar de ter sido atacado constantemente quer pelas autoridades da primeira quer da segunda província, conseguiu resistir por quase meio século. Para que esse quilombo fosse destruído, as autoridades tiveram de criar uma delegacia de polícia com jurisdição nos municípios de Paruá e Maracaçumé, enviar uma força armada para o último dos municípios mencionados e fundar uma colônia militar no Gurupi. Os componentes da força militar varreram a região dos negros aquilombados de ponta a ponta, destruindo-o completamente. Como nos outros quilombos, os fugitivos mantinham contato com elementos de fora, inclusive no sentido de intercambiar ouro das minas, que esses quilombolas exploravam, por outros artigos.

Em muitos outros locais a escravaria se revoltava. Mas o líder incontestável desses negros foi o preto Cosme. Estava condenado à forca e preso na cadeia de São Luís. No entanto, conseguiu evadir-se, embrenhar-se no sertão e dirigir um quilombo. Nas cabeceiras do rio Preto organizará um quilombo de mais de 3.000 negros sob a sua direção. Esse reduto ainda não teve o seu historiador, nem sabemos se, com a falta de elementos para ser estudado presentemente, será ainda possível uma reconstituição científica de como se formou e desenvolveu internamente. Será difícil a reconstituição da vida social e econômica naquele reduto. A própria personalidade do líder quilombola é apresentada apenas como a de um assassino vulgar, quando não de um megalômano ou paranoico. Caxias refere-se a ele como "o infame Cosme". O que podemos afirmar, porém, sobre as atividades do preto Cosme no seu quilombo, é que, sob a sua liderança, foi fundada uma escola e estabelecido um sistema de piquetes de guerrilheiros que incursionavam às fazendas vizinhas de onde tiravam víveres e traziam novos insurretos [52]. Isto tinha de acontecer, pois o número crescente de escravos que aderiam ao quilombo não permitia que se estabelecesse no reduto uma economia autossuficiente.

Mas não era somente o preto Cosme que se rebelava contra o instituto da escravidão. Em 1838 o subprefeito da vila da Manga terá por cautela uma força de vinte e tantos homens por causa dos quilombolas do Itapicuru. Ao estourar o movimento da Balaiada, em 1838, o preto Cosme será um dos seus chefes mais ativos, mas sem nunca ser aceito pelos políticos *bem-te-vis*, nem aceitar a linha oportunista dos mesmos. Tal posição independente foi reconhecida pelo próprio Caxias, que, ao informar haver pacificado a província, escreve: "Se a estes (os efetivos dos balaios) adicionarmos três mil negros aquilombados sob a direção do infame Cosme, os quais só de rapina vivem, assolando e despovoando as fazendas, temos onze mil bandidos, que com as nossas tropas lutaram". Mesmo o chefe pacificador separou as duas forças no seu relatório.

Outro dos seus chefes – também de cor – será o mulato Manuel Francisco, que se intitulará "tenente dos pretos" e (segundo ofício enviado denunciando o início da revolta) "é o que mais tem seduzido a gente de cor, porque essa gente muito acredita no seu semelhante".

O certo é que – com a experiência adquirida durante o tempo em que lutavam nas matas – os quilombolas do preto Cosme, juntamente com os de Manuel Balaio, aplicarão a tática de guerrilhas que tantos e tão profundos danos causarão às tropas legais. No dia 7 de março

de 1839 as tropas das diversas colunas dos balaios farão sua junção na vila da Manga, região já tradicionalmente conhecida como foco de quilombos. O preto Cosme chefiará três mil escravos, iniciando a marcha, depois vitoriosa, sobre a cidade de Caxias. No dia 1º de julho daquele ano, a cidade, sitiada, cairá ante o impacto das forças rebeldes. Ali instaurará uma junta governativa que tomará a si a responsabilidade de preparar a defesa da cidade e entender-se com as autoridades.

Os quilombolas do preto Cosme cantavam nas ruas ocupadas da cidade de Caxias:

O Balaio chegou!
O Balaio chegou!
Cadê branco?
Não há mais branco!
Não há mais sinhô!

Após a capitulação da ala menos radical da Balaiada, constituída de elementos vacilantes aglutinados no chamado partido *Bem-te-vi*, serão os líderes como Cosme e Manuel Francisco que – mesmo desordenadamente – continuarão a luta, até seu esmagamento total. Aliás, os *bem-te-vis* se aproveitaram do movimento de massas que os líderes balaios realizaram, para conseguirem proveito político imediato, obtendo posições e facilidades. Contribuíram, por outro lado, para prejudicar a união total dos camponeses sublevados com a massa escrava que pululava nas fazendas de algodão do Maranhão. A luta, de qualquer forma, prosseguia. Ao chegar Caxias ao Maranhão a coisa que mais lhe interessou foi esmagar os quilombolas. Em agosto de 1840 assistiu pessoalmente a um ataque à concentração de escravos do preto Cosme. Outros líderes, ao verem o movimento em declínio e a perspectiva de uma anistia por parte do presidente da província, passaram a combater os quilombolas, seus antigos aliados.

O caudilho Poderosa, por exemplo, aceitou a condição imposta por Caxias: combater os quilombolas para conseguirem o perdão. "Aceita a condição" – narra um historiador –, "Poderosa lançava-se contra os negros fugidos, nas florestas, e os reduzia mais ainda como força organizada, e assim, jogando os balaios brancos e mestiços contra os escravos negros, já ao raiar de 1841 podia anunciar em ordem do dia que a rebelião estava terminada, com a rendição, em Miritiba e Icatu, na sua presença, dos últimos caudilhos em armas, Raimundo Gomes inclusive, com aproximadamente 3.000 homens. Só o 'infame Cosme' ficava restando, 'vivendo de rapina e assolando fazendas', perseguido pelas forças legais e por muitos baianos que com eles já colaboravam beneficiados todos eles – menos o capitão quilombola – pelo Decreto de anistia" [53].

Finalmente, Cosme foi derrotado e feito prisioneiro, depois de baleado na perna. Juntamente com ele foram capturados 2.400 quilombolas que estavam sob seu comando. Levado para São Luís, foi julgado e enforcado.

Apesar da repressão sangrenta de Caxias contra os quilombolas, as lutas dos escravos continuaram. Em 1840 vê-se obrigado a baixar a Lei 98, criando o Corpo de Guardas Campestres, cuja finalidade era esmagar os quilombolas. Diz a Lei no seu artigo 6º: "O Cmt de guarda ou guardas que prenderem escravos fugidos receberão do senhor do escravo a gratificação de 2$000, e quando em quilombo, dez mil réis, pagos estes prêmios antes da entrega do mesmo escravo, e dividido entre os que concorreram para a prisão". E no seu artigo 7º: "(...) quando o ataque dos quilombos foi feito a requerimento de interessados, pagarão estes, vencimentos diários dos guardas que forem empregados no mesmo ataque, se este porém for ordenado sem proceder requerimento de interessados, e nele forem apreendidos escravos, pagarão seus senhores pro-rata conforme o número dos que pertencerem a cada um, o vencimento diário dos ditos guardas, não excedendo em caso algum, vinte mil réis, o que o senhor houver de pagar por cada

escravo apreendido" [54]. Como se vê, o *código negro* que Teixeira de Freitas se recusou a escrever nem por isto deixou de existir, através de uma série infindável de leis como esta.

III

Em Alagoas podemos citar o exemplo dos *papa-méis*. Esses negros fugidos, de lendária fama na região onde atuaram, engrossarão substancialmente as fileiras do caudilho Vicente de Paula, um dos chefes do movimento Cabano, naquela área. Convém destacar, para melhor esclarecer o assunto, que a participação desses quilombolas em um movimento nitidamente restaurador modificará o seu conteúdo, pelo menos na sua fase derradeira, pois o leque de forças populares se abrirá enquanto aquelas forças conservadoras, ligadas à economia tradicional – os grandes donos de terras –, dele se desligarão. As causas do movimento, isto é, a sua configuração política restauradora, para sermos mais precisos, serão levadas de roldão ante as modificações que se processarão na sua composição de forças sociais. A participação dos quilombolas da região e o prestígio que lhes deu Vicente de Paula são fatos que virão modificar substancialmente os objetivos da luta. É que os articuladores do movimento, ao verem que o mesmo não se iria resolver rapidamente, procuraram entrar em entendimentos com as autoridades. O melhor historiador desses acontecimentos escreve a respeito: "Com Antônio Timóteo, pequeno proprietário e homem humilde de Panelas do Miranda, e com os índios do Jacuípe, ganhou a rebelião o apoio das massas, das camadas mais pobres da população, que a continuaram por muitos anos, enfrentando as maiores dificuldades, ao mesmo tempo em que os homens poderosos que a tramaram, que a organizaram, ou foram presos, ou depuseram as armas. É que iniciaram uma simples quartelada, uma revolução para ser vitoriosa em poucos dias, mas a plebe, os índios e depois os

escravos, iniciada a luta, fugiram ao seu comando, ao seu controle, e se colocaram sob as ordens de chefes humildes como eles, saídos da própria plebe, como Vicente Ferreira de Paula, que melhor consultava aos seus interesses" [55].

Depois dessa primeira etapa, Vicente de Paula contará apenas com os *papa-méis* no prosseguimento da luta. O presidente da província na sua fala de 1º de dezembro de 1833 afirmava que "homens que mais se assemelhavam a uma horda de antropófagos do que cidadãos, sem princípios, sem moral, e sem Religião, levados pelo único instinto imitador das bestas ferozes, entre as quais vivem, e favorecidos da posição que habitam de matas impenetráveis (Jacuípe e suas imediações) tais são os revoltosos e são as tropas com que temos empenhado uma luta tão porfiada, debalde o Governo tenha dado todas as providências ao seu alcance para os chamar à ordem". Em seguida, enumerava os danos causados por esses rebeldes que praticavam, entre outros, "a dissolução de um terreno imenso nos subúrbios de Porto Calvo, a destruição de muitos engenhos, o definhamento da agricultura, a paralisação do comércio, a diminuição das rendas públicas e o que mais é, o derramamento de sangue e a perda da vida de muitos bravos defensores da Lei" [56].

Manuel Correia de Andrade agrega: "Compreende-se que fossem os escravos, por medo de voltar ao cativeiro, os que se conduzissem com mais dedicação a Vicente Ferreira de Paula. Os que lutaram até o fim. Nenhuma esperança lhes trazia a paz e, temerosos da conclusão da luta, passaram a fiscalizar os que queriam depor as armas. Por isto, à proporção que se tornava mais difícil a situação dos rebeldes, era dos escravos que Vicente de Paula recebia as maiores provas de dedicação e fidelidade e era neles, que nada tinham a lucrar com a paz, que o chefe mais confiava. Por isto, iam-se tornando o grupo mais influente nas hostes rebeldes. Daí uma revolução, iniciada por políticos absolutistas sequiosos de poder, ir-se tornando, gradativamente, uma verdadeira luta de negros contra a escravidão. Tomava, assim, pouco

a pouco, a Guerra dos Cabanos, um sentido bem diverso daquele sob cujo signo se iniciara, e só não sofreu certamente tal transformação em seus objetivos porque não possuiu líderes mais esclarecidos, melhor conhecedores dos problemas das massas que conduziam" (57).

Dentro das próprias forças de Vicente de Paula chegou mesmo a haver certa divergência entre a gente livre "e os escravos que compõem a força dos Saltiadores, por serem estes mais promptos em suas execuções e por isso merecem maiores elogios dos seus Chefes" (58). O presidente Manuel de Carvalho resolveu estimular a captura desses escravos, obrigando os seus proprietários a pagarem vinte mil réis por escravo, a quem os prendesse. Um chefe cabano, em carta apreendida pelas autoridades relatando as dificuldades em que se encontravam, dizia que "não ha gente para o piquete, e Sentinella, e se não fossem os negros estavamos desamparados". Muitos dos que não estavam engajados nas tropas cabanas encarregavam-se de levar cartuchos para eles (59).

Quando o bispo Dom João Marques da Purificação Perdigão resolveu ir parlamentar com os homens de Vicente de Paula, foram os *papa-méis* que permaneceram fiéis ao movimento, ao lado do chefe.

Em 1835, Vicente de Paula ainda conseguiu reunir uma tropa de 300 homens, na maioria negros escravos e índios, e atacou o ponto Roçadinho. Em Japaranduba, no mesmo ano, contava apenas com cativos. Fugiu com 50 desses homens deixando o restante para se apresentar às autoridades. Pacificada a região, a ordem era a de prender os quilombolas. Como houvesse resistência de militares que foram destacados para essa tarefa, o presidente Francisco de Paulo Cavalcanti de Albuquerque respondeu que "Indecorozo não he a tropa, como diz ser o Commandante-em-Chefe perseguir e aprehender esses escravos, o que julga elle serviço próprio de capitães de campo. Estes capitães de campo procurão e prendem hum ou outro negro fugido a seo Sr., que anda izolado sem cometter roubos, e assassinos, como forão os que se conseguirão em corpo, que a tranquilidade pública, como tem

acontecido em os quilombos das mattas de Catucá, e com esses que ora se formão nas de Jacuípe e Panellas contra os quaes se faz mister o emprego da Força Pública" (60).

Apesar de as autoridades considerarem a região pacificada, Vicente de Paula nem se rendeu nem parou de atacar. Depois, vendo-se irremediavelmente derrotado, recuou para o Oeste, fundando um misto de povoação e quilombo onde permaneceu até 1841, sem ter nenhuma ligação com o mundo exterior (61). O certo é que, quando naquele ano foi encontrar-se com o frade José Plácido de Messina, fez-se acompanhar de mais de quatrocentas pessoas. Estava terminada, finalmente, a luta dos *papa-méis*.

Em Sergipe, os escravos marcarão todo o período em que vigorou o regime escravista de contínuos levantes. Esses levantes de escravos sergipanos revestiram-se de características particulares: neles predominou, com grande eficiência, a tática de guerrilhas. Desde bem cedo (muito antes da destruição do Quilombo de Palmares), Fernão Carrilho será convidado a destroçar quilombos na capitania de Sergipe. E, desde então, não mais deixarão sossegados os proprietários de engenhos e fazendas.

As autoridades da capitania reconhecerão a audácia desses negros, não subestimando sua força. Pelo contrário: estarão em constante vigilância através de sucessivas medidas, quase todas inúteis porque os quilombolas prosseguiam a luta em outro local e com formas diversas de comportamento. No relatório apresentado pelo chefe de Polícia Manuel Spínola Júnior, publicado no *Jornal de Sergipe*, em 1873, lê-se que, reunidos em grupos nos termos de Laranjeiras, Divina Pastora, Rosário, Capela e Japaratuba, os quilombos são "uma constante ameaça à segurança individual e da propriedade".

"Desde que entrei em exercício nesta repartição" – continua o relatório –, "chegando ao meu conhecimento os fatos praticados por tais escravos, e a maneira aterradora por que assaltavam os lugares mencionados, tenho me empenhado seriamente para que sejam eles

capturados, procurando tranquilizar os proprietários daqueles municípios circunvizinhos" [62].

Os quilombolas sergipanos homiziavam-se com muita frequência em alguns engenhos onde obtinham facilmente ligações com os escravos que lá se encontravam. As senzalas eram ponto de encontro entre os escravos fugidos e os dos engenhos e fazendas que com eles estavam solidários. Conseguiam desses aliados informações e víveres, estabelecendo-se um verdadeiro serviço de ligação entre os primeiros e os últimos. O chefe da Polícia não estava alheio a esses fatos e verberará constantemente contra os mesmos. No relatório citado, dirá claramente o grau de desgaste a que chegaram as forças do governo. Porque – usando a tática de guerrilhas – esses quilombolas jamais se empenharão em batalhas de envergadura. Atrairão habilmente as tropas para o recesso das matas e lá, com movimentos rápidos, as irão submetendo a um desgaste de energia, munições e homens, desesperador. Como elemento auxiliar dessa tática funcionava o sistema de ligação com os escravos das senzalas dos engenhos e fazendas, muito eficaz e que os auxiliará muito na luta [63].

Será esse sistema de guerrilhas certamente o mais indicado para as condições da época, a região e os objetivos da luta e o que maiores frutos produzirá. Muitas vezes o governo organizará expedições de envergadura, principalmente nos fins do século XIX, contando esmagar definitivamente os escravos sublevados. Sempre regressarão, contudo, sem conseguirem o objetivo que desejam alcançar. No dia 8 de fevereiro de 1872 uma grande expedição partirá para dar combate a um grupo que agia ativamente em Rosário. Sob o comando do próprio chefe de Polícia e obedecendo a um plano discutido no mais completo sigilo com o próprio presidente da província, marchou a tropa ao encontro dos quilombolas. Oitenta praças da Guarda Nacional reforçavam a tropa e mais destacamentos de outras localidades. Tinham estabelecido no plano, de antemão discutido, que uma parte daria batida nas matas dos engenhos onde supunham se encontrassem os escravos fugidos, ficando o grosso da tropa na retaguarda da mata. Os quilombolas, ao serem atacados, se veriam compelidos a fugir e ficariam, então, sob dois fogos; seriam facilmente cercados e liquidados.

Orientado por este plano foi enviado o alferes João Batista da Rocha para dar uma batida nos engenhos de Capim-Açu, Várzea Grande e Jurema. Na batida então realizada descobriu aquela autoridade repressora dez ranchos abandonados, primitivas residências dos quilombolas, que foram destruídos. Os escravos haviam batido em retirada para mais longe. "Avisados a tempo" – diz um jornal da época [64] – apenas perderam grande "porção de sebo de gado, cordas, alimentos etc. A amizade e a proteção que quase todos os escravos dos engenhos votam aos quilombolas são sérios obstáculos: dão não só aviso como guarida no caso de qualquer emergência, mesmo dentro das senzalas", afirmava o mesmo órgão [65].

O chefe de Polícia cercou as senzalas do Engenho Capim-Açu, na esperança de que os quilombolas que lhe escaparam estivessem ali homiziados em aliança com os escravos daquele engenho: nada, porém, foi encontrado. Apenas quatro cativos tidos como suspeitos de cumplicidade foram presos e fizeram "importantes declarações.".

No domingo seguinte rumaram sessenta e duas praças, sob o comando do capitão João Estêves de Freitas, para Divina Pastora, acompanhados pelo chefe de Polícia, além de contarem com a colaboração do delegado daquela localidade e do major Félix Zeferino Cardoso. Cercaram em seguida as senzalas dos engenhos Limeira, Piedade e Quidongá. Os proprietários daqueles engenhos que – segundo afirmativa do *Jornal de Aracaju* –viviam "aterrados e, com razão", exultaram com o aparecimento dessa força e dessas autoridades. Os escravos rebeldes, porém, não ofereceram combate. Retiraram-se para as matas, tendo a tropa recuado para a vila de Rosário. Apenas duas prisões foram efetuadas nessa diligência, da qual tanto esperavam as autoridades. Destacaram-se na missão, ainda segundo depoimento do jornal, o "Alferes Rocha na arriscada missão em que se acha e deve-

mos louvar o auxílio prestado pelos particulares como bem o Tenente--Coronel João Gonçalves de Siqueira Maciel, pela prontidão com que dispõe a força da Guarda Nacional da Vila de Rosário" (66).

No dia 16 nova investida será feita contra os quilombolas nas margens do Engenho Floresta, com auxílio do seu proprietário. Homens a cavalo e a pé reforçaram a tropa regular. Os escravos do engenho, no entanto, avisaram em tempo os quilombolas que fugiram "deixando vestígios da precipitação com que o fizeram.".

No dia 23 de março do mesmo ano será realizada uma batida nas matas do Engenho Batinga, onde havia um quilombo de onze escravos. A expedição, como as anteriores, fracassou, diz o *Jornal de Aracaju* de 3 de abril, "por inércia de algumas praças, senão pusilanimidade". Conseguiram apenas prender uma escrava e tomar quatro cavalos com mais duas armas de fogo e muitos "objetos de alojamento".

As batidas continuavam ininterruptamente. Os sítios Baracho e Fação, entre a vila de Rosário e o Pé do Banco, serão cercados sem resultado; a mesma coisa acontecerá no Engenho Floresta.

Em agosto de 1872, com a aproximação do inverno, os escravos fugidos se acercarão dos povoados para conseguirem "a proteção dos parceiros dos engenhos". Aproveitando essa particularidade – a proximidade dos quilombolas –, as autoridades reforçarão o combate. Na vila de Japaratuba realizaram uma diligência que fracassou pelo auxílio que os quilombolas conseguiram receber dos escravos dos engenhos. Foram avisados, deixaram os seus ranchos e refugiaram-se nas próprias senzalas, onde foram escondidos pelos escravos que ali se encontravam. É de se destacar o fato de serem apreendidos entre os quilombolas inúmeros animais de montaria, o que explica a espantosa mobilidade que possuíam.

Não viviam, porém, esses escravos, em simples passividade de fujões. Pelo contrário: tinham um espírito ofensivo surpreendente, atacando estradas, assassinando capitães do mato, feitores etc., recolhendo-se em seguida para o recesso das matas que tão bem conheciam. Disto encontramos testemunho nos jornais do tempo (67).

O chefe de Polícia falava – conforme vimos – no perigo que os quilombolas representavam para a "segurança individual e da propriedade", mostrando também o cuidado que a Polícia vinha tendo com a captura desses negros fugidos. Lamentava o pouco resultado obtido em consequência dos precários recursos de que dispunha, mas, por outro lado, apresentava alguns resultados obtidos em Rosário e Divina Pastora. Comentava ainda e deplorava o pouco caso de alguns proprietários que não impediam as relações estabelecidas entre os quilombolas e os escravos dos engenhos, o "que é de grande proveito àqueles que não podem ser apreendidos sem grande dificuldade.".

No dia 24 de dezembro de 1873, organizou-se uma grande batida contra os quilombolas. Os detalhes do plano foram traçados sigilosamente, como da vez precedente, para maior segurança da operação. As tropas legais marcharam para extinguir um grupo que agia entre Capela e Rosário, na certeza de que iriam destruí-los e vê-los "capturados sem o menor desastre", segundo o relatório de Antônio Passos Miranda, abrindo a Assembleia Provincial. No entanto, ao contrário do que se esperava, os quilombolas de tudo foram avisados e bateram em retirada a tempo de impedir o choque com as tropas do governo. A expedição, comandada pelo próprio chefe de Polícia, voltou inteiramente desmoralizada, pois os escravos, "apesar de todas as reservas, foram sabedores da diligência que se combinava" (68). Continuava a atividade dos quilombolas que chegaram muitas vezes a, em grupos de dez e doze, portando armas de fogo e bem montados, entrar em vilas e povoados, disparando as suas armas às portas das autoridades. Em seguida, retiravam-se rapidamente, sem darem ensejo a que se organizasse qualquer reação a esses atos. Usavam a surpresa como aliada e obtinham assim não apenas vitória do ponto estritamente militar, mas psicológica também.

Ainda operavam no ano seguinte: na abertura da Assembleia Provincial, Antônio dos Passos Miranda referia-se amargamente ao assunto. Ao informar as providências tomadas, analisava as dificuldades e

dizia: "Asseguro-vos que não permanecerei inativo nesse serviço, se bem que mais de uma dificuldade existam contra os meus melhores desejos a respeito. É a primeira não ter-se um número suficiente de praças para destinar-se ao menos vinte para cada termo em que os quilombolas mais se apresentam, ou então para formar-se um destacamento volante de não menos de 50 praças, sob o comando de um oficial brioso, que se encarregasse de bater aqueles malfeitores em todos os pontos que os encontrasse" (69). Como vemos, não se tratava apenas de contratar capitães do mato para prear escravos fugidos, mas sugestão para uma verdadeira operação militar permanente contra os insurretos. Prova do grau de eficiência da luta de guerrilhas praticada por eles. Outro elemento importante na eficiência da resistência dos quilombolas estava no sistema de ligação mantido entre eles e os escravos dos engenhos. Dos últimos recebiam não somente acolhida nas situações difíceis, mas informações constantes, víveres, armas e solidariedade. O *Jornal de Aracaju* de 3 de abril de 1872 reconhecerá esse fato e estampará sem rodeios: "A experiência tem mostrado o grau de relação que entretém os quilombolas com os escravos dos engenhos: acham aqueles apoio e proteção; trocam estes farinha e agasalho pela partilha nos roubos dos primeiros e em caso de perigo invadem as senzalas". E acrescentará: "desde que os proprietários situados nos lugares mais percorridos pelos quilombolas exerçam assídua fiscalização na sua escravatura, cortando quando for possível a comunicação protetora que tanto tem embaraçado as diligências, os quilombolas, entregues aos próprios recursos, não oporão resistência à estratégia e serão capturados".

Os quilombolas continuavam atacando ou se escondendo nas matas. Houve mesmo uma quilombola que, ao ser presa, declarou haver depositado a sua filha, nascida nas matas, em casa de uma mulher conhecida pelo nome de Maria Cabocla, residente em Laranjeiras. O delegado de Capela promoverá uma batida nas matas do Engenho Lagoa Funda. Ali conseguiu capturar os quilombolas Luís e Antônio Dias Ferreira da Cruz e Tomásia, além de cinco cavalos e um burro. Como estratégia de combate, em consequência da solidariedade dos escravos dos engenhos, sugeria aquela autoridade verba para a formação de um corpo de espiões...

Em Sergipe, segundo podemos ver de inúmeros fatos, os quilombolas conseguiram lutar até, praticamente, a extinção do escravismo. Usando uma tática inteligente, albergando-se em pequenos núcleos de oito a dez casas que podiam ser facilmente abandonadas à aproximação das tropas repressoras, e, além disto, mantendo um sistema de ligação eficientíssimo com os escravos dos engenhos, escravos que os supriam de mantimentos indispensáveis à subsistência, não tendo, portanto, necessidade de plantarem roças e se fixarem definitivamente, esses quilombolas desgastaram enormemente o aparelho repressor montado pelas autoridades daquela província.

O pessimismo das autoridades ao se referirem a esses quilombolas é uma constante. Sempre se referem à agilidade dos mesmos, à solidariedade dos escravos dos engenhos ou à falta de recursos suficientes como causas dos sucessivos fracassos. Mas o certo é que os escravos sergipanos, negaceando combates nos quais estavam inferiorizados, fugindo para as matas ou refugiando-se nos próprios engenhos, organizaram uma tática de luta que não foi derrotada até o fim.

Alguns documentos, especialmente correspondência do governador de Mato Grosso e do Conselho Ultramarino (70), dão-nos notícias da existência de quilombos na região mato-grossense. Esses negros fugidos, aliados aos índios daquela área, durante muito tempo viveram aquilombados. Um dos mais famosos deles foi o Quilombo do Piolho, que depois passou a ser chamado Quilombo da Carlota.

Teve início aproximadamente em 1770, sendo atacado no mesmo ano pelo sertanista João Leme do Prado, que capturou "numerosa escravatura". Apesar disso, os escravos continuaram no quilombo que se localizava na Serra dos Parecis, vizinhança de Guaporé e do arraial de Vila Bela, à margem do rio que lhe deu o nome. Sua base econômica era a agricultura, principalmente plantações de milho, feijão, fava,

amendoim, mandioca, batata, cará e outras raízes, além de banana, ananás, abóbora, fumo, algodão – de que faziam tecidos grossos com que se vestiam –, além de possuírem criação de galinhas.

Segundo a descrição que os documentos que estamos acompanhando fazem, o governo do Quilombo do Piolho era constituído por um conselho de seis membros, escolhidos entre os mais velhos, sobreviventes da primeira investida contra o reduto, "os quais eram os regentes, padres, médicos, pais e avós do pequeno povo" (71).

Vinte e cinco anos depois da primeira expedição, é organizada a segunda para "pôr fim à fuga de muitos escravos" e "aliviar estes danos e felicitar a utilidade pública". A bandeira, comandada por Francisco Pedro de Melo, composta de quarenta e cinco membros "municiados e armados pela Real Fazenda", partiu da Vila Bela no dia 7 de maio de 1795. Acompanhando o Diário dessa bandeira ficamos sabendo que, no dia 19 de junho, os seus componentes encontraram de repente três índios, um negro e um caburé (mestiço de negro e índio) que foram aprisionados, tendo fugido um índio que conseguiu avisar os componentes do quilombo da aproximação dos inimigos. Apesar disso, a bandeira conseguiu ainda nesse dia aprisionar mais 32 quilombolas, sendo que "uns eram índios, outros caburés". No dia seguinte, conseguiu prender mais doze pessoas. A bandeira estacionou ali até o dia 5 de agosto, esperando prender o restante dos membros do quilombo que se encontravam "pelos matos vizinhos".

Após a diligência, a bandeira prosseguiu percorrendo "ranchos que mostravam serem de pretos fugidos" em direção ao arraial de São Vicente, onde um total de 54 quilombolas aprisionados foi entregue a Geraldo Urtiz de Camargo a fim de que o mesmo os conduzisse à Vila Bela. Esses quilombolas foram enviados depois pelo governador "para o mesmo lugar em que foram apreendidos", a trinta léguas de Vila Bela, onde formaram a aldeia Carlota.

Prosseguindo nas suas batidas, a bandeira dirigiu-se para a região do Rio Sararé onde, segundo informações de dois escravos que

se agregaram à mesma, havia um outro quilombo, o de Pindaituba. No dia 2 de outubro, finalmente, alcançaram o quilombo que procuravam. Os quilombolas haviam-no, porém, abandonado, ao serem informados da aproximação da bandeira. Refugiaram-se em outro reduto – o do Motuca – perto do córrego do mesmo nome. A bandeira encontrou o Quilombo de Pindaituda formado de "dois quartéis, um composto de 11 casas e o outro de 10, a 50 passos de distância do primeiro". Ali só conseguiu aprisionar três negros que vinham buscar mantimentos para a sua nova morada. Em vista disto, a bandeira prosseguiu viagem em direção ao Quilombo do Motuca aonde chegaram no dia 3 de outubro, encontrando-o também abandonado "pelo aviso dos negros fugidos".

O Quilombo do Motuca era "também dividido em dois arraiais, três léguas distantes um do outro". Do primeiro era chefe o ex-escravo Antônio Brandão, com quatorze negros, e o segundo era chefiado pelo ex-escravo Joaquim Félix, com treze negros e sete negras. Em consequência do mau êxito obtido, a expedição marchou para o Quilombo de Joaquim Teles, também abandonado à aproximação da bandeira, que regressou, em seguida, com 18 escravos aprisionados.

Como vemos, Mato Grosso teve os seus quilombolas. Vale assinalar aqui que Vila Bela, posteriormente, com a mudança da capital para outro local, transformou-se em um reduto de negros fugidos que, certamente saídos das matas mato-grossenses, ali se homiziaram. Diz Roquete Pinto: "Vila Bela, antigo centro de mineração mui pujante, hoje não passa de simples logradouro de uma centena de pretos. As últimas informações que nos foram prestadas, por testemunhas insuspeitas e seguras, sobre essa curiosa cidade, cujos palacetes já se acham escondidos pela floresta que a vai avassalando, dizem que lá não existe domiciliado um só habitante branco.

Reduto de antigos escravos, cujos descendentes vivem em sociedade original, em mais de um ponto semelhante a certas cabildas africanas, é um caso interessante de segregação espontânea, promovida

pelas condições de insalubridade a que só os negros, parece, conseguem resistir; mesmo assim ela é perniciosa à colônia, que já se vai extinguindo" (72).

NOTAS

(1) As autoridades entendiam por quilombo "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles" (Resposta do Rei de Portugal à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740).

(2) CARNEIRO, Édison. *O Quilombo dos Palmares*, p. 13.

(3) Algumas vezes o quilombola terminava transformando-se em bandoleiro. É o caso do célebre Lucas da Feira, na Bahia. "Lucas era um negro crioulo escravo. Em 1828, ele fugiu do seu senhor e organizou com a ajuda de alguns outros escravos fugitivos, chamados Flaviano, Nicolau, Bernardino, Januário, José e Joaquim, um bando que desde esse tempo até 1848 infestou as grandes estradas que conduziam à cidade de Feira de Santana, então simples vila. Durante vinte anos estes bandidos cometeram crimes de toda espécie. Mantinham a pacífica população da vila presa de tal terror que, quando em 1844 o bandido Nicolau foi morto pelos policiais que o perseguiam e sua cabeça trazida à cidade, se celebrou o acontecimento com verdadeiras festas públicas, que foram renovadas e duraram três dias, quando Lucas foi aprisionado. (...) mesmo sem instrução fez-se chefe do bando. Não agiu absolutamente como os negros escravos que se suicidavam: ele tomou a ofensiva (...). Interrogado muito habilmente neste sentido, tomou cuidado em não comprometer seus cúmplices. Negou todos os fatos que pudessem denunciá-los. Premido ao extremo acabou por declarar que não denunciaria jamais seus amigos. Sabia que seus dias estavam contados, mas jamais trairia aqueles que outrora o haviam ajudado" (RODRIGUES, Nina. *As coletividades anormais*, p. 153 et seq.) – Lucas da Feira depois de confessar todos os seus crimes foi condenado à morte e enforcado na cidade de Feira de Santana (então vila) a 25 de setembro de 1849. Ver a respeito: *Lucas, o Demônio Negro*, de Sabino de Campos, que, apesar de ter como subtítulo, "Romance folclórico baiano", é um documentário valioso, contendo pesquisas inéditas sobre Lucas da Feira.

(4) MELO FRANCO, A. A. "Agitação dos escravos do Rio de Janeiro". In: *Antologia do negro brasileiro*. Aliás, em todo o Brasil as mortes ou tentativas de assassínio dos senhores pelos escravos eram muito frequentes e enchem todo o período escravista. Em 1831, em Pernambuco, os escravos do Engenho Genipapo levantaram-se, assassinaram o feitor e fugiram para as matas. Em correspondência para a Corte comunicava na época uma autoridade o "funesto acontecimento havido no dito engenho no dia 22 do mês próximo passado" (MS transcrito por Gilberto Freyre. In: *Nordeste*). Pandiá Calógeras, abordando o mesmo assunto, escreveu que "começavam os escravos a ser considerados como um perigo social, pela frequência dos assassinatos praticados em seus senhores. A 26 de fevereiro de 1834, Aureliano declarava em aviso ao Juiz de Direito da 4ª Comarca de S. Paulo, que não deferira a Regência o recurso de graça de um réu escravo condenado à pena última pois tais crimes, por sua repetição, ameaçavam a ordem social e deve a sentença dar-se pronta por execução, e que para o futuro assim se deverá praticar em quaisquer réus de igual natureza, independente de subirem à presença da mesma Regência as sentenças na conformidade do citado Decreto de 11 de abril de 1829" (*Da Regência à queda de Rosas*, p. 333).

(5) COARACY, Vivaldo. "Quilombolas no Rio de Janeiro". In: *Antologia do negro brasileiro*.

(6) Ver o capítulo sobre Palmares no qual procuramos resumir o que foi o reduto da Serra da Barriga, baseados em alguns autores modernos e documentos antigos.

(7) VIDAL, Ademar. "Dois séculos de escravidão na Paraíba". In: *Estudos afro-brasileiros*.

(8) MS transcrito por VIDAL, Ademar. Loc. cit., p. 126.

(9) Joaquim Felício dos Santos descreve as atividades de Isidoro da seguinte forma: "Isidoro era um pardo que fora escravo de um frei Rangel, que vivia da mineração. Processado como contrabandista foi confiscado a seu senhor em benefício da fazenda Real, e condenado a trabalhar nos serviços da Extração como galé. De caráter altivo e não podendo suportar a pena, que o obrigava a trabalhar de calceta, um dia limou os ferros, conseguiu iludir a vigilância dos guardas, fugiu do serviço e atirou-se à vida de garimpeiro. Sucedeu que outros escravos, também condenados, imitassem seu exemplo. Reuniram-se e Isidoro constituiu-se o chefe de uma tropa de garimpeiros escravos. (...) entretinha frequentes comunicações com pessoas importantes do Tijuco que lhe compravam os diamantes que extraía (...) Câmara foi o mais acérrimo perseguidor de Isidoro: ainda mais que João Inácio. Declarou-lhe uma guerra encarniçada; dissimulou patrulhas por toda parte: bateu-o em diferentes lugares; empregou os meios de sedução, de ameaças, de violência com as pessoas que supunha protegê-lo. Isidoro, porém, sempre conseguiu pôr-se a salvo de suas perseguições, já resistindo com a força, já por traças contaminando-lhe os planos bem combinados (...) Assaltado

de improviso por grande número de pedestres da intendência, resistiu (Isidoro) só e valorosamente por muito tempo até cair ferido com três balas. Então o prenderam, e ainda o maltrataram, espancaram, feriram como se se tratasse de um animal bravio (...). Isidoro, com as carnes rasgadas, e mal podendo suster-se, é levado à tortura. Em público, defronte da porta da cadeia, foi amarrado a uma escada, com os membros estirados e movimentos tolhidos. Dois pedestres começaram a açoitá-lo com bacalhaus. Logo as carnes se rasgam, o sangue salpica e abrem-se feridas ainda não cicatrizadas. (...) Foi recolhido à prisão. (...) Isidoro alguns dias depois, sentindo aproximarem-se os seus últimos momentos, declarou que queria falar com intendente para fazer-lhe uma revelação (...). Quis falar, tentou erguer-se; mas já era chegada a hora e caiu morto (...). Isidoro, depois de sua morte, foi venerado como um santo. Hoje ainda se diz: 'Isidoro, o mártir' (J. Felício dos Santos, *Memórias do distrito diamantino*, p. 308 et seq.).

(10) VASCONCELOS, Diogo L. A. P. de. *História média de Minas Gerais*, p. 169.

(11) Op. cit., p. 167.

(12) Op. cit., p. 167.

(13) Op. cit., p. 173.

(14) COSTA FILHO, Miguel. "Quilombos". In: *Estudos Sociais*, nº 7, 9, 10. Aliás, devemos destacar aqui a grande contribuição que esse estudioso trouxe com os artigos citados que são atualmente de consulta indispensável ao conhecimento do assunto e do qual nos valemos largamente.

(15) Ofício da Câmara de Vila Rica, transcrito por Diogo de Vasconcelos. Op. cit., p. 170.

(16) TACQUES, P. "O Quilombo do Rio das Mortes". In: *Antologia do negro brasileiro*, p. 220.

(17) COSTA FILHO, M. Loc. cit.

(18) VASCONCELOS, Op. cit.

(19) MACHADO FILHO, Aires da Marta. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, p. 54.

(20) MS do Arquivo do Conselho Ultramarino. "Consultas do Rio de Janeiro", v. de 1718 a 1720, fls. 232. In: *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol. III, p. 191 et seq.

(21) Idem, ibidem.

(22) Idem, ibidem.

(23) Idem, ibidem.

(24) Idem, ibidem.

(25) Idem, ibidem.

(26) Idem, ibidem.

(27) Idem, ibidem.

(28) CARVALHO NETO, P. de. "Rebelião de escravos" (Apresentação de um documento inédito). In: *Resenha literária*.

(29) Idem, ibidem.

(30) Apesar da imprecisão das estatísticas sobre a percentagem exata e o número de escravos nas diversas províncias, Artur Ramos, transcrevendo estatística de Veloso de Oliveira, dá para o Rio de Janeiro e Corte, em 1819, época da publicação da estatística, um total de 146.060 escravos, quantidade que representava 23,4% da população (Vide RAMOS, Arthur. *Introdução à Antropologia Brasileira*, p. 322 et seq.).

(31) Esses escravos tinham ligações com os de outros estados, numa prova de que essas revoltas não eram tópicas, mas constituíam uma verdadeira rede. Quando em Salvador dos Campos, província do Rio de Janeiro, foram presos escravos sediciosos "usando tope no chapéu", um deles declarou que tinham recebido ordens da Bahia. Essas ordens consistiam em se sublevarem na quarta-feira de cinzas seguinte (BRAZIL, Ettiene. "Os Malês". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, LXXII, II parte, 1909).

(32) MORAIS, Evaristo de. *A campanha abolicionista*, p. 248.

(33) GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*, p. 43.

(34) MOREL, E. *O dragão do mar, o jangadeiro da Abolição*, p. 37 – Sobre a percentagem de escravos negros no Ceará convém consultar Djacir Menezes: *O outro Nordeste*, p. 145 et seq.

(35) MOREL, E. Op. cit., p. 40.

(36) BARROS, Borges de. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*, p. 177.

(37) Idem, ibidem.

(38) ACIOLI, Inácio. *Memórias históricas da Bahia*, p. 345.

(39) BARROS, Borges de. Op. cit., p. 188. Este autor, referindo-se à aliança entre escravos, negros e indígenas, afirma que "os aborígenes da região central da Bahia, aliados aos negros dos mocambos que a infestavam, traçaram naquela época remota a diretriz a ser seguida pelos seus descendentes, derivados dos inúmeros cruzamentos das três raças que ali se encontraram". "As guerrilhas" – continua Borges de Barros –, "os levantes insopitados, os morticínios e sangueiras tão comuns nas regiões compreendidas entre Conquista, Maracás, Condeúbas, Ilhéus, cabeceiras dos rios de Contas, Jequitinhonha, Pardo, Grongogi, Canavieiras, Belmonte, Macaúbas, Lavras Diamantinas e toda a margem do S. Francisco, encontram as suas origens no banditismo que assolou essas regiões durante o período citado" (Op. cit., p. 177). A aliança de índios e negros escravos, pelo menos nessa região baiana, foi uma constante.

(40) BARROS, Borges de. Op. cit., p. 217.

(41) Idem, ibidem, p. 216.

(42) ACIOLI, Inácio. Op. cit., p. 289.

(43) "Termo que fez sobre os negros do Mocambo, e entradas que se lhe dão por Ordem do Marquez Visse Rey Dom Jorge Mascarenhas, e assento que sobre este negócio se tomou". Livro de Atas do Senado da Câmara de Salvador. *Apud* VIANA FILHO, Luís. *O negro na Bahia*, p. 153.

(44) Carta as oficiais da Câmara da Vila de Cachoeira sobre Quilombos – Documentos Históricos – Biblioteca Nacional – Loc. cit.

(45) Carta para o coronel Bernardino Cavalcanti de Albuquerque sobre os mocambos de Jacuípe. Documentos Históricos – Biblioteca Nacional, vol. XLI. *Apud* PEDREIRA, Pedro T. "Os quilombos baianos". In: *Revista brasileira de geografia*, ano XXIV, n. 4.

(46) PEDREIRA, Pedro Tomás. Loc. cit.

(47) Idem, ibidem.

(48) Ofício do Governo Interino da Bahia a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Arquivo de Marinha e Ultramar, Lisboa, Doc. 6.449. Loc. cit.

(49) Loc. cit.

(50) Idem, ibidem.

(51) Doc. cit.

(52) SERRA, Astolfo. *A Balaiada*, p. 220.

(53) GÉRSON, Brasil. *Garibaldi e Anita*, p. 95.

(54) Documento transcrito por Astolfo Serra no seu livro *Caxias e o seu governo civil na província do Maranhão*. 1942.

(55) CORREIA DE ANDRADE, Manuel. *A Guerra dos Cabanos*, p. 49.

(56) *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, n. 14, 4 v., 2 de dezembro de 1881, citado por Carlos Pontes: *Tavares Bastos*.

(57) CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Op. cit., p. 92.

(58) *Apud* ANDRADE, Manuel Correia de. Op. cit., p. 130-131.

(59) Idem, ibidem, p. 139.

(60) *Apud* ANDRADE, Manuel Correia de. Op. cit., p. 185.

(61) Op. cit., p. 190 et seq.

(62) *Jornal de Sergipe*, 19 de março de 1873.

(63) Cf. SAMPAIO, Aluysio. "Apontamentos sobre a história de Sergipe". In: *Fundamentos*, n. 36, p. 67 et seq.

(64) *Jornal de Aracaju*, março de 1972.

(65) Diz textualmente a notícia do jornal: "Infelizmente, os resultados não correspondem ainda aos esforços empregados, por isso que em diversas diligências procedidas depois que estou em exercício, nas quais se tem distinguido o tenente do corpo de polícia João Batista da Rocha auxiliado pelas autoridades policiais encarregadas de promovê-las, não se pôde passar além das seguintes capturas: 8 em Rosário, 4 em Divina Pastora e 2 em Laranjeiras. Para isso não pouco concorrem alguns proprietários dos referidos municípios, os quais por um desleixo criminoso não só deixam que esses escravos se acoutem em suas terras, como também não impedem que se relacionem com os que possuem nos seus engenhos, o que é de grande proveito

àqueles que não podem ser aprendidos sem grande dificuldade" (*Jornal de Sergipe*, 19 de março de 1873).

(66) Idem, ibidem.

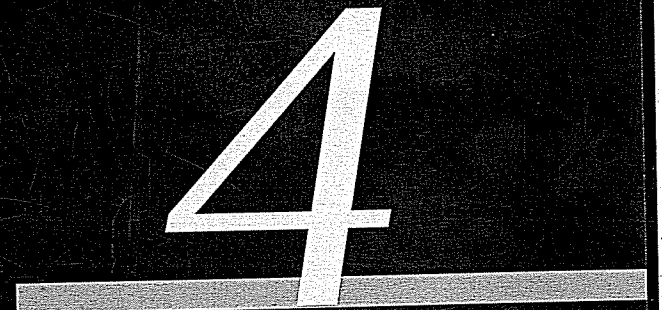
(67) É o que lemos, por exemplo, no *Jornal de Aracaju*: "A audácia tinha chegado ao ponto de entrarem nas vilas e povoados, 10 e 12, armados e bem montados disparando as armas na porta de algumas autoridades". No mesmo órgão de 8 de fevereiro de 1872: "(...) sabe-se ter sido assassinado Manoel de Sousa, mestre de açúcar do engenho do Sr. Barão de Propriá, por um escravo fugido a quem aquele indivíduo procurava prender". Ainda o *Jornal de Aracaju* de 15 de março do mesmo ano estampava: "na noite de 23 de fevereiro, no engenho denominado Cruzeiro, distrito da Chapada, o escravo do Coronel Joaquim Curvelo assassinou barbaramente o feitor do esmo engenho".

(68) *Jornal de Aracaju*, 5 de março de 1874.

(69) Idem, 3 de abril de 1872.

(70) Documento do Arquivo do Conselho Ultramarino – Correspondência do governador de Mato Grosso, 1777-1805. Código 246, p. 165, transcrito por Roquete Pinto, *Rondônia*, p. 33 et seq.

(71) Idem, ibidem.

(72) PINTO, Roquete. *Seixos rolados*, p. 128.

4. Insurreições Baianas

A Bahia no tempo das revoltas

A Bahia, no século XIX, era uma província cuja economia se baseava quase exclusivamente na exportação de produtos agrícolas para o exterior, especialmente açúcar. Talvez como em nenhum outro grande estado as relações sociais pré-capitalistas se conservem até hoje de forma tão visível como lá [1]. Imagine-se a situação na época. A carestia de vida era alarmante. Os víveres faltavam no mercado e seus preços eram elevadíssimos. O plantio exclusivo dos gêneros destinados à exportação era uma das causas fundamentais desse estado de coisas. Um economista da época dirá que os donos da terra não queriam perder os "preciosos torrões do massapê" com a "mesquinha plantação de mandioca" [2]. Os poucos alvarás e assentos existentes no sentido de se plantar quinhentas covas de mandioca por escravo de serviço não eram respeitados. A carne era outro gênero caríssimo. Ninguém podia criar o gado numa distância inferior a dez léguas do litoral. Além disso, o comércio abatedor era monopolizado, o que concorria ainda mais para o encarecimento do preço da carne. A falta de estradas contribuía para dificultar o transporte do gado para o corte em Salvador.

Vejamos como uma testemunha ocular pinta a situação da época. "Os miseráveis lavradores de farinhas, grãos e legumes, que pela sua pobreza mereciam até comiseração, não têm liberdade de vender seus frutos onde eles têm melhor saída, apesar das razões de justiça e interesse público, acima ponderadas, e de Leis expressas, que não só lhes facultam aquela liberdade, mas até franqueza de direitos, tais como a Lei de 4 de fevereiro de 1773, e Assento de 24 de abril que sobre ele tomou Avisos de 1° de julho de 1794, e de 17 de agosto de 1798; o Foral desta Capitania etc. Umas vezes são inibidos de exportá-los ao Celeiro desta Cidade, ainda que às vezes o consumidor, que os há de gastar, more lá bem perto do lavrador, que a produziu, e ainda que eles venham já ensacados para a Europa; e uma vez dada a entrada não tem mais de os levar para fora, posto que lhes venha à notícia haver em outras partes maior preço, e falta do mesmo gênero. Eles sofrem pois, a despesa de uma viagem ou pelo menos de um rodeio escusado, o empate do seu capital, e da embarcação, a perda do seu tempo (que às vezes só no porto passa de mês para obterem descarga, pois as tulhas não cabem nem quanto gasta em uma semana), retenção forçada do seu gênero para não poderem aproveitar o justo preço dele, a contribuição que se lhes exige a título de benefício da tulha" (3).

E prossegue o mesmo historiador pintando o quadro da situação da Bahia: "entre nós para estabelecê-lo na própria casa (um engenho de cana) cumpre beijolar ao Governador, peitar o Ouvidor, e o Escrivão da Comarca, os quais sem exorbitantes salários não vão fazer a indispensável vistoria que deve proceder a informação. Míseros lavradores, em que mãos estais metidos! Os que só devem empenhar a espada, e a pena para proteger vossa liberdade, são os que vo-la vendem".

Em consequência do "monopólio natural que logram os senhores atuais", a situação era das mais opressivas na Bahia. Continua Rodrigues de Brito, na mesma obra: "Se lançarmos os olhos para os outros distritos da Capitania, o quadro não será menos triste; por toda parte

não se vê senão monopólios, subsídios, taxas e impostos de toda casta, estabelecidos sem legítima autoridade, nem reconhecimento de SAR, e se alguém vai de fora estorvar a aqueles régulos os seus monopólios, concorrendo com sua indústria, um tiro, ou pelo menos uma denúncia de armas curtas é o meio por que eles se desembaraçam de sua concorrência" (4). Segundo Martius, que percorreu a Bahia na época, "a administração da casa está sob a direção de uma comissão nomeada pelo conselho municipal. Essa autoridade arrenda, ao arrematante, o abastecimento da cidade em carne fresca, peixe e outros mantimentos; e, em virtude de não haver concorrência, a Bahia sofre, por vezes, a falta do fornecimento de boa carne verde" (5). Como vimos, o gado não podia ser criado no litoral; vinha dos campos de Rio Pardo e principalmente do Piauí, pela estrada de Juazeiro, enfrentando as péssimas estradas da região e as secas. Era proibida a instalação de fábricas, armações, engenhos, sem licenças e formalidades abusivas que anulavam, na prática, esse direito. Para a moagem da cana o pequeno plantador pagava metade da safra aos donos dos engenhos, mais a renda da terra. Por outro lado, acelerava-se em ritmo ininterrupto a produção de gêneros de exportação. O açúcar – gênero que ocupava o primeiro lugar no conjunto da economia – atingiu, em 1817, segundo dados fornecidos por Felisberto Caldeira Brant a von Martius, 1.200.000 arrobas, produzidas nos 511 engenhos que existiam. Esses dados, aliás, segundo o próprio Martius, estão em contradição com os citados por Saint Hilaire e von Humboldt, que são muito mais elevados. Os ingleses procuravam cada vez mais algodão, tendo subido a exportação desse produto para 40.000 sacos. O número anual de navios que entravam no porto da Bahia era calculado em mais de 2.000, sem contar as embarcações costeiras.

Essa produção era toda baseada no trabalho escravo. As relações escravistas determinavam todo o conjunto da sociedade baiana na época. Pelo simples peso específico dos escravos no conjunto da população poderemos deduzir isso. Vejamos:

De acordo com os cálculos de Baldi, a população da Bahia (incluindo a de Sergipe del Rei) seria a seguinte em 1824:

Brancos	192.000
Índios	13.000
Gente livre de cor	80.000
Escravos de cor	35.000
Negros escravos	489.000
Negros forros	49.000 (6)

Ou seja: numa população de 858.000 habitantes havia 524.000 escravos. Isso sem falarmos dos índios, que viviam num regime de semiescravidão, e dos "forros", que tinham uma vida quase idêntica à dos cativos. Como vemos, era uma enorme massa que constituía a base da pirâmide social baiana e cuja efervescência exigia da parte dos senhores de escravos uma vigilância constante e enérgica. Por este motivo, a Bahia era fortemente policiada. A força militar de que dispunha a província, voltada de maneira aguda contra os escravos dos engenhos, das plantações e das cidades, contava com 23.070 homens. Desse total, 3.138 constituíam a força de linha (2.169 de infantaria, 747 de artilharia, 222 de cavalaria) e 19.932 a milícia, tropa auxiliar com a seguinte distribuição: 16.687 pertenciam à infantaria, 659 à artilharia e 2.586 à cavalaria. A milícia era organizada com "a gente melhor e mais rica da sociedade", em consequência da "falta de meios e pela existência de grande quantidade de negros, que podiam ser contratados para todas as ações más" (7).

Como vemos, se, de um lado, a província produzia uma considerável soma de produtos, de outro lado, a quase totalidade dessa produção era enviada aos portos europeus, que a consumiam. Os escravos, os pequenos lavradores, sitiantes, pecuaristas, intelectuais e artesãos viviam asfixiados pelos senhores de engenho e de escravos, que usufruíam vantagens desse sistema de economia colonial.

Esse ambiente quase irrespirável não podia deixar de influenciar seriamente a política da província. O descontentamento que vinha de longe (como vimos com a Revolução de 1798) era geral e sintoma de que a crise já havia atingido camadas muito largas da população. Os jornais refletiam esse descontentamento. A imprensa baiana, com uma equipe das mais valentes e capazes, verberava a situação, exigindo providências do governo. Entre os anos de 1831 e 1837 circularam na Bahia sessenta jornais. Jornalistas de talento e coragem como Cipriano Barata, Antônio Pereira Rebouças, Inácio Acioli e inúmeros outros tomavam posição radical contra o governo. Cipriano Barata, com seus *Sentinela da liberdade* e *A nova sentinela da liberdade*; Gonçalves Martins com o *Diário da Bahia*; Próspero Dinis com *A marmota*, cujo lema era: "Sou pequenina / porém sou forte. / Digo a verdade / não temo a morte", agitavam os problemas do seu tempo com destemor, coisa que se repetia em outros órgãos como *O guaicuru*, redigido por Guedes Cabral que, em 1836, dirigiu também *O democrata* e que, além de jornalista, era cientista avançadíssimo para sua época, tendo, em 1876, sustentado tese médica sobre *Funções do cérebro*, rejeitada pela Faculdade como inteiramente materialista (8).

Sabino Vieira, também jornalista, era obrigado a assassinar à entrada da Câmara Municipal, em legítima defesa, o alferes do Exército Ribeiro Moreira que tentara chicoteá-lo por motivos políticos. Guedes Cabral cumpriu sentença na Fortaleza do Barbalho pelos seus artigos contra os senhores de escravos. Fortunato de Freitas foi demitido do lugar que ocupava e agredido; Domingos de Faria Machado, outro jornalista da oposição, morreu subitamente, de maneira misteriosa; o livro de Lindolfo Medrado *Os cortesãos e a viagem do Imperador* foi queimado num verdadeiro auto de fé; inúmeras outras arbitrariedades ainda poderiam ser arroladas em longa lista como testemunho da efervescência política desse período da história baiana. Além disso, as ideias liberais da França continuavam conseguindo cada dia maior número de prosélitos; vapores aportavam trazendo ligações para os

oposicionistas baianos, livros, panfletos, jornais e revistas. Apesar de serem poucas as livrarias – em 1835 inaugurou-se a do italiano Pongetti –, essas ideias tinham ampla circulação. Em 1809, a Carta Régia de 17 de novembro dizia que "na Bahia há um grande número secreto de pessoas vendidas ao Partido Francês". Como consequência pululavam os clubes secretos, as lojas maçônicas, os grupos de intelectuais que, na Faculdade de Medicina, no Liceu Provincial e em outros locais discutiam as ideias avançadas da época e pregavam a república, o federalismo e muitas vezes o separatismo. No seio da tropa reinavam em alguns momentos o descontentamento e o espírito de revolta. As manifestações de desagrado e quarteladas eram frequentes. O Batalhão do Piauí exigiu a expulsão dos portugueses. A soldadesca da capital reivindicou melhor tratamento. No Recôncavo baiano a situação não era muito diferente: em 16 de fevereiro de 1832 rebentou um motim em um dos batalhões ali aquartelados.

É nesse conjunto de circunstâncias que se gera na Bahia uma literatura combativa e popular, até hoje pouco estudada, mas que fundamente influiu nos acontecimentos do tempo. A poesia, através da sátira e da poesia conscientemente política, ocupa uma posição de destaque nesses eventos. Como exemplo desse tipo de poesia podemos citar a de João Nepomuceno da Silva, conhecido na época como "o poeta graxeiro" que, quando da visita do segundo Imperador à Bahia, fez uma espécie de relatório em versos, em que dizia:

"Senhor meu, toda a Bahia
Nada aqui em porcaria.

Eu vos afirmo, eu vos juro:
Se não fose a vossa vinda
Oh! existiria ainda
Em cada canto um monturo".

e terminava:

"Eu, João, poeta novo,
Graxeiro denominado,
Que não tarda proclamando
Ser defensor de seu povo,
Faço ciente que o rei

Que visitou nossa grei,
Recebeu meu relatório,
Este folheto notório
Que sobre o povo atirei."

Em outra oportunidade, João Nepomuceno da Silva escrevia:

"O rico além da riqueza
que nem à força do burro
não escreve um nome inteiro;
chamam-lhe douto, eloquente,
chamam-lhe belo, excelente,
acho razão, tem dinheiro.

O rico, além da riqueza
por vênia feita à nobreza,
tem na mão fechada as leis
tem mais de quarenta achegos,
porque, tendo dois empregos,
terá quatro, cinco ou seis...
Se ele é senhor de engenho,
e no maior furor mata um escravo,
tem logo o perdão,
recebe absolvição

de pena, culpa e agravo.
Filho de rico é talento
que escreve em breve momento
sobre o céu e pinta a Cintra;
nome de pobre não soa,
porque mesmo, ora, esta é boa!...
tudo que é pobre é pelintra
(...)

O rico, só por ser rico,
porque dá pra melhor bico
dos outros o seu dinheiro,
porque tem leite e tem vaca,
traz suspenso na casaca
a medalha do Cruzeiro".

Outro poeta que no seu tempo imprimia às suas poesias o tom crítico e satírico da época foi Manuel Pessoa da Silva, falecido em 1878. Além de poeta era jornalista – como a maioria dos poetas de seu tempo – e combateu o governo do general Andréa. Publicou o poema *A escapula do Diabo*, atacando a subida dos conservadores em Pernambuco, em consequência da parcialidade do imperador. Políticos da época, como Gonçalves Martins e o padre Joaquim Cajueiro de Campos, são atacados ferinamente pelo poeta. Chamado à responsabilidade, afirmou: "Meus senhores, sou chamado à barra deste tribunal, apenas por ter usado da liberdade de pensamento", defendendo-se ativamente das acusações que lhe haviam sido imputadas.

Economicamente, a província baiana vinha sofrendo de um estado crônico de crise. Desde a transferência da capital do país para o Rio de Janeiro que o seu eixo econômico sofrera um sério abalo. Sua agricultura continuava monopolizada, havia uma crise de transportes e penúria.

O povo sofria enormemente com esse estado de coisas e, pouco tempo depois de uma das últimas insurreições de escravos da série que estudaremos em seguida (a de 1835), pegará em armas e, sob a liderança de Sabino Vieira, instaurará um república independente (1837) de vida efêmera, mas que é uma prova do descontentamento geral da época.

Nessa situação – pois as condições não iriam se transformar no fundamental –, a província exportará 17.142.260 quilos de açúcar e 26.400.880 quilos de fumo. As riquezas estavam nas mãos da minoria detentora dos setores básicos da economia e esse montante de exportação não iria melhorar a sorte do povo: era precária a situação de grande parte da população da província. Em 1893, poucos anos após a Abolição, o estado da Bahia possuía "pouco mais de mil quilômetros de estrada de ferro". Nesse mesmo ano trabalhavam na indústria têxtil 805 operários[9].

Além dessas causas particulares e específicas da Bahia, agregava-se a crise geral do país. Havia uma conjuntura que favorecia as lutas contra o governo. Os farrapos levantavam-se no Rio Grande do Sul (1835), em Pernambuco os escravos levantavam-se nas fazendas, assassinando feitores; no Pará, em 1833, os cabanos se revoltaram contra a prepotência imperial. Na época em que se verificaram as revoltas dos escravos baianos, no Leão do Norte já estavam sendo aglutinadas as forças que liderariam a Revolução Praieira. A Balaiada, no Maranhão, em 1838, será uma continuação desse estado geral de coisas. A situação era francamente favorável às insurreições e os escravos souberam aproveitá-la. As lutas ascenderiam a tal nível que o governo imperial, amedrontado e vendo o que significaria o aumento ininterrupto do número de escravos, proibiu, em 1850, definitivamente, a entrada de africanos no país, extinguindo o tráfico.

Primeiras insurreições (1807-1813)

O capítulo das revoltas de escravos da capital baiana abrange quase toda a primeira metade do século XIX e marca de maneira funda esse período da história da província.

Começará com a revolta dos haussás, que delimitará o início do primeiro ciclo de lutas, no ano de 1808, e será dirigida por escravos maometanos. É verdade que – como acentua com acerto Nina Rodrigues – essa primeira escaramuça – como também a de 1809 – foi apenas um ensaio parcial e ainda vacilante da que eclodiria no ano de 1813, de proporções já bem maiores.

Na noite do dia 26 de maio de 1807 a primeira delação sobre o levante chega ao conhecimento do governador que, imediatamente, toma as providências que o fato requeria. Os escravos da capital, unidos aos do Recôncavo, juntar-se-iam – segundo o plano estabelecido – para, reunidos, liquidarem seus senhores. Haviam estruturado o movimento com certa experiência, se atentarmos no fato de ser essa a primeira revolta. Designaram um capitão em cada bairro e nomearam "um agente a que chamavam Embaixador". Aproveitaram o dia da procissão de Corpus Christi para, durante a distração dos seus senhores, entretidos no ato, levantarem-se em armas e assumirem o poder. A denúncia, porém, chegada ao conhecimento das autoridades antes do levante, poria por terra esses planos. O governador conseguiu saber o nome dos capitães que operavam nos bairros e o principal local de suas reuniões. Sabedor de que, no dia 27, às 7 horas da noite, seria iniciado o levante, tomou todas as medidas dentro do maior sigilo, distribuindo ordens aos comandantes das patrulhas para que tomassem as portas principais de acesso à cidade, sem nenhum ruído que despertasse suspeita, além de enviar grupos de capitães do mato para fora da cidade. O local em que se reuniam os escravos foi invadido pela polícia – sendo presos, na ocasião, sete dos seus capitães que se encontravam reunidos –, e apreendido vasto material: perto de quarenta flechas, um molho de varas para arcos, "meadas de cordel, facas, pistolas e um tambor". Além dessas prisões – ainda informa Nina Rodrigues, a quem estamos acompanhando neste capítulo –, os capitães de mato efetuaram as de mais quatro cabeças fora da cidade. Outras detenções se sucederam; foi aberta devassa e tomadas severas medidas contra os escravos em

geral, em consequência da insurreição abortada; nenhuma referência encontramos sobre esse movimento nos manuscritos do Arquivo Público do Estado da Bahia que pudemos consultar.

Continuando, no entanto, a luta contra o cativeiro, os escravos longe de esmorecerem com o primeiro revés recomeçaram a organização de outro movimento, que ainda será dirigido pelos escravos haussás, embora já estreitamente ligados aos nagôs, que dele participarão ativamente. A unidade dos escravos estava se processando: era o "esquecimento da aversão recíproca que lhes era natural" e a união com a "desgraça comum" que tanto temor causava ao Conde dos Arcos. Assim, unidos e já com a experiência do levante precedente, puderam realizar um movimento de proporções muito maiores que o primeiro e de repercussão bastante ponderável em comparação ao de 1807.

Em 26 de dezembro de 1808 – antes de completar um ano que se haviam levantado –, os haussás e nagôs dos engenhos do Recôncavo embrenham-se nas matas, fugindo dos seus senhores. Ali ficarão aguardando os escravos da capital que cedo a eles irão se unir; no dia 28 de dezembro, fogem os de Salvador e fazem junção com os que se encontravam nas matas. Oito dias depois – 4 de janeiro de 1809 – iniciam juntos a ação com grande violência, atacando indistintamente a todos, destruindo, incendiando propriedades e matando.

Seguem imediatamente forças da capital para combatê-los, indo alcançá-los a nove léguas da cidade, entrincheirados junto a um riacho, sendo aí cercados e atacados. Iniciou-se o combate com grande violência, tendo morrido grande número de escravos e sido aprisionados oitenta. Sufocada com certa facilidade, ficou-se sabendo da organização dos escravos: pretendiam estender a luta por todo o Recôncavo baiano, especialmente nos distritos de Jaguaribe e Nazaré onde a polícia foi prender 23 implicados na insurreição. Para êxito do movimento, haviam estruturado uma associação secreta que tinha por objetivo aliciar os escravos e dirigi-los na luta contra o cativeiro – a Ogboni – de poderosíssima influência e que desempenhou importan-

te papel nessa luta, o que explica o relativo sigilo com que se processou sua preparação.

Não sabemos das punições a que foram condenados os principais implicados: nada encontramos nos arquivos ou nos livros que se referem ao assunto.

Quatro anos depois dessa nova revolta, estourará outra com mais violência e de maiores consequências.

Ascendia o nível de luta daqueles que estavam sujeitos ao cativeiro. Os escravos de algumas armações levantaram-se, em número de 600, e marcharam na madrugada do dia 28 de fevereiro de 1813 para ocupar a capital. O forte contingente cedo iniciou suas atividades, atacando as senzalas de suas armações, incendiando-as, tendo igual procedimento com as casas dos seus senhores. Investiram, em seguida, contra a família de um feitor, mataram-no e seguiram depois para atacar Itapoã. Ali incendiaram algumas casas. Os escravos de Itapoã aderiram imediatamente à luta, engrossando ainda mais o contingente. Depois de atacarem e matarem alguns brancos naquela localidade, travaram combate com as forças legais, enviadas para sufocar o levante, demonstrando heroica bravura no fogo sustentado. Em ação morreram cinquenta escravos, tendo outros se enforcado ao pressentirem a derrota e alguns se atirado ao Rio Joanes a fim de não caírem com vida nas mãos dos seus senhores e da polícia. O balanço de mortos da parte dos brancos foi de treze pessoas.

Esmagado o levante a ferro e fogo, os escravos não esmoreceram, contudo, e reiniciaram a organização de um novo movimento para aquele mesmo ano.

Nos últimos dias do mês de maio de 1813, um advogado de nome Lasso denunciava ao Conde dos Arcos um novo levante haussá de grandes proporções, com a participação, desta vez, de ganhadores dos "cantos" – do cais de Cachoeira, cais Dourado e cais do Corpo Santo – e dos negros do Terreiro e do Paço do Saldanha, além de elementos de mais outras "nações" e de escravos do Recôncavo. Era, como se vê, um

movimento que englobava negros de diversas "nações" africanas, liderados pelos haussás. Reuniam-se em uma pequena capoeira que se localizava por trás da Capela de Nossa Senhora de Nazaré, numa roça da Estrada do Matatu e nos matos do Sangradouro. Nessas reuniões traçavam o plano geral da insurreição que seria o seguinte: aproveitando as festas de São João, partiriam para atacar a guarda da Casa da Pólvora do Matatu de onde retirariam a pólvora necessária, molhando a que sobrasse para que não pudesse ser usada. Realizada essa primeira parte, contavam os escravos que as tropas legais marchariam para atacá-los, desguarnecendo a cidade, do que se aproveitaram os escravos do Terreiro, do Paço da Saldanha etc. para entrarem em ação, atacando a cidade, degolando todos os brancos e tomando o poder. Era, como se vê com facilidade, um plano bem urdido que, se posto em prática, iria produzir consequências imprevisíveis. Mais uma vez a delação fez abortar essa insurreição como já fizera com quase todas as outras. Por divergências quanto à data do início do levante, um escravo haussá chamado João, que desejava fosse a mesma iniciada no dia 10 de junho, denunciou seus companheiros, fazendo, com isso, ir por terra todo o plano arquitetado por eles. Os principais responsáveis pelo levante, sabedores da traição de que foram vítimas, providenciaram imediatamente esconder todo o material que seria usado e que se encontrava nos locais apontados pelo delator. Não encontrou a polícia, ao dar busca, nada que denunciasse ou implicasse os suspeitos ou organizadores.

Continuando as diligências, ordenou o Conde dos Arcos fosse proibida a festa de São João, o uso de foguetes, busca-pés, ronqueiras etc., com ordens severas contra os infratores. Essa portaria proibindo a festa foi lida, ao som de tambores, para que ninguém alegasse desconhecê-la, nas principais artérias da capital baiana. Em seguida, iniciou uma série de prisões. Depois de presos, os escravos revoltados foram processados – em cumprimento à carta de 18 de março do ano seguinte – e condenados 39 dos implicados. A Justiça foi de uma seve-

ridade somente compreensível se atentarmos nas relações sociais da época: doze faleceram nas prisões, vítimas de maus tratos, certamente; quatro foram condenados à morte e executados na Praça da Piedade, no dia 18 de novembro, com assistência da tropa; inúmeros foram açoitados, outros degredados para Angola, Moçambique e Bengala.

Fracassava, assim abafada em sangue, a primeira série de tentativas dos escravos baianos contra o instituto da escravidão.

Daí até a próxima haverá um lapso de tempo em que os escravos estarão se agrupando para uma ofensiva maior, não levantando, em consequência, nenhuma luta; ou os documentos não registram esses movimentos. O certo é que somente no ano de 1822 iremos encontrar outra insurreição, verificada na vila de São Mateus; depois virá o segundo ciclo de lutas, liderado pelos escravos nagôs, com a participação de grande parte dos escravos da capital e de algumas localidades do Recôncavo. Será assunto dos capítulos que se seguem.

Revolta em Cachoeira (1814)

A efervescência social gerada pelo regime escravista não arrefecia. Os cativos continuavam lutando contra o instituto que os oprimia.

O Recôncavo baiano, onde se estratificara uma nobreza agrária das mais importantes da província, foi, também, palco de rebentina de negros escravos. Região das mais fortes, economicamente, com vasta escravaria nos trabalhos dos seus engenhos, não podia ficar imune a esses movimentos que periodicamente eclodiam.

Já em 1798, José Venâncio de Seixas participava a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho a existência de um quilombo na vila de Cachoeira e a formação de outro "ainda mais perigoso" a 5 ou 6 léguas de distância da capital baiana [10]. Por isto mesmo solicitava providências imediatas contra o fato e concluía: "V. Excia. não ignora o que têm feito os negros marões nas colônias francesas e holandesas. O mesmo se pode recear vindo os Quilombos a crescer, se não forem destruídos antes de tomarem consistência" [11].

Em 20 de março de 1814 espocou uma revolta na atual cidade (àquela época vila) de Cachoeira, quase com as mesmas características das que se vinham sucedendo na capital da província desde o início do século. Às cinco horas da tarde daquele dia o juiz de fora de Maragogipe era cientificado de que os escravos do distrito de Iguape, pertencente à vila de Cachoeira, se haviam sublevado e praticado desordens. Preparavam-se para marchar contra Maragogipe. Tinham esses sublevados como plano reunirem-se aos escravos do Engenho do Ponto.

Cachoeira, na época, como já dissemos, era local de grande importância para a província inteira. Possuía orfanato, escola de latim e outros melhoramentos, além da grande produção dos seus engenhos. Martius a comparou à capital da província pelas suas condições "sociais de civilização" [12]. Tão importante vila não podia, portanto, correr o perigo de ser atacada por escravos sem que imediatamente todas as medidas acauteladoras fossem tomadas pelas autoridades. Foi o que fez o juiz de fora da vila de Maragogipe, para onde os escravos sublevados tinham intenção de ir, numa ameaça evidente aos seus moradores. No ofício que aquela autoridade enviou ao Conde dos Arcos, cientificando-o do acontecimento, nota-se perfeitamente a apreensão de que estava possuída [13].

Segundo depoimento do juiz de fora Antônio Augusto da Silva, para que os insurretos não conseguissem lograr o seu intento foram tomadas as seguintes providências: colocaram-se guardas da milícia "em todos os pontos por onde os negros pudessem entrar"; foi mobilizada, para igual fim, "toda a gente da Ordenança e da Justiça para guarnecerem aqueles pontos juntamente com os milicianos". O sargento-mor das milícias de Cachoeira, que se encontrava em Maragogipe, partiu imediatamente para a vila ameaçada a fim de dar combate aos negros sublevados.

O major João Francisco Chobi, comunicando-se no mesmo dia com o juiz de fora, informou que "vendo todo o Iguape incendiado

e atacado pelos negros (...) passo as ordens necessárias aos meus soldados a fim de acautelar as consequências que se podem esperar" [14].

Além dessas providências tomadas pelo major, o sargento-mor, que se encontrava em Maragogipe passando revista às tropas, antes de partir para Cachoeira efetuou a prisão de três negros haussás [15]. Essas prisões foram efetuadas por terem "contínua e efetiva comunicação com os do Engenho do Ponto" e por darem indícios de conluio com eles para a sublevação que se verificou em Cachoeira.

O que foi feito dos prisioneiros – certamente foram efetuadas outras prisões além dos três haussás a que nos referimos –, as proporções do incêndio de Iguape denunciado pelo major João Francisco Chobi e as consequências judiciais contra os implicados na revolta não são narrados. O certo, no entanto, é que os escravos continuavam se revoltando no Recôncavo baiano, pondo em perigo a estabilidade e tranquilidade dos trabalhos nos engenhos e da classe senhorial. Muitos anos depois, como sintoma disto, desgastados por esses contínuos levantes, os proprietários de engenhos, residentes no Recôncavo, resolvem dirigir-se às autoridades solicitando maiores garantias para as suas propriedades e vidas dos seus parentes. Diziam em abaixo-assinado que, "considerando o perigo iminente que ameaça suas pessoas e bens, e em geral a todos os habitantes do Recôncavo e ainda mais, talvez aos de toda a Província pelas frequentes revoltas de escravos, que têm sido constantes a V. Exa. e que a cada momento põem em risco a vida e a fortuna de cada um deles, se veem na indispensável obrigação de representar e pedir a V. Exa. a instauração dos Destacamentos que já foram mandados colocar por V. Exa. em diversos pontos do Recôncavo, em virtude do plano policial de 10 de dezembro de 1828, o que, sendo indicado na Proposta do Conselho Geral da Província, fora aprovado com os demais artigos e mandado executar por ofício da Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça em data de 20 de março de 1829".

E continuam os proprietários: "Os Destacamentos, Exmo. Sr., ainda que não sejam suficientes, só de per si, para prevenir qualquer insurreição dos escravos, que atualmente se têm acumulado na vasta extensão do Recôncavo, contudo, impõem respeito, e estão prontos a acudir imediatamente ao lugar em que a revolta apareça, sendo esta uma medida já sancionada pelo Governo de SMI, que pelo fato de ter sido aprovada e mandada pôr em execução parece autorizar as despesas que pela Fazenda Pública com ela se tenham de fazer".

Concluíam dizendo que "não sendo, porém, da intenção dos Representantes gravarem a fazenda Pública com todo o peso daquela despesa, vão procurar por meio de uma subscrição suprir alguma parte dela" [16].

Conforme vemos, a revolta de Cachoeira, em 1814, teve continuidade nos anos subsequentes, levando o temor dos senhores de engenho a recorrerem às autoridades, oferecendo-lhes, inclusive, meios financeiros para que as medidas repressivas autorizadas fossem postas em prática.

Revolta a bordo (1823)

Os escravos, ao serem transportados para o Brasil, algumas vezes se revoltavam durante a viagem, amotinando-se nos navios que os conduziam. Não era fácil tal tipo de revolta, visto que as guarnições desses navios, sempre alertas, ao menor indício de sublevação puniam drasticamente os escravos. Mas, apesar de todas as medidas acauteladoras tomadas pelos traficantes, muitas vezes a carga dos navios negreiros se insurgia. Os sofrimentos eram tais que preferiam, quando havia oportunidade, a morte a continuarem nas condições a que estavam submetidos.

J. F. Almeida Prado descreve a situação desses cativos durante a viagem. Diz o conhecido historiador: "Terminado o embarque iam começar os horrores da viagem. Discorrendo sobre o tráfico, cerca de 1560, escrevia Frei Tomás de Macedo: 'Amontoavam-se em um navio, às vezes pequeno, quatrocentos ou quinhentos (cativos), e já o fedor

ou catinga basta para matar os mais deles (...). E para que ninguém pense que exagero, direi que não há quatro meses que dois mercadores (...) sacaram para Nova Espanha de Cabo Verde, quinhentos em uma nau, e numa só noite amanheceram mortos cento e vinte, porque os meteram como porcos num chiqueiro ou, coisa pior, debaixo da coberta, onde o seu próprio fôlego e catinga (que bastavam para corromper cem áreas e tirá-los da vida) os matou (sic). E houvera sido justo castigo de Deus morrerem justamente aqueles homens bestiais que os levaram. E não parou nisso o negócio: antes de chegarem ao México, morreram quase trezentos.

Contar o que se passa no tratamento dos que vivem seria um nunca acabar. E espantamo-nos com a crueldade dos turcos para com os cristãos cativos, pondo-os à noite em suas masmorras.

Muito pior tratam estes mercadores cristãos aos pretos que já são também fiéis porque, na praia, ao mesmo tempo de embarcá-los batizam todos juntos com um hissope, o que é outra barbaridade".

"Tinha razão Channing" – prossegue J. F. de Almeida Prado – "para afirmar, num arroubo de eloquência, que desde o século XVI o navio negreiro era 'o conjunto de maior número de crimes reunidos no menor espaço'" [17].

Podemos imaginar, por esta amostra, o que significava uma revolta a bordo. Os negros enfurecidos, quando conseguiam dominar as tripulações, faziam verdadeiras matanças. Por isto, os castigos aplicados aos escravos que se revoltavam ou tentavam amotinar-se durante a travessia eram terríveis. Segundo Artur Ramos, "citam-se casos de mutilação, de decapitação, de despedaçamento. Testemunhas de vista relatam-nos algumas dessas repressões às revoltas dos escravos. Do livro de bordo de um navio negreiro *L'Africain*, em 1738, extrai-se esta passagem: 'Sábado, 29 de dezembro. Amarramos ontem os negros mais culpados, isto é, os negros autores da revolta, pelos quatro membros e deitados de bruços em cima da ponte, fizemo-lhes escarificações nas nádegas para que sentissem melhor suas faltas. Depois de ter posto as nádegas em sangue pelos açoites e escarificações, pusemos em cima pólvora, suco de limão, salmoura e pimenta, tudo pilado, juntamente com outra droga posta pelo cirurgião; e atiramo-lhes às nádegas para impedir que houvesse gangrena.'".

E Artur Ramos continua: "Por uma simples suspeita de rebeliões em outro navio negreiro, um capitão condenou dois negros à morte, em 1724. Uma negra escrava foi suspensa a um mastro e flagelada. Depois, com tesouras, arrancaram-lhe cem *filetes* de carne até que os ossos aparecessem; o outro condenado foi estrangulado e arrancaram-lhe o fígado, o coração e os intestinos. Seu corpo foi cortado em pedaços que os outros escravos foram obrigados a provar" [18].

Pois bem, em 1823 os escravos de um tumbeiro que se dirigia provavelmente à Bahia amotinaram-se e assassinaram inúmeros tripulantes do barco. Vinha a embarcação com um carregamento de negros macuas, quando, inesperadamente, estourou a revolta, sendo todos os brancos componentes da sua tripulação atirados ao mar com pancadas desfechadas com achas de lenha. Certamente o motim foi sufocado, pois de outra forma não se explica o fato de haver o navio negreiro chegado à capital baiana.

As prisões se sucederam e os implicados foram levados à barra dos tribunais da época.

Como podemos deduzir dos documentos que compulsamos, existentes no Arquivo Público da Bahia, a revolta foi inteiramente acidental e não teve nenhum caráter organizado, nascendo das próprias circunstâncias favoráveis que certamente, por algum motivo fortuito, se apresentaram durante a viagem. Tiveram a oportunidade que a muitos faltava e se levantaram a bordo, o que era bastante difícil, como já vimos, em face das condições em que esses cativos eram transportados para o Brasil. Os traficantes sabiam que a revolta era um desejo latente naquela carga humana e por isto tomavam medidas como aquelas já relatadas [19].

Apesar da maneira improvisada, segundo os documentos citados, houve um líder que se destacou, encorajou os companheiros e dirigiu a

rebelião. Foi o preto ladino José Toto ou José Pato. O escravo Niquirita afirmou que o levante "foi insinuado aos negros novos Macuas pelo preto ladino José Toto", depoimento que coincide com o de um ladino implicado – o escravo Lauriano – que também afirmou: "quem aconselhara aos negros novos para se levantarem fora o preto ladino de nome José Pato" [20].

Ainda pelos depoimentos verificamos que as únicas armas usadas ou, pelo menos, mencionadas, foram achas de lenha e outros objetos encontrados ocasionalmente a bordo. Na matança aos brancos, destacaram-se os pretos novos Macu e Mamatundu, afirma um dos implicados. Os que mataram os brancos – depõe – "foram os pretos novos Macu, Mamatandu e Macutundu".

Esses pretos, todos da nação Macua, ao se levantarem contra os traficantes tinham como certo que, "se assim não o fizessem, os brancos os comeriam na sua terra" [21].

Após o motim, várias prisões foram feitas, embora não possamos estabelecer o seu número exato. Além disto, não conseguimos saber, também, que fim tiveram os implicados ou qualquer indicação que nos facilitasse sabê-lo. Devem, porém, ter sido enforcados – pelo menos os seus cabeças –, pois, por crimes muito menores, costumava a Justiça da época condenar os escravos a 500, 600 e mais açoites. Nos processos sobre rebeliões de escravos, essas penas eram comuns pela simples suspeita de participação nos movimentos.

Aqui ficamos, porém, no terreno da simples conjetura.

Insurreição da Vila de São Mateus (1822)

Na série de revoltas de escravos que estamos estudando, encontramos vestígios de uma eclodida na vila de São Mateus. Os documentos que conseguimos acerca da mesma foram escassíssimos – apenas uma petição de dois escravos pedindo liberdade às autoridades e os respectivos despachos –, mas suficientes para não termos dúvidas sobre sua veracidade.

No ano de 1822 estouraria a rebelião com o objetivo de tomar o poder e instalar um reinado nos moldes dos existentes no continente africano. Segundo lemos no documento citado, os pretos, escravos e forros organizaram uma sedição contra todos os "brancos e pardos". Ao que parece e tudo leva a crer, o movimento foi sufocado no seu início. Mas as prisões se sucederam – as autoridades, alarmadas com a série de revoltas dos escravos, estavam em constante vigilância e alguns cabeças foram remetidos para a cadeia da capital. Ali aguardaram o resultado da devassa que as autoridades mandaram abrir sobre a insurreição, cujo fim não pudemos apurar. Os remetidos para a cidade do Salvador foram os escravos Claudino de Jesus e Luís Benguela, sendo que o último – reza o manuscrito – seria aclamado rei, após a vitória do movimento.

Em abril de 1822 farão esses dois escravos requerimento solicitando liberdade por estarem presos "quarenta e quatro dias sem culpa", doentes, alegando em seu favor o fato de serem pobres: "e, como são pobres e não têm meios para poderem tratar-se e por modo nenhum deverem sofrer prisão sem culpa", pediam liberdade.

O despacho foi negativo. Dizia que os acusados se encontravam presos por haverem encabeçado a insurreição da vila de São Mateus e que se estava processando a devassa para apurar as responsabilidades. Diz textualmente: "os suplicantes tinhão sido presos como cabeças d'esse motim querendo hum d'elles ser Rey". A data do despacho é 16 de abril de 1822 e nada mais encontramos que nos orientasse para sabermos as proporções da insurreição e o fim dos implicados.

Quilombo do Urubu (1826)

No ano de 1826 formou-se um quilombo nas matas do Urubu, no Sítio Cajazeira; perto da capital baiana. Começou a atuar atacando e realizando pequenas escaramuças na região e preparando-se para um ataque de envergadura à capital: "premeditavão apresentar hua revolução na Cidade". No dia 15 de dezembro daquele ano praticaram

alguns ataques no Cabula contra lavradores, raptando uma menina que com sua família "se passava a uma roça no dito sítio", e que, dois dias depois, foi encontrada "muito maltratada" e recolhida ao Hospital da Misericórdia. Em consequência dos atentados praticados pelos quilombolas, e certamente solicitados por moradores das circunvizinhanças, alguns capitães do mato partiram para prendê-los e entraram em luta com os mesmos nas matas onde se encontravam aquilombados. Os escravos opuseram tenaz resistência ao ataque dos capitães do mato e na refrega mataram dois e feriram um terceiro [22]. A luta se travou ao meio-dia, tendo falecido os seguintes capitães: Antônio Neves, cabra forro, e José Corrêa, branco. A polícia já era sabedora da existência do quilombo, esperando "o momento que havia designado" para atacá-lo; ante a precipitação dos acontecimentos, tomara imediatas providências. No mesmo dia em que os capitães do mato foram derrotados, marchará uma tropa de 20 praças do Batalhão de Pirajá – comandada pelo coronel Francisco da Costa Branco – que se juntará a outra composta de 12 soldados e um cabo da Divisão Militar, partidos da capital, de onde saíram às 10 horas da manhã.

Essas tropas fizeram junção na Baixa do Urubu.

A tropa que marchava da capital, sob o comando de José Baltasar da Silveira, encontrou no caminho um capitão do mato e mais dois crioulos gravemente feridos em consequência do ataque. Ao chegarem, foram percebidos por vigias dos escravos que imediatamente puseram-se em guarda, dando o alarme, fazendo para isso "uso de um corno de boi" que formava uma "espécie de corneta". Foi dada ordem de atacar pelo comando da tropa.

A essa tropa, de cerca de trinta homens, opuseram-se os cinquenta escravos aquilombados, usando como armas apenas "facas, facões, lazarinas, lanças e mais outros instrumentos curtos"; aos gritos de "Mata! Mata!", "lançando-se furiosos" sobre os soldados.

A tropa abriu fogo sobre os negros que, depois de alguma resistência, abandonaram o campo da luta deixando quatro mortos – três

homens e uma mulher – e, aproveitando-se da noite, internaram-se nas matas próximas, onde pretendiam se reorganizar. Nessa ocasião foi aprisionada a escrava Zeferina, de arco e flecha nas mãos, que lutou bravamente antes de ser submetida à prisão. Além disso, a polícia apreendeu grande quantidade de víveres: bolachas, sacos de farinha etc.

Depois do ataque – como não podia deixar de ser... –, a polícia iniciou a repressão. Ordens foram expedidas a diversos oficiais para que com suas respectivas tropas, marchassem aos "lugares suspeitos" a fim de prenderem "os revolucionários". Começaram as batidas nas matas próximas, tendo sido varejadas inúmeras casas de negros e pardos e se efetuado grande número de prisões. Vasta quantidade de material e instrumentos religiosos foi apreendida.

É de se destacar, ainda, um fato interessante: a prisão de um soldado entre os quilombolas. Era ele o soldado do 1º Batalhão de 2ª Linha, Cristóvão Vieira, preso em sua casa em companhia do negro Francisco Romão. Além dessas prisões foram recolhidos em outro local "um tabaque e mais duas violas armadas com piaçabas". Alguém confessou à polícia a existência de um agrupamento de escravos reunido na Rua da Oração, em um casebre. Imediatamente as autoridades cercaram o local indicado e aprisionaram nove escravos e um pardo. Nesse casebre, além das prisões, a polícia apreendeu um chapéu grande e coberto de diferentes cores, tendo em cima uma figura de chifres, uma arma com varetas, um ferro de ponta com quatro palmos e meio de comprido, uma faca de ponta, outras flamengas, uma poltrona de couro, cartuchos feitos de paus cheios de pólvora e vários instrumentos de dança. No Maciel de Baixo, a polícia aproveitou o pretexto para invadir uma casa, efetuando inúmeras prisões. Em outra batida – comunica uma das partes –, foram presos cinco pardos forros e dez negros escravos, além de instrumentos de madeira e objetos de dança.

O centro das batidas, porém, foram os casebres espalhados pelas matas que, segundo o pensamento das autoridades, eram locais perigosos de reuniões e conspiração dos escravos. No dia seguinte

ao do levante, em parte ao chefe de polícia, o alferes Costa Veloso comunicava haver prendido nele "quinze negros e oito negras". Detalhe curioso é que entre os quilombolas se encontrava o escravo Antônio, que pertencia a Sabino Vieira.

O terror continuava e as prisões aumentavam: o escravo nagô João foi feito prisioneiro no dia 21 de dezembro. No dia seguinte Davi foi capturado juntamente com Hipólito e ambos internados no hospital por se encontrarem "o primeiro ferido e o segundo maltratado". Ordens de prisão foram ainda expedidas contra os escravos Jonas, Paulo e outros. Contra o pardo Antônio de Tal – provavelmente um dos organizadores do levante ou dos mais influentes líderes do movimento – foi também expedida ordem de prisão com data de 10 de janeiro de 1827 (23). Todos os presos foram remetidos ao Forte do Mar, com exceção do soldado Cristóvão, que foi recolhido ao quartel, aguardando julgamento.

O governo exigirá rigorosa punição para os culpados de "negócios de tanta monta". Mandará – através de ofício endereçado ao ouvidor geral do Crime – que se processem imediatamente os culpados "em conformidade com as leis contra os réus de tão pernicioso crime" e que se agisse "procurando conhecer por meios de perguntas aos ditos réus o fim que se dirigia tal projeto" e que "do que achar me dará conta, para que eu providencie como o exigir a segurança pública. E quanto aos indivíduos que foram achados em casebres, meterá em processo aqueles que pela natureza de suas culpas o merecerem segundo a parte que lhe será apresentada pelo sobredito Tenente-Coronel Comandante, e aos outros fará castigar policialmente conforme a maior ou menor gravidade de seus delitos, para depois serem entregues a seus senhores" (24).

Em obediência a essas ordens a polícia continuará as batidas, aprisionando um escravo que se dizia rei e que foi encontrado "em trajes próprios", negando-se terminantemente a dizer como se chamava "por ser novo", apesar dos esforços das autoridades. Sabe-se, somente, que pertencia a um cidadão chamado Francisco Antônio Mascarenhas.

No dia 30 de maio de 1827 faleceram na prisão, vítimas certamente de maus tratos a que foram submetidos, os escravos José e Paulo. "Dou fé" – declara o carcereiro – "ter passado da vida presente para a eterna".

Tudo indica que esses quilombolas pretendiam realizar uma insurreição de maior envergadura, contando, para isso, com escravos da cidade para, conjuntamente, iniciarem o ataque à capital. Depondo no processo, o comandante de uma das tropas que deram combate aos escravos – José Baltasar da Silveira – afirmará que sabia que "os ditos negros se achavam ali reunidos, e armados esperando por negros nagôs que naquela mesma noite haviam de partir da Cidade e reunir-se-lhe" para depois marcharem "sobre a cidade e procurarem a sua liberdade e matarem os brancos que encontrassem" (25). Depoimento que coincide com o de Paulino Santana que diz haver a escrava Zeferina afirmado estarem "ali reunidos à espera de outros que na noite do dia seguinte haviam (de juntar-se), os pretos da Cidade, para depois de juntos irem para matar seus senhores". Assim, a insurreição estouraria na noite do dia 18 e contaria com o apoio dos escravos da capital. Estavam, pois, unidos aos nagôs, que se organizavam já para as grandes lutas que sustentariam nos anos seguintes contra seus senhores. Nina Rodrigues comenta acertadamente que os nagôs, com seus planos de envolver nas insurreições todos os escravos dos engenhos vizinhos, "deviam naturalmente buscar apoio em um quilombo tão da proximidade da Capital" (26).

Tudo leva a crer que a organização desses escravos ainda era muito débil. Não tinham estrutura organizativa que os capacitasse a uma investida mais eficaz e ordenada contra as tropas legais. Tudo – ao que parece – foi mais ou menos espontâneo, surgido de circunstâncias que eles não puderam controlar. O próprio fato de se empenharem em escaramuças preliminares, meramente predatórias e que de nada adiantaram, mas, pelo contrário, serviram apenas para denunciá-los, mostra como não estavam capacitados para a empresa a que se des-

tinavam. Além disso, as armas desses negros eram bem pobres. Não tinham armas de fogo; apenas armas curtas e brancas, embora num dos casebres fossem encontrados cartuchos de pólvora.

Tinham como centro diretor do movimento, é fora de dúvida, uma casa chamada Casa de Candomblé, localizada nas matas próximas ao quilombo e dirigida por um pardo chamado Antônio de Tal, contra quem o governo expedirá ordem de prisão, como vimos, logo após a revolta. Da Casa de Candomblé do pardo estendia-se uma estrada que a ligava ao quilombo e pela qual ambos se comunicavam. Além desse centro havia uma certa quantidade de casebres espalhados pelas matas, todos focos de conspiração. Podemos dizer mesmo que o pardo Antônio era certamente o dirigente mais capaz do grupo e quem se comunicava com os escravos da cidade. Sua casa foi varejada pelas autoridades e nela apreendidas – além de instrumentos de culto africano – "roupas de pretos cheias de sangue". Em outros casebres – as autoridades varejaram treze – foram encontrados materiais que denunciavam ligações com os escravos do quilombo. Num deles descobriu-se "uma coroa de Capelão com alguns enfeites de búzios, contas de vidros de diferentes cores e o mais que consta no termo de apreensão", além de "uma mesa pintada de encarnado sobre a qual deviam ter uma colcha de damasco".

Esmagado o movimento, continuaram as prisões por algum tempo, sem que tenhamos descoberto, infelizmente, as sentenças a que foram condenados os principais implicados. Certamente sofreram, como todos os que se levantaram contra a escravidão, as penas severas da legislação da época.

Depois desse quilombo, aparecido nas matas próximas à capital baiana, Nina Rodrigues refere-se a mais dois movimentos insurrecionais que se seguiram, aos quais, nas buscas que realizamos nos arquivos, não encontramos nenhuma referência. O primeiro foi de escravos do Engenho Vitória – hoje Usina Vitória –, perto de Cachoeira, e que estourou no dia 22 de abril de 1827, ainda nem bem haviam terminado as repressões ao anterior. Os escravos desse Engenho, seguindo o exemplo dos seus companheiros que sucessivamente se vinham levantando contra o instituto da escravidão, revoltaram-se com certa violência, só podendo ser debelada a insurreição dois dias depois de iniciada. Nina Rodrigues não se refere às proporções da luta ou às suas consequências, e nenhuma outra fonte esclarecedora pudemos encontrar.

Pouco menos de um ano depois – no dia 11 de março de 1828 –, novo levante de escravos será registrado. Na madrugada daquele dia uma parcela de cativos dos engenhos próximos a Cabrito aliava-se à parte amotinada dos escravos da capital e se prepararam para realizar um ataque contra a Cidade do Salvador, depois de reunidos na Armação. Plano mais ou menos idêntico ao de 1826 e ao do movimento de 1835, como veremos em seguida. Antes, porém, de iniciarem o ataque, foram surpreendidos pela polícia que contra eles marchou, encontrando-os próximo a Pirajá. Ali o corpo de polícia e o 2º Batalhão de Linha deram combate às forças dos escravos, saindo os últimos derrotados, após sangrenta luta. Ainda segundo Nina Rodrigues, na luta "pereceram muitos, sendo os demais presos e punidos".

Insurreição de 1830

Depois do Quilombo do Urubu e das pequenas revoltas que surgiram nos anos de 1827 e 1828, encontraremos notícias de um novo movimento iniciado no dia 10 de abril pela manhã, no ano de 1830 [27]. Esse movimento, ao que tudo indica, surgiu mais ou menos de improviso e teve uma duração mínima, apesar da violência dos movimentos iniciais e seus primeiros êxitos, sendo logo arrefecido e desbaratado pela repressão policial.

O primeiro ataque que esses escravos realizaram foi contra uma loja localizada na Ladeira da Fonte das Pedras, pretendendo obter armas para continuarem a luta. Alcançaram em parte seu intento, pois

após pequena resistência da parte do proprietário – Francisco José Tupinambá – arrecadaram doze espadas de copos e cinco "paraíbas", deixando ferido o dono do estabelecimento, além do caixeiro José Silvino Raposo, atingido por forte cutilada na cabeça e uma estocada na nádega.

O número de escravos em luta aumentou imediatamente. No início da insurreição era esse número relativamente insignificante – uns dezoito a vinte é a estimativa feita pelo promotor público, tempos depois, em libelo contra um dos implicados. Já no fim havia mais de cem.

Conseguido o primeiro objetivo, que era obter armas, marcharam para atacar uma casa de ferragem de propriedade de Manuel Coelho Travessa. Ali, porém, encontraram tenaz resistência da parte do proprietário e dos seus empregados, que reagiram armados de bacamarte e espadas. Ante a inesperada e dura resistência, os escravos resolveram prudentemente recuar, apenas retirando da loja uma "paraíba". Marcharam em direção a outra casa comercial e, depois de rápido ataque, conseguiram apoderar-se de mais cinco.

No trajeto, o número de escravos sublevados vai aumentando. Os *cabeças de motim* – como são chamados pelo promotor os líderes que iniciaram o movimento –, empunhando espadas e vestindo camisas azuis e vermelhas, investem à frente dos amotinados rumo à Rua do Julião, atacando os armazéns de negros novos de Venceslau Miguel de Almeida, de onde saem mais de cem que os acompanham.

Depois de "sublevarem os cativos daquela armação" (de Venceslau Miguel de Almeida), deixando gravemente ferido o cidadão Nicolau Antônio da Maia e contando já com "mais de cem cativos que puderam seduzir", marcham para atacar a guarda da polícia da Soledade, composta de sete soldados e um sargento. Conseguem, pelo peso numérico, vencer a guarda, além de ferir e desarmar o soldado Francisco Lopes Carvalho. Certo é que, sem um plano preestabelecido, e um tanto desorientados, esses negros logo depois seriam atacados e derrotados.

As forças da polícia e mais alguns civis investem sobre eles, obrigando-os, depois de sangrento choque em que morreram mais de cinquenta e ficaram prisioneiros quarenta e um, a se retirarem para as matas de São Gonçalo, onde tentam reagrupar suas forças. A escolta militar, porém, não lhes dá descanso e, ali, são cercados e definitivamente batidos. O promotor pedirá que sejam punidos os que escaparam, para "conservação do sossego público e desagravo da Sociedade ofendida".

A repressão – como de todas as vezes – não se fez esperar. Veio drástica e violenta. Os pretos eram espancados nas ruas, linchados, apedrejados. Os soldados prendiam todos os escravos que apareciam sob suas vistas. Depois disso, as sentenças se sucederam: os escravos Nicolau e Francisco são condenados a quatrocentos açoites cada um, "dados interpoladamente cinquenta por dia cada vez", além das custas. O advogado de defesa de um dos réus acusa abertamente a polícia de praticar atentados violentos à pessoa dos escravos, dizendo que durante a fase da repressão matava "indistintamente a quantos encontram dispersos, sejam ou não cúmplices", e que inúmeros escravos foram mortos pelos "soldados e povos".

Era a justiça dos senhores de escravos celebrando o seu jubileu de sangue.

A GRANDE INSURREIÇÃO

A última grande revolta de escravos da capital baiana e a que obteve maior ressonância histórica foi, sem sombra de dúvida, a de 1835. Dirigida por escravos nagôs, englobará, contudo, entre seus dirigentes, negros de diversas outras "nações" africanas, principalmente tapa. Demonstrará que os escravos já haviam sedimentado um certo nível organizativo e assimilado uma tradição de luta contra seus senhores, através do longo rosário de lutas que foi levantado durante o transcurso da primeira metade do século XIX.

É verdade que ainda não possuíam – nem era logicamente possível nas condições em que se encontravam – um programa político.

A única consigna capaz de uni-los era – segundo pensamos – a conquista da liberdade, o fim do cativeiro. Procuravam, deste modo, tirar das lutas passadas que se sucederam na província o máximo de ensinamento "a fim de matarem todos os brancos, pardos e crioulos" (28).

A revolta dos escravos baianos de 1835, em consequência, não será uma eclosão violenta e espetacular, apenas surgida de um incidente qualquer e sem plano preestabelecido, mas uma revolta planejada nos seus detalhes, precedida de todo um período organizativo – fase obscura de aliciamento e preparação –, sem a qual não se poderá compreender as proporções que alcançou em uma das principais províncias do Império.

O período organizativo da revolta que precedeu sua eclosão ainda não foi estudado com o interesse que o assunto merece. Nossos historiadores se interessam mais pela fase heroica do movimento, a luta de rua na sua parte dramática, desprezando o problema de como a revolução foi preparada.

Derrotada a última tentativa dos escravos, chefiados pelos nagôs (1830), procuraram seus líderes se reorganizar e iniciar uma série de preparativos objetivando reiniciar a luta; reagrupar seus membros; e dar início a uma nova revolta. Além das organizações existentes, constituídas de grupos de escravos que se reuniam regular e secretamente em vários pontos da Cidade do Salvador, como veremos mais adiante, criaram os escravos um clube, também secreto, que funcionava na Barra (Vitória). Esse clube ficava localizado nos fundos da casa do inglês de nome Abrão e exerceu um papel dos mais importantes na estruturação e deflagração do movimento. Era uma casa de palha construída pelos próprios escravos para as suas reuniões (29). Seus cabeças mais ativos eram os escravos nagôs: Diogo, Ramil, James, Cornélio, Tomás e outros. Reuniam-se regularmente para discutirem juntos os planos da insurreição, muitas vezes juntamente com elementos de outros grupos do centro da cidade, de negros dos saveiros de Santo Amaro e Itaparica, com quem tinham contato e contavam para o êxito do levante.

Esse clube funcionava ativa e regularmente desde muito antes da insurreição. No mês de novembro do ano anterior à deflagração da revolta armada já havia contra ele denúncia feita pelo inspetor de quarteirão Antônio Marques ao juiz de paz do distrito. Dirá o inspetor, em depoimento, que "no mês de novembro do ano passado conhecera os escravos Diogo, Daniu, Jasmar e João, do inglês Abrão" e que, por acaso, a testemunha ali chegara como inspetor "e que tudo tinha participado vocalmente ao Juiz de Paz" (30). Os membros do clube possuíam um anel que os identificava e, pelo menos no dia do levante, vestiam-se de branco na sua maioria. Havia no clube um escravo chamado Tomás, que ensinava os demais a escrever (certamente em caracteres arábicos): "escravo de Vulcherer, cabeça do Clube, mestre que ensinava a escrever" (31). Havia também um capitão. Os documentos mostram que esse "capitão" era o negro Sule, pertencente ao grupo do centro da cidade – o de Belchior –, mas, provavelmente, tomando parte das discussões e deliberações do clube. Os escravos, nos seus primeiros depoimentos, referem-se a outro que "também chama-se capitão" e que "se sentava no canto da Ladeira do Largo da Vitória" (32), sobre o qual nenhuma outra informação encontramos.

Outro lugar importante de reuniões era a casa do preto forro Belchior da Silva Cunha, segundo depoimento da preta velha Teresa. Ali se encontravam os elementos mais importantes para discutirem detalhes dos seus planos. Na casa de Belchior aparecia frequentemente, com outros negros, um que se chamava Gaspar da Silva Cunha e que também trabalhava na organização do levante. Nesse local faziam-se "ajuntamentos umas vezes de dia e outras de noite" (33). Recebiam os escravos que se reuniam na casa de Belchior – ainda segundo depoimento da escrava Teresa às autoridades – a visita amiudada de um mestre que "é escravo de um homem que faz fumo" e "mora junto da egreja de Guadalupa e he de Nação Tappa". Esse escravo – esclarece por fim – era conhecido "pelo nome que possuía e que he Sanim por que he como elle (Belchior) o trata por não saber o nome que elle tem

em terra de branco" e mais que os papéis apreendidos pela polícia eram feitos "pelo mesmo mestre, o qual negro quando está no brinquedo fala também língua de Nagou e he velho com alguns cabellos brancos" [34]. Esse mestre não é outro senão Luís Sanim, um dos líderes mais destacados e diligentes do movimento. Na casa do forro Belchior reuniam-se os principais cabeças do levante, traçando planos e discutindo detalhes com elementos do Recôncavo e de outras partes da cidade. Na delação da preta tapa Teresa, encontramos os nomes de alguns deles: Ivá, Mamolin, Ojou e inúmeros outros.

Será ainda ponto de reunião a casa do alufá Pacífico Licutã que, no cruzeiro de São Francisco, pregava abertamente aos demais escravos a necessidade da insurreição. Esse negro – um dos mais influentes dentre os líderes da revolta – sabia ler e escrever, ensinando aos demais os mistérios e rezas malês. Tendo sido depositado por penhora na cadeia, por dívida do seu senhor aos frades Carmelitas, dali assistiu impotente ao desenrolar dos acontecimentos, tendo os escravos sublevados tentado liberá-lo durante a luta, sem o conseguir. O carcereiro dirá que "tendo sido Licutã recolhido em dias do mês de novembro, logo no dia seguinte teve muitos negros e negras que o fossem visitar e as visitas continuaram todos os dias e todas as horas". Prova incontestável de seu prestígio frente aos demais escravos que se preparavam para a luta. Seus companheiros haviam mesmo reunido a quantia necessária para libertá-lo, não o fazendo em consequência da recusa do seu senhor.

Manuel Calafate será outro líder do movimento. Sua casa será centro de reunião dos mais importantes. Na *loja* [35] do segundo prédio da Ladeira da Praça, onde morava, reunir-se-ão em conspirata todos os escravos das imediações. De lá partirão os primeiros tiros da insurreição, após denúncia feita contra eles. Além de Calafate, atuarão ao seu lado os escravos Aprígio e Conrado. Depois de sufocado o movimento, ali será encontrada e apreendida farta quantidade de material: livros, tábuas etc. Idêntico movimento encontramos na casa do haussá

Elesbão Dandará. Esse preto morava no Gravatá, mas, para melhor aliciar adeptos, alugou uma tenda no Beco dos Tanoeiros, onde reunia os discípulos e os instruía. Difundia papéis com rezas muçulmanas, tábuas com inscrições sediciosas, rosários malês etc. Era, também, como Luís Sanim, mestre em sua terra e ensinava aos negros os preceitos e princípios do Islã.

Ainda tinham os escravos outro local muito importante de reuniões: era a porta do Convento das Mercês. Os negros que pertenciam àquele Convento, dirigidos pelos escravos Agostinho e Francisco, juntavam-se aos de outras procedências, discutindo os métodos de se libertarem. Segundo depoimento da época, surgido durante o processo contra um dos implicados, reuniam-se pela manhã. Também atrás da Rua Juliano, na casa de um preto chamado Luís, os escravos faziam ponto de ajuntamento. Eram ainda locais concorridos de reuniões: a casa do preto Ambrósio, de "nação" nagô, residente ao Taboão, onde a polícia encontrará, nas buscas realizadas após o movimento, "papéis com escritos em caracteres arábicos"; a casa do crioulo José Saraiva e da preta Engrácia, onde foram descobertos papéis escondidos dentro de uma caixa; a *loja* da casa do inglês Togler, onde residiam negros forros, em cujo local foram achados manuscritos suspeitos; a casa do inglês Malon, onde a polícia descobrirá "vestimentas, tábuas para escrever e penas particulares dos ditos pretos e uma faca de ponta" [36]. Havia, ainda, reuniões na casa do inglês Malror Russell, onde foram apreendidos inúmeros objetos. Numa loja do largo da Vitória eles também se reuniam.

Além desses lugares principais ou pelo menos mais vulneráveis à repressão policial depois da insurreição, e de inúmeros outros que certamente existiram – mas que é dificílimo ou quase impossível localizar –, havia, provavelmente, em cada senzala ou reunião de escravos, um desejo latente de rebelião. Havia, ainda, uma casa no Beco do Grelo onde eles se reuniam para deliberar secretamente. Lá serão presos alguns escravos logo depois de sufocada a revolta.

Outras organizações e outros pontos de reuniões existiam ainda em diversos bairros da capital baiana ou no Recôncavo. Do Recôncavo, aliás, esperavam os escravos uma participação ativa dos seus companheiros que moravam naquela zona. Além disso, presumivelmente mantinham ligações com escravos pernambucanos. No depoimento do escravo João, há referências a um outro chamado Antônio, "vindo ultimamente de Pernambuco" e que participou da revolta. Como no citado depoimento encontramos os nomes dos senhores de todos os outros, menos o de Antônio, podemos levantar a hipótese de que ele se encontrava como elemento de ligação entre os escravos de Pernambuco e Bahia.

Podemos traçar, de um modo geral, o panorama, a rede organizativa dos escravos: dois grupos principais orientavam e dirigiam o movimento. O primeiro era o que se reunia na cidade, com ramificações em diversos lugares – Ladeira da Praça, Guadelupe, Convento das Mercês, Largo da Vitória, Cruzeiro de São Francisco, Beco do Grelo, Beco dos Tanoeiros etc. –, dirigido por Dandará, Licutã, Sanim, Belchior, Calafate e outros; e o segundo, formado por escravos pertencentes ao Clube da Barra, sob a direção de Jamil, Diogo, James etc., certamente com ligações com outros grupos que não conseguimos identificar em nossas pesquisas. Esses dois núcleos principais, orientadores do movimento, mantinham-se em constante contato. O escravo João, no depoimento a que já nos reportamos, afirma que o de nome Sule (amásio de Guilhermina, delatora da revolta e que pertencia ao grupo de Belchior) reunia-se também no Clube da Barra. Diz o depoimento que houve certa vez um "jantar onde se reunião todos os escravos nagôs dos inglezes e muitos de saveiros (...), da cidade outros de Brazileiros, os quaes he impossível declarar seus nomes porém que se recorda de um escravo de nome 'Diogo' e 'outro de nome Sule que em sua terra he Capitão d'elles'" (37).

Esses dois grupos principais manterão, por outro lado, ligações com os escravos do Recôncavo baiano. Os negros de Santo Amaro,

de Itaparica e de outros pontos vinham reunir-se aos da cidade do Salvador para discutirem em conjunto os detalhes mais importantes do movimento. Aliás, será por conversas e saveireiros que se referiam à presença, na cidade, de escravos vindos de Santo Amaro para uma conspiração que a escrava Guilhermina conseguirá a pista e denunciará a insurreição.

Ainda no plano organizativo, encontraremos uma particularidade importante: os escravos não se descuidaram do problema financeiro. Criaram um fundo para as despesas do movimento. A ideia desse fundo foi de Luís Sanim e, ao que parece, era executada por Belchior e Gaspar, porque, logo depois de suas prisões – foram recolhidos ao Forte do Mar –, ao dar a polícia buscas em suas casas encontrou a quantia de setenta e nove mil e quatrocentos e oitenta réis. A preta Agostinha, respondendo a perguntas de seus inquiridores, afirmou que aquela importância pertencia a Belchior e "seus camaradas do Forte do Mar" (38). Como sabemos, esse fundo monetário era para "recolher meia pataca para dali retirarem vinte patacas para comprar roupas, sendo o excedente destinado a pagar semana a seus senhores ou para se forrarem".

O fundo monetário para o movimento parece que não nasceu nos dias imediatamente anteriores ao levante: de há muito vinham os escravos amealhando penosamente dinheiro para as despesas necessárias. Na revolta sufocada de 1844, ainda existirá esse fundo, certamente pela eficiência demonstrada durante o período da presente luta.

O plano militar foi elaborado antecipadamente e suas conclusões distribuídas entre os principais responsáveis por sua execução. Seria o seguinte, em resumo: partiria um grupo da Vitória, comandado pelos chefes do clube, "tomando a terra e matando toda a gente da terra de branco", rumando para a Água dos Meninos e, em seguida, marchando para o Cabrito, "atrás de Itapagipe", onde se reuniriam às demais forças e se juntariam aos escravos dos engenhos. Essas ordens foram também transmitidas em proclamações dirigidas pelos líderes

aos demais negros com a assinatura de um que se intitulava Mala Abubaker [39].

Esse plano não foi rigorosamente executado, talvez em consequência do rumo que tomaram os acontecimentos e precipitação do início da luta em face da delação. Assim, não puderam contar com o fator surpresa, o que acarretou uma enorme desvantagem para eles. A negra Guilhermina, inteirada – através de conversas com alguns implicados na insurreição, entre os quais o próprio amásio – do que se tramava, apressou-se em denunciar o plano dos escravos às autoridades. Fez chegar ao conhecimento do juiz de paz do distrito a notícia do levante e sua data, fato que foi imediatamente comunicado ao presidente da província. Sabedor de fatos tão graves, tomou imediatamente todas as medidas repressoras: reforçamento da guarda etc. A cidade ficou em pé de guerra. O chefe de polícia partiu imediatamente para o Bonfim, com o fito de evitar a junção dos insurretos com os dos engenhos próximos.

Vendo que tinham de antecipar a revolta, lançaram-se à carga de qualquer maneira: a situação não comportava mais esperas e, na altura em que o movimento se encontrava, não era mais possível recuar. As batidas se sucederam nas casas dos escravos.

Na noite de 24 de janeiro estourou o movimento armado.

Os primeiros tiros partiram da casa de Manuel Calafate, na loja da segunda casa da Ladeira da Praça. "Sob a denúncia de que na loja da segunda casa da Ladeira da Praça estava reunido grande número de africanos," – comenta Nina Rodrigues – "foi esta cercada e, apesar das evasivas coniventes do pardo Domingos Martinho de Sá, principal inquilino do prédio, as autoridades penetraram nele e dispunham-se já às 11 horas da noite a dar minuciosa busca, quando de súbito se entreabriu a porta da loja e dela partiu um tiro de bacamarte, seguido da irrupção de uns 60 negros armados de espadas, lanças, pistolas, espingardas etc., e aos gritos de mata soldado" [40].

De atacados, dentro da casa de Manuel Calafate, passarão à franca ofensiva. Após isso, dirigem-se para a Ajuda, onde tentam arrombar

a cadeia a fim de libertar seus presos, principalmente Pacífico Licutã. Não conseguindo seu intento, o grupo de escravos marchou para o Largo do Teatro, onde travou combate com a polícia, derrotando-a mais uma vez. Tinham, com essa vitória, aberto o caminho para suas forças até o Forte de São Pedro. Vendo ser impossível tomar o Forte (de artilharia), os escravos vindos do Largo do Teatro tentarão estabelecer junção com outra coluna que vinha da Vitória, sob o comando dos dirigentes do Clube da Barra, que por sua vez já haviam conseguido unir-se ao grupo do Convento das Mercês. Os escravos da Vitória atravessarão o fogo do forte e operarão a junção planejada. Em seguida a essa manobra abrirão caminho para a Mouraria, empenhando-se novamente em combate com a polícia. Perderão no combate dois homens. Continuando, rumarão para a Ajuda, provavelmente com o objetivo de libertar Pacífico Licutã. Daí estabelecerão uma mudança de rumo na sua marcha: descerão para a Baixa dos Sapateiros, seguindo pelos Coqueiros. Sairão na Água dos Meninos, na Cidade Baixa, onde travarão o combate definitivo com a polícia, de grandes proporções.

De parte das forças legais coube o comando ao próprio chefe de polícia, que já havia recolhido as famílias à igreja do Bonfim. Não sabemos os nomes dos chefes da parte dos insurretos.

Os escravos marcharam em grande número para o ataque na madrugada do dia 25. Investiram sobre o Forte (de cavalaria) com um heroísmo reconhecido pelos próprios adversários. Não lograram êxito, contudo. Logo na primeira investida foram asperamente atacados pelas tropas do governo. O chefe de polícia ordena à cavalaria que carregue sobre os escravos, que caem varados também pelas balas de uma força de infantaria, postada nas ameias do Forte. Verdadeira carnificina. As posições mais vantajosas dos legais, além da superioridade de armamentos, fizeram com que os insurretos fossem definitivamente batidos. Perderam a vida cerca de quarenta escravos. Inúmeros foram feridos e outros pereceram afogados ao tentarem a fuga lançando-se

ao mar próximo [41]. Estava praticamente sufocada a grande revolta de escravos da capital baiana.

Os líderes, como a maioria dos participantes, portar-se-ão dignamente. Pacífico Licutã já se encontrava preso quando a ordem de insurreição foi dada: estava recolhido na cadeia da Ajuda de onde, como vimos, seus companheiros tentaram arrancá-lo por duas vezes. Ao saber do fracasso do movimento, mostrar-se-á abatido, vendo entrarem seus companheiros prisioneiros, após a revolta.

Além dele houve, porém, inúmeros escravos que se destacaram nas refregas de rua: Higino, Cornélio, Tomás e muitos outros. Os principais dirigentes do Clube da Barra foram quase todos detidos pelas autoridades, uns com "calças sujas de sangue", outros "com uma bala atravessada na perna", segundo informações da época. Luísa Mahim, escrava gege, mãe de Luís Gama, participou do movimento. Sobre sua atuação, porém, não encontramos referências nos documentos que consultamos.

Derrotados os escravos no combate decisivo, iniciou o governo brutal repressão. Uma série de prisões foi efetuada: 281 ao todo, entre escravos e libertos. O chefe de polícia, o mesmo que esmagara militarmente o levante, em ofício expedido no dia posterior ao movimento ordenará uma devassa completa em todas as casas de lojas pertencentes a pretos africanos, dando rigorosa busca para a descoberta de homens, e "ficando na intelligencia que nenhum delles goza Direito de Cidadão nem privilegio de Estrangeiro". A cidade ficou sendo patrulhada dia e noite. O chefe de polícia – Francisco Gonçalves Martins – baixará Portaria no dia seguinte, dizendo que "vossa senhoria chamará a turma (dirigia-se ao juiz de paz do primeiro distrito da Vitória) os cidadãos do seu distrito que julgar necessário forçando-os a obediência se o patriotismo ou o interesse da própria conservação os não convencer em se prestarem" e que "nas noites de hoje em diante deverão haver inúmeras patrulhas de Cidadãos e grande vigilância das autoridades policiais" [42]. Os escravos só podiam sair à rua com

ordem escrita dos seus senhores, dizendo para onde iam. Todas as casas de negros escravos e forros foram vasculhadas.

O juiz do distrito da Vitória entrará em atividade com uma eficiência que poderá ser demonstrada facilmente pelo número de prisões que efetuou. Os principais cabeças do clube já se encontravam presos no dia posterior ao movimento. Vinham notícias em ofício remetido ao chefe de polícia em que dizia haver aplicado "maior diligência" e capturado os insurgentes do seu distrito, principalmente os "cabeças de clubes que se juntavam na casa do Inglês Abrão". Eram indicados como cabeças os escravos Diogo, Ramil, James, João, Carlos, todos presos com "calças com sangue". Prendeu ainda Luís, que entrou em casa somente na manhã do dia posterior ao do levante, "sujo de pólvora com anel no dedo"; Tomás, "cabeça do clube, mestre que ensinava a escrever", encontrado com "marca de sangue na calça sem ter ferimento algum"; e José, que se recolhera com uma bala na perna, além de inúmeros outros detidos "para averiguações", "sendo recolhidos uns na Fortaleza de São Pedro, outros no Forte do Mar" [43].

Depois de julgados, quase todos foram condenados. Quanto aos líderes: de Elesbão Dandará nada conseguimos apurar. Segundo Nina Rodrigues, deve ter morrido em combate, ideia que Édison Carneiro endossa sem apresentar fatos novos. Manuel Calafate, ao que parece, nada sofreu. O mestre Luís Sanim foi condenado à morte, mas teve a pena atenuada para seiscentos açoites. Pacífico Licutã, apesar de preso quando estourou a revolta, foi condenado a seiscentos açoites, também. Os líderes do Clube da Barra foram rigorosamente punidos: Antônio, escravo haussá, foi condenado a quinhentos açoites; Higino sofreu pena de quatrocentos; Tomp a de quinhentos; o nagô Luís foi castigado com duzentos açoites; e Tomás, "o mestre que ensinava a ler", a trezentos açoites em praça pública, "aplicados interpoladamente, como manda a lei" [44].

Houve ainda os condenados à morte: cinco foram os que pagaram com a vida, por não quererem viver no cativeiro. No dia 14 de maio de 1835 eram fuzilados. Foram eles os libertos Jorge da Cunha Barbosa e

José Francisco Gonçalves e os escravos Gonçalo, Joaquim e Pedro (45). Condenados à forca, não encontrou o governo carrascos que os executassem. Tiveram de ser fuzilados, com as honras de soldados.

Uma coisa surpreendente é a posição dos escravos frente aos seus acusadores. Quase ninguém se acovarda, delata, acusa. Negam conhecer os companheiros de insurreição. O nagô Joaquim diz desconhecer até o seu companheiro de residência. O nagô Henrique, gravemente ferido e já sentindo os sintomas do tétano que o mataria horas depois, impossibilitado de sentar-se, já preso de convulsões, declarou que não conhecia os negros que o convidaram a tomar parte da insurreição e que mais não dizia por não ser gente de dizer duas coisas. "O que disse está dito até morrer".

O número de escravos mortos durante o levante foi bastante elevado. Talvez tenha chegado à casa dos cem; uns em combate ou afogados, outros nas prisões, vítimas do tétano e dos maus tratos, além dos que foram condenados à morte e executados (46).

Da parte das forças do governo as baixas foram muito menores. A superioridade de armas dava-lhes maiores meios de ataque e defesa. Nina Rodrigues assinala a morte de dois militares: um sargento da Guarda Nacional e um soldado de artilharia que "lutou com raro valor, matando antes de morrer um negro e ferindo diversos". Só encontramos referências, nos documentos que compulsamos, à morte de um: o sargento Tito Joaquim da Silva Machado. Quanto aos feridos, no auto de exame de corpo de delito, feito pelo cirurgião Manuel José Bahia nos soldados do Corpo da Artilharia, encontramos referências a três. Certamente que nos autos feitos nos soldados da cavalaria que travaram o combate final deve haver um número bem maior. Infelizmente, não encontramos esses autos. Além dos combatentes feridos e mortos, houve também civis que foram atingidos mortalmente. Aliás, o promotor público dirá em libelo contra o escravo Cornélio, condenado a seiscentos açoites, estar ele implicado na insurreição "do que resultou a morte e ferimentos de muitos cidadãos".

Insurreição esquecida (1844)

Finalizando o segundo ciclo de insurreições citadinas da capital baiana, encontramos documentos que se reportam a uma que se verificou no ano de 1844, quando – pela última vez, presumivelmente – os escravos daquela província se levantaram tentando extinguir o regime servil. Os documentos que comprovam a existência dessa revolta fazem dilatar ainda mais o ciclo de insurreições baianas, até agora dado pelos historiadores que o estudaram como encerrado em 1835.

Os documentos coligidos não são abundantes, mas servem para que possamos – fora de qualquer dúvida – afirmar sua existência e gizar, embora dando apenas uma ideia geral, os contornos do levante abortado [47].

Segundo esses manuscritos, a liderança do movimento estava nas mãos de escravos haussás, tapas e nagôs. E será na base do proselitismo religioso que aglutinarão os escravos e os orientarão no sentido de lutarem contra a escravidão.

Reuniam-se de preferência na casa de um preto forro chamado Francisco Lisboa, localizada no Aljube, e, ali, tramavam as diretivas da revolta. Esse preto liberto ostentava a condição de velho lutador vindo da última grande insurreição de 1835, da qual – afirmavam as autoridades – fora um dos organizadores e participantes ativos. As reuniões na casa do Aljube eram muito animadas e concorridas. Invariavelmente começando às 6 horas da tarde e se prolongando pela noite. Ali ficavam "conversando muito", "gritando às vezes e outras vezes rindo-se" até tarde, certamente ajustando os últimos retoques para o levante.

A experiência da insurreição de 1835 mostrara a importância para o movimento que teria a existência de um fundo monetário que atendesse às despesas da revolta, e instituíram um com os mesmos objetivos do existente durante a última. Concorriam com a importância de "dois mil réis mensais, cuja aplicação ela ignora", dirá em depoimento uma escrava testemunha. Quantia imensamente alta para a época.

Outro lugar de reuniões era a casa do preto Marcelino de Santa Escolástica, cujo local não pudemos determinar, mas onde a Polícia, após abafar o levante, apreendeu farto material, "diversos embrulhos, todos eles de cousas que se dizem de feitiçarias e malifícios". Tudo leva a crer que o preto conseguiu fugir, pois a polícia foi obrigada a cercar a casa e arrombá-la.

Parece que tudo já se encontrava preparado quando, havendo um desentendimento entre o liberto Francisco e sua amásia Maria, aproveitou-se ela do pretexto para delatar as atividades conspiratórias do amásio e dos demais companheiros. As autoridades, ao saberem da ocorrência, tomaram as providências requeridas pelo caso, sendo a primeira pôr cerco às casas de Francisco e Marcelino, prendendo o primeiro. Provavelmente, o segundo conseguiu escapar em tempo.

No interrogatório, uma das testemunhas declarará: "soube que eles eram malês que tentavam contra os brancos". A polícia, justificando a prisão de Francisco, dizia que (em sua casa) "entravam diariamente muitos africanos de um e outro sexo sem haver para isso hora determinada, nem saber o motivo para quê; disse mais que desconfiava daquelas reuniões em consequência de ter o Acusado se envolvido na insurreição próxima passada". O acusado contestou a acusação de haver participado da revolta de 1835, pretextando inocência; veio, porém, a informação positiva do chefe de polícia, confirmando a denúncia contra ele, dando-o como um dos implicados naquele movimento.

Depois dessas informações tudo é mistério. Nada mais conseguimos apurar: não sabemos que fim tiveram seus dirigentes, nem quais suas proporções. Parece que o esquecimento caiu sobre essa revolta.

NOTAS

(1) Sobre a situação atual da economia baiana o professor Milton Santos, em seminário internacional sobre resistência a mudanças, em primeiro lugar cita o fato de que, "por ser capital do Estado – Salvador – dotada de um parque fabril débil, ocorre o

subemprego que favorece as correntes do êxodo da população para o sul do Brasil. Por outro lado, a fraqueza do parque industrial de Salvador faz com que não esteja ele em condições de competir com os centros industriais do Sul, de modo que a tendência é para um enfraquecimento progressivo. Além disso, o baixo poder aquisitivo das cidades não provoca a introdução de melhorias técnicas na agricultura. A análise das importações do Estado da Bahia revela serem estas constituídas preponderantemente de bens de consumo e não de bens de capital, fato que demonstra uma descapitalização progressiva, com a canalização das poupanças para outros centros. Mas, se internamente a balança comercial é desfavorável, no comércio externo apresenta um grande saldo positivo. Entretanto esse saldo, devido à política cambial, vai servir aos centros industriais de outros Estados, dele não se beneficiando a Bahia". In: *Resistência a mudanças* (Anais do Seminário Internacional reunido no Rio de Janeiro, em outubro de 1959, p. 211-212). Ver também: FRIEDMANN, John e LEAL, José. *População e mão de obra na Bahia*. Passim.

(2) BRITO, R. de. *A economia brasileira no alvorecer do século XIX*, p. 54.

(3) Op. cit., p. 60.

(4) Op. cit., p. 81.

(5) Von Spix e von Martius. *Através da Bahia*, p. 9.

(6) Sobre a população apenas da província baiana temos, também, os cálculos de Warden e Veloso. Para eles, a população não chegava a 500.000 habitantes. Pelas estimativas do padre Pompeu a população da Bahia seria, no ano de 1864, de 1.400.000, sendo 1.100.000 livres e 300.000 escravos. Em 1872 seria de 1.380.670 e, em 1892 – pouco depois da Abolição –, de 1.870.093.

(7) Von Spix e Von Martius, Op. cit., p. 84.

(8) "À orientação materialista da filosofia do século XIX pertence ainda no Brasil" – escreve o professor Cruz Costa na sua interessante obra *Contribuição à história das ideias no Brasil* – "o trabalho de Domingos Guedes Cabral, *As Funções do Cérebro*, 226 p.". Domingos Guedes Cabral (1852-1883) escrevera esse trabalho para apresentá-lo como tese de doutoramento em Medicina à Faculdade da Bahia. A congregação dessa escola, porém, recusou-o por achá-lo lesivo à religião do Estado (Cf. Sacramento Blake, Op. cit., vol. II, p. 207). Em vista de tal atitude os colegas de Guedes Cabral, como protesto contra "coartação da liberdade de pensamento que, por toda parte, entre nós, vemos limitada, inclusive nos estatutos da nossa Faculdade" (D. G. Cabral, Op. cit. p. VII), publicaram-lhe o trabalho. Nos agradecimentos aos colegas,

nas primeiras páginas do seu livro, Guedes Cabral explica alguma coisa que tem certa importância para a história das vicissitudes das correntes filosóficas no Brasil daquele tempo. "Vai para dois anos" – escreve Guedes Cabral – "que, despertado por leituras de literatura médica, encaminhei meus estudos para assuntos de uma especialidade delicada, essa que nos oferece a filosofia positiva, que não é outra mais do que a lógica aplicada aos fatos e que diverge de outra filosofia e que tem, ao invés dela, como base as ciências naturais e a experimentação" (*Contribuição à história das ideias no Brasil*, p. 442).

(9) VIANA, F. V. *Memória sobre o estado da Bahia*.

(10) Carta de José Venâncio de Seixas para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Anais da Biblioteca Nacional, vol. 36, p. 42-43, verbete n. 18433.

(11) Doc. cit.

(12) Von Spix e von Martius. *Através da Bahia*, p. 169.

(13) Ofício do juiz de fora da Vila de Maragogipe, Antônio Augusto da Silva, ao Conde dos Arcos, 1814. Ms. Biblioteca Nacional, II – 33, 24, 22.

(14) Idem, Documento 2.

(15) Idem, ibidem.

(16) *Apud* PIERSON, Donald. *Brancos e pretos na Bahia*, p. 94, nota.

(17) ALMEIDA PRADO, J. F. de. *Pernambuco e as capitanias do norte do Brasil*, p. 295-296.

(18) RAMOS, A. *A aculturação negra no Brasil*, p. 92.

(19) "Durante o primeiro quarto, refere o sr. Hill, intérprete do navio negreiro 'Progresso' (escandalosamente antífrase) aprisionado pelos cruzeiros ingleses navegando com mar tranquilo, impelido por uma leve brisa que variava de rumo. Os negros dormiam ou estavam estendidos sobre o convés. De tal maneira se enlaçavam uns com os outros em um pequeno espaço, que, à luz incerta do luar, mas pareciam um montão confuso de braços e pernas, do que corpos humanos. Pela 1 hora depois da meia-noite começou o céu a cobrir-se de nuvens, e o horizonte escurecia na direção do vento. Um aguaceiro corria sobre nós; caíram algumas gotas d'água e de repente principiou uma cena, cujos horrores não é possível descrever. Obrigados a obedecer imediatamente à voz de *ferrar o pano*, os marinheiros embarcados pelos negros estendidos no convés não puderam manobrar como convinha. 'Façam descer os negros', gritou o capitão, e assim se fez. Mas o tempo estava pesado e quente e esses 400 infelizes, amontoados em um espaço de 12 toesas de longo e 7 de largo, com 3 pés e meio apenas de alto, em breve começaram a forcejar para voltar ao convés e respirar o ar livre. Repelidos, fizeram segunda tentativa. Foi preciso fechar-lhes as escotilhas de ré, e colocar uma espécie de grade de madeira na de proa. Então os negros principiaram a amontoar-se junto desta escotilha por ser a única abertura que deixava comunicar o ar. Sufocavam, e, ainda estimulados talvez por algum terror pânico, entraram de juntar-se por tal forma, que impediram completamente a ventilação. Por toda parte onde pensavam encontrar uma passagem, faziam os maiores esforços para sair; e alguns saíram efetivamente por espaços que tinham cerca de 14 polegadas de longo e 6 de largo (...). No dia 13 de abril (1843), quinta-feira santa, acharam-se no porão 54 cadáveres que foram lançados ao mar. Alguns desses infelizes tinham perecido de moléstia; porém muitos dos cadáveres estavam machucados e cobertos de sangue. Antônio (um espanhol de bordo da presa) contou-me que foram vistos alguns já prestes a morrer, estrangulando-se ou apertando a garganta uns aos outros. Um por tal modo foi comprimido que as entranhas lhe saíram para fora do corpo. A maior parte deles tinham sido calcados aos pés no delírio e sofreguidão com que buscavam ar que respirasse. Horroroso espetáculo era ver arrojados ao mar, um após outro, esses corpos torcidos, inteiriçados, manchados de sangue e de excremento!" (Vide *Cinquenta dias a bordo de um navio negreiro*, publicação feita em Londres pelo sr. Hill, capelão da fragata Cleópatra). *Apud* CARVALHO, Augusto de. *Brasil – colonização e emigração*, p. 412).

(20) MS existente no Arquivo Público da Bahia.

(21) Idem, ibidem.

(22) Nina Rodrigues, erradamente, noticia que os escravos do Urubu iniciaram suas atividades no Cabula após entrarem em combate com capitães do mato enviados para capturá-los e animados com o êxito que obtiveram. Engano: iniciaram antes do choque com os capitães do mato. Os ataques feitos no Cabula foram no dia 15, quando raptaram uma menina. Talvez que, em consequência disso, os capitães do mato tivessem resolvido atacá-los, o que foi feito na manhã do dia 17 de dezembro, quando foram derrotados pelos quilombolas. No mesmo dia partiu, às 10 horas da manhã, um contingente da polícia para dar-lhes combate. Lemos na parte dada por um dos comandantes do ataque: "Participo que marchando da Cidade às 10 horas do dia como me foi por V. Sa. ordenado, com doze soldados e hum cabo, para o Cabulla, e chegando à Estrada do 1° lugar tive notícia que os negros estavão reunidos em um lugar denominado – Orubú – número pouco mais, ou menos, de cincoenta, e também algumas Negras e procurando para ver se os descobria encontrei com hum Capitão de Assaltos, e mais dous Crioulos gravemente feridos, ahi soube terem

sido aquelles ferimentos pelos negros que se achavão levantados". Essas medidas repressoras foram tomadas pelo comandante da polícia em consequência de ter sido avisado, no dia anterior, de que os quilombolas "anteontem havião ferido a varias pessoas no Caminho do Cabulla e raptado hua menina que com sua família se passava a hua rossa no dito cítio". O documento está datado do dia 17, o que comprova nossa afirmativa.

(23) Não conseguimos apurar quais as sentenças proferidas contra Antônio Jonas e os outros. Os menos importantes foram entregues aos senhores para serem castigados.

(24) MS do Arquivo Público da Bahia.

(25) Os quilombolas não se limitaram apenas a alguns ataques sem importância, como à primeira vista poderá parecer. O governador da província mandou que o desembargador ouvidor-geral do Crime tomasse providências para punir os "assassínios, roubos e incêndios de casas" praticados por eles.

(26) MS do Arquivo Público da Bahia.

(27) Nina Rodrigues equivocou-se quanto à data do levante, afirmando ter sido a primeiro de abril. O acontecimento registrou-se no dia dez. Isso se comprova com o fato de um escravo acusado de ter participado do movimento ser defendido pelo seu advogado com a alegação de que o suposto insurreto se encontrava foragido desde o dia seis, em consequência de roubo praticado em uma caixa de açúcar de seu senhor. Continuando, pondera o advogado de defesa: no dia nove ele já se encontrava preso por um capitão do mato. Quando estava sendo conduzido para a cidade, acompanhado do capitão do mato que o capturara no dia nove, foi o escravo violentamente arrancado das mãos de seu captor e, depois de espingardeado por um soldado que o feriu na perna "covarde e impiedosamente", aprisionado pela polícia. Se no dia nove já estava preso – alega o advogado – como poderia participar de um movimento no dia dez? Todos os outros manuscritos referem-se ao dia dez como data do levante, contradizendo a afirmativa de Nina Rodrigues.

(28) MS existente no Arquivo Público da Bahia – Maço referente a revoluções de escravos.

(29) A casa de palha para reunião foi construída pelos escravos Jaime e Diogo. Dirá o escravo João, em depoimento, que a casa de palha foi feita pelos seus parceiros Jaime e Diogo a fim de se reunirem (CMS do Arquivo Público da Bahia).

(30) MS existente no Arquivo Público da Bahia.

(31) Idem, ibidem.

(32) Talvez que esse fosse apenas um dos muitos chefes que eram aclamados "capitães". Há, contudo, um documento no Arquivo Público da Bahia que se refere a "um capitão escravo de Antônio de Jesus residente no Largo da Vitória" onde morava com "alguns forros que viviam de carregar cadeiras". Seria o mesmo?

(33) MS do Arquivo Público da Bahia.

(34) Idem, ibidem.

(35) *Loja* é termo empregado aqui como sinônimo de porão, forma como é designada, na Bahia, esse tipo de moradia.

(36) MS do Arquivo Público da Bahia.

(37) Idem, ibidem.

(38) Idem, ibidem.

(39) RODRIGUES, N. *Os Africanos no Brasil*, p. 107.

(40) Op. cit., p. 95.

(41) Segundo João Dornas Filho, participou da luta contra os escravos a guarnição da *Fragata baiana*, que se encontrava fundeada no porto da Cidade de Salvador. Se verídica a afirmação, muito deve ter contribuído essa unidade de nossa Marinha para o extermínio dos escravos sublevados (Ver DORNAS FILHO, João. *A escravidão no Brasil*, p. 25.)

(42) Idem, ibidem.

(43) Idem, ibidem.

(44) Idem, ibidem.

(45) O escravo Pedro, ao terminar o levante, foi encontrado com fraturas em ambas as pernas produzidas por balas. Pertencia ao inglês Bender e Ra do Clube da Barra.

(46) Inicialmente foram dezesseis condenados à morte. Depois de indultados alguns pelo Regente ficou reduzido a quatro o número dos que foram executados.

(47) MS existente no Arquivo Público da Bahia, maço sobre revoluções de escravos.

5. Durante o domínio holandês

I

Conforme pondera com acerto Luís da Câmara Cascudo, referindo-se ao comportamento do negro durante a ocupação holandesa, "a escolha legítima para o escravo seria o direito de escapar a ambos e fugir para os quilombos. Ali encontraria força organizada, poder, coerção, mas com as cores entendidas por sua mentalidade" (1). Tal, porém, não aconteceu. O comportamento dos escravos não foi uniforme e não podia sê-lo. Uma opção consciente seria negar o próprio regime no qual estava engastado e que condicionava o seu pensamento.

Três foram as formas típicas de comportamento do escravo durante o período de ocupação holandesa. A primeira delas foi a dos cativos que – aproveitando-se da situação criada com as lutas entre luso-brasileiros e batavos – fugiram para as matas e se estabeleceram em quilombos, dos quais o mais importante e famoso foi Palmares. A segunda foi a dos que, ou por imposição dos próprios senhores ou por livre vontade, se incorporaram às tropas restauradoras que combatiam o invasor. Finalmente, a terceira foi a dos escravos que ficaram ao lado dos holandeses, contra os brasileiros e portugueses. Da primeira forma de comportamento o mais destacado líder foi incontestavelmente Zumbi; da segunda, Henrique Dias poderá ser

apontado como o elemento mais representativo; a última teria o seu elemento representativo em Calabar [2].

Para o caráter do nosso estudo estas três formas de comportamento são encaradas como atitudes *divergentes* dos cativos contra a escravidão. Tipificam reações às contradições inerentes ao sistema escravista e será dentro desta perspectiva que as iremos encarar. Do ponto de vista de luta de classes, aqueles escravos que fugiam ao cativeiro e fundavam comunidades independentes nas matas eram os que atuavam tendo em vista a contradição mais importante. A segunda camada atuava sobre uma contradição intermediária: Henrique Dias, por exemplo, antes de se unir pela segunda vez às tropas nativas, estava com os seus homens combatendo os escravos aquilombados. É que o líder dos *henriques* atuava apenas sobre a contradição que existia entre uma nação em processo de formação e o sistema colonial representado pelos ocupantes estrangeiros que impediam que ela se formasse e desenvolvesse. Daí ter sido um líder que atuou dentro dos limites da estrutura escravista. Seu objetivo era tão-somente expulsar os holandeses do Brasil. Ganga Zumba e posteriormente Zumbi representam por assim dizer os elementos da própria casta de escravos que se voltam contra o regime, ou, em outras palavras, o tablado radical da contradição. Atuavam por isso sobre a contradição mais profunda da época, que era a existente entre o senhor e o escravo. O certo é que a participação do escravo negro durante a ocupação holandesa no sentido de expulsar os invasores foi muito importante. O que foi a República de Palmares veremos em capítulo especial. Cabe agora ver qual foi o comportamento global do escravo durante as lutas que se travaram entre portugueses e brasileiros, de um lado, e holandeses de outro.

Convém destacar que, por ser o grosso da escravaria propriedade de portugueses e brasileiros, muito maior será o número de escravos que participarão nas lutas com os batavos ao lado dos primeiros. Muitas vezes, como aconteceu, aliás, em outras oportunidades, eles atuavam por ordem dos seus senhores. Eram, portanto, escravos sem nenhuma parcela de conscientização. Pelo contrário, paradoxalmente serviam de pilastra ao regime.

No início da ocupação, aliás, os holandeses apregoavam a desnecessidade da escravidão. Esta atitude inicial chegou a envolver muitos escravos logo após a ocupação de Recife e Olinda. A escravaria, ao saber que estava livre, começou a se manifestar ruidosa e violentamente. Mesmo no meio das orgias que complementaram o saque das cidades conquistadas, Weerdenburgh viu imediatamente o perigo que corria. Southey, apoiado em Callado, afirma que "no meio desta confusão (o saque) salvou Weerdenburgh a cidade de ser queimada pelos escravos, que desta forma queriam exprimir a alegria que sentiam recuperada a natural liberdade. Ensinados pela experiência que bem lhes resultaria dos serviços dessa gente, em parte porque a ferocidade africana a levaria a cruéis represálias, e em parte porque muitos dentre ela representavam papel nobre para o que lhes não faltariam em ocasião nem arte nem coragem. Tanto peso se achou nestas razões que deixados ficar mui pouco apenas destes negros fugidos, se expulsaram todos os outros, que fossem ter com seus antigos senhores, e obrar como inimigos declarados, se assim lhes aprouvesse [3].

Muito cedo, no entanto, reconheceram que sem o escravo negro não seria possível a exploração da cana-de-açúcar nos moldes em que vinha sendo feita. Logo depois entraram para o tráfico levando para a área conquistada milhares de escravos. Mais ainda: ocuparam Angola e Guiné, pontos-chave para os traficantes. De 1636 a 1645 os holandeses importaram 23.163 negros, que renderam à Companhia das Índias Ocidentais 6.714.423 florins. Como vemos, inseridos no processo logo se transformam em ativos traficantes, trazendo a mercadoria ano após ano.

Obedeceu ao seguinte ritmo a importação dos batavos:

Ano	Escravos	Ano	Escravos
1636	1.031	1637	1.580
1638	1.711	1639	1.802
1640	1.188	1641	1.437
1642	2.312	1643	3.948
1644	5.565	1645	2.589 [4]

Esta posição "realista" dos holandeses frente à escravidão levou-os inclusive a estabelecer condições seletivas para os escravos que deviam ser importados. Dizia Adrian van der Dussen que "os de Angola são os considerados mais trabalhadores; os de Ardra são obstinados, maus, preguiçosos, sem iniciativa e difíceis de adaptar-se ao trabalho, mas os que, entre eles, são capazes, sobrepassam todos os demais em vivacidade e esforço, de tal modo que parece que os bons e os maus pertencem a nações diferentes. Por isto no tráfico em Ardra devem ser bem considerados, porque esse ramo mau faz os Ardras pouco procurados. Além disto, revoltam-se contra os que os dirigem e muitos fogem para as matas e fazem muitas maldades; são audaciosos e valorosos, não respeitam ninguém. Os Calabares ainda são menos estimados do que os Ardras, de vez que deles não se consegue nem interesse, nem coragem, nem trabalho. Os negros da Guiné até Serra Leoa e do Cabo Verde não são muito trabalhadores, mas são limpos e vivazes, especialmente as mulheres, pelo que os portugueses os compram para fazê-los trabalhar em suas casas. Os negros que até agora têm vindo de Sonho têm sido muito bons e é aconselhável incrementar o tráfico tanto quanto possível, com essa região" [5].

Como vemos, os holandeses engajaram-se no comércio negreiro e os portugueses figuravam como seus clientes de carne humana. Daí essa "concordata" entre os ocupantes estrangeiros e os latifundiários nativos até que os últimos se viram asfixiados pelos primeiros.

Por outro lado, a formação do chamado *sentimento restaurador*, que levou os senhores de engenho de Pernambuco a se levantarem em armas contra os invasores, não caiu do céu. Ele se formou paulatinamente, à medida que os interesses entre os elementos nativos e os batavos se diversificaram. E as lutas sérias e verdadeiramente de envergadura, a insurreição, só tiveram início depois que a contradição entre os senhores de engenho, de um lado, e as autoridades holandesas, de outro, chegou ao seu ponto de tensão máxima. Antes disto, porém, a resistência ao ocupante foi feita apenas por aqueles elementos plebeus – mulatos, índios,

negros forros ou escravos –, que de uma forma ou de outra, através da violência armada, muitas vezes desorganizada, davam continuidade à luta. Os homens de cabedal logo viram o quanto seria difícil a resistência e entraram num processo de colaboração com o inimigo, numa adaptação política e econômica completa. Os holandeses estabeleceram-se como empresários comerciais e inicialmente puderam entrar em acordo com senhores de engenho nativos. Diz muito bem uma equipe de estudiosos de nossa história: "À classe dominante dos senhores de engenho e plantadores de cana, os mais prejudicados com os distúrbios na produção, colocava-se a opção: resistir ao domínio batavo, ou aceitá-lo, voltando às suas fazendas e engenhos, retomando as suas tarefas, dividindo dessa forma os lucros com os holandeses. A segunda hipótese foi a escolhida. Pouco a pouco foram retornando os senhores às suas propriedades e entrando em contato com a administração flamenga, visando a medidas para dar continuidade à vida econômica nas capitanias. Para eles, tratava-se apenas de uma mudança de metrópole. Antes produziam para Portugal; agora para a Holanda. O que interessava era a manutenção de seus privilégios e de sua posição na sociedade" [6].

Somente quando os senhores de engenho viram-se asfixiados pelos empréstimos contraídos com a Companhia das Índias Ocidentais é que começaram a mobilizar-se, de verdade, para darem início àquilo que se denominou a reconquista. E na mobilização geral colocaram como material humano participante os seus escravos. Apelaram, por outro lado, para elementos conhecedores das táticas de lutas no interior, a tática de guerrilhas, como Henrique Dias, que já havia atuado com denodo na primeira fase da resistência. E o escravo negro entrou em ação mais uma vez.

II

Antes da reconquista, porém, que tem início depois de Portugal libertar-se do jugo espanhol em 1640, já o escravo negro atuará. Na

invasão que os holandeses fizeram à Bahia em 1624, a sua participação já é nítida e marcante. Tanto ao lado dos brasileiros como dos holandeses há atividades militares por parte de cativos africanos. São escaramuças de parte a parte, onde vemos negros atuando tanto de um lado como do outro. Do lado dos brasileiros notabilizou-se um negro chamado Antônio que, do alto de um jenipapeiro, com um saco cheio de pedras, abateu vários holandeses que chegaram ao seu alcance. Após a expulsão dos batavos o escravo foi alforriado à custa da Fazenda Pública e, segundo Artur Ramos, "no lugar onde existia o jenipapeiro foi fundada a Fortaleza de S. Antônio em honra ao negro, que foi nomeado comandante da mesma Fortaleza" (7). Outros, porém, fugiam para as matas, subtraindo-se ao domínio dos senhores (8).

Neste sentido, é elucidativo o depoimento de Johann Gregor Aldengurgk contido na sua *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses*, onde inúmeros fatos são relatados do ponto de vista dos ocupantes. O voluntário de Coburgo no seu interessante relato mostra como tanto os holandeses como os portugueses se aproveitaram militarmente dos escravos negros. Logo à chegada dos holandeses bandeiam-se para o seu lado inúmeros negros escravos de portugueses. "Foram alguns destinados a trabalhar e outros, armados de arcos, flechas, velhas espadas espanholas, rodelas, piques e sabres de abordagem, se organizaram numa companhia de negros, para capitão da qual foi escolhido um deles próprios, chamado Francisco" (9).

Os portugueses revidavam com crueldade a essas deserções e, ainda segundo o depoimento do documento que estamos acompanhando, "mandou o inimigo à Cidade do Salvador certo velho, dos nossos negros, ao qual haviam aprisionado, decepando ambas as mãos e (*salva reverentia*) distendido as partes pudendas até os joelhos, pensando, com tão lastimável espetáculo, infundir terror à nossa gente; o referido negro, porém, graças à perícia de um cirurgião português, ficou completamente restabelecido, e, como não tivesse mãos, foi designado para trabalhar no guindaste" (10). Numa das escaramuças feitas pelos

portugueses para a reconquista da cidade, caíram sobre eles os mosqueteiros negros, que fizeram alguns prisioneiros. Os próprios negros foram encarregados de passá-los pelas armas. Um deles foi executado, mas o outro perdoado por "ser natural da Zelândia" (11).

Mas a participação dos escravos negros, tanto do lado dos que ocuparam a cidade como dos que se encontravam tentando reconquistá-la, prossegue ativamente. Os ocupantes da cidade continuam arcabuzando negros que caem prisioneiros e ao mesmo tempo incorporando à sua Companhia de Pretos Armados novos elementos, inclusive os componentes de um navio que chegou da África e foi apresado (12). Um negro que se encontrava entre os portugueses desertou e transmitiu uma série de informações importantes, como a pretensão de um ataque à cidade, no dia de Todos os Santos, por parte dos lusos e brasileiros, e da morte de Dom Marcos, vítima de um "fluxo de sangue" (13).

Ainda em 1624, narra Aldengurgk: "vieram à cidade dois embaixadores dos portugueses e um negro, a tratar com o nosso coronel, admitidos à audiência, foram ato contínuo banqueteados, oferecendo-lhes nosso comandante uma taça de vinho das Canárias para o beberem à saúde do Príncipe de Orange, ao que anuíram de bom grado; mas, *quid fit?* sucedeu cair a um deles o chapéu que, apanhado pela ordenança do fiscal e por ela apalpado, pareceu conter algo de suspeito, pelo que chamou da mesa o seu oficial e lhe contou o caso. Narrou o fiscal o ocorrido ao coronel e, examinando o chapéu do embaixador, foram nele encontradas diversas cartas dirigidas aos nossos negros; à vista disso, os dois emissários e seu escudeiro foram presos e torturados. Fizeram então de tudo plena e franca confissão perante o Conselho Secreto, declarando terem sido induzidos a tal procedimento por influência dos padres de sua religião, os quais lhes haviam assegurado terem todos acesso ao céu, na qualidade de mártires, e, como expiação do crime cometido, foram ambos, que se diziam mártires, e mais o escravo, condenados e enforcados" (14).

Como elementos auxiliares, durante a primeira ocupação holandesa, os negros escravos prestaram serviços, quer de um lado quer de outro; aproveitaram-se da situação convulsionada para tirar proveito, supondo muitas vezes que os holandeses os iriam libertar; outras vezes, ao lutarem ao lado dos portugueses, almejavam a liberdade através de provas de lealdade. Aldengurgk narra ainda outro fato curioso que deve ser reproduzido. Diz ele: "Vários de nossos negros saíram em busca de raízes de farinha; mas, foram dispersados pelo inimigo, que aprisionou a um deles, decepou-lhe ambas as mãos e o reenviou à cidade com uma carta dirigida ao capitão-tenente Senhor Francisco, o qual, inglês de nação, servira na companhia do finado Sr. Van Dort" (15). Parece, portanto, que a prática de decepar as mãos dos negros que caíam em poder do inimigo era generalizada. Como elemento plebeu da contenda, participando de uma luta que não era especialmente a sua, sofria do aparelho repressor, quer ao lado dos holandeses, quer dos portugueses, o máximo rigor. Mas, quando havia a recíproca – ainda é Aldengurgk que narra –, usavam de rigor idêntico. Os escravos a serviço dos holandeses aprisionaram um português. "Os negros conduziram o prisioneiro para fora da porta do Sudoente, urrando de júbilo e dançando a seu modo, e, ali chegados, afiaram nas pedras as suas longas facas de abordagem, mandaram que o português corresse e saíram no seu encalço, desfechando-lhe contínuas cutiladas, ora na cabeça, ora em outras partes do corpo, até que, de todo combalido, tombou em terra, onde o crivaram de estocadas, e o acabaram como o gato ao rato" (16).

Como estamos vendo, nas primeiras escaramuças entre o batavo e os portugueses e brasileiros, o escravo negro já participava. Membro de uma classe sem nenhum direito, agia apenas no sentido ilusório de conseguir, através da sua atuação, a liberdade de que não desfrutava. Mas é no período da reconquista, quando há não apenas a tentativa dos habitantes de uma cidade de resgatá-la, mas toda uma configuração política e econômica já definida, que o papel do escravo, no setor militar, será mais acentuado, definindo muitas vezes posições a favor das tropas que lutavam para expulsar o ocupante holandês.

III

Quando Henrique Dias – o Boca Negra – se apresentou pela primeira vez, vindo não se sabe ao certo de onde, com a sua pequena tropa de negros livres, para combater os batavos, a situação dos locais não era nada boa (17). Pelo contrário. Os holandeses, por uma série de circunstâncias, estavam em franca ofensiva. Matias de Albuquerque carecia de forças e recursos para enfrentá-los e deve ter recebido alegremente aquele reforço. "Naquele primeiro semestre de 1633" – escreve José Antônio Gonsalves de Melo – "em que Henrique Dias se apresentou com outros pretos também livres, dos quais foi feito capitão, a situação começara a mudar a favor dos invasores" (18). Uma série de derrotas deixara as forças luso-brasileiras em estado de flagrante inferioridade. Henrique Dias veio, assim, como se fosse uma injeção alentadora. Se o desertor Calabar estava orientando os batavos, em contrapartida aos locais se incorporava Henrique Dias com os seus homens. A adesão de Henrique Dias valia não apenas pelos homens que foram incorporados, mas também pela grande experiência de guerrilhas no sertão que ele trazia. E a guerrilha era a única forma de resistência que no momento se podia oferecer aos holandeses.

Em julho de 1633 já se tem notícias das atividades suas e dos seus negros. A 15 de julho os batavos atacarão o Engenho São Sebastião, tendo o mesmo sido defendido por Henrique Dias e mais vinte companheiros seus (19). Foi nesse combate que o líder negro recebeu o seu primeiro ferimento (20). Logo em seguida, é novamente ferido com dois tiros de mosquete. Como se vê, Henrique Dias não se poupava e dava exemplos de bravura aos que o acompanhavam. Mas não parou aí: em 30 de março de 1634 é novamente ferido ao repelir um ataque ini-

migo contra o Arraial de Bom Jesus. Nas proximidades de Apipucos "matou por sua mão" cinco holandeses [21]. Logo depois foi outra vez ferido ao defender uma posição dos locais: a várzea do Engenho Santo Antônio [22].

Em seguida, sob o comando de Andres Marin, participou do combate que se travou pela defesa do Arraial Velho, em 1635. A luta foi encarniçada, mas "a maior peleja era contra a fome, que ia chegando a tal ponto que já de tudo se valiam os nossos (...). Nem o valor nem a constância dos defensores do Arraial bastou para que ele não se perdesse; porque afinal faltou tudo o que servia de sustento, consumiram-se cavalos, couros, cães, gatos e ratos, com que se alimentavam. E quando ainda houvesse alguma destas imundas coisas, não existia mais pólvora nem outra qualquer munição" [23].

Com a tomada do Arraial pelos holandeses, Henrique Dias caiu prisioneiro, mas foi resgatado juntamente com os demais moradores do local, permanecendo inativo por algum tempo. Somente em 1636 o capitão dos negros voltará à atividade. Conseguindo juntar-se novamente às forças que resistiam ao invasor, partiu, juntamente com Antônio Filipe Camarão, que comandava trezentos índios, para a campanha. Ele tinha sob suas ordens quarenta negros de Angola. Comandava essa tropa, por seu turno, composta de trezentos e quarenta homens, o negro Paulo São Feliche, que pertencia ao Conde Bagnuolo [24].

Depois disto, porém, parece que Henrique Dias tomou outros rumos, indo para a Bahia, onde foi encarregado de combater negros fugidos, possivelmente o Quilombo dos Palmares. Em 1640 o Vice-Rei Marquês de Montalvão "cogitou de encarregar a Henrique Dias a redução de um quilombo de negros na Bahia, mas a sugestão por ele apresentada à Câmara do Salvador não obteve o apoio dos vereadores. Entretanto, se não foi realizada então, a tentativa de extinção do mocambo de pretos, Henrique Dias foi posteriormente encarregado disto. Até 1645 permaneceu na Bahia, e não há notícias de atividades

de importância contra os holandeses afora alguns serviços de 'espia' para ver como estavam as tropas batavas" [25].

O certo é que iremos encontrá-lo de novo no palco das escaramuças, quer por solicitação de João Fernandes Vieira, quer por um plano organizado pelo governador-geral – o detalhe é de importância secundária –, já na fase de restauração de Pernambuco e demais capitanias, exatamente na Batalha das Tabocas. Nessa batalha, João Fernandes Vieira alforriou 50 escravos sob condição de continuarem lutando. Esses forros foram juntar-se às tropas de Henrique Dias, que passaram a ter, em 1647, 300 membros [26].

Na conhecida carta que Henrique Dias enviou aos holandeses, lê-se que esses negros eram compostos de quatro nações: "minas, ardas, angolas e crioulos; estes são tão malcriados que não temem nem devem; os minas tão bravos que aonde não podem chegar com o braço chegam com o nome; os ardas tão fogosos, que tudo querem cortar com um golpe; os angolas tão robustos, que nenhum trabalho os cansa" [27]. Em outro depoimento do líder guerrilheiro, lê-se que "havemos de deixar a terra tão rasa como a palma da mão, e tão abrasada que em dois anos não dê fruto; e se vossas mercês a tornarem a plantar (o que não sabem nem podem) nós viremos em seus tempos a queimar-lhes numa noite o que houverem plantado em um ano. Isso não são fábulas nem palavras deitadas ao vento porque assim há de ser". E, de fato, era. O depoimento de um holandês – Watjan – é conclusivo: "Se na primeira metade do ano de 1637 o cultivo da cana-de-açúcar não progrediu, deve-se atribuir isso não só à devastação das plantações sistematicamente levadas a efeito pelos depredadores inimigos, mas também à grande escassez de trabalhadores negros", pois a maioria "se achava refugiada nas matas onde, entregue à rapinagem, se congregava em bandos, que iam constantemente crescendo e, por vezes, infligiam sensíveis perdas às tropas enviadas em sua perseguição" [28]. Ora, se Henrique Dias estava na Bahia até 1640, conclui-se que a sua carta tinha sólidos fundamentos, pois bem antes os escravos fugidos

ou aquilombados já vinham desgastando continuamente a economia dos latifundiários ligados aos holandeses.

Eram as guerrilhas que martelavam as tropas regulares holandesas. O conselheiro Van Goch fala nessa dualidade de táticas empregadas entre as suas tropas regulares e os locais. Diz que "em primeiro as tropas do inimigo, saindo do mato e por detrás dos pântanos e de certos lugares, com a vantagem da posição, atacam sem ordem e em completa dispersão e aplicam-se a romper diferentes quadrados. Em segundo lugar as tropas do inimigo são ligeiras e ágeis de natureza, para correrem para diante ou se afastarem e por causa de sua crueldade inata são também temíveis. Compõem-se de brasileiros, tapuias, negros, mulatos, mamelucos, nações todas do país, e também de portugueses e italianos que têm muita analogia com os naturais do país, quanto à sua constituição, de modo que atravessam e cruzam os matos e brejos, sobem os morros, tão numerosos aqui, e descem, tudo isso com uma agilidade e rapidez notáveis" [29]. Usando os métodos clássicos de tática militar viam-se assediados pelos restauradores. Muitos desses negros que, segundo Watjan, andavam em bandos, constituíam elementos que atacavam as tropas regulares holandesas. Isto ainda é mais facilmente compreensível se levarmos em conta que proliferaram inúmeros quilombos e esses guerrilheiros tinham onde se ocultar após as refregas. "O negro fugiu em bandos enormes durante o governo holandês" – escreve Luís da Câmara Cascudo – "e os quilombos se tornaram grandes aldeias (...). Os negros, sempre que podiam, procuravam seus irmãos quilombolas, aderindo aos reinos recém-formados. Foi possível ao holandês obter amizades duradouras com a indiada. Um Antônio Paraopeba, um Pedro Poti, ficam como derradeiros fiéis, escondidos para não sujeitar-se ao português ou batendo-se em Guararapes ao lado das bandeiras da Companhia. De negros o holandês nada conseguiu" [30].

Não é que não tentasse o batavo aliciá-lo para as suas fileiras; chegou mesmo a ir no Recife de casa em casa para recrutá-los. Finalmen-

te, conseguiu que um mulato, João de Andrade, em troca do título de capitão – título que lhe foi conseguido – reunisse uma companhia de negros. Foi infeliz e saiu ferido logo de início, mas mesmo assim "continuou chefiando os seus negros e mulatos até a rendição" [31]. Mas o certo é que os holandeses não conseguiram grande colaboração do escravo negro. Este se transformava nos *boschnegers*; era o elemento rebelde que nas estradas e matas atacava os flancos das tropas regulares holandesas; era a parte mais radical da resistência, pois, embora desordenadamente, produzia bolsões de desgaste não apenas militar, mas econômico também, de vez que os engenhos se despovoaram a tal ponto que Nassau teve de organizar uma expedição militar para ocupar o Forte de Mina, a fim de garantir o suprimento de escravos. É que este tipo de atividade *divergente* era uma fricção constante que atingia a Companhia em face não apenas do decréscimo da produção como do encarecimento do trabalho escravo.

Houve mesmo reações de extrema violência que caracterizaram essa contradição, como, por exemplo, a revolta de escravos verificada na ilha de Fernando de Noronha. A revolta foi sufocada. Os cativos foram presos pelos holandeses. Seus líderes, em número de seis, para exemplo dos demais, foram esquartejados vivos.

Como vemos, não foram apenas os soldados negros de Henrique Dias que se opuseram ao invasor. O pardo Domingos Fagundes foi outro homem que prestou serviços de muita valia. Foi encarregado de atrair os holandeses para os tabocais "conduzindo após si o inimigo, conforme lhe fora ordenado (...) para o local em que estavam preparadas as emboscadas".

As matas de Pernambuco e das outras capitanias ocupadas enchiam-se de negros fugidos numa verdadeira debandada coletiva [32]. Por seu turno, os holandeses aguçavam o aparelho repressor chegando ao extremo de esquartejá-los ou queimá-los vivos como verdadeiras tochas humanas a fim de intimidar os demais. Os chamados *boschnegers* eram uma constante preocupação para os batavos. "Atacavam

as residências dos moradores, feriam, punham fogo às casas e levavam os escravos, sendo que de uma só freguesia levaram 140 negros" [33]. Somente no quilombo situado na "Mata Brasil" homiziavam-se inúmeros negros que "corriam a região em bandos, roubando e matando" [34].

Antônio Fernandes Vieira Mina, escravo de João Fernandes Vieira, comandava cento e cinquenta negros minas que lutavam ao lado das tropas locais. Morreu combatendo na primeira Batalha de Guararapes. Aliás, João Fernandes Vieira – como já vimos – apelava para os seus escravos nos momentos mais dramáticos da campanha, prometendo-lhes alforria [35]. Esses eram os escravos que se engajavam – como já dissemos – num tipo de luta intermediária, que não era especificamente a sua. Tanto isto era verdade que os mestres de campo brasileiros, quando apreendiam cativos dos holandeses, dividiam-nos entre si, ao invés de dar-lhes a liberdade; em outras palavras, o *status* era apenas transferido, o senhor mudava, mas a situação de escravo continuava. Somente em casos excepcionais e em consequência de atividades altamente meritórias é que conseguiam a alforria [36]. Houve mesmo – segundo depoimento de Southey – um detalhe que é ilustrativo desta contradição: a sentinela que avisou a chegada de Henrique Dias e os seus homens quando o mesmo se foi juntar às tropas nativas recebeu, de João Fernandes Vieira, dois escravos como prêmio por transmitir tão alvissareira notícia [37]. Como vemos, o processo de lutas era contraditório; daí o bandeamento para um lado e para outro de frações de escravos. Enquanto mestiços como João Andrade se passavam para os holandeses, comandando a sua tropa de "índios tupis, mulatos e negros", escravos como Antônio Fernandes Vieira Mina lutavam ao lado dos seus senhores locais. As matas, porém, estavam cheias de escravos fugidos que não se engajavam em nenhuma das facções em luta. Os cativos (quer aqueles que lutavam ao lado dos restauradores, quer os que combatiam de forma independente pela sua liberdade nos quilombos e nas guerrilhas) friccionavam militarmente os holandeses, causando-lhes sérios reveses. Durante as noites, os guerrilheiros de Henrique Dias atacavam posições flamengas, pois a ordem era para que se "picasse e inquietasse o inimigo", impedindo-o de ter descanso à noite. Além disso, esses negros tocavam fogo nos canaviais, destruíam roças e sítios dos ocupantes.

IV

Na última fase da reconquista os flamengos tiveram de enfrentar uma situação das mais delicadas. Engenhos despovoados, caminhos perigosamente ameaçados, canaviais sob a ameaça de incêndios permanente. Nas matas e nas estradas, os guerrilheiros ou os quilombolas não davam tréguas. Canaviais eram incendiados. Vidal de Negreiros viera do Norte como uma verdadeira tocha. "Derramou-se a chama do incêndio de Pernambuco à Paraíba, como um vulcão devorando tudo, levando tudo em suas lavas sinistras (...). Vidal, alucinado de patriotismo, ateia fogo nos campos e nos canaviais, na sua passagem pela vila do Espírito Santo, na Paraíba, fogo que se iniciara nos próprios partidos de cana do seu velho e querido pai" [38].

Os holandeses tinham contra si praticamente a população das capitanias ocupadas. Após a chegada de Schkoppe, sentindo-se fortes militarmente, mandaram uma proclamação onde os membros do Conselho Supremo diziam que ofereciam anistia "a todos os que se apresentassem dentro de dez dias, e declarando com arrogância que findo este prazo não poupariam sexo ou idade, passando todos pelas armas, soltando os Tapuias e Potiguares para realizarem a façanha". Tudo inútil. O povo das capitanias ocupadas já não permitia nenhuma "concordata" com o inimigo [39].

Os negros levantados no interior, além de Palmares que continuava dando trabalho aos invasores, eram elementos de desgaste permanente. Praticamente sitiados, assediados constantemente pelos negros

de Henrique Dias, que havia construído um arraial bem próximo ao Recife para dali hostilizar o inimigo, a situação dos flamengos não era nada boa. Henrique Dias, estrategicamente colocado no seu arraial, diariamente travava combates com eles. "As correrias de suas tropas chegavam, em direção à cidade Maurícia, até o Rio Capibaribe, isto é, à Boa Vista de hoje, menos a parte recente dos aterros das ruas da Imperatriz e Aurora. Era, portanto, como bem dizem os documentos, a estância mais chegada ao inimigo. Tão próxima que, às vezes, o duelo não era de bala, mas simplesmente de palavras de desafio" [40].

No combate na casa forte de Dona Ana Pais vários holandeses foram "mortos por mãos de negros; e houve uma negra crioula dos Apopucos, forra, e casada com outro crioulo chamado Araújo, que em encontrando a um Flamengo, com espada na cinta, e uma clavina nas mãos, arremeteu com ele, e com um bordão que levava o matou, e lhe tomou as armas" [41].

Neste encontro Henrique Dias foi ferido mais uma vez, atingido pelo inimigo na perna. Apesar disto continuou lutando e, "alcançada a vitória, então ele mesmo se curou escaldando os buracos da ferida com uma pequena pele de carneiro frita com azeite de peixe, e sarou em breves dias sem haver mister cirurgião".

Nas duas batalhas de Guararapes houve a participação de contingentes negros. Somente o capitão-mor dos minas – como vimos – comandava 150 negros de sua nação, tendo perecido na batalha. Após a primeira batalha foram incumbidos de recuperar a vila de Olinda que fora ocupada pelo inimigo. Dois dias depois expulsaram-no do local [42].

Por outro lado, o arraial de Henrique Dias e dos seus negros era um foco do qual saíam, quase diariamente, pequenos grupos armados para travar escaramuças com os holandeses. Estes sentiam os efeitos dessas surtidas e, por isto mesmo, em 21 de maio de mesmo ano atacaram a estância procurando destruí-la. Não o conseguiram, porém. Repetiram a tentativa logo depois, sem obterem êxito. Derro-

tados nessas duas tentativas, continuaram recebendo o assédio dos negros, que não os deixavam em paz. "Eram tantas e cotidianas as pendências, que tanto os holandeses saíam a buscar cajus e outras frutas do mato, os negros minas logo lhes caíam de improviso e com as vidas lhes faziam largar; e eram tão bárbaros estes minas, que não lhes queriam dar quartel, mas antes cortavam as cabeças aos que matavam e vinham com instrumentos bélicos a seu modo e ao de sua terra com buzinas e atabaques, fazendo muita festa, dizendo que aqueles os foram cativar às suas terras, sendo eles forros, e feitas as cerimônias traziam as cabeças para as portas dos moradores, donde se não iam sem lhes darem alguma coisa" [43].

Nesta altura dos acontecimentos, como vemos, outros eram os mecanismos de comportamento dos escravos do Recife para com os flamengos, que representavam já a crosta opressora, isto é, o grupo dominante. Já não eram mais aqueles elementos que, contagiados emocionalmente, quiseram até tocar fogo à cidade como expressão de alegria quando da chegada dos holandeses, que presumiam fossem libertá-los do cativeiro. Pelo contrário. Depois de verificarem que a escravidão continuava para eles, ou, em outras palavras, que continuavam no *status* anterior, mudaram os seus pontos de vista e usaram outra linha de comportamento. Daí tomarem, quase sempre, posições contra os batavos. Quando não podiam, em decorrência do sistema repressor instalado, usavam outras formas de protesto; envenenavam a água das cisternas que eram usadas pelos holandeses. Pelo depoimento de dois negros que se evadiram do Recife, ficou-se sabendo "que no Arrecife morriam muitos de enfermindades contagiosas, assim Flamengos, como Judeus, e que os negros Minas haviam deitado peçonha em uma cisterna donde os Holandeses bebiam e que por isso morriam tantos, e que os ditos negros estavam avisados entre si que nenhum bebesse daquela água, e que os holandeses não sabiam o de que lhes morria tanta gente, porque os negros haviam deitado peçonha com muito segredo" [44]. Este sigilo da parte

dos minas deve-se certamente à orientação de alguma organização tribal, pois de outra forma não se explica o fato de todos serem avisados a fim de não morrerem também envenenados e nenhum delatar. Recém-vindos da África, não se destribalizaram completamente no Recife. Ao se voltarem contra aqueles que objetivamente representavam para eles o senhor e o elemento coator imediato, usaram os valores tribais, os seus universos de comportamento ainda não violados, a hierarquia que devia haver para que todos obedecessem à decisão dos que executaram o envenenamento. Daí o silêncio mantido ante a decisão tomada. De outra forma não se entende como esses escravos, pertencentes a diversos senhores, se mantivessem calados, silenciosos, mudos, se não houvesse a dominá-los uma constelação de valores ainda válida, capaz de anular as possíveis divergências pessoais.

Negros que chegaram da África – importados pelos flamengos –, vindos de Angola, ao serem colocados em combate contra as tropas de Henrique Dias "viraram-se de costas e deixaram aos Holandeses sós no meio de caminho" (45). Diante da inutilidade militar desses negros congos os holandeses resolveram enviá-los para a ilha de Fernando de Noronha, tendo sido possivelmente aqueles que se revoltaram e foram cruelmente esquartejados. Os batavos temiam uma sublevação desses escravos; mandavam-nos, por isto, para a ilha distante. Mesmo assim sublevaram-se e foram violentamente exterminados.

V

Henrique Dias participou da segunda Batalha de Guararapes, tendo na ocasião recebido o seu último ferimento em campanha. Ficou encarregado de guarnecer com os seus homens uma das alas, portando-se mais uma vez com a costumeira bravura. Depois da batalha, não mais se empenhará em atividades militares de envergadura,

permanecendo no seu arraial. As autoridades lusas gratificaram-no com um aumento de dois escudos mensais e 24 anuais, mais ainda a casa e os terrenos onde durante o sítio aos flamengos teve a sua estância. Além disso, foi agraciado com o título de mestre de campo. Ao que parece, porém, os escravos que lutaram ao seu lado não foram contemplados com aquilo que os levara a participar dos eventos: a liberdade. O próprio chefe dos *henriques*, em 1650, queixava-se do tratamento que recebia do mestre de campo general Francisco Barreto, que não o tratava mais como fora anteriormente tratado pelos outros governadores-gerais. Talvez por estas razões e outras semelhantes, Henrique Dias partia em março de 1656 para Portugal a fim de ver se conseguia uma série de reivindicações, sendo uma delas a alforria dos seus homens que depois de pelejarem durante anos ainda se encontravam na condição de escravos. Além de solicitar uma série de favores pelos serviços prestados, Henrique Dias pede também para os seus homens – aliás, dois membros dos *henriques* o acompanharam a Portugal – mercês pelos mesmos méritos que ele tivera na luta contra o batavo. "Por um papel por ele assinado" – cujo original se perdeu – "representou à Rainha que tendo ela em consideração os muitos serviços dos homens pretos e pardos de seu Terço lhes fizesse as mercês que estavam merecendo por seus trabalhos na guerra. E que a primeira fosse alforriar os soldados e oficiais escravos que havia na sua tropa" e que "vierão para a guerra por editaes que se puseram pelos generaes e governadores que em nome de Vossa Magestade, lhes prometiam serem forros, e libertos, e com a tal promessa servirão sempre (...) porque se estes soldados sogeitos, não forem forros, e libertos por mercê de Vossa Magestade, pois tantos serviços lhe hão feito, e tornarem à sogeição do coptiveiro que de antes tinhão, não ficará animo n'elles, nem em outros vontade, para que havendo alguma occazião (o que Deus não permitta) tornem a pegar em armas. E decida primeiro de tudo, esta mercê da liberdade dos soldados". Pedia que, "se à Rainha fosse servida manter em serviço o Terço", lhe concedesse os

privilégios e liberdades de que gozavam os mais terços de brancos, pois seria de grande utilidade para a Fazenda Real "pois fazem menos gastos que os brancos e não deixão n'aquellas partes de fazerem o mesmo que elles" (46).

O Conselho opinou que fosse conservado o Terço "emquanto não ouver pas firme cõ Olanda" e "por desta gente preta haver muita no Brazil em que acha fidelidade e são temidos dos flamengos e muito soffredores dos trabalhos da campanha". E quanto aos soldados, ainda escravos, parecia "que o modo de premiar os que servirão bem, he dar-lhe a liberdade cõ vontade e permissão dos seus donos, o que sendo ricos, não será dificultoso, e pagando aos que o não forem, hu preço moderado, cõ que huns ficão satisfeitos e outros sem queixa" (47).

Como se vê, após a expulsão dos holandeses os escravos que se haviam incorporado ao Terço dos Henriques, lutando ao lado dos restauradores, continuavam com o seu *status* inalterado, dependendo da permissão dos seus donos ou de uma compra abaixo do preço para obterem a liberdade. Isto, porém, nada tem de extraordinário. Pelo contrário. Corrobora a essência do regime escravista. Tanto os portugueses como os holandeses viam nos escravos uma simples mercadoria. Tanto isto é verdade que após a capitulação dos flamengos os índios e negros que lutaram ao lado dos derrotados foram simplesmente incorporados às fileiras luso-brasileiras. Os escravos que lutavam ao lado dos seus senhores, quer de um lado, quer de outro, com a ilusão de se verem livres do cativeiro, eram apenas *objetos*, e a sua participação militar, enquanto escravos, era uma obrigação inerente ao seu *status*, como carregar cana dos engenhos ou realizar qualquer outro serviço de eito. Obedeciam apenas às ordens da classe senhorial.

Por isto encontramos Henrique Dias tentando conseguir a liberdade para aqueles que se engajaram mediante promessas de alforria. Dentro do conjunto de interesses contraditórios que se entrechocavam na luta pela expulsão dos batavos foi esquecido aquele que era para as demais camadas o menos importante: o do escravo.

No entanto, os escravos que não acreditavam em promessas, nem se subordinavam à tutela militar de líderes negros que atuavam sob o comando dos senhores de engenho ou dos flamengos, foram enchendo as matas e os caminhos, fugindo e procurando a solução independente, que era o quilombo. Esses não tiveram necessidade de solicitar a liberdade, pois a impuseram contra a vontade das facções em luta. Aqueles escravos que abandonaram os engenhos e se embrenharam nas matas, constituindo-se em focos guerrilheiros autônomos ou se organizando em quilombos, não agiam tendo em mira obter a liberdade através da benignidade dos seus senhores; impuseram-na de forma radical contra a vontade dos mesmos (48). Os contingentes de cativos que cerraram fileiras ao lado dos luso-brasileiros, entrando para o Batalhão dos *henriques*, esperavam que através do seu sacrifício lhes fosse concedida alforria. O que nem sempre acontecia.

Tanto a classe senhorial nativa como a máquina administrativa holandesa olhavam, por isto mesmo, de igual maneira para os escravos que se rebelavam ou fugiam. Tinham as mãos decepadas, quando caíam prisioneiros, eram enforcados, queimados vivos, esquartejados vivos, finalmente sofriam de ambas as facções o mesmo tipo de repressão. Os mecanismos de defesa, quer dos senhores de engenho pernambucanos quer dos membros da Companhia ou da administração holandesa, agiam da mesma forma contra aqueles que com a sua posição radical solapavam a economia existente. Os quilombolas eram, por isto mesmo, o elemento que, dentro da redoma da economia da época, a negava e enfraquecia. Por isto mesmo eram perseguidos por ambos os lados.

Quando Schkoppe capitulou, em 26 de janeiro de 1654, deixava para os senhores de engenho e o aparelho estatal aqui montado enfrentarem aquilo que foi chamado de "o perigo de portas a dentro": o Quilombo dos Palmares...

NOTAS

(1) CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*, p. 59.

(2) Calabar, na primeira empresa que empreendeu a favor dos holandeses, que foi o ataque à Vila de Igaraçu, levava em sua companhia "trinta e tantos pretos". Aliás, Weerdenburgh trata Calabar como negro: "em todos estes perigos estávamos dependentes da fidelidade ou infidelidade de *um negro* que nos serviu de guia, e não devíamos pôr muita confiança nessa gente estúpida" (Apud VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil*, p. 105).

(3) SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*, p. 122.

(4) MELLO NETTO, J. A. Gonçalves de. "A situação do negro sob o domínio holandês". In: *Novos estudos afro-brasileiros*, p. 204.

(5) VAN DER DUSSEN, Adrian. *Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639)*, p. 92.

(6) *História nova do Brasil*, p. 116.

(7) RAMOS, Artur. *O negro na civilização brasileira*, p. 170.

(8) "A tomada da Bahia pelos holandeses (1624) e a desorganização consequente da vida da cidade deram, aos elementos mais decididos entre a massa de escravos, a sugestão da independência. Alguns deles se estabeleceram por conta própria. E a Câmara da Bahia, depois da restauração, decidiu (1638) que 'todo negro que morar fora das casas de seus senhores, em casas sobre si' se recolhesse novamente à escravidão dentro de seis dias, 'sob pena de lhe derrubarem as casas' – uma providência antiga, que se estendeu também aos forros. Outros buscaram a segurança nas matas, formando quilombo no Rio Vermelho (1629), esmagado, três anos depois, pelos capitães do campo Francisco Dias de Ávila e João Barbosa de Almeida, e outro em Itapicuru (1636), de cuja liquidação foi incumbido o Coronel Belchior Brandão 'por ser pessoa de muita satisfação e experiência'. Outros, ainda, acreditando mais na defesa individual, fugiram do cativeiro, mas foram caçados com facilidade". CARNEIRO, Édison. *Ladinos e crioulos*, p. 65.

(9) ALDENGURGK, Johann Gregor. *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625*, p. 177.

(10) Op. cit., p. 190.

(11) Op. cit., p. 190.

(12) Op. cit., p. 187.

(13) Op. cit., p. 189.

(14) Op. cit., p. 188.

(15) Op. cit., p. 191.

(16) Op. cit., p. 195.

(17) O Conde dos Arcos, em 3 de agosto de 1756, respondendo informação do Conselho Ultramarino, afirma que Henrique Dias "era natural da Bahia com tudo viveo em Pernambuco aonde fez os seos maiores progressos" (Apud ACIOLI, Ignácio. *Memórias históricas e políticas da Bahia*, p. 424, nota). Mas, apesar de dizer que "quase nada se sabe, com base documental, acerca da pessoa de Henrique Dias", José Antônio Gonsalves de Mello o dá como nascido em Pernambuco, apoiado em diversas fontes. Varnhagen levanta cautelosamente a possibilidade de Henrique Dias ter vindo, com os seus homens, de Palmares. Diz ele: "Encontramos escrito em papel não bastante autorizado, que estes saíram, por trato pactuado precedentemente com Matias d'Albuquerque, primeiro organizados em corporações, a princípio em número de vinte apenas, dos mocambos dos Palmares, onde se achavam"; porventura poderiam fazer inclinar a dar a isso algum crédito as palavras com que o cronista desta campanha nos dá conta deste fato. "Bem se prova", diz o mesmo cronista, "o apuro em que nos tinha posto a continuação do que constatávamos, pela ação que um preto chamado Henrique Dias praticou nesta ocasião, e foi parecer-lhe que necessitávamos da sua pessoa; pois veio oferecê-la ao general, e este aceitou-a para servir com alguns de sua cor". "Se não andasse nesta apresentação algum mistério" – conclui Varnhagen – "não cremos que teria o cronista necessidade de dar tantas satisfações, por maiores que fossem as pretensões contra os descendentes de africanos". (*História das lutas com os holandeses no Brasil*, p. 109-110).

(18) GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *Henrique Dias, governador dos pretos, crioulos e mulatos do Brasil*, p. 7.

(19) GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *Henrique Dias*, p. 7.

(20) Op. cit., p. 10.

(21) Op. cit.

(22) Op. cit.

(23) Apud GONSALVES DE MELLO, João Antônio. Op. cit., p. 12.

(24) Op. cit., p. 13.

(25) Op. cit., p. 25-26.

(26) Op. cit.

(27) *Apud* CARNEIRO, Édison. *Antologia do negro brasileiro.*

(28) *Apud* CARNEIRO, Édison. Op. cit., p. 79.

(29) *Apud* SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil,* p. 43.

(30) CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit., p. 59.

(31) MELLO NETTO, J. A. G. de. *Tempo dos flamengos,* p. 229.

(32) "Todos os negros aproveitaram a oportunidade para fugir. Pela leitura dos documentos vê-se que parou quase completamente o trabalho dos engenhos. Uma relação dos engenhos existentes entre os rios das Jangadas e o Uma, feita pelo Conselho Schott, mostra-nos a verdadeira situação dessas propriedades, exatamente na zona mais rica da Capitania, a zona Sul. Eram canaviais queimados, casas-grandes abrasadas, os cobres jogados aos rios, açudes arrombados, os bois levados ou comidos, fugidos todos os negros. Só não haviam fugido os negros velhos e molequinhos. Assim, no Engenho Maratapagipe só foram encontrados João, Manuel, Mulemba, Maria Esperança, Catarina, Suzana e Adriana, 'três negros e quatro negras, todos velhos e incapazes'. Também no Engenho Sibiró de Riba o Conselheiro holandês encontrou somente dois negros velhos e dois bois velhos. No Engenho Cocaú a situação era melhor: encontraram-se quatro caldeiras grandes, quatro tachos novos e dois velhos, oito bois, duas vacas, duas novilhas e, na senzala, Pedro Moleque, mulher e dois filhos, João, mulher e filho, Antônio Jacome com um moleque, Francisco Moleque com uma negra, a negra Manangona e mais dois negros, duas negras e dois moleques. No Nossa Senhora da Palma foram encontrados no roçado um negro velho e uma negra. Todos os demais haviam fugido" (MELLO NETTO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos,* p. 206-207).

(33) MELLO NETTO, José Antônio Gonsalvez de. *Tempo dos flamengos,* p. 207.

(34) Idem, ibidem, p. 218.

(35) Foi o que aconteceu na Batalha das Tabocas, quando enviou a sua guarda com promessa de libertá-la. "Era ela composta pela sua maior parte de escravos seus, aos quais prometeu a liberdade (...). Precipitaram-se eles pela encosta abaixo tocando suas cornetas, e soltando os berros de que seus selvagens conterrâneos usavam na guerra" (SOUTHEY, Robert. *História do Brasil,* p. 95).

(36) CALLADO, Manuel. *O valeroso Lucideno,* p. 144.

(37) SOUTHEY, Robert. *História do Brasil,* p. 85.

(38) PINTO, Luís. *Vidal de Negreiros,* p. 91.

(39) A união de camadas e setores da sociedade pernambucana nesta fase da luta refletia, por seu turno, a compreensão generalizada da necessidade de se libertar a região da ocupação inimiga, levando-se em conta primeiramente os elementos econômicos e sociais que já se destacavam como o suporte de uma futura consciência nacional. A *rebeldia* concorria assim para o desentrave das forças econômicas existentes, das limitações coloniais. O fato de após a expulsão dos holandeses este objetivo não ter sido alcançado é outro problema.

(40) GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *Henrique Dias – governador dos pretos e mulatos do Estado do Brasil,* p. 34.

(41) CALLADO, Manuel. Op. cit., p. 53-54.

(42) GONSALVES DE MELLO, José Antônio. Op. cit., p. 36.

(43) Apud GONSALVES DE MELLO, José Antônio. Op. cit., p. 36-37.

(44) CALLADO, Manuel. Op. cit., p. 198.

(45) Op. cit., p. 199.

(46) GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *Henrique Dias – governador dos pretos e mulatos do Estado do Brasil,* p. 47-48.

(47) Op. cit., p. 49.

(48) "Correm ainda alguns bandos pelo interior, que roubam tanto os portugueses como os holandeses, mas estes são compostos de salteadores mulatos e negros e não

de soldados do Rei. Causam, contudo, grande prejuízo e desassossego aos moradores. Escondem-se também nas matas e são difíceis de apanhar; quando os nossos soldados os perseguem fogem para o mato e cada um para o seu lado" (VAN DER DUSSEN, Adrian. *Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses*, p. 132).

6. A República de Palmares

Dos movimentos dos cativos contra a escravidão, Palmares é, por circunstâncias especiais, o mais conhecido e estudado. Foi o que mais tempo durou; o que ocupou – e ocupou de fato – maior área territorial; e o que maior trabalho deu às autoridades para ser exterminado. De 1630 a 1695 os escravos palmarinos farão convergir sobre seu reduto as atividades, os esforços e as diligências dos governantes da Colônia. Da história do que foi sua existência – 65 anos em constantes e sangrentas lutas – até o folclore nos dá notícias. E dos fatos passou à lenda.

De fato, aproveitando-se da ocupação batava, os escravos de Pernambuco e de outras capitanias vizinhas começaram a fugir do cativeiro, pelos "delitos e intratabilidade dos seus senhores" [(1)], em pequenos bandos esparsos – quase 40 negros da Guiné dos engenhos da vila do Porto Calvo no início, informa Rocha Pita [(2)] –, depois em bandos e de forma constante, homiziando-se nas matas de Palmares. Aproveitando-se da impenetrabilidade da floresta, da fertilidade das terras, da abundância de madeira, caças, facilidade de água e meios de defesa da região, foram-se aglomerando e reunindo gente, juntando braços para a guerra e trabalho e formaram naquele lugar a maior tentativa de autogoverno dos negros fora do continente africano.

A República ficava situada – segundo documento com relação das guerras feitas aos negros [3] – numa superfície de 60 léguas, onde se espalhavam suas cidades (mocambos) da seguinte forma: a 16 léguas de Porto Calvo ficava o mocambo do Zumbi; ao norte deste, afastado 5 léguas, o do Arotirene; a leste, localizavam-se dois mocambos conhecidos pelo nome de Tabocas. Ao nordeste deste, distante 14 léguas, ficava o da Dambraganga, e a 6 léguas para o norte o de Subupira, quartel-general dos negros; ao norte de Subupira, afastada 6 léguas, a cerca real do Macaco, capital da República, com 1.500 casas; 5 léguas para o oeste da capital ficava localizado o mocambo de Osenga; e a 9 léguas de Serinhaém a cerca de Amaro. A 25 léguas de Alagoas, para o nordeste, o mocambo de Andalaquituche, além de inúmeros outros menores que se espalhavam pelas vizinhanças dos mais importantes.

Estabelecidos nas terras mais férteis da capitania, começaram a desenvolver-se e aumentar de número. Suas roças floresciam, dando abundante colheita. Ali plantavam milho (que era a base da alimentação), banana, mandioca, batata-doce, feijão; aproveitavam-se do coco abundante da região, criavam animais domésticos, aves etc. Assim instalada começou a desenvolver-se a República palmarina. Em 1643 eram cerca de seis mil em franca atividade no reduto.

Necessitando de mantimentos, armas e mulheres, começaram a atacar lavradores e estradas e exigir dos senhores de engenho, através de ameaças, o de que necessitavam, tendo sempre os colonos trocado "o cabedal pela honra". Ante o número que crescia constantemente, aumentava o perigo para os moradores vizinhos de Palmares, que ameaçava inclusive Ipujuca, Serinhaém, Alagoas, Una, Porto Calvo, São Miguel, povoações que forneciam provimentos para o litoral. Assim o Quilombo dos Palmares ameaçava com suas atividades não somente de morte e ataque os moradores das redondezas do litoral, apossando-se de mantimentos que, da região onde atuavam, seguiam para lá e que eram: peixe, farinha, gado, legumes, tabaco, madeiras etc.

Não foi sem motivo que Palmares chegou a ser comparado aos holandeses. Eram os dois inimigos de Portugal; um – Palmares – "o de portas a dentro"; outro, os holandeses, "não sendo menores os danos destes do que tinham sido as hostilidades daquelas". Era uma ameaça constante ao trabalho dos colonos.

Como decorrência do aumento incessante de quilombolas e do aparecimento consequente da agricultura, surgiu o primeiro rudimento de governo entre eles. Foi escolhido para dirigi-los Ganga-Zumba, pelos méritos demonstrados na guerra. Era Palmares, como já foi acentuado por Nina Rodrigues e Édison Carneiro, uma imitação dos muitos reinos existentes na África, onde o chefe é escolhido entre os mais capazes na guerra e de maior prestígio entre eles. Esse rei governou até o ano de 1678 quando, havendo negociado a paz com os brancos, perdeu o prestígio entre seus pares e foi assassinado, tendo sido substituído por Zumbi, que passou à História como líder incontestável e herói de Palmares. Além do reino, porém, a República era dirigida por um Conselho composto dos principais chefes dos quilombos espalhados pela região. Esse Conselho, que constituía, ao que parece, a mais importante instância deliberativa da República, reunia-se periodicamente, quando havia assunto de interesse justificado e importado – a paz ou a guerra etc. –, e funcionava na capital de Palmares, sob a presidência do rei Ganga-Zumba. Eram membros deste Conselho: o Ganga-Zona (irmão do rei), chefe do mocambo de Subupira, segunda cidade da República; Pedro Capacaça, Amaro, Acoritene, Osenga, Andalaquituche e Zumbi. Nos seus respectivos mocambos esses membros eram chefes absolutos.

O aspecto material da República era mais ou menos idêntico ao de muitas aldeias de tribos africanas. As casas espalhadas, sem obedecer a nenhuma simetria, cobertas de palha ou outras matérias da região. Praticavam, além de agricultura, a cerâmica: panelas e vasos de barro, cuias de coco, faziam cestos, trabalhavam em cabaças, fabricavam esteiras, abanos etc. Eram polígamos: o rei Ganga-Zumba tinha três

mulheres. Das suas atividades predatórias pela região traziam muitos escravos, uns voluntariamente, outros à força, e que engrossavam enormemente o número de habitantes da República. Os que vinham forçados eram transformados em escravos que trabalhavam na agricultura. Assim se foi desenvolvendo o escravismo dentro da própria "república", em consequência do desenvolvimento das atividades agrícolas.

Para acudir a segurança de um número tão considerável de pessoas e um território tão grande, necessitavam desenvolver sua técnica militar, estabelecer um sistema defensivo eficaz que assegurasse o sossego dos moradores. Seu exército aumentou consideravelmente. Iniciaram a construção de fortificações, confiadas, segundo parece, a um mouro que se encontrava entre eles. O exército era comandado pelo Ganga-Muíça e bem armado. Suas armas eram arcos, flechas, lanças e armas de fogo, tomadas das expedições punitivas, dos moradores vizinhos; ou compradas. O governo, em 1670, estava ciente das "muitas e contínuas mortes e assassinatos que se cometem a espingarda nesta Capitania e anexas por escravos, mulatos, forros e cativos". Nos baluartes construídos, o exército do Ganga-Muíça vigiava a segurança dos palmarinos. "Em tempo de paz" – diz Rocha Pita –, "nas três plataformas que se localizavam sobre as três portas principais do mocambo do Macaco, havia uma constante vigilância: era 'cada huma guardada por hum dos seus capitães de mayor supposição, e mais de 200 soldados'" (4). O quartel-general desse exército era o mocambo de Subupira, onde era dada instrução militar. Esse mocambo parece que era uma espécie de praça forte, toda cercada de madeira e pedra, com mais de 800 casas. Estava completamente cercado de fojos e estrepes que quase tornavam impossível seu acesso.

Além do exército, o sistema defensivo de Palmares constituía o outro elo de sua segurança. Consistia em "huma estacada de duas ordens de paos lavrados em quatro faces, dos mais rijos, incorruptíveis e grossos" (5). A defesa principal da capital era a famosa cerca que tinha

2.470 braças, três portas guarnecidas por plataformas, além de fojos – enormes buracos contornando-a internamente – e estrepes feitos de ferro que impediam a marcha dos exércitos atacantes.

Já havia Palmares assumido nessa altura grandes proporções. Sua população foi calculada em 20.000 habitantes e seus domínios se estendiam por um paralelogramo de cerca de 27.000 quilômetros quadrados.

Palmares reproduzia, dentro de suas fronteiras, a desproporção de sexos existente na população escrava. Isto porque os senhores de escravos preferiam comprar homens jovens a mulheres. Por este motivo os traficantes selecionavam essa mercadoria humana de acordo com as preferências dos compradores. Calcula-se que para cada mulher havia três homens (variado de área), fato que irá se refletir na composição, por sexos, da população palmarina. Desta forma, se os palmarinos mantivessem nas suas fronteiras o casamento monogâmico que os senhores impunham aos escravos nas suas fazendas, de acordo com os preceitos do catolicismo, haveria um desequilíbrio na vida familiar tão agudo que a desarticulação social seria inevitável. Para resolver esse impasse de importância fundamental para o equilíbrio social, os palmarinos instituíram dois tipos de organização familiar que se completavam: um foi a poligamia, outro a poliandria.

No primeiro caso, ele seria praticado pelos membros da estrutura de poder que governava a República. Isto é, a capa dominante, o rei e possivelmente os chefes dos demais mocambos teriam direito a várias mulheres. Um documento da época registrará que "o apetite é a regra da sua eleição". O que certamente não era verdade. Se tal acontecesse haveria conflitos internos desequilibradores muito graves, o que não podia acontecer em uma comunidade na qual a coesão interna era um fator fundamental à sua continuidade e sobrevivência.

O rei Ganga-Zumba tinha três mulheres, duas negras e uma mulata, e Zumbi teve mais de uma, havendo a hipótese de que uma delas era branca. A instituição da poligamia nessa capa dominante é incontestável.

Mas, em contrapartida, havia também a família poliândrica. Era aquela que funcionava majoritariamente no conjunto da comunidade que não tinha níveis de poder decisório nos assuntos mais importantes. A poligamia, em todos os povos onde ela existiu, sempre foi um privilégio, isto é, mesmo sendo um direito para todos somente aqueles que tinham condições materiais e sociais para usá-la a exerciam.

Em Palmares, no entanto, isso surgiu em consequência das circunstâncias em que os seus habitantes não podiam controlar: a desproporção gritante entre os sexos. Daí a poligamia ter se estabelecido na república. Com esses dois tipos de organização familiar estabeleceram-se mecanismos de equilíbrio para a funcionalidade, sem antagonismos ou conflitos, no grupo família. Os estratos políticos e militares que mantinham a direção da sociedade, especialmente o rei, tinham uma família polígama, ao contrário dos outros segmentos e grupos onde a poliandria era norma dominante.

Décio Freitas, ao abordar o problema, escreve que "para preservar a coesão social instituiu-se o casamento poliândrico. As referências a esse tipo de casamento são inúmeras, mas as mais minuciosas são as de um documento de 1677.

Sucede que um certo Manuel Inojosa – laureado exterminador de índios e negros, grande proprietário de terras e escravos – aspirava apaixonadamente a glória de destruir Palmares. Nesse intuito, apresentou à coroa vários planos. Para colher informações, infiltrou um dos seus escravos em Palmares em troca de promessa de alforria. O negro viveu entre os palmarinos pelo espaço de seis meses, para afinal fugir e transmitir ao amo o quanto vira em Palmares. Manuel de Inojosa mandou fazer um 'papel' sobre o relato do negro e o enviou ao rei de Portugal. Não se conhece a íntegra deste documento, mas apenas o resumo constante de uma 'consulta' do Conselho Ultramarino. Aqui o trecho que alude à poliandria:

'(...) Que cada negro que chega ao mocambo fugido de seus senhores logo é ouvido pelo conselho de justiça que tem que saber de suas tenções porque são grandemente desconfiados, nem se fiam só do fato de ser negro que se apresente; que tanto se certificam das boas intenções do negro que chega lhe dão mulher a qual possuem junto com outros negros, dois, três, quatro e cinco negros, pois sendo poucas as mulheres adotam esse estilo para evitar contendas; que todos os maridos da mesma mulher habitam com ela o mesmo quilombo, todos em paz e harmonia, em arremedo de famílias, mas próprio dos bárbaros sem as luzes do entendimento e da vergonha que a religião impõe; que todos esses maridos se reconhecem obedientes à mulher que tudo ordena na vida como no trabalho; que cada uma dessas chamadas famílias os maiorais, em conselho, dão uma data de terra para que a cultivem e isso o fazem a mulher e os seus maridos (...) que à guerra acodem todos nos momentos de maior precisão, sem exceção das mulheres que nessas ocasiões mais parecem feras que pessoas do seu sexo'".

Décio Freitas conclui, por isto, que a "família constituía, pois, a unidade social fundamental. O parentesco se estabelecia por linha materna. O mocambo, como um todo, constituía a unidade habitacional e política" [6].

Ainda sob o domínio dos holandeses será organizada a primeira "entrada" contra Palmares. Partirá em 1644 a expedição punitiva que iniciou a série de combates aos quilombolas durante a ocupação batava. Foi comandada por Rodolfo Baro. Depois de vários dias de viagem, chegaram os holandeses à região habitada pelos ex-escravos, travando combate. Durante a refrega saíram feridos 4 homens da expedição. Um foi morto pelos palmarinos. Os negros perderam maior número de homens, tendo sido aprisionados 31, inclusive alguns mulatos e índios. Os holandeses regressaram, pensando que com esse primeiro combate haviam destruído o que chamavam os Palmares Grandes.

O certo é que em 1645 (26 de fevereiro) os holandeses viram-se na contingência de enviar nova expedição punitiva comandada por João Blaer em face do recrudescimento das atividades dos negros. Não

sabemos ao certo o número de homens que a compunham, mas tudo leva a acreditar que era bem maior que o da anterior. Partiram de Pilar e dirigiram-se para as matas onde se encontravam os negros. Andaram até 28 de fevereiro sem nenhum acontecimento de monta, tendo nesse dia apenas encontrado grande número de mundéus, denunciador da proximidade dos quilombolas. No dia 3 de março os componentes da expedição, a essa altura comandada por Reijmbach (Blaer retirou-se em 2 de março dando parte de doente), acamparam junto a um rio de nome Saboú. No dia 6 reencontraram os que foram levar o capitão Blaer "a 5 milhas do engenho de Gabriel Soares, no lugar chamado Barra do Parúgavo". Continua penosamente a marcha da expedição até o dia 18 quando chega ao "Oiteiro dos Mundéus, ou monte de armadilhas, porquanto em cima dele havia bem 50 ou 60", e a uma milha adiante topou com uma plantação dos negros com algumas "pacovas verdes", atravessando daí por diante roças dos quilombolas: "um denso canavial na extensão de duas milhas". Foram ter em seguida ao chamado velho Palmares, sítio abandonado pelos escravos fugidos. Os holandeses encontraram um mocambo com "meia milha de comprido e duas portas. A rua era da largura de uma braça, havendo no centro duas cisternas; um pátio onde tinha estado a casa do seu rei fora transformado em um grande largo no qual o rei fazia exercício com sua gente". Acharam duas ordens de paliçadas ligadas por travessões, tudo abandonado e coberto de mato. As tropas marcharam cerca de milha e meia por entre roças abandonadas, acampando em uma delas onde ainda havia quantidade de bananas suficiente para matar-lhes a fome. Aí descansaram e reiniciaram a marcha no outro dia (19) para outro Palmares, também abandonado, "onde estiveram os quatro holandeses, com brasilienses e tapuias", certamente a expedição de Baro. Esse quilombo também estava abandonado, pelo que os holandeses continuaram a marcha, andando mais três milhas, pernoitando nas margens de um riacho. Seguiram no outro dia para frente, encontrando daí por diante com frequência mocambos de quilombolas. Finalmente, no dia 20 – depois de 25 dias de marcha, portanto – chegaram à região habitada por ex-escravos, amanhecendo 21 de março às portas do grande quilombo. Defronte da porta principal, "dupla e cercada de duas ordens de paliçadas, com grossas travessas entre ambas", postaram-se os expedicionários, investindo em seguida para arrombá-las violentamente. No lado interno da cerca havia um fosso cheio de estrepes onde caíram dois homens da tropa. Quase não havia gente no quilombo: declararam os prisioneiros estar o restante dos ex-escravos no mato caçando ou plantando. O rei, avisado da aproximação das tropas, havia também fugido. Os holandeses aprisionaram um ex-escravo com a mulher e o filho, e mais uma negra. Outra encontrada no quilombo foi degolada por um dos soldados da expedição. Esse mocambo possuía 220 casas. Erguia-se uma igreja no meio, a casa do Conselho do rei, além de quatro fojos. Foram encontradas ainda roças de milho novo, azeite de palmeira e objetos de utilidade dos quilombolas. A população seria de 1.500 habitantes, sendo 500 homens e o restante de mulheres e crianças.

Imediatamente, foi enviado um sargento com vinte homens para prender o rei que, segundo informações obtidas, se encontrava em uma casa duas milhas distante do local em que se achava a expedição. A batida foi, porém, infrutífera, pois o Ganga-Zumba evadiu-se de lá também ao saber da aproximação das tropas. No outro dia, 22, ainda deram uma batida nas matas sem proveito algum, além de prenderem uma negra coxa, que deixaram por não poderem transportá-la. Depois disso, incendiaram todas as casas do mocambo e dos vizinhos, além de se apoderarem de grande quantidade de víveres. Excluindo-se alguns escravos desgarrados, nada mais encontraram. O resto foi a longa viagem de volta.

Essa segunda expedição punitiva deve ter produzido uma exacerbação de ânimo nos ex-escravos. Parece que reiniciaram as atividades na região, atacando fazendas. Contudo, somente depois da restauração é que encontramos notícias de novas atitudes repressoras sob a

direção, portanto, de autoridades portuguesas. Várias investidas de pequena repercussão e efeito serão feitas contra Palmares. Ao todo – segundo Édison Carneiro, que pesquisou exaustivamente o assunto – teriam sido 16: duas durante o domínio holandês e as restantes já sob a tutela de autoridades portuguesas (7). Se tomarmos como base as pesquisas de Édison Carneiro, passaram-se vinte e dois anos até que outra expedição seguisse para combater os quilombolas, tempo que achamos excessivamente longo. No que devemos acreditar é que há um período sobre o qual faltam notícias, pois não é possível que os portugueses tivessem deixado os palmarinos durante tanto tempo à vontade. Em 1667 seguiu a expedição de Zenóbio Accioly de Vasconcelos, não obtendo, contudo, nenhum resultado prático.

O certo é que afrouxaram os ataques aos quilombolas, fato que serviu para que os palmarinos se sentissem fortes e reiniciassem ataques contra propriedades dos senhores de escravos. Isso traria como consequência um acordo entre as vilas de Porto Calvo e Alagoas (1668) para que pudessem exterminar Palmares, concorrendo ambas com as despesas da campanha. Apesar disso, as expedições enviadas contra os escravos fugidos nada de definitivo conseguiram. Assim foram as de Antônio Jácome (1672) e Cristóvão Lins (1673), apesar de haver o primeiro conseguido aprisionar 80 negros, número que devemos avaliar, tomando em consideração o fato de existirem 20.000 escravos aquilombados, para vermos que não foi tão brilhante o feito. Apenas repetiu o que já havia sido realizado pela expedição de Blaer: aumentou o resultado na proporção do crescimento do número de escravos fugidos.

Em seguida (1675), partiu uma expedição chefiada pelo sargento-mor Manuel Lopes, "cuja experiência, zelo e valor prometeu bom sucesso às esperanças que nele se fundaram" (8). A expedição partiu de Porto Calvo a 23 de setembro, com 280 homens brancos, mulatos e índios, e somente a 22 de dezembro encontrou o reduto principal dos negros: "uma grande cidade de mais de 2.000 casas, fortificadas de estacada de pau-a-pique e defendidas com três forças e com soma grande de defensores" (9). O combate, parece, foi dos mais violentos de quantos foram travados contra os palmarinos, tendo os ex-escravos resistido durante duas horas ao fogo dos atacantes. Finalmente vencidos, viram suas casas queimadas, além de terem muitos mortos e feridos. Os atacantes fizeram 70 prisioneiros. No dia seguinte os palmarinos novamente travaram combate com as tropas de Manuel Lopes, tendo, no final, batido em retirada para mais longe. Os expedicionários continuaram "campeando sempre aquelas espessuras". Esses ataques fizeram com que muitos ex-escravos voltassem às casas dos seus antigos senhores. Os quilombolas, na sua maioria, porém, continuaram resistindo, tendo se refugiado para além 25 léguas do sítio atacado. O sargento-mor não lhes deu descanso e partiu no seu encalço, encontrando-os e com eles pelejando, tendo nesse combate saído ferido à bala o Zumbi, "negro de singular valor, grande ânimo e constância rara". Teria ficado aleijado, segundo um documento da época.

Depois da expedição de Manuel Lopes, a luta contra Palmares passou a uma nova etapa com a chegada de Fernão Carrilho, convidado para dizimar os escravos aquilombados. E se preparou para tentar exterminá-los.

No dia 21 de setembro de 1677 partiu Fernão Carrilho da vila de Porto Calvo para combater Palmares. Sua expedição contava apenas 185 homens "entre brancos e índios do Camarão", número bem menor que o das expedições passadas.

A primeira investida foi sobre a cerca de Aqualtune, mãe do rei Ganga-Zumba, distante trinta léguas do ponto inicial da marcha. Imediatamente atacaram a cerca tendo matado muitos negros e "surpreendido 9 ou 10", não encontrando, porém, a mãe do rei, que conseguiu evadir-se. Apenas uma de suas escravas foi encontrada, morta. Pelos prisioneiros soube Fernão Carrilho que o rei se encontrava no mocambo Subupira, juntamente com seus lugares-tenentes, a fim de se defender do ataque "em forma de batalha".

No dia 9 de outubro partiu a expedição para o mocambo Subupira onde travaria combate com as tropas palmarinas. Chegando defronte da cerca, Fernão Carrilho enviou 80 homens para um exame preliminar da região e para inteirar-se da verdadeira situação da cerca. Voltaram com a notícia de que os quilombolas haviam mais uma vez incendiado suas casas e que "só as cinzas eram demonstração de sua grandeza". Em vista da fuga dos negros, deliberou Fernão Carrilho formar arraial no sítio, batizando-o com o nome de Bom Jesus da Cruz.

Em seguida, enviou emissários solicitando reforços e destacou uma turma para dar batidas nas redondezas. As deserções, porém, se sucediam nas fileiras dos atacantes. Vinte e cinco membros fogem. Dias depois o número de deserções cresce para cinquenta. Fernão Carrilho viu-se reduzido a cento e vinte homens. No arraial permaneceu a expedição aguardando os socorros que vieram pouco depois: vinte soldados pagos, sob o comando do sargento-mor Manuel Lopes, já conhecedor da região em expedições anteriores.

As batidas se sucederam; Fernão Carrilho enviou 50 homens para capturar cativos por perto, "os quais seguindo uma trilha que descobriram tiveram um famoso encontro com os negros que estavam juntos". Travou-se o combate; foi uma grande derrota para os palmarinos, que perderam considerável número de guerreiros, sendo aprisionados 56. Nesse combate, travado quase por acaso, caiu prisioneiro o Ganga-Muíça, "grande corsário soberbo e insolente", chefe dos exércitos palmarinos, e mais os "capitães de guerra" do rei: João Tapuia, Ambrósio e Gaspar. O rei conseguiu fugir.

Animados com esse sucesso, prosseguiram os homens de Fernão Carrilho dando batidas constantes nas matas. Tendo notícias de que o rei Ganga-Zumba se encontrava com Amaro no seu quilombo a 9 léguas de Serinhaém, marcharam imediatamente para lá, atacando-o, realizando um "notável estrago", aprisionando 47 negras forras, além de uma mulatinha filha natural de um importante de Serinhaém, raptada pelos ex-escravos. Prendem ainda dessa vez inúmeros membros

importantes do quilombo: dois filhos do rei (Zambi e Acaiene), além de netos e sobrinhos que caíram em poder das tropas legais. Nesse combate o rei perdeu um filho (Toculo) que morreu, e um cabo de valimento entre eles: Pacassa. O rei fugiu mais uma vez, deixando no campo uma espada e uma pistola dourada. Feriu-se durante a luta.

Fernão Carrilho, porém, não descansou nem deu tréguas aos quilombolas e enviou ao seu encalço 50 homens e 4 capitães que não encontraram o rei. Apenas uma tropa de quilombolas atemorizada com os reveses, sem destino certo, foi encontrada, com ela travando combate: uns morreram, outros caíram prisioneiros. A ofensiva de Fernão Carrilho não esmoreceu: batidas constantes são dadas nas matas, negros aprisionados frequentemente. Tamanha foi a matança, incêndios e prisões, que Fernão Carrilho deu por esmagado o Quilombo dos Palmares; exterminados os quilombolas, retirou-se cheio de glória para Porto Calvo, onde foi recebido festivamente, assistindo missa solene em ação de graças.

Entre os prisioneiros feitos por Fernão Carrilho, encontrava-se um negro de nome Matias Dambi, sogro de um dos filhos do rei, e uma negra chamada Madalena. Os portugueses mandaram-nos, então, de volta a Palmares com ordens de rendição sob pena de perderem os quilombolas "suas relíquias e rei", serem atacados e esmagados em seguida. Ainda nem bem Fernão Carrilho havia terminado de comemorar a extinção do reduto, chegavam informações de que um grupo havia entrado em choque com um destacamento de Francisco Alves. Outras escaramuças se sucediam nas matas entre ex-escravos e senhores.

Dom Pedro de Almeida mudou de tática e enviou um alferes ao local em que se encontravam os palmarinos, industriado para dizer que todos os sobreviventes do quilombo seriam exterminados caso não quisessem a paz com os senhores de escravos da região e o governo; se se submetessem, porém, veriam respeitados seus direitos, ser-lhes-iam fornecidas terras e devolvidas as mulheres apresadas pelos portugueses. Feito isso, ficaram aguardando os acontecimentos.

O rei Ganga-Zumba parece que não aguentou, com o ânimo que as circunstâncias exigiram, com os golpes e as derrotas. Via a maioria dos seus principais capitães morta ou aprisionada; o Ganga-Muíça, seus filhos Zambi, Acaiene, Toculo, netos e sobrinhos aprisionados ou mortos em combate; os cabos de guerra mais afamados já vencidos pelo adversário; as principais cidades da República destruídas pelas tropas invasoras ou incendiadas pelos próprios palmarinos; suas roças devastadas pelas expedições sucessivas enviadas contra eles; o QG [Quartel General] da República arrasado em 1677 pelas tropas de Fernão Carrilho e ele próprio ferido em um dos combates.

Nessa situação o rei Ganga-Zumba, em face dos oferecimentos de paz dos portugueses, achou vantajoso entender-se com eles, negociando-a. Resolveu enviar uma embaixada para acordar a paz com o governo. Era composta de três de seus filhos e mais doze palmarinos. Isso no ano de 1678.

Recebidos por dom Pedro de Almeida, manifestaram seus desejos pacifistas assim como do rei Ganga-Zumba. O governador Aires de Sousa, a quem foram em seguida remetidos, recebeu-os com manifestações de benignidade e regozijo, mandando dar-lhes roupas e "fitas várias". Os enviados do rei Ganga-Zumba foram à igreja, assistindo missa solene em ação de graças. Reuniu-se em seguida o Conselho do governador, ficando assentado que estava aprovada "a petição do rei dos Palmares, em que pedia paz, liberdade, sítio, e entrega das mulheres"; e estabelecido que "lhes dessem para viverem o sítio que eles apontassem, e a paz para a sua habitação, e plantas; que se assentasse a paz; e que o rei se recolhesse a habitar o lugar determinado; que fossem livres os nascidos nos Palmares; que teriam comércio, e trato com os moradores" [10].

Tudo escrito foi entregue aos palmarinos, que regressaram, ficando um dos filhos do rei, por doente.

Imediatamente foi comunicado ao Conselho Ultramarino o pacto selado com os ex-escravos, tendo, porém, o acordo recebido daquele

órgão a mais formal desaprovação. Isso porque – dizia aquele Conselho em despacho à comunicação – "a experiência tem mostrado que esta prática é sempre um meio engano e ainda pelo que toca a nossa reputação", e "à vista com eles ficamos com menos opinião, pois isto são uns pretos fugidos e cativos" [11].

Reação de desaprovação semelhante verificou-se em Palmares. Os chefes militares de maior prestígio colocaram-se contra o acordo e, depois de discutirem o assunto, resolveram desrespeitá-lo, executar o rei e entregar a direção de Palmares ao Zumbi, sobrinho do rei, elemento novo e de "grande valimento". Assim, quando chegaram as ordens em contrário do Conselho Ultramarino, já a maior parte dos escravos se havia colocado ao lado de Zumbi e reiniciado a luta contra os senhores. Resulta disso seguirem tropas – sem grandes consequências, aliás – comandadas por Gonçalo Moreira para esmagar os adeptos de Zumbi, que se encontravam com seu comandante refugiados em Cucau (1679).

Em 7 de novembro do ano de 1685, o governador de Pernambuco narrava para a Metrópole queixas das "Câmaras e Povos circunvizinhos" das "tiranias que lhe estão fazendo (os negros de Palmares) matando moradores, saqueando-lhes casas".

Fernão Carrilho seguiu, finalmente, em nova entrada, no dia 10 de janeiro de 1686, travando logo combate com um grupo de palmarinos que se colocou defensivamente entre Palmares e a expedição, tentando barrar-lhe o avanço. Foram, contudo, derrotados e Fernão Carrilho prosseguiu. A marcha continuou em direção ao reduto até o inverno, quando teve de ser suspensa. Nada adiantou de prático senão a destruição de roças e a prisão de alguns ex-escravos.

Somente com o aparecimento de Domingos Jorge Velho delineou-se a próxima derrota dos ex-escravos. Já severamente castigados por sucessivas expedições, sofrerão agora um ataque sistemático por parte do velho e experimentado paulista. Em 7 de novembro de 1685 já anunciava João da Cunha Souto Maior, em carta ao Conselho Ultramarino, a exis-

tência de Domingos Jorge Velho e de seu oferecimento para exterminar Palmares. "Recebi aqui carta de Paulistas que andão nos sertões escrípta a meu antecessor Dom João de Souza, em que lhe pedião huas Patentes de Capitão Mor".

Domingos Jorge Velho, depois de acertar condições para investir contra os ex-escravos, após desviar sua marcha uma vez, para combater os índios jandoins na capitania do Rio Grande do Norte, chegou à região dos quilombolas, por volta do mês de dezembro de 1692 – segundo Édison Carneiro –, e imediatamente iniciou o ataque. O primeiro choque, porém, não foi muito feliz para os paulistas, que sofreram revide à altura da parte dos comandados de Zumbi, ficando desamparados nas margens, sem mantimentos. Tiveram de recuar para a vila de Porto Calvo, onde iriam se reabastecer e descansar.

Enquanto isso, Zumbi e sua gente aproveitaram o descanso dos paulistas para se fortificarem no cume da Serra da Barriga, dentro das cercas, protegidos pelo seu sistema defensivo.

Ali ficaram em posição de defesa, esperando as forças inimigas para o combate final.

Diante dessas fortificações parou a segunda expedição de Domingos Jorge Velho (1694). Surpreendido com as fortificações e os recursos defensivos dos ex-escravos, não ousou ordenar o ataque, solicitando reforços ao governador. Atendendo a seu pedido, foram enviados 108 soldados de infantaria e outros homens da região, também incorporados, para conjuntamente darem cerco e combate ao grande reduto. Vinha, comandando as tropas pernambucanas, Bernardo Vieira de Melo, que se postou do outro lado das tropas do paulista. Ambas não se atreviam, contudo, a atacar o reduto dos negros, que aparecia como inexpugnável. Iniciado finalmente o ataque, foram recebidos e rechaçados com "armas de fogo e flechas, disparados dos baluartes, como de água fervendo, e brasas acesas" (12). Os primeiros combates se sucederam sem que os atacantes conseguissem vitória. Os ex-escravos resistiam heroicamente. A peleja continuava renhida e sem grandes

progressos para os paulistas. Os ataques eram todos rechaçados, muitos com perdas para os sitiantes. Vários soldados haviam ficado "estrepados" nas defesas de Palmares. Finalmente, por ordem de Domingos Jorge Velho, entrou a artilharia em ação. Os ex-escravos começaram a sentir falta de munição e de mantimentos: a posição era insustentável. Zumbi, então, aplicaria o último recurso: a retirada. Notando existir ainda um vão de sete ou oito braças na contracerca construída pelos sitiantes por ordem de Domingos Jorge Velho, executou uma manobra cheia de audácia, evacuando durante a noite seus homens, aproveitando-se dessa saída, pelo vão que bordejava o precipício. Somente no fim é que uma das sentinelas pressentiu a fuga, dando alarma. Os atacantes investiram sobre os ex-escravos em retirada desapiedadamente, matando cerca de 200 e aprisionando mais de 500. Quantidade igual à dos mortos em combate se precipitou no abismo. Assim mesmo Zumbi conseguiu escapar, com muitos dos seus soldados.

Estava ocupada a capital da República dos Palmares, após 22 dias de resistência.

Depois disso foi uma caça que se realizou ao valoroso chefe dos quilombolas. Transformou-se em guerrilheiro, ninguém mais o conseguia localizar com segurança: somente pela traição será morto, tempos depois.

Numa das batidas contra os homens de Zumbi as tropas legais conseguiram aprisionar um dos seus lugares-tenentes, mulato de "maior valimento". Prometendo-lhe liberdade, pediram que denunciasse onde Zumbi se encontrava. Foi assim conduzida a tropa até o líder quilombola que se encontrava oculto já "tendo lançado fora a pouca família que o acompanhava", ficando somente com 20 companheiros num "sumidouro que artificiosamente havia fabricado". Nesse local foi encontrá-lo a tropa, atacando-o de surpresa. Assim mesmo pelejou "valerosa ou desesperadamente", matando um homem e ferindo alguns, sendo em seguida assassinado com seus companheiros (13).

O governador Caetano de Melo Meneses ordenou que sua cabeça fosse pendurada em um pau e exposta "no lugar mais público desta Praça a satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os Negros que supersticiosamente julgavam esse imortal". Estava terminada a República de Palmares.

No ano de 1697 havia 30 ex-escravos atuando no interior, como reminiscência do poderio do antigo reduto da Serra da Barriga. Em 1704, na Serra Negra, apenas sessenta quilombolas de Palmares, com armas de fogo, enfrentavam o capitão-mor Francisco Soares de Moura.

NOTAS

(1) "Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador Dom Pedro de Almeida, de 1675 a 1678". *Apud* CARNEIRO, Édison. *O Quilombo dos Palmares*, p. 188.

(2) ROCHA PITA, S. da. *História da América portuguesa*, p. 294. Apesar de citarmos aqui certos dados fornecidos por esse historiador, sabemos perfeitamente com que reservas devemos utilizá-los. Apesar de tudo, o relato de Rocha Pita sobre Palmares é ainda uma fonte de consulta obrigatória para os que desejam uma visão de conjunto do que foram essas lutas.

(3) "Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador Dom Pedro de Almeida, de 1675 a 1678". *Apud* CARNEIRO, Édison. Op. cit., p. 197 e seq.

(4) ROCHA PITA, S. da. Op. cit., p. 299.

(5) Idem, ibidem, p. 299.

(6) FREITAS, Décio. *Palmares – a guerra dos escravos*. 5ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984, p. 41-42.

(7) Édison Carneiro afirma terem sido em número de 16 as expedições enviadas contra Palmares, na seguinte ordem: Rodolfo Baro, 1644 e João Blaer, 1645. Luso-Brasileiras: Zenóbio Accioly de Vasconcelos, 1697; Antônio Jácome Bezerra, 1672; Cristóvão Lins, 1673; Manuel Lopes, 1675; Fernão Carrilho, 1677; Gonçalo Moreira, 1679; André Dias, 1680; Manuel Lopes, 1682; Fernão Carrilho, 1686; Domingos Jorge Velho, 1692 e nova-

mente em 1694. O documento *Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador Pedro de Almeida, de 1675 a 1678*, tão citado neste capítulo, dá um total de 25 entradas até o ano de 1677, número que Édison Carneiro acha exagerado, reduzindo-o para 16. Nina Rodrigues, baseado no mesmo documento e no trabalho de Pedro Paulino da Fonseca que, por seu turno, usara a mesma fonte, consagra como real o número que Édison Carneiro acha excessivo por diversas razões. O certo, porém, é que nenhum número pode ser considerado definitivo por falta de documentos capazes de dirimir as dúvidas de uma vez por todas e estabelecer uma opinião definitiva sobre a questão. No presente capítulo, referimo-nos às principais expedições.

(8) Op. cit. Parece que as qualidades de Manuel Lopes como combatente contra Palmares foram reconhecidas pelas autoridades de Portugal. Foi por isto promovido a mestre de campo, declarando o monarca português que Manuel Lopes o serviu "no estado do Brasil por espaço de cinquenta e três anos efetivos desde o de seiscentos e trinta e cinco até o de seiscentos e oitenta e oito em praça de soldado, cabo de esquadra e sargento, alferes, capitão de infantaria, tenente-general da guerra dos Palmares, e sargento-mor de um dos terços da guarnição da praça de Pernambuco, que atualmente está exercitando, achando-se no curso deste tempo nas ocasiões que lhe oferecem contra os holandeses particularmente nas da Mata Redonda da Barra Grande, no rencontro do passo de Una, e Porto Calvo, no sítio que o Conde de Nassau pôs à cidade da Bahia, e nos assaltos que lhe deu; nas quatro batalhas que o Conde da Torre teve com a armada holandesa à vista de Pernambuco; e saltando em terra com o Mestre de Campo Luís Barbalho marchando pela campanha do inimigo para a Bahia mais de quatrocentas léguas, e nas quatro ocasiões de peleja que houve com os holandeses se haver com satisfação e com igual procedimento nas tomadas das fortalezas de Nazareth e Serinhaém, e no forte de Engaiana, na expurgação de duas casas fortes; nas ocasiões da várzea do Capirabe, Topissou, e Salinas; no rencontro da Paraíba, nas duas batalhas dos Guararapes, em que se lhe deram dois escudos de vantagem; na recuperação de todas as fortalezas do Recife, em que se procedeu com tanto valor que se lhe deram outros dois escudos de vantagem; e nas guerras dos Palmares se haver com bom procedimento, formando tropas, levantando gente, e conduzindo mantimentos com muito cuidado, e indo por várias vezes fazer àqueles negros considerável dano, suportando o trabalho dos caminhos, e fomes da Campanha, e sendo encarregado do apresto das frotas, dar-lhe grande expediente por se haver na carga delas com muito zelo; e da mesma maneira se haver na vila da Alagoa do Sul na Guerra que se fez aos negros dos Palmares, em que se lhe matou o seu governador Zumbi e muita gente por cuja causa ficaram livres aqueles moradores; havendo-se na disposição da guerra e dos socorros com grande cuidado; e em todo o tempo que governou Pernambuco Aires de Sousa se

achar em repetidos perigos, e encontros que teve com os ditos negros indo por cabo de duzentos e tantos homens com que lhes fez guerra em várias partes do Recôncavo, gastando nela muitos meses e matando-lhes mais de oitocentas pessoas; e sucedendo naquele governo D. João de Sousa, continuar na dita guerra com a mesma disposição, zelo e valor gastando ano e meio nessa operação; e indo em pessoa com cento e quarenta homens a buscar os ditos negros rebeldes e pelejar com eles desalojando-os do mocambo onde estavam fortificados, e entrando nele lhe pôr fogo queimando mais de seiscentas casas que nele tinham, arrancando, talando, e destruindo todos os seus mantimentos, em que lhes causou grande dano; e no curso do tempo referido passar grande trabalho, e descômodo de sua pessoa, dando à execução de tudo quanto lhe foi ordenado do meu serviço; e no reparo da fortaleza de Tamandaré na ocasião em que um corsário andou por aquela costa o fazer com disposição e brevidade. E por esperar ele, Manuel Lopes, que da mesma maneira me servirá daqui em diante em tudo o que lhe for encarregado do meu serviço, conforme à confiança que faço da sua pessoa: Hei por bem fazer-lhe mercê do posto de Mestre de Campo em um dos terços da guarnição da praça de Pernambuco" (Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de novembro de 1699. Publicado por José Augusto. In: "Famílias nordestinas". *Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte*, vol. XXXV a XXXVII, 1938-1940, p. 100-103).

(9) *Relação das guerras*... Op. cit., p. 193.

(10) Idem, ibidem, p. 205.

(11) "Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de agosto de 1685". *Apud* ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares*, p. 142. Ainda sobre acordo entre escravos revoltados e as autoridades coloniais, escreveu João de Sousa em parecer: "que em nenhuma maneira se lhes admitam, porque a experiência tem mostrado a cavilação com que as intentam sendo em ordem contemporizar com o novo governador que chega, ou quando pela sua escandalosa culpa os ameaça a guerra, nenhuma se lhe pode fazer mais ofensiva que conservar as capitanias das Alagoas e Porto Calvo (como mais expostas às invasões dos seus excessos) dois arraiais nas eminências que se julguem suficientes as Correrias que façam" (*Apud* ENNES, Ernesto. Op. cit., p. 40).

(12) ROCHA PITA, S. *História da América portuguesa*, p. 300.

(13) Baseamo-nos aqui no documento *Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de agosto de 1696*, em que o governador da capitania de Pernambuco dá conta de se haver conseguido a morte de Zumbi e o perdão que se deu ao mulato que o entregou. *Apud* ENNES, Ernesto. Op. cit., p.142.

7. Revoltas em São Paulo

I

O escravo negro entra tardiamente como fator determinante do dinamismo econômico de São Paulo. Enquanto outras áreas do território nacional já se haviam abarrotado de mão de obra escrava, importando diretamente do continente africano milhares de negros, e haviam passado pelo ciclo da prosperidade entrando em decadência, somente no século XIX a injeção do trabalho escravo servirá de força impulsionadora da economia paulista de maneira determinante. Dessa forma, quando a grande procura de mão de obra escrava se faz sentir em São Paulo não será fundamentalmente suprida pelo Continente Negro, através de estoques diretos. Será abastecida por outras regiões do Império onde a decadência da agricultura de exportação fazia do braço escravo excedente, ocioso, mais um ônus do que um lucro certo ou investimento satisfatório. Nada rendia. Apenas consumia, onerando assim ainda mais a já carcomida e decadente economia daquelas zonas [1].

Compreende-se. As áreas decadentes do Nordeste e Leste que concentravam nas suas atividades o grosso da população escrava já não possuíam mais a taxa de rentabilidade antiga. A primeira dessas regiões em decorrência da queda da sua agricultura de exportação; a

segunda pela exaustão da produção aurífera e diamantífera que fora toda drenada para Portugal. Minas Gerais e o Nordeste se encontravam em pleno processo de decadência quando explodiu o surto cafeeiro em São Paulo, no Vale do Paraíba, exigindo mão de obra escrava. Os resultados dessa demanda não se fizeram esperar. Em primeiro lugar através do aproveitamento da mão de obra escrava excedente de Minas Gerais que se encontrava em disponibilidade, em face dos fatos a que já nos referimos. Em segundo lugar, manifestou-se pela procura de parte da escravaria do Nordeste. Minas Gerais logo depois entraria no ciclo do café, dificultando o êxodo para São Paulo. Os escravos das outras províncias seriam, por isto mesmo, o material humano de que lançariam mão os fazendeiros de café.

Do ponto de vista que nos interessa mais diretamente no presente ensaio, cabe salientar um detalhe: tal fato levou a que enorme parte dos escravos que vieram para São Paulo fosse constituída de ladinos e crioulos. Poucos eram boçais. Estes últimos penetraram em São Paulo em fase anterior ao surto cafeeiro e, embora não fosse insignificante o seu número, não pesaram demograficamente – no conjunto da população escrava –, de forma absoluta, pelo menos no período que mais nos interessa.

As lutas de escravos em São Paulo têm, portanto, conotações específicas. Do ponto de vista da classe senhorial concordamos com Celso Furtado quando diz: "(...) desde o começo (da economia cafeeira), sua vanguarda estava formada por homens de experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estavam entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento da mão de obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica" (2).

Como vemos, a complexidade da economia cafeeira, se de um lado exigia a mão de obra escrava no setor da produção, pois de outra

forma não se poderia realizar a empreitada, de outro lado, pelo seu dinamismo interno, criaria uma defasagem progressiva com esse tipo de trabalho, defasagem que se acentuaria com o decorrer do tempo. Isto quer dizer que o trabalho escravo já era uma solução anacrônica para o problema da mão de obra na cafeicultura. Ele só foi aceito por imposição do regime global que existia no país e que tinha o trabalho escravo como solução permanente para a produção, pois estava subordinado à economia colonial da qual éramos a parte passiva. Desta forma, o escravo boçal não terá participação importante, mesmo porque, àquela altura, o tráfico já estava extinto. Todos esses elementos devem ser levados em conta para que possamos ter uma visão objetiva do assunto.

Daí podermos afirmar que há uma diferença substancial nas formas de resistência dos escravos que se manifestaram antes e depois do surto cafeeiro. Na primeira fase vemos o escravo reagir isoladamente, algumas vezes de forma violenta, embora a fuga e o quilombo sejam as duas formas típicas de resistência nesse período; na segunda fase o escravo já participa do próprio processo abolicionista, compreendendo ou pelo menos *intuindo* os seus objetivos. Para que tal estado de espírito se manifestasse no elemento cativo, contribuiu a própria decomposição do trabalho escravo; o contato do cativo com colonos estrangeiros, a ligação de certas correntes abolicionistas radicais com os escravos nas fazendas e a compreensão – por parte de uma camada considerável da burguesia paulista – da necessidade de se extinguir aquele tipo de trabalho. Os grandes centros abastecedores de São Paulo eram as outras províncias. Numa dessas muitas levas – os chamados *comboios* – virá da Bahia um menino chamado Luís Gama, que posteriormente será um dos maiores abolicionistas. É essa massa deslocada das províncias que constituirá o escravo típico de São Paulo na fase cafeeira. Essa transumância chegou a tal ponto que as demais províncias se alarmaram. "É possível calcular o número de escravos que vieram de outras províncias para as regiões cafeeiras" – escreve

Emília Viotti da Costa – "durante esse período. Os jornais da época registram, frequentemente, na lista de passageiros dos navios recém--chegados, alarmante número de negros. Só no mês de março de 1879, desembarcaram no Rio, procedentes das províncias do Norte, mil e oito cativos, o que faz supor um número muito mais alto do que registrava Ferreira Soares, em 1860" (3).

O coeficiente demográfico negro aumenta, portanto, até o último quartel do século XIX, decaindo em seguida. É verdade que as províncias que se viram despovoadas do braço escravo de maneira excessiva tentaram alguns movimentos de autodefesa impedindo ou dificultando o negócio. É que as bocas escancaradas dos cafezais, quando da explosão do surto dessa cultura em São Paulo, não queriam mais apenas os excedentes das outras áreas. O seu ritmo de crescimento exigia toda a mão de obra disponível nas demais províncias decadentes. O certo, porém, é que enquanto a economia cafeeira exigiu o escravo ele foi recrutado de qualquer forma e a qualquer preço, nas demais regiões. As fazendas do Vale do Paraíba absorviam essa mão de obra. Estancado por sua vez o tráfico africano, logo o aumento do preço do escravo que se encontrava em disponibilidade se verificará. O impasse, ou melhor, a contradição faz-se sentir imediatamente e as primeiras levas de imigrantes são contratadas. Faz-se uma política migratória deliberada para suprir os bolsões de atividades não executadas, muitos dos quais decorriam da própria complexidade do trabalho a ser feito. O sistema de parceria é introduzido em algumas fazendas. Coexistem assim duas formas de trabalho irreconciliáveis: o livre e o escravo. É desta contradição que surgirão os elementos que irão particularizar as lutas dos escravos paulistas.

Outro fator que irá influir no comportamento da classe senhorial é que, ao ser extinto o tráfico, muitos capitais disponíveis e que foram empregados no comércio negreiro serão investidos na compra de fazenda de café. O antigo traficante vê-se, paradoxalmente, ao se integrar na economia agrícola cafeeira, como comprador de escravos.

Desta forma, a economia agrícola cafeeira não apenas irá dinamizar o desenvolvimento da agricultura escravista pelas suas forças internas, mas levará a que a aplicação de capitais vindos de fora e nela empregados também a impulsione num verdadeiro movimento em cadeia. Escreve, com razão, Maria Isaura Pereira de Queirós: "Extinto o tráfico escravo da África para o Brasil, houve grande desemprego de capitais; nada de estranho que muitos deles fossem empregados na compra e exploração de propriedades agrícolas; ora, nessa época era a cultura do café que estava em plena florescência na região do Vale; a fazenda de café era, portanto, o emprego mais seguro e remunerador de capital" (4).

Como vemos, todos estes elementos diferenciadores formaram segmentos específicos, limitados à área do café, especialmente no Rio e em São Paulo. Àquelas considerações de Celso Furtado, que citamos anteriormente, soma-se este outro detalhe: parte dos investidores na empresa cafeeira já vinha para esse setor de atividades aceitando tacitamente a extinção do tráfico e a necessidade de recorrer à transumância interprovincial para suprir de braços as suas fazendas. A economia cafeeira, que foi, incontestavelmente, a pilastra que amparou o crescimento vertiginoso da escravidão em São Paulo, trazia, portanto, no seu bojo, uma série de contradições, contradições que levarão a que o caudal abolicionista se una às lutas dos próprios escravos.

Cassiano Ricardo mostra como "só com o advento do café recrudesce a onda negra" e agrega dados colhidos em documentos pelos quais ficamos sabendo que em 1797 havia em São Paulo 89.323 brancos, 33.540 pretos e 30.487 pardos, passando em 1837 para 326.902 almas, das quais 42.930 na 5ª comarca, que correspondia ao atual estado do Paraná. Excluindo o total da 5ª comarca, teremos então 283.927 almas, sendo que do total figuraram 79.122 negros e 74.176 pardos para, finalmente, chegarmos ao ano de 1872 – vinte e dois anos, portanto, após a Lei Eusébio de Queirós – quando os negros e mulatos constituíam, no território paulista, 62% da população (5).

Este ritmo de crescimento demográfico através da penetração do negro é que caracteriza, do ponto de vista que nos interessa, a fase cafeeira. Dentro dessa economia o escravo paulista carregará nas costas todo o peso do trabalho. Tal fato configurará e determinará no setor político a conhecida posição de muitos republicanos que eram, ao mesmo tempo, contra a abolição. Justificavam tal estereótipo que defendia as suas posições de classe através de *slogan* racista: "O Brasil é o café e o café é o negro". A divisão das forças políticas em São Paulo, no aspecto que nos interessa aqui, decorre deste fato: o escravo negro chegou para a província num momento de pleno florescimento das suas forças produtivas, entrando como injeção dinamizadora quando outras áreas dos antigos *coronéis* estavam em franca decomposição.

Dissemos que as fugas e os quilombos caracterizavam as primeiras formas de resistência do negro escravo em São Paulo. Nas bandeiras já há negro fugido. Tapanhuanos que se aproveitaram das facilidades que apareciam durante o trajeto para se subtraírem do cativeiro. Em 1723, Manuel da Costa pediu a Bartolomeu Pais que levasse às minas de Caxipó mercadorias e escravos pertencentes a um rico comerciante português. O bandeirante aceitou a incumbência e perdeu muito tempo nos campos de Vacaria tentando capturar dois negros que fugiram, conseguindo finalmente o intento.

Outras vezes os escravos negros juntavam-se aos índios para praticarem desordens. Uma delas era a destruição da forca. Várias vezes as autoridades verberaram as atividades dos "negros da terra e de Guiné" que repetidamente destruíram aquele instrumento de morte [(6)]. "O termo de 24 de novembro de 1635" – escreve Afonso de Taunay – "refere-se com excepcional veemência às tropelias dos índios e negros, gentio da terra e de Guiné, pelas estradas da vila e seu termo. Não só faziam muito dano, exterminando-se mutuamente, como andavam a matar o gado pelos campos. Assim lhes fossem confiscados os arcos e presos os moradores que consentissem trouxessem armas" [(7)]. Se as coisas andavam assim no termo da vila de São Paulo, imagine-se o

que não devia estar ocorrendo no interior. O negro fugido, depois de 1700, passa a ser uma constante na vida social de São Paulo. Encontramos repetidamente notícias de ordens de prisão contra "pretos criminosos", ordens para prender escravos evadidos da Fazenda Santana e remessa de escravos *apadrinhados*, ou recambiados aos donos. Esse noticiário refere-se a diversos locais: Mogi-Guaçu, Atibaia, Santos, Itu. As autoridades não tinham descanso em perseguir e prender negros fugidos. Às vezes fugiam isoladamente, outras vezes em grupos pequenos. Em 1784 as autoridades conseguiram localizar vários negros que se encontravam escondidos em uma casa no Taboão. O general Francisco da Cunha Meneses, então governador da capitania, deu ordens ao capitão-mor Antônio de Sousa para prendê-los. "Logo que vossa mercê receber esta mandará fazer as possíveis diligências para que sejam presos e remetidos a esta cidade uns escravos que se acham em casa de Manuel de Faria na paragem chamada Lambari ao pé do Taboão, uma légua distante de São Paulo; dando o necessário auxílio ao soldado Francisco Pires que vai para esta diligência" [(8)]. Da mesma forma dirigia-se ao capitão-mor da vila de Jacareí, apresentando um apresador de negros: "Desta cidade hão fugido um mulato e um preto de Nação Banguela, que o portador a ambos conhece e vai em diligência de os prender; e porque poderiam nessa vila tomar diferente rumo, desviando-se da estrada geral, que seguiam, Vmce. tendo disto informação primeiro dará toda a ajuda ao referido cursor a fim de que sejam presos e trazidos a esta cidade" [(9)].

Em Piracicaba encontramos ordem datada de 1782 para que fossem destruídos os vestígios de um quilombo. O governador da capitania, Francisco da Cunha Menezes, depois de dizer ter sido informado de que existiam vestígios de um quilombo "junto do morro Araraquara", de negros que andavam mineirando, solicitava fosse feito um levantamento das forças dos ditos negros para que pudessem ser destruídos [(10)]. No mesmo ano aquela autoridade pede providências para que sejam presos negros fugidos em Atibaia, que praticavam

desordens. Ainda em Atibaia, três anos depois pedem providências para prender um escravo "juntamente com todos os outros que consta estarem fugidos" (11).

Em outros casos, aqueles que desertavam do serviço militar em face das duras condições de vida juntavam-se aos quilombolas. É o caso do pardo José de Oliveira que, em Apiaí, auxiliado pelos quilombolas, resistia às autoridades. Foi expedida ordem de prisão contra o mesmo (12). A situação do desertor, do marginal, do criminoso e do quilombola se parecia muito, dentro da sociedade colonial. Daí essas uniões, mais frequentes do que se presume. Identificavam-se por uma série de motivações que os levavam a uma ação comum. No recesso das matas criavam modos de convivência, uma espécie de relação comunitária contra o aparelho estatal que os oprimia. Mesmo em outras regiões – como é o caso da Bahia, conforme já vimos – encontramos soldados e desertores unindo-se aos escravos rebeldes. É que muitas vezes os escravos eram militares. Um exemplo é o do preto escravo do capitão André Correia de Lacerda, que era também tambor da Companhia de Auxiliares. Decretada a penhora desse cativo, foi alegado em seu favor o fato acima para que a mesma não fosse executada.

Martim Lobo Sardinha em 1776 mandava que o sargento-mor Teotônio José Zuzarte sem perda de tempo convocasse os auxiliares necessários para darem combate aos quilombolas que se encontravam na saída da cidade, na Aldeia Pinheiros e Sítio da Ponte. Esses negros fugidos infestavam a região praticando "insultos e roubos escandalosos, não podendo viajar-se pelos ditos caminhos com segurança e sem concurso de muitas pessoas, o que é intolerável em toda parte especialmente na proximidade desta capital". Mandava aquela autoridade que o capitão-mor providenciasse "Capitães do Matto e Certanejos" para desinfestar os caminhos (13).

Mas, ao que parece, as coisas não iam muito bem. Os quilombolas continuavam desafiando as autoridades. Daí ter sido organizado um plano de proporções bem maiores para combatê-los. O governador Cunha Meneses enviou ofício aos capitães-mores dos bairros de Penha, Cotia, Santo Amaro, Conceição dos Guarulhos, Cangussu e São Bernardo. No documento, dava instruções para que fosse executado um plano de vasta envergadura contra os escravos fugidos.

Ponderava aquela autoridade não ser mais possível tolerar-se as "desordens, latrocínios e insultos" praticados pelos quilombolas. Por isto mesmo achava que esses capitães deviam "ajuntar todos os soldados de suas ordenanças, por elles mandará bater todo o matto, e partes exquizitas, aonde se possa conciderar esconderigio; continuando esta dilligencia em direitura a esta cidade, não só ao que pertence ao seu districto mas naquelles logares que lhe ficarem commodos para esta averiguação que deve ser feita em cerco, prendendo não só a todos os negros e pessoas desconhecidas que escondidamente forem achadas, mas todos e quaesquer, que ainda sendo conhecidos tiverem contra si algumas das referidas suspeitas; remettendo-os bem seguros à cadeia desta cidade". Infelizmente, não temos informações sobre o resultado dessa diligência, mas tudo indica que deve ter sido considerável.

Parece que mesmo assim os tumultos prosseguiram, pois aparece em 1781 um homem "rebuçado" que em companhia de escravos negros praticava desordens. Mais uma vez o negro fugido aliava-se aos elementos marginalizados da sociedade da época. Segundo o ofício que pedia a prisão do misterioso indivíduo, dizia o general Martim Lopes Lobo de Sardinha que se houvesse resistência por parte do delinquente atirassem-lhe nas pernas a fim de que as autoridades captoras não sofressem nenhum dano.

No interior os quilombos continuavam dando trabalho também. Em 1778 dizia-se que qualquer pessoa podia destruir de assalto um quilombo no termo de Parnaíba, prendendo os ditos aquilombados juntamente com um mulato chamado Antônio Pinto que se encontrava entre os mesmos. O mulato que se homiziara no quilombo era "criminoso de delitos graves" (14).

Em 1782 Sorocaba preocupava as autoridades, que mandam ordem para que sejam presos vários escravos daquela vila. Voltam as autoridades em 1785 a solicitar das autoridades sorocabanas a remessa dos escravos que foram presos ali.

Os escravos da Fazenda Santana viviam em verdadeira debandada. São constantes as ordens para prendê-los em diversos locais. Fugiam para Mogi-Guaçu, Jacareí, Jundiaí e até para Minas. Evadiam-se sempre em pequenos grupos de dois ou três. Durante anos e anos fogem e são capturados. Tornam a fugir e tornam a ser capturados. Chega a ser monocórdica a forma de fuga e captura.

Esses escravos pertencentes à Real Fazenda talvez fugissem tanto por encontrarem menos rigor na vigilância. Essas fugas, como veremos no capítulo seguinte, se amiúdam ainda mais no século XIX, fato que levará as autoridades a uma série de medidas de segurança. Mas já em 1783 Francisco da Cunha Meneses começa a ordenar medidas mais drásticas para a captura dos mesmos. Ordena naquele ano que Manuel Lopes de Leão, capitão-mor de Taubaté, prenda o mulato claro Jerônimo, de doze anos de idade, que fugira da Fazenda Santana juntamente com dois irmãos. Segundo aquela autoridade os três teriam se dirigido para Taubaté, onde tinham pai e mãe, ambos residentes em Piracuama. O pai dos evadidos – ficamos sabendo pelo documento – chamava-se Manuel da Costa; a mãe chamava-se Marta de Oliveira. Aquela autoridade, para que a diligência tivesse pleno êxito, não vacilou em ordenar a prisão dos pais dos escravos fugidos para dar "conta dos filhos". Isto é, aplicou o método de usar reféns para conseguir os seus objetivos. Quanto aos escravos, deviam ser restituídos à dita fazenda "onde pertencem". A diligência era tida como "muito recomendada" [15].

Mas não era somente da fazenda que pertencia ao Estado que os escravos fugiam. Aqueles que eram propriedade dos conventos também não aceitavam de bom grado o cativeiro. Em 1785 dois escravos do Convento de São Francisco escapam do controle dos senhores e fogem para Atibaia. Ali foram presos. Do Convento do Carmo os escravos fogem em 1779 levando as autoridades a exigirem a sua captura. Os cativos dessa instituição católica depois de escaparem formaram um quilombo, na freguesia de Nazaré. Neste mesmo ano, mulatos e carijós praticavam tumultos na vila de Jundiaí. Esses insubordinados ocuparam o bairro do Cururu naquela vila e se encontravam "levantados sem obediência às Justiças" [16].

A condição de "boca do sertão" a princípio e, por todo o restante do período escravocrata, a fraca densidade de população característica das zonas de campos naturais – escreve Oracy Nogueira –, bem como a extraordinária mobilidade que se associa ao comércio de animais e à pecuária de caráter extensivo, tornariam a região de Itapetininga altamente procurada por escravos em fuga de São Paulo, Itu, Sorocaba, Porto Feliz, Tietê e mesmo do Sul, inclusive Rio Grande [17].

Em 1773 e 1774, escravos da Fazenda de Araçariguama – ainda é Oracy Nogueira quem escreve – refugiam-se na região de Itapetininga ou a cruzam em demanda ao sul [18]. Aliás, as fugas dessa fazenda pertencente a S. Majestade continuaram. Temos notícias de que, em 1779, vinte escravos fugiram. As autoridades mandaram a relação dos quilombolas e deram poderes ao capitão do mato Antônio Protázio para capturá-los. Assim como todos os mais que iam fugindo. Talvez por isto a vila de Parnaíba fosse obrigada a sustentar a força destacada para permanecer na Fazenda Araçariguama. Um cabo e dois soldados foram destacados para policiarem o local [19].

Continuava o rosário ininterrupto de fugas. Em 1785 Francisco da Cunha Menezes dirige-se ao arrendatário da Fazenda Araçariguama solicitando o envio de gente para levar os escravos que se encontravam presos pertencentes àquela fazenda, menos "o forro Crasto que fica em ferros" [20].

Até um escravo do bispo resolveu fugir, em 1777. As autoridades tomaram a peito a captura desse insubordinado com todo rigor. Depois de particularizar vários sinais capazes de identificá-lo, exigem a

sua captura "com maior segurança e brevidade (...) bem advertindo que todo o que mostrar frouxidão no pronto cumprimento desta ordem ficará responsável para ser castigado como merecer" [21].

Outras vezes os cativos deslocavam-se para Santos. Em 1784 é expedida carta com uma relação dos escravos que se haviam refugiado ali. Ainda no mesmo ano, um escravo que viera de Cubatão fugiu para Santos evadindo-se da Fazenda Santana. Outras vezes acontecia o inverso: eram os escravos de Santos que fugiam para outras regiões. Em 1785 muitos deles fugiram e deslocaram-se para Paranaguá. Na ordem para que esses cativos que haviam fugido do "Cubatão de Santos" fossem presos, recomenda-se "exatíssimas diligências" e "depois de bem seguros os remeterá à vila de Santos" [22]. Esses escravos fugidos eram um mulato fusco, com sua mulher mulata mais clara que ele, dois filhos, uma cunhada de nome Lucaria com uma filhinha. O escravo, segundo informa o documento, para disfarçar-se melhor, havia passado por Itanhaém em trajes de mulher. Em Paranaguá, escravos fugidos de Santos são recambiados, inclusive "os velhos, porque nesta mesma cidade se podem forrar" [23].

Se no Taboão os escravos encontraram quem os açoitasse, em Paranaguá o governador mandava prender Joaquim Xavier Ferreira de Oliveira e o seu irmão João, que andavam com três negros escravos – Joaquim, Salvador e Bento – praticando desordens, sendo que se fosse preciso auxílio militar o ouvidor daquela vila podia requerê-lo a qualquer comandante; devia remeter os presos com toda segurança para São Paulo. Os criminosos brancos eram filhos do sargento-mor Francisco Xavier Pinto.

Na fase do setecentos, poucos são os movimentos ativos do escravo contra o cativeiro. O que caracteriza esse período é a fuga individual ou em pequenos grupos.

Esse tipo de revolta, ainda rudimentar, decorre também da inexistência de grandes aglomerados de escravos. Por isto mesmo quase sempre eram recapturados e remetidos de volta aos senhores, apesar

de encontrarmos escravos que já estavam sendo procurados havia quatro anos. Somente no século XIX nós iremos encontrar formas mais organizadas de lutas até que, na última fase da escravidão, os escravos unem as suas formas de rebeldia às atividades dos abolicionistas.

Não havendo grandes aglomerações de escravos como em outras regiões, torna-se evidente que os vínculos tribais se diluíam praticamente com muito mais facilidade do que nas áreas de grande densidade de população negra. Aquela hierarquia transplantada pelos escravos negros para o Brasil, e que nos quilombos se conservara, deve ter tido muito pouca importância na época que estamos analisando, em São Paulo. Daí, talvez, a facilidade com que se juntavam com elementos brancos marginalizados. Se observarmos o fato dentro deste critério, poderemos esclarecê-lo melhor. É inegável que a base dessas reuniões era a forma como a sociedade colonial estava estratificada. Mas cabe salientar este detalhe para que a análise não fique incompleta.

Uma população escrava rarefeita, sem grandes possibilidades de ajuntamento periódico para reavivar os laços tribais, cedo se encontraria com a grande massa de elementos marginalizados, sem ocupação ou que por suas posições "divergentes" eram considerados fora dos quadros legais dessa sociedade. Quando o aparelho repressor se voltava contra os mesmos, iria encontrá-los numa posição idêntica. Daí essa união frequente entre criminosos e escravos fugidos. Na Fazenda Santana, que era propriedade do Estado, conviviam negros escravos e índios, ambos com o mesmo *status* e na mesma faina. Tudo isto concorria para que o escravo negro, sem nenhuma possibilidade de restabelecer os seus valores tribais, ao fugir do cativeiro se unisse aos elementos marginais. Mesmo nos quilombos que se formaram no século XVIII encontramos frequentemente homens livres procurados pela Justiça. A escravidão em São Paulo, durante o século que foi objeto de nossa análise no presente capítulo, não tinha a importância das áreas do Nordeste; não passava a população escrava de pouco mais de 330 mil pessoas.

II

Depois de 1800, as prisões de escravos fugidos se amiúdam de maneira acentuada em relação ao século anterior. As cadeias de São Paulo enchem-se de cativos prisioneiros, fato que determina algumas providências das autoridades. É verdade que os escravos não eram presos apenas por fuga ou rebeldia. Podiam ser recolhidos à cadeia pelos seguintes motivos: a) crimes comuns; b) por penhora contra o seu senhor; c) por ordem do seu senhor; e d) "por fugido" (24). Mas o certo é que grande parte dos cativos recolhidos era "por fugidos". O potencial de rebeldia do escravo paulista aumentava em um polo e consequentemente os mecanismos de defesa da classe senhorial se aperfeiçoavam.

A Câmara de São Paulo oficiava em 1833 ao presidente da província dizendo que "sendo avultado o número de escravos presos a requerimento dos seus senhores sem que estes cuidem em mandá-los soltar, seria de grande utilidade (...) não se eternizem nas prisões tais escravos" (25). No mesmo ano o secretário da Câmara comunicava ao procurador que passassem "a ser sustentados por esta Câmara todos os escravos presos na Cadeia, que não o forem por seus senhores, ficando a seu cargo a arrecadação da despesa que com isto se fizer à razão de 120 réis diários à vista de uma relação que lhe deve ser transmitida pelo Fiscal" (26). Logo depois, através de Ofício, o secretário solicitava do fiscal uma relação de todos os escravos presos na cadeia com declaração dos que são sustentados pelos seus senhores. "Todos os mais, reiterava, deviam ser sustentados pela Câmara, e arrecadado depois dos seus senhores, na ocasião da soltura, o importe à razão de 120 réis" (27). Em seguida recomendava que a limpeza da cadeia fosse feita pelos "presos cativos", "principalmente por aqueles cujos senhores os ignoram" (28).

O escravo urbano, que tinha melhor sorte do que o rural, devia certamente aproveitar-se dessa condição para fugir. Por outro lado,

tomava contato mais frequente com o aparelho repressor do Estado. Enquanto nas fazendas predominava a figura do administrador e do feitor, que era quem impunha a ordem na comunidade, nas cidades era o soldado quem a policiava com mais intensidade. Daí muitas vezes travarem-se lutas e escaramuças entre soldados e cativos. Na vila de Santos, em 1818, quando um soldado se encontrava lavando uma camisa na fonte, foi agredido pelos negros de Manuel Guedes que, com foices e bordões, o perseguiram e espancaram. Os negros executores da façanha foram condenados a 100 açoites cada um (29).

Por estes atos e outros semelhantes, o temor de sublevação por parte das autoridades era constante. O Conselho da Presidência da Província, reunido em sessão em 9 de dezembro de 1824, indicava como uma das causas do atraso da agricultura e do comércio a falta de observância das ordens que dispensavam os administradores e feitores das fazendas e fábricas de açúcar de todo o serviço militar, ficando muitas fazendas com numerosa escravatura sem os mesmos, fato que poderia ocasionar "funestas consequências" por não ficarem os escravos na "devida e necessária sujeição" (30).

Aliás, esse temor é uma constante durante todo o tempo do escravismo. Por exemplo, em 1831 a Câmara de São Sebastião reputava de absoluta necessidade a permanência de armamentos ali, não apenas para a defesa do porto, mas porque se temia "alguma insurreição na escravatura e esta se pode realizar logo que saibam que não há com que os atacar" (31). Em 1825 Rafael Tobias de Aguiar achava desnecessária a permanência de um destacamento militar na Fábrica de Ferro de São João do Ipanema "à vista dos poucos escravos que ali existiam" (32). Onde havia escravo havia policiamento, como medida de segurança. Onde os escravos não preponderavam o aparelho repressor se retraía.

Os métodos de coerção empregados pela classe senhorial, através dos seus órgãos de governo, contra os cativos, produziam nos componentes da massa escrava as reações psicológicas mais imprevistas. As formas de protesto do escravo, nestas circunstâncias, chegam a pro-

duzir reações de autodestruição. Sem perspectiva do progresso social, os elementos dessa classe protestam como podem, algumas vezes de forma dramática, como aconteceu com os escravos que em Itu e vilas próximas envenenavam os próprios companheiros. As "propinações de venenos" constantes levaram a que o assunto fosse discutido pelo Conselho da Presidência da Província na sessão de 20 de dezembro de 1824. Rafael Tobias de Aguiar demonstrou como era indispensável tomarem-se medidas imediatas para pôr termo a tal estado de coisas. Os senhores desses escravos, por incrível que pareça, subtraíam aqueles "que perpetravam tão grave delito ao devido castigo, já escondendo-os, já passando-os a diversos compradores rezidentes em differentes Freguesias" (33). Dizia Rafael Tobias de Aguiar que o conselho devia tomar "medidas contra tais delitos". O conselho, "pezando maduramente as funestas consequências que podião rezultar da impunidade de similhante delicto, resolveu, que se expedissem efficazes recommendaçoens aos Ouvidores das respectivas Comarcas (...) para que, por si e pelos Juízes Ordinarios vigiem com o zelo que lhes deve merecer a segurança e saude dos Cidadãos sobre este artigo, procedendo na forma da Lei, não só contra os ditos escravos, mas também os senhores que procuraram evadi-los às penas, que lhe devem ser impostas; e que escravo algum, que morrer subitamente e houver indicio de ter sido envenenado, seja enterrado sem se proceder ao necessario exame por Facultativos e corpo de delicto, afim de melhor constar da propinação do veneno, ficando tambem a cargo dos mesmos ouvidores e Juízes, recomendar, e vigiar sobre o bom tratamento dos escravos" (34).

Por aqui vemos como o sistema escravista criava verdadeiras reações de autodestruição por parte da massa escrava; ao mesmo tempo mostra como o escravo, por circular como mercadoria nesse tipo de sociedade, era protegido em momentos como estes, pois o seu dono não desejava perder o patrimônio que lhe pertencia. São casos extremos de reação que bem mostram como o regime escravista trazia no

seu bojo contradições irreconciliáveis. Nem sempre, no entanto, o cativo reage de tal maneira. Em São Paulo, especialmente no interior, formaram-se inúmeros grupos de escravos que se evadiam e praticavam desordens. Temos notícias de um em São Carlos que, em 1819, muito trabalho deu às autoridades. Eram escravos do Engenho Monjolinho, do brigadeiro Luís Antônio de Sousa. A Junta Interina da capitania, ao cientificar-se dos acontecimentos, ordenou ao juiz de São Carlos prender todos os escravos que "entrarão na desordem", "com todas as precisas cautelas, e serão açoitados cada um e para maior respeito, e evitar qualquer acontecimento da parte dos Escravos, vai encarregado por este Governo o Coronel de Cavalaria desse Distrito Antônio Leite Pereira da Gama Lobo para auxiliar a prisão, e execução do castigo com toda a Tropa Miliciana que ali se puder ajuntar" (35). No mesmo dia a Junta dirigia-se à Câmara de São Carlos informando ter recebido o ofício que a cientificava da ocorrência e estabelecia medidas acauteladoras contra os escravos insubordinados. Ordenava também que fossem tomadas medidas repressivas. Uma patrulha de 8 homens devia rondar a vila. Informava, por outro lado, sobre as medidas que dera ao juiz "para desagravo da Justiça ofendida, e para conter os escravos" (36). Foram condenados a duzentos açoites cada um.

Apesar das medidas acauteladoras das autoridades, os escravos de São Carlos voltam à carga e se organizam para novo levante, em 1830. Comunicado o fato ao Conselho da Presidência, este reuniu-se extraordinariamente para discutir o assunto e tomar providências. O juiz de paz de São Carlos solicitava força armada "para manter a segurança pública, que julgo em perigo pela projetada rebelião da escravatura daquele Distrito". O Conselho deliberou que seguisse imediatamente para o local dos acontecimentos um destacamento composto de um sargento, quatro cabos, um corneta e vinte e quatro soldados, "commandados por hum Official activo, prudente e de reconhecida capacidade, levando o armamento e muniçoens necessarias para repelir qualquer agressão" (37).

O Conselho na mesma ocasião analisava o "deplorável estado a que se achão reduzidas as Companhias de 2ª Linha do Destricto da mesma Villa" que não puderam fornecer o auxílio de 20 praças que fora solicitado.

A ameaça constante de rebelião por parte da massa escrava, como vimos, desgastava constantemente o aparelho coator das classes dominantes. Tal fato irá criar um clima geral de expectativa permanente, um estado de incerteza pronunciado, além das medidas materiais e administrativas necessárias à manutenção do *status quo*. Um clima de medo generalizado, mercê desta contradição, estendia-se, assim, por todas as áreas do trabalho escravo em São Paulo. Não apenas nas fazendas do interior, isto é, no setor rural, onde os escravos matavam constantemente feitores e administradores, para eles representantes do aparelho coator, mas nas próprias relações familiares com os escravos domésticos, pois não foram poucos os casos de envenenamento de senhores ou de elementos de sua família praticados por cativos. A escravaria do eito e a doméstica reagia – cada setor a seu modo – contra o sistema escravista. Esta expectativa coletiva produzia em contrapartida uma situação psicológica que atingia, de maneira diversa, ou melhor, antagônica, o senhor e o escravo. No primeiro criava elementos de controle querendo defender o seu *status* e, muitas vezes, a sua vida ameaçada pela camada rebelde; no segundo criava elementos explosivos, muitas vezes dissimulados, para modificar o seu *status* e suprimir a vida daqueles que o oprimiam diretamente e que simbolizavam, dentro da sua redoma de raciocínio, o próprio regime opressor.

Por outro lado, à medida que o trabalho escravo entra em crise em São Paulo e as forças produtivas da economia paulista forçam a solução da contradição emergente, alastra-se na opinião pública, nos setores desvinculados do regime ou que já sentiam as suas contradições, uma posição crítica em face do mesmo. São representantes de diversas camadas que, por uma série de razões, são despertadas para a inevitabilidade da substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre.

A própria extinção do tráfico de escravos era – perante essa opinião pública – um atestado concreto da irracionalidade do regime. Atestava a sua agonia lenta, uma dispneia cada vez mais violenta que iria até a sua morte final. Ninguém acreditava mais na eternidade do regime. De várias maneiras os jornais paulistas, parlamentares e abolicionistas militantes expressavam a necessidade de se pôr fim ao trabalho servil. Essa nova ideologia que se formava em algumas camadas da sociedade paulista ganhava cada dia áreas maiores de influência, aprofundava-se mais, deixava de ser raciocínio *subversivo* para ser aceito como argumento *normal* dentro do conjunto de ideias em debate. A necessidade da modificação do escravismo *racionalizava* o abolicionismo em São Paulo. Era a cobertura de que os escravos das fazendas necessitavam para prosseguirem nas suas revoltas, nas suas fugas continuadas, agora já com o respaldo de grande parte da opinião pública e da imprensa (38).

Escravos de diversos municípios paulistas, inclusive de Itapetininga, insubordinaram-se contra os seus senhores e "em quilombos ou quadrilhas, munidos de flechas e outras armas atacavam os viandantes das fazendas" (39). Pelo noticiário dos jornais da época, parece que depois de 1870 os escravos estavam em verdadeira debandada. Quando não se organizavam em pequenos quilombos, como ocorreu em diversas partes da província, fugiam isoladamente para as matas onde permaneciam. Em 1874 escravos de diversas procedências formaram um quilombo no local denominado Água Fria, em Itapetininga. Em número de seis, inclusive uma mulher e uma criança, atacavam os transeuntes e os sítios das vizinhanças. O jornal que noticiou o fato dizia – entre outras coisas – que "essa reunião de escravos causa muito mal, porque além do medo que incute aos transeuntes, será um refúgio, um amparo e um meio de resistência para os escravos que fugirem e para lá se forem acoitar" (40). Pedia o redator da referida notícia "senão a prisão, ao menos a dispersão desses escravos (...) antes que eles tenham tempo de se armar e aumentar-se em número para causar maiores males" (41).

Nesse mesmo ano uma escolta espingardeou quatro cativos fugidos, tendo um falecido posteriormente em consequência dos ferimentos recebidos [42]. O jornal *O município*, da cidade de Itapetininga, ao divulgar o fato, intitulou a notícia de "Caçada Humana". Psicologicamente envolvido pela ideologia antiescravista latente, o jornalista, sem querer talvez ou de forma intencional (possivelmente), no simples título já desmascarava os autores da façanha, tomando posição ao lado dos cativos.

No dia 23 de outubro do mesmo ano, aquele órgão publicava um artigo já francamente abolicionista. Era a pressão da opinião pública fustigando o regime escravista na área paulista, cuja economia cafeeira continuava florescendo cada vez mais. Os senhores de escravos, no entanto, postados nas suas posições de classe, não se conformavam com o desgaste a que estavam sendo submetidos com as fugas sucessivas de cativos. Reagiam exigindo cada vez mais garantias à sua propriedade – quer de terras quer do braço escravo – e à sua segurança pessoal. Os fazendeiros de Campinas solicitaram em 1855 um efetivo de 100 praças para conter uma possível revolta de escravos que estava sendo esperada. Fazendeiros de outras regiões paulistas pediam medidas idênticas. Os mecanismos de defesa do regime em decomposição já não mais podiam de maneira *normal* sustar a onda de revoltas dos escravos. Exigiam as classes dominantes que houvesse um atarraxamento mais apertado do mecanismo protetor dos seus interesses.

O trabalho livre, ao mesmo tempo, penetrava cada vez mais em áreas cada vez maiores da sociedade escravista; forcejava por ganhar novas posições no mercado de trabalho existente e criava, embora quase instintivamente, a sua ideologia e a sua *práxis*. Daí o fato de muitos homens livres, na fase final da escravidão, terem participado do movimento abolicionista e orientado diretamente a ação dos escravos.

Os imigrantes disseminavam a ideologia antiescravista de várias maneiras. Mascates, pequenos agricultores livres, homens desligados da estrutura escravista participavam dos eventos.

"Durante a campanha da Abolição" – escreve José Artur Reis – "os mascates italianos foram agentes ativíssimos na libertação dos escravos. Sabemos que essa profissão, hoje quase toda monopólio dos sírio-libaneses, era um dos primeiros degraus galgados pelos italianos que não desejavam submeter-se ao regime das fazendas, nem tinham capitais suficientes para se estabelecer nas cidades. Nessa qualidade penetravam os mais longínquos recantos do país, principalmente no interior do estado de São Paulo, estabelecendo relações de intimidade com seus fregueses, cuja vida conheciam nas menores minúcias. Os 'italianos', conta-nos Eduardo Prado, 'sempre foram partidários entusiastas da Abolição. Era o pequeno mercador ambulante, o mascate italiano que atravessava a plantação, punha-se em contato com os negros, anunciando-lhes a hora próxima da libertação, contava-lhes os esforços de amigos desconhecidos que trabalhavam pela causa dos escravos. Às vezes aconselhava a estes que deixassem as plantações, mas afastava-os de toda ideia de crime e violência contra os senhores'" [43].

A opinião acima, isto é, o conselho para que não usassem de violência contra os seus senhores, é parcialmente real. Nem sempre os conselhos dos italianos foram tão conciliadores como supõe o estudioso paulista, conforme veremos adiante. Em 1871 o presidente da vizinha província de Minas Gerais referia-se a fato desta natureza. Vinte ou trinta escravos, segundo estava aquela autoridade informada, estavam "acolitados" pelos italianos residentes em Juiz de Fora [44]. O chefe de polícia comentava, constatando uma realidade para ele incômoda que "hoje não há a temer só os escravos, mas também os especuladores que os excitam" [45]. Dando continuidade às manifestações de protesto ao escravismo, os cativos de Pinhal, Jundiaí, Pindamonhangaba e Indaiatuba praticavam atos hostis, agitando aquelas regiões do interior de São Paulo. "Nos anos de 80" – escreve Emília Viotti da Costa – "cresceu o número de indivíduos que colaboraram nas fugas dos escravos" [46].

Em 1884 o coronel Francisco Félix da Rocha Martins, o capitão Antônio Henrique da Fonseca e um italiano de nome Nicolau Chioffi foram intimados em Jacareí, por grupos armados, a se retirarem imediatamente da cidade por aconselharem os escravos a matarem os seus senhores; em Limeira foi preso Filipe Santiago, que se encontrava nas matas próximas para "mal aconselhar os escravos contra os seus senhores"; finalmente, em 1887 os senhores de escravos campineiros queixavam-se de indivíduos que incentivavam os cativos a fugirem (47).

Não havia mais possibilidade de conter a ânsia de manumissão dos escravos. Todos os métodos eram aceitos, contanto que se libertassem da condição em que se encontravam. Tanto isto é verdade que Zaluar vai encontrar escravos fugidos em colônias de leprosos. Ali "conservavam-se muitas vezes dias e noites, até regressarem de novo para casa de seus senhores, já inoculados do mal, que não tarda em propagar-se por seus companheiros, afetando até aos próprios brancos" (48).

Como estávamos vendo, os escravos de São Paulo abriam brechas por todos os lados na estrutura do regime. O certo é que nesta altura dos fatos o escravo deixava sistematicamente as fazendas, fugia, refugiava-se em outras propriedades. Rodrigues Alves, quando presidente da província, condena os fazendeiros que com sua complacência davam aos escravos esperanças de impunidade (49). O jornal abolicionista *Vinte e Cinco de Março*, de Campos, refletindo um estado de espírito que já era generalizado, diz que "a resolução do problema do elemento servil não está hoje subordinada ao governo, ao poder legislativo, nem à vontade dos proprietários de cativos. Ela está dependente única e exclusivamente da desorganização completa do trabalho escravo, competindo a execução dessa medida a um único poder – a resolução dos escravos" (50).

Em Barreiros, no município de Limeira, todos os escravos de uma fazenda se revoltaram por terem alguns sofrido castigos. Em Rio Claro tal fato se repete. Escravos que vinham fugidos de Capivari para o

reduto de Santos atravessam Itu, em número superior a cem. São as "retiradas" que tornam cada vez mais frequentes: escravos que abandonam pacificamente as fazendas, negando-se a continuar trabalhando. Essas "retiradas", no entanto, nem sempre eram pacíficas, tendo havido casos de choques com soldados. O escravo, cada vez mais acolitado pelos abolicionistas, desorganizava o sistema de trabalho imperante. Um fazendeiro de Itatiba, certa feita, ao inspecionar o trabalho dos escravos, em 1887, "os achou todos reunidos ao redor de um outro, a ouvi-lo ler na 'Província de São Paulo' o resumo de um discurso do Conselheiro Dantas" (51).

José Maria dos Santos escreve, caracterizando este período: "a partir da morte de Luís Gama, em 1882, a grande campanha nacional assumiu em São Paulo o caráter de uma revolta geral, franca e determinada. Antônio Bento, perdendo completamente a fé nos processos legais ante a resistência conservadora apoiada no sistema eleitoral de base econômica, entrou a promover simplesmente o abandono das fazendas pelos escravos. Daí resultou muitas vezes e em diversos pontos do país a formação de núcleos de foragidos, em tentativa de organização civil e militar para a conquista final e a defesa da sua liberdade" (52).

É – como já apontamos anteriormente – a junção das lutas dos escravos às atividades das correntes abolicionistas mais radicais, que expressavam na sua ideologia os interesses de setores desvinculados do regime escravo. Os *caifazes* de Antônio Bento recebem solidariedade de diversos setores profissionais. Os cocheiros de São Paulo aderiram ao movimento de Antônio Bento; os operários juntavam-se no Largo da Sé, discutindo e organizando novas formas de dar fuga aos escravos. A rede organizativa dos *caifazes* se aperfeiçoava paulatinamente à medida que novos setores da opinião pública a eles aderiam ou pelo menos davam-lhes o seu apoio passivo.

Evaristo de Morais, um dos historiadores do abolicionismo, transcreve documento de uma testemunha onde se fica sabendo que "a cada

Caifaz distribuía-se uma tarefa especial segundo as suas aptidões naturais. A *Antônio Paciência*, como sua alcunha indica, reservaram-se os encargos que requeriam demorada observação. Muitas vezes foi destacado para servir em fazendas do interior, até descobrir os meios de retirar de lá a escravatura. (...) Para acompanhar as turmas fugitivas, durante o percurso nas estradas de ferro, encontramos o emissário ideal, calmo, valentíssimo, inteligente e sagaz *Rodolfo Silveira da Mota* (...). Outro companheiro preciosíssimo foi um preto de nome *Antonico*. Este tinha por especialidade penetrar nos quadrados das fazendas durante a noite, para convidar os outros a fugirem" (53). Segundo ainda a testemunha invocada por Evaristo de Morais, esse preto "terminou a útil vida assassinado, em pleno trabalho abolicionista, ao transpor a porteira de uma fazenda, em Belém do Descalvado" (54).

Os tipógrafos paulistas também aderiram ao movimento: passam a colaborar de diversas formas para dar fuga aos cativos. A avalancha abolicionista tinha agora dois polos de ação convergentes: os abolicionistas radicais e os escravos fugidos. Eram duas partes de uma luta tenaz que apertava cada vez mais a ordem escravista. As propriedades rurais paulistas se despovoam quase completamente dos escravos, em consequência das suas fugas sucessivas. Em muitas delas os seus proprietários viam-se obrigados a contratar trabalhadores livres, por falta de mão de obra escrava; muitos desses trabalhadores livres eram escravos fugidos. Antônio Bento mesmo oferece aos fazendeiros do interior escravos fugidos para irem trabalhar nas suas propriedades como assalariados.

Vemos, portanto, como o trabalho livre asfixiava completamente o sistema de trabalho obsoleto que se configurava na escravidão. As forças produtivas em ascensão no estado de São Paulo, a própria estrutura da unidade produtora de café e as novas condições internacionais com a Inglaterra, em plena campanha contra a escravidão, levariam a que o 13 de Maio no estado de São Paulo fosse quase meramente simbólico. Para a derrota do escravismo o próprio elemento

servil desempenhou papel de importância primordial. Mas os louros da vitória ficaram com a Princesa Isabel...

NOTAS

(1) "Não havia a princípio negros da Guiné. E só aos poucos viriam para cá. O negro custava em média 40$000. O paulista, paupérrimo, precisaria vender quarenta vacas para comprar um negro! Os ricos senhores de engenho de Pernambuco e Bahia é que absorviam a carga do navio negreiro. Só em 1607 aparece mencionado num dos inventários um negro de Guiné. E através de todo o século XVII o negro é elemento escasso. Em inventários opulentos – o leitor saberá dar ao adjetivo, no caso, o seu valor relativo – em que entram centenas de escravos índios, não se menciona, às vezes, um único africano" (MOTA, Otoniel. *Do rancho ao palácio*, p. 87). Outro estudioso afirma: "É em 1607 que aparece pela primeira vez um negro de Guiné. Estimam-no em quarenta mil réis, soma exorbitante para a época. O valor das *peças da Índia*, ou da Angola, ou *fôlegos vivos*, aumenta de tal sorte com o decorrer dos anos, que um tapanhuano ladino, ou educado, vale duzentos e cinquenta mil réis ao tempo de Leonor de Siqueira. *Moleques, molecas, moleconas* alcançam preços exagerados. Ao invés do que sucede com os indígenas, a idade demasiado tenra ou avançada e a própria moléstia não desvalorizam de todo os africanos. Em oito mil réis é alvidrado um pretinho de dez meses, em trinta, um de dois anos; em vinte e cinco um negro velho; em igual quantia uma moleca doente de gota coral, e assim também uma negra *malos pés*, aleijada, com cria de braço (...). Tudo isso explica o número diminuto de tapanhuanos que figuram nos acervos setecentistas. Cento e poucos, ao todo. Arrolam-nos muita vez sob a denominação genérica de peças de Guiné. Vários são nomeados como pertencentes ao gentio de Angola. Só nos inventários do século XVIII é que se encontram individuados africanos de nação benguela ou banguela, monjolo ou munyollo, mina e cabo-verde" (ALCÂNTARA MACHADO. *Vida e morte do bandeirante*, p. 187). Interpretando inventários seiscentistas, Florestan Fernandes conclui: "Embora não se possa afirmar seguramente nada, é bastante provável, a julgar pela documentação existente, que o número de negros, na população de São Paulo nos fins do século XVI, era muito pequeno" (FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*, p. 214).

(2) FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, p. 139-140.

(3) VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da senzala à colônia*, p. 132.

(4) PEREIRA DE QUEIRÓS, Maria Isaura. "A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba entre 1850 e 1888". In: *Revista de História*. Ano I, nº 2, abril/junho de 1950.

(5) RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*, p. 43.

(6) TAUNAY, A. *História seiscentista da vila de S. Paulo (1653-1660)*, p. 220.

(7) Op. cit., p. 203.

(8) Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 84, p. 51.

(9) Idem. Vol. 85, p. 149.

(10) Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 85, p. 66.

(11) Idem. Vol. 85, p. 148.

(12) Este José de Oliveira é um dos muitos elementos marginalizados da sociedade colonial que uniam a sua situação à dos escravos fugidos ou rebeldes. "Desertor e criminoso", fortificou-se na estrada de Apiaí, tendo a sua casa cheia de buracos para atirar através deles caso fossem prendê-lo. Era auxiliado por "escravos fugidos" que abandonavam as fazendas das vizinhanças. Quando Antônio Caetano Alves de Castro mandou grande número de pessoas buscar os seus escravos que não se encontravam nos ranchos, soube que os mesmos estavam na casa de José de Oliveira. As pessoas que os foram capturar não tiveram, porém, coragem de ir buscá-los por serem aqueles negros "protegidos dele". As autoridades, desejando "atalhar esta rebeldia e insolência pelas péssimas consequências que ameaça o exemplo de semelhante escândalo" ordenavam a todos os capitães-mores, especialmente das vilas Faxina e Apiaí, que convocassem "homens de valor e desembaraço, além de diversos capitães do mato para prenderem o rebelde". Para isto deviam usar "todos os meios e estratagemas de o prenderem com segurança e sem perigo de parte a parte; bem advertindo que na última extremidade da resistência e de se não querer entregar, lhe atirem para o dito fim, pela parte que menos perigosa for, de forma que em todo caso se segure, prenda e se me remeta, cuja importante diligência dou a todos por muito recomendada". Idem, vol. 84, p. 92.

(13) Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 84, p. 70-71.

(14) Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 84, p. 51.

(15) Idem. Vol. 85, p. 92.

(16) Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 84, p. 169-170.

(17) NOGUEIRA, Oracy. "Relações raciais no município de Itapetininga". Apud *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, p. 398.

(18) NOGUEIRA, Oracy. Op. cit., p. 398.

(19) Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 84, p. 152-153.

(20) Idem, vol. 84, p. 170.

(21) Devemos salientar que os escravos dos conventos muitas vezes não se entregavam passivamente aos captores. Reagiam, como foi o caso do escravo Luís, pertencente aos padres do Convento de Santa Clara, de Taubaté. O general Francisco da Cunha Meneses oficiou ao juiz ordinário daquela vila dizendo que "logo que Vmc. receber esta, me remeterá sem demora pela Secretaria deste Governo os Autos de Devassa, corpo de delito, e todos os mais que nesse juízo se houverem processado ex-ofício criminalmente pelos ferimentos acontecidos na diligência de prisão que se executou no mulato Luís, escravo dos Religiosos do Convento de S. Clara dessa vila, assim como se acharem ao chegar desta, sem ficar cópia, nem documento algum a este respeito" (Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 85, p. 101).

(22) Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 85, p. 161-162.

(23) Idem, vol. 85, p. 162.

(24) Registro Geral da Cidade de São Paulo, vol. XXIII, p. 256.

(25) Registro Geral da Cidade de São Paulo, vol. XXIII, p. 230-231.

(26) Registro Geral da Cidade de São Paulo, vol. XXIII, p. 407.

(27) Registro Geral da Cidade de São Paulo, vol. XXIII, p. 238.

(28) Registro Geral da Cidade de São Paulo, vol. XXIII, p. 163.

(29) Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 88, p. 27.

Na fase posterior das lutas, quando o escravo rebelde já tinha a seu favor a opinião pública, esses fatos se amiudaram. "Em outubro de 1887, na cidade de São Paulo, dera-se um choque entre praças da Companhia dos Urbanos e grande número de pretos, reunidos por motivo de uma festa na Igreja de São Francisco. No dia seguinte, praças da polícia foram agredidos a cacete. Generalizou-se então o tumulto. Negros dando vivas à Liberdade e morras aos escravocratas, apedrejaram os soldados que guardavam os portões do Palácio. Outra vez, nas imediações da Estrada de Ferro de Santos, um grupo superior a 300 pretos armados de cacetes reuniu-se com o intuito de obstar o embarque de uma escrava que vinha para a Capital" (VIOTTI DA COSTA. Emília. *Da senzala à colônia*, p. 320-321).

(30) Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 86, p. 29-30.

(31) Boletim do departamento do arquivo do estado de São Paulo. Vol. 15 (Nova Fase), p. 197.

(32) Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 86, p. 57.

(33) Idem, vol. 86, p. 35.

(34) Loc. cit.

(35) Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 88, p. 190.

(36) Idem, vol. 88, p. 191.

(37) Boletim do departamento do arquivo público do estado de São Paulo. Vol. 15 (Nova Fase), p. 49.

(38) Luís Gama, que se iniciara como revisor em *O Ipiranga*, em 1849 dirigira *O Diabo coxo* com Agostini e redigira *O paulistano*, com Rui Barbosa, Martim Cabral e os irmãos Pamplona; *O Coaraci*, com Américo de Campos e Diogo de Mendonça Pinto; além de *O Polichinelo*, em 1876, representava a esquerda do movimento, franca e exaltadamente abolicionista. Não viveria o suficiente para assistir ao triunfo dessa reforma. Pela libertação dos escravos, em São Paulo, manifestavam-se o *Diário de São Paulo* e a *Opinião conservadora*, orientada por João Mendes de Almeida; a *Imprensa acadêmica*, redigida por Peçanha Pólvora, Saião Lobato e outros; e jornais do interior como *A esperança*, de Itu, e a *Gazeta de Campinas* (WERNECK SODRÉ, Nelson. *A história da imprensa no Brasil*, p. 262).

(39) NOGUEIRA, Oracy. "Relações raciais no município de Itapetininga". Apud *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, p. 398-399.

(40) Notícia transcrita por Oracy Nogueira, op. cit., p. 408, nota.

(41) Loc. cit.

(42) Loc. cit.

(43) REIS, José Artur. *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil*, p. 24.

(44) VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da senzala à colônia*, p. 304.

(45) Op. cit.

(46) Op. cit., p. 317.

(47) Campinas teve um quilombo em 1885 que chegou a juntar mais de setenta escravos. Daí a constante vigilância da classe senhorial campineira. "Em 1865 escrevia o Delegado de Polícia de Campinas ao Presidente da Província uma carta onde dizia: 'A escravatura deste município é copiosa, as fazendas estão amontoadas todas, umas nas vizinhanças das outras e, em um pequeno número de fazendas assim reunidas, pode-se levantar com facilidade uma força de 2.000 escravos, o que é bastante para assolar uma população quase sem meios de defesa. Pondero a V. Exa. que, nesta cidade, há muita gente de classe baixa que se liga com a escravatura, dizendo-lhes coisas que podem ser fatais, por exemplo, que a Inglaterra e o Paraguai protegem os escravos e que os paraguaios nos declararam guerra para libertá-los da escravidão. Entre os indivíduos que assim procedem figuram principalmente alguns portugueses, vendeiros e carcamanos italianos que percorrem as ruas desta cidade e mesmo as fazendas com vários objetos de lata às costas. Acredito que essa gente baixa, senhores de venda, assim procedem não por desejo de uma insurreição, mas por quererem ganhar-lhes a simpatia, a fim de mais barato comprar os seus roubos. Como quer que seja, os efeitos são os mesmos. Tenho preso um italiano por ter sido encontrado no meio de vários escravos discorrendo sobre os motivos da guerra e sobre liberdade de escravatura, estou processando-o por isso'" (Documento transcrito por Emília Viotti da Costa. Op. cit., p. 303).

(48) ZALUAR, Emílio. *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)*, p. 96.

(49) Citado por Emília Viotti da Costa. Op. cit., p. 324.

(50) Citado por Evaristo de Morais. *A campanha abolicionista*, p. 309.

(51) Citado por Oracy Nogueira. Op. cit., p. 407, nota.

(52) MARIA DOS SANTOS, José. *Os republicanos paulistas e a Abolição*, p. 177-178.

(53) Depoimento transcrito por Evaristo de Morais. Op. cit., p. 266 e seq.

(54) Idem, ibidem.

8

8. O Quilombo do Jabaquara

Este famoso ajuntamento de negros fugidos, localizado na periferia de Santos e que chegou a reunir cerca de dez mil ex-escravos, é bem um símbolo de como se processou a abolição em São Paulo. Isto porque ele difere de todos os outros que existiram no Brasil. Os demais quilombos eram obra do próprio rebelde que se organizava independentemente, nasciam da fuga espontânea e da reunião necessária. Não havia interferência, na sua organização, de nenhuma força, corrente política ou ideológica de fora dessa casta. O objetivo dos seus membros era unicamente evadir-se do trabalho servil. Salvo alguns criminosos que neles se integraram, o certo é que os demais quilombos foram obra exclusiva do negro evadido. A própria estrutura organizativa e seus sistemas de valores refletem muitos dos elementos das estruturas tribais dos negros que os criaram. O Quilombo dos Palmares ou o de Manuel Congo foram frutos da contradição existente na sociedade entre senhores e escravos e refletiam a ação independente da casta de escravos contra a cúpula senhorial. Tal, porém, não se deu como o famoso reduto do Jabaquara.

Na última fase da campanha abolicionista, ele aparece como fruto da ação conjunta de políticos que eram contra o instituto da escravidão e negros evadidos. Por isto mesmo teve características próprias

que refletem esta particularidade. Em primeiro lugar, não surgiu lenta e espontaneamente como os outros quilombos. Foi, pelo contrário, organizado conscientemente por um grupo de pessoas favoráveis à manumissão dos negros, isto é, partiu de um núcleo ideologicamente preparado e que atuava na campanha abolicionista com objetivos muito claros e metas delimitadas. Os escravos evadidos tiveram, portanto, um papel *passivo* na iniciativa. O seu líder, por outro lado e por isso mesmo, o ex-escravo sergipano Quintino de Lacerda, não surgiu de um processo de lutas independentes, organizadas pelos escravos, mas foi indicado (e é evidente que ele possuía condições de liderança dentro dos quadros de comportamento que esses abolicionistas desejavam) pelo grupo organizador. Desta forma, o Quilombo do Jabaquara teve a sua formação subordinada às peculiaridades da ideologia dos abolicionistas e não às lutas espontâneas dos escravos.

A chegada de ondas sucessivas de cativos a Santos, vindos de diversas regiões da província e que ali se refugiavam, levou os abolicionistas a tomarem uma posição prática no sentido de organizá-los convenientemente. Em 1882, por iniciativa de Xavier Pinheiro, realizou-se uma reunião com a presença de Guilherme Souto, Geraldo Leite, Júlio Backauser, Santos Pereira (o *Santos Garrafão*), Ricardo Pinto de Oliveira, Júlio Maurício, Constantino de Mesquita, Joaquim Fernandes Pacheco, Teófilo de Arruda, José Inácio da Glória, Afonso Veridiano, Antônio Augusto Bastos e outros. Na ocasião, decidiu-se da necessidade de se criar um reduto fora da cidade a fim de acoitar as centenas de escravos que vinham para Santos. Isto evitaria que os refugiados ficassem escondidos em porões, quintais de casas particulares ou outros locais, além do que dificultaria a ação dos capitães do mato.

Feita a coleta de numerário para a sua organização, conseguiu-se "num abrir e fechar d'olhos" duzentos homens armados [1]. Quintino de Lacerda foi indicado para chefe do quilombo e elemento de ligação entre os cativos do reduto e os abolicionistas da cidade. Escolheram logo depois o sítio onde o mesmo deveria se localizar: uma área de

terras "ainda em estado primitivo, cobertas de matos e cortadas de riachos" [2]. Segundo um historiador da cidade de Santos, a escolha de Quintino de Lacerda para chefe do quilombo deveu-se à necessidade de um líder que "os mantivesse (aos cativos) em ordem e arrefecesse os seus ímpetos naturais e compreensíveis" [3]. Como vemos, os abolicionistas, se, de um lado, por questões ideológicas ou por estarem convencidos de que o escravismo era um sistema econômico obsoleto e pouco rentável, lutavam pela sua extinção, não desejavam, de outro lado, que os próprios escravos participassem do processo emancipador como elementos ativos e possivelmente explosivos; achavam que eles deviam ficar passivamente aguardando o fim do regime sem participarem das lutas.

Nesta altura dos acontecimentos, com a morte de Luís Gama, a figura de Antônio Bento se projeta e ele, auxiliado pelos seus *caifazes*, enviou centenas de escravos para o reduto.

Como vemos, esse quilombo era bem diferente de quantos existiram em épocas anteriores nas diversas regiões do país. Os abolicionistas procuravam subtrair ao trabalho os escravos das fazendas que, ao saberem da existência do reduto, para ali acorriam pacificamente. Os incidentes com as tropas escravocratas foram poucos, embora um momento, uma cena episódica, tenha sido transformado em símbolo e inclusive aproveitado por Vicente de Carvalho como temática de uma poesia que ficou célebre. O certo é que os choques eram mais com os capitães do mato que, sabedores do êxodo que se verificava para o Quilombo do Jabaquara, para lá se deslocavam no sentido de prenderem os evadidos. As próprias autoridades santistas não tinham nenhum interesse em travar um choque com aqueles quilombolas. Por isto mesmo, "criou-se um pequeno comércio de varejo e, como por encanto, surgiu da noite para o dia a mais desconchavada e pitoresca das cidades, toda cercada de roças, com o azulado fumaçar dos fornos de carvão vegetal a cobri-la permanentemente" [4]. As casas eram construídas de madeira, umas coladas às outras, tendo uma porta e janela,

conforme fotografia que tivemos ensejo de ver. Essas construções só foram demolidas no início deste século. Mas não eram apenas essas casas de madeira que existiam. Choças de palha e zinco, de taipa, cobertas de zinco ou de folhas de bananeira completavam as habitações do reduto. Outro quilombo, o de vila Matias, chefiado por Pai Filipe, realizava reuniões com abolicionistas e amigos ao som de atabaques e ao sabor do "quentão".

Era para o reduto de Quintino de Lacerda que Antônio Bento, através da sua rede de *caifazes*, mandava, em levas sucessivas, escravos fugidos. Com isto, o quilombo aumentou, chegando a ter uma população, como já dissemos, de dez mil habitantes, aproximadamente. Para que esses escravos chegassem sãos e salvos, além da atuação dos *caifazes* que os custodiavam a partir das cidades de onde fugiam, havia o sistema protetor do Jabaquara com Quintino de Lacerda e os seus homens. Como houvesse arrefecido a repressão por parte dos militares contra a perseguição aos negros, o sistema defensivo concentrava-se em evitar que os escravos caíssem nas mãos dos capitães do mato. Para evitar que tal fato acontecesse, organizou-se um sistema de senhas que avisava os abolicionistas santistas da partida de algum grupo para o quilombo.

Dizia-se, por exemplo: "tenho tantos rolos de fumo", o que significava tantos escravos que deviam ser enviados para o reduto ou para outras províncias. Até para o exterior foram remetidos, em momentos extremos, escravos fugidos. No Quilombo do Jabaquara ou no Quilombo de Pai Filipe os escravos egressos das senzalas se aglomeravam; começaram também a se integrar em atividades produtivas, criaram uma comunidade – como não podia deixar de ser – que já não dependia inteiramente dos auxílios, da benemerência dos abolicionistas. À noite, apesar das diferenças culturais, pois eram negros vindos de diversas partes do país – e, em consequência, de várias áreas culturais da África –, trazendo traços de culturas diferentes, o certo é que, embora não tenhamos elementos para reconstituir a vida interna e especial-

mente os ritos ali praticados, segundo depoimento de um contemporâneo, no Quilombo do Pai Filipe dançava-se "o samba no terreiro, ao som do 'tambaque' (sic), pandeiros e chocalhos, a cuja cadência, mulatinhas ainda novas e crioulos robustos, bamboleavam o corpo, meneavam as cadeiras, picavam com o pé, fazendo um círculo vagaroso, até encontrarem-se os pares que se esbarravam numa proposital umbigada certeira, cheia, fazendo o corpo dar meia volta.

Esta dança selvagem era acompanhada de cânticos nos quais a última sílaba da rima prolongava-se muito, repercutindo nas matas" (5).

Isto quer dizer que, mesmo vindo de diversas fazendas e já tendo vindo anteriormente de outras províncias, os escravos conservaram ainda alguns elementos da sua cultura; derramavam as suas crenças, os seus costumes, as suas técnicas agrícolas, finalmente, deixavam a sua marca civilizadora. Não tendo participado ativamente das lutas, depois de recolhidos ao asilo do Jabaquara, esses ex-escravos tentaram uma forma de organização em que o trabalho livre poderia ser possível. No entanto, a tentativa, por ser conciliatória, não podia se desenvolver como processo autônomo dentro da estrutura global da sociedade brasileira. E os membros do quilombo após o 13 de Maio diluíram-se na grande massa escrava que foi marginalizada.

Era, portanto, uma solução intermediária entre os escravos e as forças abolicionistas. Daí ter surgido, dentro do próprio bojo das relações entre uns e outros, uma série de contradições. Joaquim Xavier Pinheiro, abolicionista de Santos – aliás, o inspirador da fundação do quilombo –, embora tivesse ajudado até com dinheiro o movimento, explorou o trabalho dos quilombolas em proveito próprio. Possuidor de uma caieira, empregava-os sem remuneração naquela empresa de sua propriedade a troco de comida e esconderijo (6). Os demais abolicionistas mesmo sabendo do fato achavam que não deviam tomar nenhuma posição no caso, pois a sua contribuição à causa justificava aquele ato. Outros escravos vendiam aos abolicionistas e comerciantes objetos e produtos do quilombo, na cidade de Santos. Como não podia deixar

de acontecer, aquela massa escrava, que não participava praticamente do movimento, não podia ficar atomizada do resto das relações de trabalho da sociedade da época. Tinha de ser aproveitada, de qualquer maneira, sem o que não haveria possibilidade de manutenção do quilombo. O fato que comentamos não deslustra os que o praticaram, mas serve apenas para mostrar como o Quilombo do Jabaquara, por ter sido criado por forças não escravas, embora antiescravistas, tinha de refletir na sua estrutura e na sua dinâmica de vida, esta contradição.

Não estamos, aqui, tirando méritos de pessoas. Estamos, tão-somente, tentando uma análise objetiva do fato histórico.

NOTAS

(1) MARTINS DOS SANTOS, Francisco. *História de Santos*, p. 13.

(2) Op. cit., p. 12.

(3) Op. cit., p. 13.

(4) SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a Abolição*, p. 183.

(5) Depoimento de Carlo Vitorino. *Reminiscências*, p. 64-67. Apud SANTOS, Francisco Martins dos. Op. cit., p. 18-19.

(6) "Joaquim Xavier Pinheiro era o opulento proprietário da caieira do Paquetá, ao extremo da Rua dos Quartéis, chefe liberal de largo acatamento, camarista a contar da legislatura de 1877 para diante. Além do acoutamento proporcionado inicialmente aos negros nos seus sítios do Quilombo, tornou-se depois, na quadra final da campanha, um dos seus maiores cooperadores, financiando com outros companheiros diversos empreendimentos e o reduto livre de Jabaquara. Houve, porém, a lamentar na última fase do seu trabalho, o aproveitamento tirado por ele dos numerosos escravos confiados ao seu asilo, empregando-os nos rudes trabalhos do sítio distante apenas a troco de esconderijo e comida, nada lhes pagando, contra as combinações feitas entre os chefes abolicionistas, naturalmente com o fito de ressarcir-se dos prejuízos verificados com a sua colaboração nas despesas da campanha, como viagens, alimentação dos refugiados de Jabaquara, compra de alforrias, custeio de ações judiciais e outras de aparecimento constante" (SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos*, p. 9).

9. O escravo negro e o sertão

Cambondo,
Azuela engoma!
Quero vê couro zoá!
Omúlu vai pro sertão
bexiga vai espalhá!
(CANTO DE CANDOMBLÉ DA BAHIA)

Os estudiosos do problema do negro em nosso país estabeleceram um estereótipo que vem sendo constantemente repetido sem que se faça uma análise crítica do seu conteúdo: o da pouca ou nenhuma influência cultural e étnica do negro nas áreas convencionalmente chamadas de *sertão* do Leste, Nordeste e Norte do Brasil. Excluindo-se o caso de Minas Gerais, onde essa influência foi visível a olho nu e não exigiu pesquisas que demandassem esforços continuados e profundos, a maioria dos estudiosos que se ocupam de assunto tão importante para a compreensão de nossa formação histórica, cultural e etnográfica tem passado por cima de um problema que precisa ser reexaminado criticamente a partir de sua base, pois esses estudiosos continuam confinando a influência das culturas africanas e da raça negra ao debrum litorâneo.

Não que estejamos defendendo a tese de uma influência do negro nessas regiões idêntica à que existe no litoral, onde os maiores focos de trabalho escravo se estratificaram; não que estejamos tentando criar um novo estereótipo para substituir o primeiro. Acenamos apenas de modo cauteloso para a importância do assunto a fim de que novos estudos, novas pesquisas venham mostrar que tanto no campo da Antropologia como no da Etnografia, da História e da Sociologia, há necessidade de uma revisão de conceitos capaz de repor o problema em bases científicas. Existem na área chamada de *sertão*, das regiões a que nos referimos acima, uma parcela de reminiscências negras muito maior do que a que foi inventariada até o momento. O que vamos apresentar, nas linhas que se seguem, são simples notas, sujeitas a revisão posterior, a novas interpretações, na medida em que um maior conhecimento do problema nos fornecer os elementos conceptuais para tal. O cuidado que temos, ao apresentar estas simples notas, poderá ser explicado se tomarmos em consideração o fato de que quase nada foi feito, até o momento, no particular.

O professor Artur Ramos teve oportunidade, em carta a nós dirigida em 1946, época em que residíamos na cidade de Juazeiro (Bahia), de afirmar que "é possível, é quase certo que a influência negra tenha sido (na região do São Francisco) maior do que se pensa, podendo mesmo ter sobrevivido em certos costumes, inclusive traços de cultura material" (1). De fato, ninguém que residiu por algum tempo numa comunidade de uma dessas regiões deixou de notar a influência cultural e étnica do negro, embora de forma diluída, mas denunciadora de sua presença. Quando estivemos em Juazeiro, tivemos oportunidade de assistir a inúmeras sessões de candomblé, em dois terreiros locais, um dos quais, de propriedade de conhecido político, conservava o ritual gege-nagô. Além disso, o prestígio de que esses terreiros desfrutavam e os ataques que algumas vezes sofriam do órgão da imprensa local *O Juazeiro*, mostram o grau de importância que a opinião da comunidade dava a essas práticas. O próprio futebol local refletia

essa contaminação cultural e quando havia jogo de maior importância era comum encontrarem-se *despachos* nas portas dos jogadores que o adversário queria alijar da pugna ou ver anulados na sua eficiência. Nos autos do Congo, realizados anualmente naquela cidade, a influência africana era visível, fato que se repetia nas "receitas" de medicina popular. Até na literatura de cordel encontramos essa influência, como no folheto *A negra de um peito só*.

Em outras regiões do interior da Bahia, a influência do negro é também visível, não somente através da pigmentação dos seus habitantes, mas estratificada em reminiscências folclóricas. Em Jacobina, naquele estado, há a Festa do Quilombo, e uma povoação chamava-se até há pouco tempo Quilombo dos Negros. Os Encamizados, no município de Paratinga, também estado da Bahia, localizado às margens do rio São Francisco, auto popular, que se realiza durante as festas do Divino Espírito Santo e Santo Antônio, deve ser de origem africana ou pelo menos influenciado pelos negros da região. A predominância demográfica quase esmagadora de negros na vila de Mangal, também município de Paratinga, poderá ser compreendida se partirmos da hipótese de ter sido aquele lugarejo um mocambo de negros fugidos; isto, no entanto, deverá ser assunto de pesquisas especiais.

Ainda na zona do São Francisco, a *Lenda no Negro d'Água* é uma reminiscência folclórica de provável origem ou influência evidente dos negros que habitavam a região. Segundo essa lenda, o Negro d'Água possui "cabeça de cuia", é completamente glabro, tem "pés chatos" (de palmípede) e corpo de atleta. Gosta de tabaco ao ponto de abrandar-se com a oferta de "fumo de corda". Costuma prender nos "fiapos" do rio e nos alagadiços as canoas dos pescadores, soltando-as quando a vítima joga fumo na margem. Segundo nos foi transmitido por um *barranqueiro* do rio São Francisco, há três espécies de Negro d'Água – o preto, o vermelho e o barbado. Esse último possui um olho somente, no meio da testa. Assalta as moças que tomam banho nas margens e deflora-as. Quando moça solteira aparece grávida na região o povo

diz entre irônico e incrédulo: "Está grávida do Negro d'Água". É, também, muito vingativo [2]. Em Paratinga há a Cova do Nego, onde – segundo acreditavam os moradores locais – ele mora. Ainda em Paratinga, durante as festas de Reisados, um colaborador nosso recolheu o seguinte canto:

Quem arranca mandioca
é nego nu
Quem tinguija a lagoa
é jaburu [3].

Como vemos, o negro está presente no folclore da região do São Francisco. Isso porque ele foi introduzido como escravo em algumas fazendas ou entrou nas matas, nas caatingas e nos morros como fugitivo, como quilombola. Quando o legendário monge que fundou o Santuário do Bom Jesus da Lapa chegou ao local onde ele hoje se encontra, divisou em Itaberaba currais de vastas proporções que eram cuidados "por alguns portugueses e escravos da África" [4]. Ainda na região do Bom Jesus da Lapa – informa o mesmo autor – existiam, "distantes da gruta uns quinhentos metros, umas quantas choças de índios e a uma légua uns currais de gados do Conde da Ponte, aos cuidados de portugueses e africanos". A influência africana nessa região do São Francisco poderá ser mais claramente compreendida através do fato que vem narrado pelo padre Turíbio Vilanova Segura, no livro a que nós já nos reportamos, sobre os festejos que os ex-escravos realizaram no Santuário do Bom Jesus da Lapa, por ocasião da assinatura da chamada Lei Áurea. Segundo esse sacerdote, "vindos de todo o sertão", em "imensa multidão", reuniram-se ali "para dar graças ao Bom Jesus pelo benefício da alforria demorando oito dias, cantando benditos religiosos, rezando, dando vivas ao Gabinete João Alfredo, tocando maracaxás, tambores, pandeiros, cabaças com milho etc." [5].

O autor que estamos acompanhando afirma ainda que os negros do sertão conheciam o Bom Jesus da Lapa pelo nome de Lenibé-Furáme, segundo lhe foi transmitido por Frei Tomás, franciscano que estudava a influência das religiões negras na região [6].

Em Curaçá, município que se situa igualmente às margens do rio São Francisco, apesar de não podermos reproduzir de memória as informações que nos foram transmitidas, e se extraviaram lamentavelmente, a influência africana se faz sentir. Lá também há congadas, por sinal muito animadas. A toponímia da região registra um riacho com o nome de Quilombo e um povoado denominado Cacimba. Quando, em 1671, frei Martins de Nantes esteve naquele município, teve de, por ordem de Garcia D'Ávila, marchar contra "o gênio de corso" que se havia "apossado de todos os currais dos dois lados do rio num espaço de trinta léguas depois de terem massacrado os vaqueiros e negros num total de 85" [7]. Ainda na mesma época, esse religioso se refere à existência de um mulato, "homem muito espirituoso", que morava com os índios, possuindo "uma bela aldeia, quatro léguas acima de Pembu" [8].

Também a região de Canudos, que nos primeiros anos da República esteve convulsionada com a revolta de Antônio Conselheiro, embora a decadência do local e o quase extermínio da sua antiga população façam com que, atualmente, não se possa aferir o grau de influências africanas existentes no passado, não ficou imune à influência negra. Euclides da Cunha, com aquela acuidade invulgar que o caracterizava quando expunha fatos, teve oportunidade de, indiretamente, apontar essa influência. Ao descrever os prisioneiros que chegavam, dizia: "Via-se, então, pela primeira vez, em globo, a população de Canudos: e, à parte as variantes impressas pelo sofrer diversamente suportado, sobressaía um traço de uniformidade rara nas linhas fisionômicas mais características. Raro um branco ou um negro puro. Um ar de família em todos, delatando, iniludível, a fusão perfeita das três raças.

Predomina – continua Euclides da Cunha – o pardo lídimo, misto de cafre, português e tapuia – faces bronzeadas, cabelos corredios e

duros ou anelados, troncos deselegantes; e aqui e ali perfil corretíssimo recordando o elemento superior de mestiçagem [9].

Descrevendo os líderes do movimento, aponta Antônio Beato como "mulato espigado, magríssimo, delgado"; Pedrão era "cafuz entroncado e bruto"; Estêvão é descrito como "negro reforçado, disforme, corpo tatuado à bala e à faca". Em um dos combates descritos por Euclides da Cunha, tombou "um curiboca de 12 ou 14 anos". Ainda descreve a degola de um negro realizada pelo Exército. Finalmente, nas fotografias que ilustram o livro, pode ser notada a influência negroide entre as prisioneiras, sem muita dificuldade.

A descrição que Euclides da Cunha faz do conjunto dos jagunços de Antônio Conselheiro coincide, em linhas gerais, com a que Teodoro Sampaio faz dos habitantes de um trecho da região são-franciscana. Afirma o escritor baiano: "Veem-se, entre eles, todos os matizes da população policrômica de nossa terra. O caboclo legítimo, o negro crioulo, o curiboca, misto de negro e índio, o cabra, o mulato, o branco tostado de cabelos castanhos e às vezes ruivo; as raças do continente e os produtos dos seus diversos cruzamentos ali estão representados" [10].

A descrição poderá ser facilmente confirmada por uma simples viagem através da região. E não apenas no São Francisco: em cidades tão distantes e isoladas como Amarante, no Piauí, até quando lá estivemos, realizavam-se congadas anualmente. E a povoação de Almas, no interior de Goiás, possui uma população quase exclusivamente constituída de negros.

Neste sentido, o trabalho do professor Alfonso Trujillo Ferrari sobre Potengi, no São Francisco, embora não verse especificamente sobre o assunto, mostra que naquela pequena comunidade do rio São Francisco a influência africana é bem maior do que supõem os sociólogos impressionistas [11].

Nem sempre, porém, essas informações nos vêm através de trabalhos sistemáticos como o do professor Trujillo. Jornalistas também

descobrem de vez em quando, como elemento de notícia, restos de antigos quilombos que existiram encravados no sertão. Ivaldo Falconi, por exemplo, em reportagem publicada em 1949, dava-nos notícias de uma comunidade esquecida no sudeste de Alagoa Grande, limites com os municípios de Campina Grande, Ingá e Alagoa Nova, em um dos contrafortes da Serra de Borborema. Segundo aquele jornalista, a região é habitada por "negros que vivem em condições quase primitivas e em estado de relativa segregação racial e cultural". É a chamada comunidade negra de Caiana. Esses negros continuam em relativa segregação, somente entrando em contato com os brancos – e habitam zona de predominância brancoide – quando na festa do Ano Bom mandam a sua orquestra "uma cutiada a que dão nome de *pancadaria*, tocar na cidade" [12]. "Caiana" – prossegue o jornalista – "fica localizada em um planalto de cerca de quinhentos metros de altitude. Em uma área de seis quilômetros de extensão vivem mais ou menos trezentos negros em cerca de cem habitações. Essas habitações, feitas de barro e cobertas de palha com apenas uma porta na frente e outra no fundo, não são aglomeradas em forma de arruamento". Depois de descrever os elementos musicais da comunidade, diz Ivaldo Falconi: "Não resta dúvida, pois, de que a comunidade rural dos negros de Caiana tem mais de cem anos e de que muito antes da Abolição ela já existia. Tudo, por isso, leva a crer que se trata de restos de um quilombo formado muito antes da Abolição, por escravos fugidos de engenhos de Campina Grande, Alagoa Nova, Areia e Alagoa Grande. Vivendo em uma serra de acesso difícil e acidentado e ao tempo coberta de densa vegetação, longe das estradas, permaneceram ali ignorados" [13]. "Já depois da Abolição" – ainda é Ivaldo Falconi quem depõe – "adquiriram os negros com o produto de seu trabalho uma vasta área de terra, que era explorada como propriedade coletiva da comunidade e que hoje se encontra reduzida a uns vinte hectares. Grande parte de suas terras foram tomadas por proprietários vizinhos que, por meios violentos, as anexaram às fazendas" [14].

O núcleo da Serra do Talhado, na Paraíba, foi outro aglomeramento conhecido pelos moradores das vizinhanças, com os quais mantêm intercâmbio. Os negros da Serra do Talhado vivem em quase completa segregação. Isto é favorecido pela quase total falta de comunicações que impera na região. O jornalista que descreveu esse remanescente de antigo quilombo refere-se a alguns outros existentes no sertão, inclusive ao que foi descrito por Ivaldo Falconi e a que já nos referimos. Diz o jornalista: "Os chamados negros do Talhado não apresentam sensíveis diferenças de outros tantos aglomerados do mesmo tipo que se encontram em Caiana, Alagoa Nova, na Quixaba, em Sousa, em Pombal e noutros pontos mesmo de Santa Luzia. Esses núcleos se formaram, provavelmente, com a fuga de antigos escravos à monocultura da cana, no brejo e à faina da lavoura de algodão da zona sertaneja dos Cariris" [15]. Depois de algumas divagações disparatadas que falam do negro como membro "da escala inferior da espécie" [16], volta o jornalista de *O Estado de S. Paulo* ao aspecto descritivo informando: "o Talhado não pode, assim, confinar-se a caracteres especialíssimos. Porque ele não é mais do que uma grande e longínqua *favela*, no seu sentido mais positivo, na concepção mais original e física. Uma grande favela rural, onde a morfologia, os costumes, os acidentes e o folclore negros se entremostram com variantes, apenas, das favelas cariocas. Se há, porventura, uma diferença sensível entre os dois 'habitats', esta é, ainda, a da segregação mais pronunciada nos sertões. Por aqui o grupo racial oposto não foi receptivo à influência dos costumes negros, não participou dos seus batuques, fez-se apenas mero observador do seu folclore; ao passo que no Rio o atavio negro teve adeptos" [17].

Apesar dos laivos visivelmente racistas do correspondente de *O Estado de S. Paulo*, podemos ver, pela parte informativa do seu trabalho, que, de fato, os negros da Serra do Talhado são resto de um antigo quilombo.

É toda uma pontuação de influência das culturas africanas que está solicitando equipes de pesquisadores. Equipes que coletem esse material que se está perdendo lamentavelmente.

Quem apontou com muita propriedade essa influência agora analisada, embora a ela se tenha referido apenas circunstancialmente, foi Capistrano de Abreu. Destacou ele, estudando a história do Ceará, um trecho do *Roteiro do Maranhão e Goyaz pela capitania do Piauhy*, de autor desconhecido – provavelmente teria sido escrito por João Pereira Caldas, segundo opinião do mesmo Capistrano –, onde se lê que "nos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará, principalmente pelas vizinhanças do rio São Francisco, abundam mulatos e pretos forros. Esta gente perversa, ociosa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura, é muito diferentemente empregada nas fazendas de gado. Tem a este exercício uma tal inclinação que procura com empenho ser nele ocupada, constituindo a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro" [18]. Ainda o autor de *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* se refere à anomalia de no Ceará o negro ter sido mais abundante no sertão do que no litoral [19].

Como destacou Capistrano de Abreu, mesmo na rudimentar e rarefeita economia pastoril a presença do negro não foi nula como querem fazer crer certos estudiosos cujo pensamento analisaremos mais adiante, embora não possamos, por outro lado, dizer que ele preponderou naquela forma de economia sertaneja. Sua posição é mais de *sobra* do que de elemento engajado no processo de trabalho. A origem desses mulatos e negros no sertão só poderá ser encontrada se analisarmos esses elementos como fugitivos. Achamos que Gilberto Freyre se aproxima da razão quando vê nas constantes fugas de escravos para o sertão a causa desse pontilhar escuro no interior. Diz ele: "O negro fugido, este, às vezes, conseguia ganhar os sertões, as matas, os quilombos. Sobretudo os sertões que, por isto mesmo, parecem ter sido marcados com a presença antes de negros altos e magros – os que, segundo os anúncios de jornais, mais fugiam – do que dos pretos baixos e gordos: talvez os que melhor se acomodavam (...). Os negros altos e magros – os 'secos de corpo' dos anúncios de escravos fugidos – teriam levado consigo para os sertões e quilombos o ânimo de aventura" [20].

O senhor Luís Viana Filho, em um dos seus trabalhos históricos, afirmou que "o sertão não foi hostil ao negro. A sua organização econômica rudimentar das caatingas e dos campos de criação, foi um elemento de passagem, transitando pelas estradas do interior como tropeiro ou carregador ou como parte mínima de alguma bandeira" [21].

O esquema do senhor Luís Viana Filho serve apenas para mostrar um lado da verdade, mas precisa ser complementado com o outro lado, talvez mais importante. É verdade incontestável que a economia pastoril não podia arcar com o ônus do escravo, caro e de difícil aquisição na zona sertaneja, principalmente a do São Francisco. Os estudiosos do assunto, partindo da premissa de que partiu o senhor Luís Viana Filho, caem inevitavelmente em conclusões que não desnudam e apreendem a verdade na sua totalidade. O esquema lógico, as hipóteses de trabalho desses estudiosos desejam encaixar o negro escravo na economia sertaneja. E ele sobra... Partindo de atitudes mentais que foram sedimentadas nas pesquisas, trabalhos e conclusões realizados em relação ao negro da orla litorânea, onde se estratificou na sua mais completa forma o sistema escravista de trabalho, não conseguem ver o elemento negro senão dentro dessa categoria (escravo), assim mesmo deformada por uma série de racionalizações, como a da docilidade do africano, do seu masoquismo, da sua passividade.

Não é no trabalho que se irá encontrar de forma fundamental o negro no sertão, especialmente na Bahia, Alagoas e Sergipe. O negro ali aparece como perturbador da economia, como fugitivo, como quilombola. Se estudarmos a intensidade dos quilombos no interior dessas regiões poderemos achar explicação para a relativa influência étnica e cultural do negro no sertão. A zona do sertão da Bahia foi um verdadeiro paraíso para os quilombolas. O Vale do São Francisco, isolado, era, por outro lado, uma região ideal para aqueles fugitivos. Morais Rego aproximou-se da verdade quando, descrevendo a origem do povoamento da região, afirmou que "a intromissão de elementos

alienígenas na bacia média se efetuou de maneira obscura: elementos brancos, egressos do convívio social e negros fugidos.

Formaram a população misturada e desordenada, vivendo ao sabor de seus vícios e paixões, que o Dr. Diogo de Vasconcelos denominou os facinorosos".

Em seguida, acrescenta o mesmo autor: "Ressalvadas as lavras não houve no Vale do São Francisco importação de escravos: o elemento negro consiste em egressos das zonas agrícolas e litorâneas subalternas.

A contribuição do negro na formação da raça teve, portanto, duas origens: a escravidão nas lavras auríferas, confinada à parte alta e os vadios e rebeldes" [22]. Isto não quer dizer que em algumas regiões do sertão, por motivos particulares, ele não tivesse participado do processo de trabalho [23].

O quilombola, ao internar-se no sertão, aliava-se ao "índio brabo", também revoltado. Os indígenas da Serra de Tiúba, afirma Borges de Barros, uniram-se aos negros e assaltaram o rio São Francisco "encontrando resistência em Felizardo Ribeiro Lisboa". João Roiz Vieira foi, por seu turno, enviado para "reprimir os negros fugidos que se uniram aos bárbaros do rio das Contas". Ainda segundo Borges de Barros, "os aborígenes da região central da Bahia, aliados aos negros dos mocambos que a infestaram, traçaram, naquela época remota, a direção a ser seguida pelos seus descendentes, derivados dos inúmeros cruzamentos das três raças que ali se encontraram".

"As guerrilhas" – prossegue o mesmo historiador –, "os levantes inopinados, os morticínios e sangueiras, tão comuns nas regiões compreendidas entre Conquista, Macaés, Condeúba, Ilhéus, cabeceiras do rio das Contas, Jequitinhonha, Pardo, Grongogi, Canavieiras, Belmonte, Macaubas, Lavras Diamantinas e toda margem do São Francisco, encontraram as suas origens no banditismo que assolou esses sertões durante o período acima citado" [24].

O bandeirante Fernão Carrilho, à frente de uma grande bandeira e auxiliado pelas Companhias de Ordenanças da Torre de Garcia

d'Ávila e Campos do Rio Real, venceu os mocambos de Geremoabo e os índios de Assuru e Itapecuru-Mirim.

Em 1700, Pedro Barbosa Leal, que explorava os sertões do salitre, recebia um regimento especial comandado por João da Costa para "fazer entradas nos mocambos de negros fugidos e agregar todo o gentio que estivesse fora das missões" (25). Antes disso, porém, em 1644, quando João Fernandes Vieira reiniciou a luta contra os holandeses, ao necessitar dos préstimos de Henrique Dias, teve notícias de que o mesmo se encontrava "com sua tropa a buscar e prender um grande número de negros que haviam fugido a seus senhores" (26). O chefe dos negros que lutavam contra os holandeses estava – tal a gravidade da situação – colocado a serviço da repressão aos quilombolas (27). Varnhagen acha que Henrique Dias estava, àquela altura, combatendo os negros de Palmares, o que o deixou "com sua tropa bastante destruída". A afirmativa de Varnhagen está, contudo, apoiada no livro do padre Calado que não se refere explicitamente a esses encontros de Henrique Dias com os negros de Zumbi. Camarão também se encontrava ao lado do primeiro, combatendo os quilombolas. O certo, porém, é que o chefe dos *henriques* estava fundamente empenhado em destruir os quilombolas, fato que Rocha Pita corrobora parcialmente afirmando que ele se encontrava no sertão, sem, contudo, dizer no que se ocupava (28). O certo, porém, é que os ex-escravos se encontravam em franca rebelião, dificultando o desenvolvimento do povoamento da hinterlândia, a ponto de afirmar um cronista que Fernão Carrilho, conseguindo destroçar os mocambos, com as Companhias de Ordenanças da Torre do Rio Real da Praia e Sertão e os gentios de Assuru e Itapecuru-Mirim, "muito concorreu para a colonização dessa região" (29).

Enquanto estes fatos aconteciam na Bahia, em Alagoas os negros de Palmares muito mais trabalho davam aos governamentais. Expedições sucessivas, inicialmente sob o comando dos holandeses, depois sob a direção dos representantes da Coroa lusa, eram derrotadas, produzindo verdadeiro pânico em toda a região. A importância de

Palmares como foco de disseminação das culturas negras no sertão não foi, contudo, analisada devidamente. Um movimento que durou sessenta e cinco anos e que fazia incursões, impunha hábitos, propagava costumes, precisa ser analisado mais detidamente e não apenas no seu aspecto heroico. Palmares, além de protesto do escravo contra o cativeiro, produziu consequências muito profundas no seu aspecto cultural. Tendo os negros palmarinos – predominava, como é sabido, o elemento banto –, ao se embrenharem na floresta, levado sua cultura e permanecido durante quase setenta anos na região, evidentemente se transformaram num foco de propagação de sua técnica, hábitos, religião, costumes. Esse foco transformou-se posteriormente em uma constelação que depois se dissolveu, integrando-se no arcabouço da vida da região: no folclore, na técnica de criação e domesticação de certos animais, transmitindo não apenas a experiência adquirida como trabalhadores de eito, como quer Édison Carneiro, mas, também, "a experiência ainda mais larga deles e dos seus antepassados nas savanas e nas florestas tropicais africanas", como afirma o professor Josué de Castro (30). Aliás, o livro de Édison Carneiro é no particular uma contribuição que abre caminho a um estudo mais profundo, tomando-se a regiao onde esses escravos se aquilombaram como centro de referência para pesquisas que apurem o grau de influência dessas culturas africanas.

Até hoje há em Alagoas o auto dos Quilombos, descrito por Artur Ramos. Na cena inicial cantam:

Folga, nego,
Branco não vem cá.
Se vié
O Diabo há de levá.
Folga, nego,
Branco não vem cá.
Se vié
Pau há de levá.

Artur Ramos escreve com acerto que "não precisa esforço de interpretação para concluirmos que o auto alagoano dos quilombos representa uma sobrevivência histórica da República dos Palmares" [31].

Enquanto as autoridades combatiam os quilombos da Serra da Barriga, na Bahia, a luta continuava e os ex-escravos ameaçavam as povoações de Piranhas, Rio do Peixe, Piancó, sul do Piauí e Maranhão, o que obrigou a Coroa a estacionar no Nordeste, além dos terços de baianos, os terços paulistas comandados por Matias Cardoso de Almeida e Manuel Álvares de Morais Navarro. Esses terços, no entanto, tiveram de acudir a Domingos Jorge Velho, que combatia a República dos Palmares e que se encontrava, naquele momento, reduzido a apenas cinco homens. Mesmo depois de destruído Palmares, a luta prosseguia e, em 1704, Francisco Soares de Moura era provido de patente de capitão-mor das Estradas de Mocambos e Negros Fugidos a fim de "manter o sossego dos moradores circunvizinhos à Serra Negra e residentes nos distritos de Vila Nova até o Canindé, capital de Sergipe de El Rei, para evitar aos ditos moradores os roubos, desinquietações, mortes e escândalos que (...) recebem há muitos tempos dos negros fugidos dos Palmares e se acham situados em Mocambo na dita serra, mais de sessenta com prevenção de armas de fogo" [32].

Outros ex-combatentes de Palmares fundaram um quilombo na Paraíba, no local denominado Cumbe, hoje Usina de Santa Rita. Segundo Ademar Vidal, se haviam aliado a outros da capital e do interior. O capitão-mor Jerônimo Tovar de Macedo seguiu com quarenta homens para destruir esse reduto. A luta foi furiosa e ele terminou completamente derrotado. Em seguida, indicaram João Tavares de Castro que "com escravos e gente paga" conseguiu arrasar o quilombo [33].

No momento, ou melhor, no mesmo ano em que Francisco Soares de Moura atacava os quilombos da Serra Negra (1704), Dias da Costa recebia a patente de capitão-mor das Estradas do Distrito do Brejo a fim de "extinguir os mocambos, aprisionar os negros e reduzir os índios Maracases, Caruru e Caboclos" [34]. Era, como acontecia frequentemente, na Bahia, a aliança do quilombola com o índio rebelde. Essa aliança foi apontada por Euclides da Cunha que escreveu: "Geremoabo aparece, em 1698, como julgado, o que permite admitir-se origem muito mais remota. Aí o elemento indígena se mesclara ligeiramente ao africano, o canhembora ao quilombola" [35].

Corroborando a hipótese dessa aliança entre os índios e os negros encontramos, em 1783, João Gonçalves da Costa derrotando o gentio Mongoió ou Nogoió que se havia juntado aos quilombolas.

NOTAS

(1) A carta está datada de 15 de março de 1946. Aliás, é interessante notar que quando o próprio Artur Ramos passou, na qualidade de médico legista, pela região do São Francisco, sobre cuja viagem escreveu um *survey* (In: *Aculturação negra no Brasil*), o assunto não foi ventilado, fato observado, posteriormente, pelo próprio Artur Ramos, na missiva a que nos referimos.

(2) Na zona de Paratinga (Bahia) o nosso colaborador Expedito de Almeida Nascimento recolheu a seguinte história sobre a vingança do "Nego d'Água": "Um pescador voltava à noitinha para casa carregando uma abóbora na cabeça, quando ouviu um gemido de uma moita de 'aticum (araticum) cagão'. Viu, atrás da moita, um negro enorme com o dente inchado. O pescador reconheceu imediatamente ser o 'Nego d'Água' pelos pés de pato. Aí jogou a abóbora na cara do negro e correu para sua casa. O 'Nego d'Água' deu um uivo tremendo e caiu na água. O pescador, porém, sabendo da índole vingativa que o 'Nego d'Água' possui, mudou de caminho, nunca mais fazendo o mesmo trajeto. Muito tempo depois, o 'Nego d'Água' abriu uma espécie de túnel do rio até a casa do pescador. Um dia, quando o pescador chegou em casa às mesmas horas de sempre, a terra afundou com ele e o 'Nego d'Água' o carregou, devorando-o em seguida".

(3) Tinguijar é enchê-la de tingui, a fim de matar os peixes. É interessante notar como, na quadra que transcrevemos, o negro está enquadrado no processo produtivo como se fosse o encarregado das fainas na região.

(4) VILANOVA SEGURA, T. "Bom Jesus da Lapa". *Resenha histórica*, p. 34.

(5) Op. cit.

(6) Op. cit., nota à p. 199.

(7) MATTOS, J. *Descrição histórica e geográfica do município de Curaçá*, p. 23.

(8) Op. cit., p. 17-18.

(9) CUNHA, E. da. *Os Sertões*, p. 608.

(10) SAMPAIO, T. *O Rio S. Francisco e a Chapada Diamantina*, p. 66.

(11) O professor Alfonso Trujildo Ferrari identificou, em Potengi, comunidade encravada na região do São Francisco e por ele pesquisada, "a presença de inúmeras palavras africanas", enumerando-as: banana, calumbi, dendê, inhame, jiló, maxixe, quiabo, chuchu, mulungu, gambá, marimbondo, minhoca, papagaio, bengala, cacete, cachimbo, cacimba, canga, coringa, mocambo, moringa, quitanda, tanga, angu, canjica, fubá, mocotó, pamonha, quitute, tutu, vatapá, cachaça, fumo, maconha, berimbau, bambo, zabumba, cabaço, caxumba, caçula, corcunda, catinga, cochilar, macumba e várias outras. Aponta ainda o uso da palavra *quilombo* como significando uma "representação folclórica da luta dos negros fugidos com os índios", dança que, lamentavelmente, o autor não descreve, mas fato que demonstra como o Auto dos quilombos está bastante difundido, muito mais do que se pensa ou foi pesquisado até o momento. Além disso, o professor Trujildo Ferrari dá a composição demográfica de Potengi pela cor. É a seguinte a proporção cromática: "dos 751 moradores de Potengi 71% correspondem à cor parda, isto é, aos 'morenos' (em termos da região): são produtos da miscigenação de 'branco' com 'preto' (mulato), de 'branco' com 'índio' (mameluco), e de 'índio' com 'preto' (cafuzo). O contingente branco da população de Potengi é de 18,7% e o de preto é de 10%" (TRUJILDO FERRARI, A. *Potengi – Encruzilhada no Vale do São Francisco*, p. 174).

(12) FALCONI, Ivaldo. "Um Quilombo esquecido". In: *Correio das Artes*, 1949.

(13) Idem, ibidem.

(14) Idem, ibidem.

(15) "O Talhado não é mais do que uma longínqua favela". In: *O Estado de S. Paulo*, 1º de setembro de 1957.

(16) Idem, ibidem.

(17) Idem, ibidem.

(18) ABREU, Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, p. 259.

(19) Idem, op. cit., p. 261-262.

(20) FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, p. 199.

(21) VIANA FILHO, L. *O negro na Bahia*, p. 126.

(22) MORAIS REGO, L. F. *O Vale do São Francisco*, p. 168 et seq.

(23) Foi o que aconteceu nas Lavras Diamantinas, na Bahia. A descoberta de pedras preciosas fez com que se deslocassem para aquela região inúmeras famílias que depois ali se fixaram, levando "numerosa escravaria". "Lençóis foi um dos focos da escravidão, gerador de uma população negra ponderável. Lá existe, até hoje, uma artéria que se chama *Rua dos Negros*. A Filarmônica São Benedito é, como bem se observa, um espelho do preconceito racial que medrou na chapada durante o seu esplendor" (MORAIS, Valfrido. *Jagunços e heróis*, p. 32, nota). Em outras regiões baianas o escravo negro estava ligado ao trabalho. Na fazenda Campo Seco, no sertão baiano, o patriarca Miguel Lourenço possuiu inúmeros escravos, no século XVIII. Difícil é se estabelecer o número exato dos cativos, pois ele se referiu aos mesmos apenas uma vez, quando deles fez registro no "livro das vacas". Já Antônio Pinheiro Pinto, seu genro e que o sucedeu em Campo Seco, "foi senhor de grande escravaria que pode ser calculada entre 80 e 100 indivíduos entre adultos e menores e entre machos e fêmeas". Quando passaram em 1818 pelo nordeste baiano, Spix e Martius viram uma fazenda situada no caminho entre Caeteté e Rio das Contas, "onde haviam (sic) mais de 60 negros". O livro de anotações de Pinheiro Pinto refere-se também a fugas de escravos de sua propriedade e ao pagamento de capitães do mato para capturá-los. Está escrito ali: "Fogiome o Crioulo João a 14 de Junho era de 1795" e em seguida: "dro. pa. Luiz seguir aos negros fogidos (...) 1680". Parece que não se contentou com um capitão, pois se refere a outra importância também paga "a outro Capam de Mato". No ano de 1800, Antônio Pinheiro Pinto comprava "um tronco de pé e pescoço" e, em 1806, outro "tronco de prender" (SANTOS FILHO, Licurgo. *Uma continuidade rural no Brasil antigo*, p. 117 e seq.). Ainda na região do São Francisco os remeiros até hoje cantam, como reminiscência da escravidão naquela zona:

"Em casa de nego forro
não se fala em cativo (...)
quem tem defunto ladrão
não fala em roubo de vivo..."

(24) BORGES DE BARROS, F. *Bandeirantes e sertanistas baianos*, p. 177.

(25) MS transcrito na obra citada.

(26) CALADO, Fr. M. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*, p. 324.

(27) Op. cit., p. 323 et seq.

(28) VARNHAGEN, F. A. *Histórias das lutas com holandeses no Brasil*, p. 233. A corroboração parcial de Rocha Pita está no seu livro *História da América portuguesa*, p. 195.

(29) MATTOS, J. Op. cit., p. 12.

(30) CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*, p. 135.

(31) RAMOS, A. *O folclore negro no Brasil*, p. 63. Devemos acrescentar que Alfredo Brandão conseguiu uma descrição muito mais sistemática do "Auto do Quilombo" no seu trabalho *Viçosa de Alagoas*. Ali descreve os principais movimentos do *Auto* e estuda inclusive sua área, que se localiza não apenas na cidade de Viçosa, mas se estende aos "outros lugares do centro do Estado". In: CARNEIRO, Édison. *Antologia do negro brasileiro*, p. 249.

(32) BORGES DE BARROS, F. Op. cit. Transcrição de MS de cartas e patentes.

(33) VIDAL, A. "Três séculos de escravidão na Paraíba". In: *Estudos afro-brasileiros*, p. 110.

(34) Mesmo no interior do Piauí esses quilombolas se fixavam às vezes. Gurgueia formou-se aos poucos entre 1710 e 1712. "Uns três homens brancos, veteranos das entradas; alguns pretos remanescentes do império negro de Palmares, e uma dúzia de índios chegados ao aprisco da religião, elementos heterogêneos que a terra e o clima uniram" (PASSOS, Artur. *Lendas e fatos – Crônicas do Rio Gurgueia*, p. 100).

(35) CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 102 e nota à mesma página.

10. Tática de luta dos escravos

Do ponto de vista militar, temos de ver que – na maioria das vezes – a luta dos escravos no Brasil não foi um simples espocar inconsequente de u'a malta descontrolada de desordeiros que investia contra tudo e todos a fim de satisfazer instintos baixos ou intenções inconfessáveis. Tinham esses escravos um objetivo, que era precisamente derrotar militarmente seus senhores; para isso, estabeleciam planos de ataques, muitas vezes demonstrativos de alguma perícia, e que somente por fatores que os escravos não controlavam deixaram de surtir efeitos mais sérios. De fato: alguns dos povos africanos que vieram para o Brasil – principalmente Bahia – eram grandes guerreiros na África e para aqui trouxeram sua experiência militar, aplicando-a em função da libertação dos seus irmãos de infortúnio. Isso talvez explique por que os nagôs e haussás foram líderes incontestáveis das lutas dos escravos na capital baiana: eram povos já experimentados militarmente no Continente Negro, principalmente os últimos. Até em Palmares, movimento em que predominou o elemento banto, encontramos um mouro de capacidade militar superior aos demais, construindo o sistema de defesa palmarino e industriando os ex-escravos na arte da guerra.

Suas armas eram de duas espécies: usavam as que já conheciam os povos africanos e também armas de fogo. No Quilombo dos Palmares, além das armas típicas dos africanos – arcos, flechas, lanças etc. –, os escravos da República negra alagoana já manejavam com perícia as de fogo. Nas diversas investidas contra o reduto dos ex-escravos as armas de fogo dos negros imporão derrotas aos colonizadores que desejavam esmagá-los.

No início exercerão uma atividade predatória muito grande nas vizinhanças, a fim de conseguirem víveres, armas e munições. Não tinham ainda uma estrutura econômica estratificada, eram seminômades.

Com o crescimento do número de escravos e o consequente surgimento da agricultura, a técnica militar desses ex-escravos sofrerá uma evolução, como veremos. A agricultura ali praticada e a consequente formação de relações escravistas dentro da própria república palmarina, a sedentariedade a que se viam obrigados, tudo isso os levou à formação de um exército regular que garantisse a defesa do território da República. Daí o aparecimento de uma espécie de casta militar entre os palmarinos. A guerra de movimento, sustentada por inúmeros outros quilombos, não pôde ser continuada em Palmares. As guerrilhas foram transformadas em operações de envergadura que, depois de realizadas, tinham um local fixo de regresso, local que era conhecido pelo inimigo. O nomadismo inicial dos ex-escravos do quilombo foi substituído pelo sedentarismo e, à medida que as atividades agrícolas se desenvolviam, iam transformando a técnica e tática militares que eles aplicavam. A flexibilidade inicial que existia na força palmarina foi sendo substituída pelo peso numérico. Seu exército deverá ter crescido muito, embora não possamos avaliar até que número. O certo é que, ocupando uma superfície de cerca de 27 mil quilômetros quadrados, tinham de manter uma tropa considerável que os garantisse. Essa população – da qual participavam inúmeras crianças, mulheres e velhos – não podia sustentar-se de simples produtos de aventuras

venatórias ou de assaltos eventuais. O desenvolvimento da agricultura palmarina marcou o início de sua transformação militar. Assim, parece-nos, adestravam-se constantemente para a guerra. Tinham o quartel-general localizado no mocambo de Subupira onde ficavam certamente instalados os principais chefes militares.

Palmares passou, assim, a uma tática meramente defensiva. Ao invés dos ataques iniciais aos colonos, modificaram suas relações com eles, cobravam uma espécie de tributo quando não mantinham comércio mais ou menos pacífico "dando-lhes (os colonos) armas, pólvora e balas, roupas, fazendas da Europa e regalos de Portugal, pelo ouro, prata e dinheiro que traziam dos que roubavam, e alguns víveres" (ROCHA PITA).

Ainda em 1678, quando o rei Ganga-Zumba aceitou a paz com os senhores de escravos – razão pela qual foi morto pelo seu povo e substituído pela casta militar na pessoa do Zumbi, o mais capaz e valente dentre todos –, os palmarinos tinham algum poder ofensivo. Depois, passaram à completa defensiva, deixando a ofensiva nas mãos das forças legais. À proporção que a expedição de Blaer, em 1645, avança, encontrará vastos campos cultivados, lavouras importantes. Posteriormente, os atacantes descobrirão que o maior mal que podiam causar aos negros era destruir suas roças. Em 1678 essa observação é feita pelo ex-governador Aires de Sousa Castro. E daí em diante a destruição lavrará nos campos cultivados de Palmares.

À medida que suas roças são destruídas e suas terras ocupadas, a base territorial e econômica que havia transformado os palmarinos em sedentários vai derruindo, e suas tropas adotando uma tática mais de movimento, de guerrilhas. Após o último grande combate entre as forças dos colonos e dos palmarinos, as primeiras chefiadas por Domingos Jorge Velho e Bernardo Vieira de Melo e as segundas pelo Zumbi, em 1694, quando o último foi dado como morto, os palmarinos passaram a agir em grupos de guerrilheiros até ser o seu chefe assassinado.

Debelado Palmares e morto seu chefe, seus antigos combatentes se embrenharam nas matas do Nordeste e começaram a organizar os quilombos, fato que motivou a denúncia de um em Cumbe, destruído tempos depois, como vimos. Ainda os encontraremos na mesma época: na patente de capitão-mor concedida a Manuel Nogueira Ferreira há referência a um mocambo que novamente se formava naquela capitania, dos negros que fugiam dos Palmares de Pernambuco, "e que era preciso acudir-se logo, antes que se fortificassem". Outros se aliarão aos índios. Estava extinto, definitivamente, o exército dos ex-escravos palmarinos, que se transformou em grupos guerrilheiros, isolados nos diversos pontos do Nordeste em que foram parar. E o capítulo de Palmares foi encerrado.

Aliás, as guerrilhas serão constantes nas lutas dos escravos. Os quilombolas baianos, desde 1704, agiam nas estradas praticando "roubos e escândalos", providos de armas de fogo. Atacavam, também, as estradas de Salitre, Jacobina, Tucano etc., usando a tática de guerrilhas. Onde, porém, usando essa tática parece que os escravos obtiveram maior êxito foi em Sergipe. Antes de Palmares já atuavam e, no ano de 1874, ainda darão trabalho considerável ao governo, que não consegue localizá-los para um ataque definitivo. Essa tática deixará em desespero os dirigentes da província. Unidos aos escravos das senzalas – com quem mantinham estreito contato – serão sempre bem informados e nunca travarão combate de envergadura, mas desgastarão com ataques de flanco seus adversários até o fim. Nunca serão derrotados. Usarão armas de fogo e não constituirão grupos muito consideráveis, durante os ataques. Grupos de 10 ou 12, bem armados e montados, serão suficientes para ocupar vilas e povoados, onde conseguiam víveres e de onde se retiravam em seguida. Várias expedições foram enviadas contra eles, sem resultado. Jamais ocuparão território. O movimento é sua salvação.

Será o movimento a salvação dos quilombolas. Todas as vezes que o abandonam são derrotados. Em Minas Gerais, sempre que os

escravos das cidades se preparam para os levantes, dentro delas contarão com os escravos fugidos das estradas, a "rapaziada fugida das matas", para a ação. Outras vezes, quando os escravos mineiros caem para o ajuntamento maciço, são facilmente derrotados. O quilombo do Rio das Mortes foi facilmente destruído, apesar de ser "um tão grande que já parecia um reino".

Nas revoltas baianas, os escravos da cidade combinarão com os negros refugiados nas matas próximas a união das forças de dentro da cidade com as de fora, para o ataque. Essa tática já era usada desde 1807, quando aguardavam auxílio dos escravos dos engenhos próximos, fato que se repete, em 1826, de maneira inversa – os quilombolas do Urubu é que se revoltavam, esperando os da cidade. Os governantes sabiam muito bem das tentativas desses escravos, cujo desejo era justamente a junção de suas forças para um ataque comum, e tudo faziam para frustrá-la. Aos quilombolas, certamente adestrados nas guerrilhas, juntar-se-ia a tática dos negros maometanos, que já traziam da África uma longa e bem assimilada experiência de lutas. E delas se aproveitaram não só do ponto de vista militar, mas do organizativo também. Além de instruírem os escravos nos rudimentos de estratégia de que eram conhecedores – sem o que não se explicam os êxitos conseguidos contra as forças da polícia em lutas como a de 1835 – criam associações secretas como a Ogboni, que desempenhará papel muito saliente no desenrolar dos acontecimentos. O uso de armas de fogo não será desconhecido por esses escravos. Já muito antes das revoltas citadinas – como vimos – os quilombolas usarão essas armas e atuarão no interior da província com relativo êxito. Nas revoltas da cidade do Salvador muitos dos seus participantes descendiam dos povos do Sudão ou de lá eram filhos, conhecedores profundos de trabalhos em metais, fundidores exímios e, certamente, se empenharam em forjar armas – quando não espingardas, pela sua complexidade –, pelo menos facas, lanças etc. Além disso, encontraremos rudimentos de uma indústria de guerra na fabricação de "cartuchos de pau cheios

de pólvora", descobertos na revolta de 1826, em um dos casebres próximos à mata do quilombo. Os alufás baianos estabelecerão, mesmo, rudimentos de um plano militar na revolta de 1835. Tudo isso mostra como os escravos não se deixaram dominar nas suas revoltas por simples paixões momentâneas que vinham à tona em movimentos inconsequentes, mas planejavam seus movimentos detalhadamente. Temos ainda a anotar que existiam rudimentos de uma hierarquia militar entre esses negros, embora fundamente mesclada – como não podia deixar de ser – à hierarquia religiosa. Os "capitães" teriam, certamente, uma função militar que não podemos subestimar se atentarmos ao fato de serem nossos escravos ciosos dessa prerrogativa militar que só era concedida aos mais aptos na guerra. Ainda devemos ponderar o fato de existirem até soldados entre os quilombolas, ou orientando-os – como aconteceu em 1826, na Bahia –, para vermos que seu potencial estratégico não era nulo. Na revolta de 1835, os escravos usarão armas de fogo em quantidade, pelo menos no início da ação, o que lhes valeu superioridade evidente sobre a força da polícia que com eles se bateu. Em 1813 tinham como plano atacar a casa da pólvora, apoderando-se do necessário e inutilizando o resto.

Eram lutas, como vemos, em que os escravos ajustavam métodos aprendidos no Continente Negro com outros adquiridos em contato com os brancos.

Na Balaiada, porém, quase não há diferença fundamental entre a tática dos ex-escravos do preto Cosme e o grosso das tropas que participaram do movimento. No início – antes de participarem da luta –, quando ainda aquilombados na Lagoa Amarela, podemos dizer que os negros de Cosme tinham algumas características especiais de luta, características que consistiam no estabelecimento de piquetes avançados, na invasão das roças próximas, na defesa periférica do quilombo, digamos assim. Operações meramente predatórias a fim de conseguirem, também, víveres. Ao engrossarem, porém, o contingente da Balaiada, passaram a atuar como guerrilheiros, correndo em tropelias o

interior da província, em rápidas lutas, até que a espada repressora de Caxias esmagasse o movimento. Então, cairão na formação de pequenos grupos que lutarão desorganizadamente na província maranhense. No ano de 1840 ainda agiam, sendo Caxias obrigado a criar um Corpo de Guardas Campestres para lhes dar combate.

Quando o escravo Manuel Congo dirigiu a luta dos escravos aquilombados no estado do Rio, foi, com relativa facilidade, liquidado. Embora ameaçando por vezes a cidade de Vassouras, esses escravos plantam-se definitivamente em um lugar, estabelecem um reino, proclamam seus soberanos e... são derrotados. Caxias encontra-os inteiramente descontrolados, por faltar-lhes uma direção mais consequente. A derrota desses escravos foi tarefa muito fácil. Assim em inúmeros lugares. Os escravos tinham como aliado o movimento e como adversário o sedentarismo, a luta de posição.

11. Conclusões

Na introdução do presente trabalho, afirmamos que todos os fatos apresentados só teriam sentido se fossem perspectivados dentro de um *processus* dinâmico, isto é, se fossem perspectivados como componentes de um todo que era a sociedade escravista e, além disto, como conteúdo da dicotomia básica na qual ela se assentava. As revoltas dos escravos, como apresentamos neste livro, formaram um dos termos de antinomia dessa sociedade. Mas não formaram apenas um dos termos dessa antinomia: foram um dos seus elementos dinâmicos, porque contribuíram para solapar as bases econômicas desse tipo de sociedade. Criaram as premissas para que, no seu lugar, surgisse outro. Em termos diferentes: as lutas dos escravos, ao invés de consolidar, enfraqueceram aquele regime de trabalho, fato que, aliado a outros fatores, levou o mesmo a ser substituído pelo trabalho livre.

O dinamismo da sociedade brasileira, visto do ângulo de *devir*, teve a grande contribuição do quilombola, dos escravos que se marginalizavam do processo produtivo e se incorporavam às forças negativas do sistema. Desta forma, o escravo fugido ou ativamente rebelde desempenhava um papel que lhe escapava completamente, mas que funcionava como fator de dinamização da sociedade. As formas "ex-

tralegais" ou "patológicas" de comportamento do escravo, segundo a sociologia acadêmica, serviram para impulsionar a sociedade brasileira em direção a um estágio superior de organização do trabalho. O quilombola era o elemento que, como sujeito do próprio regime escravocrata, negava-o material e socialmente, solapando o tipo de trabalho que existia e dinamizava a estratificação social existente. Ao fazer isto, sem conscientização embora, criava as premissas para a projeção de um regime novo no qual o trabalho seria exercido pelo homem livre e que não era mais simples mercadoria, mas vendedor de uma: sua força de trabalho.

Ao mesmo tempo em que assim procedia, o escravo rebelde criava novos níveis de desajustes, novos elementos de assimetria social, pois, ao retardar o processo de produção, fazia com que, no polo intermediário, se desenvolvessem elementos que também impulsionavam a sociedade no seu sentido global para novas formas de convivência. Isto quer dizer que defluíam, depois, como reflexo da sua atividade rebelde, outras formas de comportamento "divergente" em camadas diversas que, por seu turno, influíam para que os escravos ainda passivos se transformassem em elemento dinâmico, passando de *escravo* a *quilombola*.

Esta interdependência dialética só poderá ser compreendida, insistimos, se tomarmos o quilombola não como termo *morto* ou *negativo*, mas como termo *ativo* e *dinâmico*. A compreensão do processo social, segundo esta forma de enquadramento, sofre uma reviravolta. Porque o escravo que tem sido apresentado até aqui como elemento positivo da sociedade escravista brasileira é exatamente aquele que, conformado psicologicamente com a sua situação, aceitava as formas tradicionais de trabalho que lhe eram impostas. Aceitando esse tipo de sujeição, ao desempenhar passivamente aquilo que lhe exigia a classe senhorial, ele contribuía poderosamente para que, no sentido global, o trabalho escravo fosse apresentado como forma de produção capaz de atender às solicitações da sociedade brasileira, eternamente.

A posição crítica (embora inconsciente, fazemos questão de insistir) do quilombola, por seu turno, ao onerar o trabalho escravo no seu conjunto e ao desinstitucionalizá-lo, mostrava, de um lado, as falhas intrínsecas do escravismo e, ao mesmo tempo, mostrava aos outros escravos a possibilidade de um tipo de organização no qual tal forma de trabalho não existia. A maioria dos ensaios de história e sociologia no Brasil tem abordado esse processo dicotômico de forma invertida: o escravo passivo que aceitava o eito e o tronco e construía com o seu trabalho a riqueza da classe senhorial é apresentado como normal, glorificado mesmo através de uma literatura de fundo incontestavelmente masoquista e patológico. Mas o escravo que se rebelava, o quilombola ou insurreto das cidades, que negava o seu *status*, não pôde ainda ser compreendido por seus historiadores e sociólogos como elemento positivo e dinâmico.

Nestes termos, poderemos compreender com mais clareza o papel que os escravos rebeldes desempenharam. Não se trata de uma glorificação romântica. Trata-se de captar, dentro de um método sociológico dinâmico e não acadêmico, o sentido global de um processo: a passagem da escravidão para o trabalho livre. Nesse processo é que afirmamos ter o quilombola desempenhado papel importante, não tanto pelas suas *intenções* ou atitudes ideológicas, mas pelo desgaste econômico e assimetria social que produzia. Esses desajustes produziram-se em cadeia e refletiram-se, quer do ponto de vista de criar necessidade de serem os escravos considerados indesejáveis como máquinas de trabalho, quer pelo próprio ônus que tal procedimento acarretava, abrindo bolsões negativos na economia escravista e onerando consequentemente o conjunto do trabalho escravo. O sistema de controle social que, por causa disto, foram obrigados a montar os senhores de escravos, isto é, os elementos repressores, as instituições de combate ao quilombola, a mobilização de recursos econômicos para combater o escravo fugido, o pagamento aos capitães do mato e, além de outras despesas, a perda do próprio escravo que se rebelava, durante todo

o tempo da escravidão, pesava como fator negativo. Além disso, tal fato, à medida que se agrava o problema com a maior participação dos escravos nesse processo de reação, influía na produção total e na margem de lucros individuais da classe senhorial.

É verdade que, em determinado momento no processo de formação da nossa sociedade, a escravidão era inevitável. Isto, porém, não significa dizer que por compreendermos o fenômeno devamos nos esquecer de que a evolução de todas as sociedades se processa através de choques, de contradições, e que, à medida que essas contradições – dentro da sociedade escravista – se acentuam e que os escravos, através de movimentos de rebeldia de várias espécies, nela se inserem, contribuem juntamente com as contradições que advêm de outras causas e se processam em outras camadas, para que o regime de trabalho imperante seja substituído por outro.

Mas não está somente neste aspecto acima relatado o dinamismo das reações dos escravos. Ao se refugiarem nas matas, mostravam aos outros a possibilidade concreta de um tipo de sociedade sem a existência do *status* degradante.

Quer no sentido econômico quer na sua significação social, o escravo fugido era um elemento de negação da ordem estabelecida. É verdade que o processo social de nossa formação histórica, que destruiria a escravidão, deve ser encarado de diversos ângulos e não apenas deste em que o estamos analisando agora. Numa camada superior e *conscientizada* a campanha abolicionista era conduzida através de instituições legais. As sociedades abolicionistas, os parlamentares favoráveis à manumissão, as ligas pela alforria do cativo evidentemente não anelavam sublevar a sociedade. Desejavam apenas conseguir parceladamente a substituição do trabalho escravo pelo livre. O papel que essas instituições desempenharam estava acobertado por todos os elementos institucionalizados da sociedade da época. Eram formas legais, canais normais de luta. Estas camadas que se organizavam contra a continuidade do trabalho servil refletiam outras dicotomias,

outras contradições, e eram impelidas à participação no processo por motivos diversos aos dos escravos.

Enquanto o escravismo gerava, no seu elemento humano básico – o escravo –, uma atitude inconsciente, mas dinâmica, contra a sua estrutura, gerava, nas camadas que estavam também inseridas no processo de dicotomia com a classe senhorial, elementos de reação conscientes ou conscientizados. Esses dois processos independentes se interpenetravam, no entanto, e produziam conjugados, cada vez mais acentuadamente, elementos de assimetria social com a classe dominante. Eram forças diferentes que somente em algumas áreas e já no fim da escravidão, como é o caso de São Paulo, agiam em conjunto, mas refletiam a mesma contradição básica em planos diversos.

Do ponto de vista da própria massa escrava, temos de encarar o seguinte: essa forma de agir do quilombola, com um universo de comportamento oposto ao da instituição servil, criou uma dicotomia entre ele e o escravo passivo. Embora essa dicotomia não fosse impermeável, mas, pelo contrário, houvesse verdadeiro fluxo e refluxo nos seus diversos níveis, pois em determinado momento o escravo tradicional se transformava em quilombola e algumas vezes o antigo quilombola voltava à passividade depois de capturado, o certo é que, para clareza da análise, devemos levar em consideração o seguinte: o processo antinômico da sociedade escravista brasileira no seu sentido global gerou uma série de dicotomias complementares, sendo uma delas a que passou a existir dentro da própria casta dos escravos. Uma parte desses elementos escravos, mesmo sem conscientização do processo e sem possibilidade de autoconsciência social era já *para si*, criava barreiras defensivas ao sistema, organizava-se contra o mesmo. Outra parte dos escravos, no entanto, vivia ainda prostrada sob o complexo escravista, não tinha ótica para ver sequer a sua situação imediata, o que o levaria à rebelião, era ainda componente de uma classe *em si*, simples objeto do fato histórico. Enquanto os componentes da primeira categoria compunham a parte dinâmica da escravidão – por negação

ao regime – no sentido de a transformar em organização superior de trabalho, extinguindo-a, a outra compunha a parte que consolidava aquele regime de trabalho. O *devir* social e histórico estava, portanto, perspectivado intuitiva e fragmentariamente, mas de qualquer forma *intuído*, pelo quilombola [1]. O escravo tradicional era o segmento material que contribuía para a manutenção e continuidade do regime. Era o escravo considerado bom pelo senhor. Havia mesmo uma série de preceitos seletivos a fim de que fossem adquiridos elementos dóceis, passivos. Os minas, por exemplo, não eram muito recomendáveis por terem espírito altivo. Já os da costa ocidental eram considerados bons, isto é, dóceis ao cativeiro. Escravo vindo da Bahia, para ser vendido nas outras províncias, era também considerado perigoso. Daí vermos que o critério usado para se fazer a seleção dos escravos *bons* ou *maus* tinha como ponto de julgamento a passividade dos mesmos. Havia até princípios de uma eugenia arrevesada usada pelos compradores ao escolherem as "peças".

A dinâmica da sociedade brasileira no que diz respeito à passagem da escravidão para o trabalho livre teve, assim, no quilombola, no elemento rebelde e que por isto mesmo negava o regime existente, um fator positivo; já o escravo engastado no processo de produção, à medida que com ele se conformava e mais produzia, era um elemento *conservador*. Daí toda essa simbologia que até hoje é usada de glorificação do trabalho escravo no Brasil, que vai desde a literatura da Mãe Preta, da mucama que se entregava ao senhor, dos moleques que apanhavam alegremente do *sinhozinho*, aos trabalhos de sociologia que procuram mostrar como o escravo contribuía para o desenvolvimento da sociedade brasileira através do seu trabalho conformado. São formas sutis ou abertas de escamoteação do verdadeiro processo social, deformações que procuram inverter os termos do assunto através de estereótipos formados pelos interesses conservadores e que têm ligação histórica com os interesses dos antigos senhores de escravos. A escravaria passiva sustentava a escravidão. O quilombola solapava-a.

No capítulo sobre quilombos e guerrilhas tivemos oportunidade de mostrar as formas de que se revestiu o protesto do escravo. Aquelas formas fundamentais, se forem desdobradas em detalhes, em microanálise, poderão ser enumeradas da seguinte maneira:

a) *Formas passivas*: 1) o suicídio, a depressão psicológica (banzo); 2) o assassínio dos próprios filhos ou de outros elementos escravos; 3) a fuga individual; 4) a fuga coletiva; 5) a organização de quilombos longe das cidades.

b) *Formas ativas*: 1) as revoltas citadinas pela tomada do poder político; 2) as guerrilhas nas matas e estradas; 3) a participação em movimentos não-escravos; 4) a resistência armada dos quilombos às invasões repressoras; 5) a violência pessoal ou coletiva contra senhores ou feitores.

Essas diversas formas de reação pontilharam, lastrearam todo o tempo em que existiu o trabalho escravo. E não apenas em determinados lugares, mas em todas as regiões onde predominava esse tipo de trabalho. O padrão de comportamento dominante na classe senhorial, por seu turno, era também condicionado pela intermitência desses diversos tipos de reação, criando mecanismos de defesa quer ideológicos quer institucionais através de apelos às autoridades para manutenção de tropas repressoras nos diversos locais onde havia perigo de sublevação de escravos ou onde elas se estavam verificando. Como se vê, aquilo que se chamou "o constante perigo que a escravaria representa" não apenas solapava o regime de trabalho, mas atingia o comportamento da classe senhorial. Os exemplos poderiam ser citados às centenas, mas não é aqui, nesta fase conclusiva do nosso trabalho, o momento de fazê-lo, de vez que achamos suficientes os fatos que arrolamos antes. Podemos ver à luz de uma nova perspectiva histórica e sociológica qual o papel que o quilombola desempenhou. As deformações que são feitas

ou as romantizações desnecessárias poderão ser, assim, substituídas por uma análise realística e científica do assunto.

Podemos ver que a posição do quilombola influenciou o comportamento de toda a sociedade da época. Na classe senhorial e no Estado monárquico que a representava criou a necessidade de mecanismos de defesa quer psicológicos quer institucionais. A primeira forma de controle social podemos ver nos diversos níveis de justificativas políticas usados pelos senhores para a *escravidão* e de medidas de *pacificação* do escravo, através do uso da religião ou do feitor, usados pela classe senhorial. O Estado escravocrata recorreu a inúmeras formas de controle que vão das medidas do Conde dos Arcos para incentivar as fricções intertribais até a montagem de todo o aparelho repressor que durante a Colônia e o Império foi usado contra os negros fugidos; máquina que vai dos alvarás da Colônia, mandando ferrar os fujões, até as leis da regência, contra cativos rebeldes.

Nas camadas médias formou-se, especialmente nas camadas letradas, uma consciência antiescravista. Além dos letrados, elementos da burguesia comercial incipiente, artesãos (artesãos e escravos participaram juntos da Inconfidência Baiana) e elementos empobrecidos da sociedade também sentiam, não apenas pela literatura da época, mas, também, pela *ação* dos quilombolas, a instabilidade do escravismo.

Finalmente, na camada dos escravos que ainda não haviam perspectivado o problema, a luta da camada rebelde despertou elementos de intuição capazes de fazê-los entrar no rol dos que, através da *práxis* revolucionária, negavam o sistema vigente.

Toda esta constatação sociológica de negação ao regime escravista, se não foi determinada pelo menos teve a contribuição *ativa* do escravo rebelde. A rebeldia era, portanto, uma categoria sociológica dinâmica dentro daquele tipo de sociedade e servia não apenas para equacionar, mas dinamizar a realidade.

Analisando o processo que desaguou na Abolição do ângulo em que nos colocamos, ficam esclarecidas muitas "zonas perigosas" de

análise histórica. Perigosas não apenas pela predominância de uma metodologia diversa da que empregamos. Perigosas em diversos outros sentidos. Ao terminarmos este trabalho, que não teve nunca a pretensão de esgotar o assunto, pois o seu estudo apenas se inicia, queremos dizer que sabemos não ser possível de chofre revisar toda a literatura que existe e que se coloca num ponto de vista diametralmente oposto ao nosso. Isto não será possível porque "a questão de se saber se o pensamento pode conduzir a uma verdade objetiva não é uma questão técnica, mas prática. É na prática que o homem precisa comprovar a verdade, isto é, a realidade e a força, o interior do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento, isolada da prática, é uma questão puramente escolástica" (2).

NOTAS

(1) Quando dizemos escravo *intuído* referimo-nos àqueles elementos que já tinham uma noção, embora fragmentária, da sua situação, isto é, já tomavam consideração da *diferença* e da *distância* que existiam entre eles e os seus senhores. Por outro lado, devemos insistir que *intuído* aqui não significa nenhuma forma de conhecimento mágico, introspectivo, que estava desligado da realidade, mas tem a conotação que Georg Lukacs dá ao termo *intuição*, que, para ele, "nada mais é do que a entrada brusca na consciência de um processo de reflexão até então subconsciente" (*Existencialismo ou Marxismo?*, p. 51).

(2) Já havíamos terminado os originais desta edição quando lemos o trabalho de Pessoa de Morais, *Sociologia da revolução brasileira* (Rio de Janeiro, Leitura, 1965), onde o autor, aliás baseado em documentação da primeira edição deste livro, estabelece a tese de que houve uma continuidade histórica entre as lutas dos escravos e os movimentos reivindicativos dos camponeses que se processam no bojo da atual estrutura social brasileira. Depois de citar exemplos de sublevação de escravos no Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso, Sergipe e outros locais, declara o professor pernambucano: "É um erro enorme se pensar que a tradição camponesa no Brasil é apenas uma tradição monótona de subserviência. Muito ao contrário, durante toda a fase da escravidão o ajustamento submisso do negro é quebrado em diversas oportunidades, podendo-se mesmo dizer que as bases afetivas da conduta

do escravo variavam de um polo a outro: da mais completa dedicação ao senhor às atitudes de rebeldia, quando não de violência". Cita locais onde atualmente a massa camponesa reivindica a posse da terra para concluir que há uma continuidade entre as primeiras e as últimas. Aceita a tese de Pessoa de Morais, ter-se-á de concordar com a existência de um segmento explosivo que vem da escravidão e se solda às lutas atuais dos homens do campo no Brasil que exigem reformas estruturais nas relações de produção no setor agrário. Seria interessante um estudo vertical do assunto, levando-se em consideração que até hoje persistem reminiscências e aderências escravistas no campo brasileiro. Isso exigiria, porém, um trabalho especializado, feito por uma equipe que aceitasse a *observação participante*, integrando-se como sujeito no processo de transformação que se verifica, e não simples relatórios acadêmicos realizados para ou por entidades e instituições interessadas em manter o atual estado de coisas. Mais uma vez, o trecho de Marx com o qual encerramos este último capítulo é válido e permanente.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

I. Trabalhos teóricos sobre metodologia histórica e sistemas sociais globais

Academia de Ciências da URSS. *Manual de economia política*. México: Juan Grijalbo, 1960.

______. *Materialismo dialético*. Rio de Janeiro: Vitória, 1965.

ANDRADE, Almir de. *Formação da sociologia brasileira*. Os primeiros estudos sociais no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

ASTRADA, Carlos. *Humanismo y dialéctica de la libertad*. Buenos Aires: Dedalo, 1960.

AZEVEDO, Tales de. *Ensaios de antropologia social*. Salvador: Progresso, s.d.

BASBAUM, Leôncio. *O processo evolutivo da História*. São Paulo: Edaglit, 1963.

BERR, Henri. *A síntese em História*. São Paulo: Renascença, 1946.

BLOCH, Leon. *Luchas sociales en la Antigua Roma*; El origen de las clases y las relaciones económicas. Buenos Aires: Claridad, 1946.

BOAS, Franz. *Questiones fundamentales de antropologia cultural*. Buenos Aires: Lautaro, 1947.

BOTTOMORE, T. B. & RUBEL, M. *Sociologia e filosofia de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

CHILDE, Gordon. *Evolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

______. *O homem faz-se a si próprio*. Lisboa: Cosmos, 1947.

______. *Que sucedió en la Historia*. Buenos Aires: Lautaro, s.d.

COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, s.d.

CORNU, Auguste. *Essai de critique marxiste*. Paris: Editions Sociales, 1951.

COSTA PINTO, L. A. *Sociologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

CUVILLIER, Armand. *Introducción a la Sociología*. México: Editorial América, 1946.

______. *Manual de filosofia*. Porto: Educação Nacional, s.d.

DEBRUN, Michel. *Ideologia e realidade*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

ECHAVARRIA, José Medina. *Sociologia: teoria y técnica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1941.

EFIMOV, A. & FREIBERG, N. *História da época do capitalismo industrial*. Rio de Janeiro: Vitória, 1945, 2 v.

ENGELS, F. *Anti-Düring*. Rio de Janeiro: Calvino, 1945.

_____. *Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana*. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1946.

_____. *Origen de la familia, de la propiedad privada y del Estado*. México: Ediciones Frente Cultural, s.d.

_____. *As guerras camponesas na Alemanha*. Rio de Janeiro: Vitória, 1946.

FERNANDES, Florestan. *Sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Nacional, 1963.

_____. *Ensaios de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1960.

FREYER, Hans. *Sociología: ciencia de la realidad*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1944.

FREYRE, Gilberto. *Sociologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, 2 v.

FROBENIUS, Leo. *Histoire de la civilisation africaine*. Paris: Galimard, s.d.

GINSBERG, Morris. *Manual de sociologia*. Buenos Aires: Losada, 1945.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRAS, N. S. B. *Introdução à história econômica*. São Paulo: Martins, 1943.

GURVITCH, Georges. *A sociologia de Karl Marx*. São Paulo: Anhembi, 1960.

HERSCOVITS, M. J. *Antropologia econômica*. México/Buenos Aires, s. e., 1954.

_____. *Antropologia cultural*. São Paulo: Mestre Jou, 1963-64, 2 v.

JASJACHIJ, F. *La cognoscibilidad del mundo*. Montevidéu: Ediciones Pueblos Unidos, s.d.

JOJA, A. *A lógica dialética*. São Paulo: Fulgor, 1965.

KEESING, Felix M. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KOUCINIEN, O. V. et al. *Fundamentos do marxismo-leninismo*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

KRICKBERG, Walter. *Etnología de América*. México: Fondo de Cultura Económica, 1946.

KROEBER, A. L. *Antropologia general*. México: Fondo de Cultura Económica, 1945.

LABRIOLA, Antônio. *Ensaios sobre o materialismo histórico*. São Paulo: Antena, s.d.

LANGLOIS, C & SEIGNOBOS, C. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

LEFEBVRE, Henri & GUTERMAN, N. *Que es la dialéctica*. Buenos Aires: Dedalo, 1959.

LÊNIN, V. I. *Materialismo e empirocriticismo*. Rio de Janeiro: Calvino, 1946, 2 v.

LINTON, Ralph. *Estudio del hombre*. México: Fondo de Cultura Económica, 1942.

LOWIE, Robert H. *Historia de la etnología*. México: Fondo de Cultura Económica, 1946.

LUKACS, Georg. *Existencialismo ou marxismo?* São Paulo: Senzala, 1967.

MALINOWSKI, B. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia sistemática*. São Paulo: Pioneira, 1962.

_____. *Ideologia e utopia*. Porto Alegre: Globo, 1950.

MARETT, R. R. *Antropologia*. Buenos Aires: Labor, 1931.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. Rio de Janeiro: Vitória, 1954.

_____. *El Capital*. México: Fondo de Cultura Económica, s.d., 4 t.

_____. *Salário, preço e lucro*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963.

_____ & ENGELS, F. *La sagrada família*. Buenos Aires: Claridad, s.d.

_____. *L'ideologie allemande*. Paris: Sociales, 1953.

MENZEL, Adolf. *Introducción a la sociología*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

NIZAN, P. I. (org.). *Trechos escolhidos de Karl Marx sobre filosofia*. Rio de Janeiro: Calvino, 1946.

OLMEDA, Mario. *Sociedades precapitalistas: I. Introducción a las sociedades preclassistas*. México: Juan Grijalbo, 1954.

OSSOVSKI, Stanislaw. *Estrutura de classes na consciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

_____. (org.). *Estudos de organização social*. São Paulo: Martins, 1949.

_____. (org.). *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Martins, 1948, t. I.

PIETRE, André. *Marx et marxisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1954.

PIRENNE, Henri. *Historia económica y social de la Edad Media*. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.

PLEJANOV, Jorge. *Cuestiones fundamentales del marxismo*. México: Ediciones Frente Cultural, s.d.

PRADO JR., Caio. *Dialética do conhecimento.* São Paulo: Brasiliense, 1955, 2 v.

PRINCHARD, Evans. *Antropologia social.* Buenos Aires: Editorial Nueva Visión, 1957.

RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

_____. *Introdução crítica à sociologia brasileira.* Rio de Janeiro: Andes, 1957.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil.* Introdução Metodológica. São Paulo: Nacional, 1957, 2 v.

SEE, Henri. *As origens do capitalismo moderno.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo.* Rio de Janeiro: ISEB, 1961.

SHIROKOV, M. *Tratado sistemático de filosofía.* México: Ediciones Fuente Cultural, 1941.

STONEQUIST, Everett V. *O homem marginal.* São Paulo: Martins, 1948.

TONNIES, Ferdinand. *Comunidad y sociedad.* Buenos Aires: Losada, 1947.

TUNG, Mao Tse. *A propósito de la práctica.* En torno a la contradicción. Santiago: Ediciones Vida Nueva, s.d.

VAN DER BESSELAAR, José. *As interpretações da História através dos séculos.* São Paulo: Herder, 1957.

WEBER, Max. *Historia económica general.* México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

WILLEMS, Emílio. *Antropologia social.* São Paulo: DIFEL, 1962.

WRIGHT MILLS, C. *A imaginação sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

II. Trabalhos sobre interpretações e história da sociedade brasileira

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial.* Rio de Janeiro: Briquiet, 1954

_____. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil.* Rio de Janeiro: Briquiet, 1960.

_____. *Ensaios e estudos.* Rio de Janeiro: Briquiet, 1931-38, 3 v.

AMARAL, Luís. *História geral da agricultura brasileira.* São Paulo: Nacional, 1958, 2 v.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil.* Salvador: Progresso, 1950.

ARMITAGE, João. *História do Brasil.* Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1965.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira.* São Paulo: Melhoramentos, 1958, 2 v.

BASTIDE, Roger. *Brasil – terra de contrastes.* São Paulo: Difel, 1959.

BELLO, José Maria. *História da República.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.

BONFIM, Manuel. *O Brasil.* São Paulo: Nacional, 1940.

_____. *O Brasil nação.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931, 2 v.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil.* Rio de Janeiro: Dois Mundos, s.d.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

CALMON, Pedro. *História do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1961, 7 v.

_____. *História da civilização brasileira.* São Paulo: Nacional, 1958.

CALÓGERAS, Pandiá. *Formação histórica do Brasil.* São Paulo: Nacional, 1945.

CARVALHO, Augusto de. *O Brazil – colonização e emigração.* Porto: Imprensa Portuguesa, 1876.

CHACON, Vamireth. *História das ideias socialistas no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CRUZ COSTA, João. *Contribuição à história das ideias no Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

DENIS, Ferdinand. *O Brasil.* Salvador: Progresso, 1955, 2 v.

DINIZ, Almachio. *História racial do Brasil.* Rio de Janeiro, s. e., 1934.

DORNAS FILHO, João. *Apontamentos para a história da República.* Curitiba: Guaíra, 1941.

FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

_____. *Casa grande & senzala.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, 2 v.

_____. *Sobrados e mucambos.* São Paulo: Nacional, 1936.

_____. *Ordem e progresso.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, 2 v.

_____. *Região e tradição.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

_____. *Nordeste.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GANDAVO, Pedro de Magalhães. *História da província de Santa Cruz e tratado da terra do Brasil.* São Paulo: Obelisco, 1964.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis.* São Paulo: Nacional, 1967.

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. *Terra do Brasil.* São Paulo: Nacional, 1939.

NASH, Roy. *A conquista do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1950.

NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939.

POMBO, Rocha. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Jackson, 1953, 5 v.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1949.

______. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

______. *Evolução política do Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo, s. e., 1928.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1900.

RIO BRANCO, Barão de. *História do Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, s.d.

ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América portuguesa*. Salvador: Progresso, 1950.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, 5 v.

______. "O Brasil social. Vistas sintéticas obtidas pelos processos de Le Play". Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1907.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SAMPAIO, Aluyzio. *Brasil: síntese da evolução social*. São Paulo: Fulgor, 1961.

SANTOS, José Rufino dos et alii. *História nova do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, s.d., vol. 1 e 4.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1937, 2 v.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

______. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, s.d.

______. *Panorama do Segundo Império*. São Paulo: Nacional, 1939.

______. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

______. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Salvador: Progresso, 1949-54, 6 v.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

______. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938.

III. Trabalhos sobre história da escravidão e o progresso do negro

CAMPOS, Sabino de. *Lucas, o demônio negro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1957.

CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Brasiliense, 1947.

______. *Ladinos e crioulos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

COSTA PINTO, L. A. *O negro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nacional, 1953.

DORNAS FILHO, João. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

______. *A influência social do negro brasileiro*. Curitiba: Guaíra, 1943.

DUQUE ESTRADA, Osório. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.

ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares*. São Paulo: Nacional, 1938, t. I.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Dominus, 1965, 2 v.

______. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1960.

______ & BASTIDE, Roger. *Brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1959.

______ & BASTIDE, Roger. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.

FREITAS, M. M. de. *Reino negro de Palmares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1954, 2 v.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GAMA, Luís. *Trovas burlescas & escritos em prosa*. São Paulo: Cultura, 1944.

GIRÃO, Raimundo. *A abolição no Ceará*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1956.

GOULART, Maurício. *Escravidão africana no Brasil*. São Paulo: Martins, s.d.

GOUVEIA, Maurílio de. *História da escravidão*. Rio de Janeiro, s. e., 1955.

HENRIQUE CARDOSO, Fernando. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, s. e., 1962.

______ & HENRIQUE CARDOSO, Fernando. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Nacional, 1960.

JUREMA, Aderbal. *Insurreições negras no Brasil*. Recife: Mozart, 1935.

LOBO, Haddock & ALOISI, Irene. *O negro na vida social brasileira*. São Paulo: Panorama, 1941.

MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Cultura, 1944, 2 v.

MATA MACHADO FILHO, Aires da. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1935.

MENNUCCI, Sud. *O precursor do abolicionismo no Brasil: Luís Gama*. São Paulo: Nacional, 1938.

MORAES, Evaristo de. *A escravidão africana no Brasil*. São Paulo, 1933.

_____. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1924.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Nacional/ Civilização Brasileira, 1938.

_____. *Minha formação*. São Paulo: Progresso, 1947.

ORICO, Oswaldo. *O tigre da Abolição*. São Paulo: Nacional, 1931.

PIERSON, Donald. *Brancos e pretos na Bahia*. São Paulo: Nacional, 1945.

PINTO, Roquete et alii. *Estudos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Ariel, 1935.

QUERINO, Manuel. *A raça africana e os seus costumes*. Salvador: Progresso, 1955.

RAMOS, Artur. *O negro brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1940.

_____. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1942.

_____. *As culturas negras no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

_____. *O negro na formação brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, s.d.

_____. *O folclore negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, s.d.

_____. *Guerra e relações de raça*. Rio de Janeiro: UNE, s.d.

_____. *Introdução à antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1943-47, 2 v.

RAYMUNDO, Jacques. *O negro brasileiro e outros escritos*. Rio de Janeiro: Record, 1936.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, 2 v.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1945.

_____. *O animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a Abolição*. São Paulo, 1942.

S. SAYERS, Raimond. "O negro na literatura brasileira". Rio de Janeiro, *O Cruzeiro*, 1958.

TAUNAY, Afonso de E. *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1941.

VIANNA FILHO, Luís. *O negro na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1966.

IV – Trabalhos regionais ou de fases da história que se relacionam com a escravidão

ACCIOLI, Inácio & AMARAL, Brás. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, 1919-24, 5 v.

ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625*. s.l. Brasiliensia Documenta, 1961.

AMARAL, Brás do. *História da independência da Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

ALMEIDA PRADO, J. F. de. *Pernambuco e as capitanias do Norte do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939, 1º t.

_____. *O Brasil e o colonialismo europeu*. São Paulo: Nacional, 1959.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

ARTUR RIOS, José. "Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil". São Paulo, *Revista Sociologia*, 1959.

AZEVEDO, Tales de. *Povoamento da cidade de Salvador*. São Paulo: Nacional, 1955.

BARROS LATIF, M. M. de. "As Minas Gerais". Rio de Janeiro, *A Noite*, s.d.

BORGES DE BARROS, Francisco. *Bandeirantes e sertanistas baianos*. Salvador: Imprensa Oficial, 1919.

BOXER, C. R. *Os holandeses no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1961.

BURTON, Richard F. *Viagens aos planaltos do Brasil (1868)*. São Paulo: Nacional, 1941.

CALADO, Fr. Manuel. *O valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade*. São Paulo: Cultura, 1945, 2 v.

CARNEIRO, Édison. *A Insurreição Praieira*. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

COLLOR, Lindolfo. *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Globo, 1958.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

GARIBALDI, G. *Mi lucha por la libertad*. Buenos Aires: Futuro, 1944.

GONSALVES DE MELLO NETO, J. A. *Frei Manuel Calado no Salvador*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

______. *D. Antônio Filipe Camarão*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

______. *Henrique Dias*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

______. *Antônio Dias Cardoso*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

______. *Francisco de Figueroa*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

______. *Filipe Bandeira de Melo*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

______. *Tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

HANKE, Lewis. *Aristóteles e os índios americanos*. São Paulo: Martins, s.d.

LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Globo, 1936.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O devassamento do Piauí*. São Paulo: Nacional, 1946.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do Bandeirante*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930.

MATOS, J. *Descrição histórica e geográfica do município de Curaçá*. Bahia, s.e., 1926.

MENESES, Djacir. *O outro Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, s.d.

MORAIS REGO, L. F. de. *O vale do São Francisco*. São Paulo: Renascença, s.d.

MORAIS, Valfrido. *Jagunços e heróis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MOTA, Otoniel. *Do rancho ao palácio*. São Paulo: Nacional, 1941.

NOBRE, Freitas. *João Cordeiro, abolicionista e republicano*. São Paulo: Letras, 1943.

ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e beduínos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

PAGANO, Sebastião. *O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817*. São Paulo: Nacional, 1938.

PASSOS, Artur. *Lendas e fatos (crônica do Rio Gurgueia)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

PEREIRA, Astrojildo. *Interpretações*. Rio de Janeiro: Casa dos Estudantes, 1944.

PINTO, Luís. *Vidal de Negreiros*. Rio de Janeiro: EPASA, s.d.

PIZARRO JACOBINA, Alberto. *Dias Carneiro: o conservador*. São Paulo: Nacional, 1938.

PROENÇA, M. Cavalcanti. *Ribeira do São Francisco*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1944.

RIBEIRO, Joaquim. *Capítulos inéditos da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Simões, 1944.

______. *Folclore dos bandeirantes*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, 2 v.

ROQUETE PINTO, E. *Seixos rolados*. Rio de Janeiro, s.e., 1927.

______. *Rondônia*. São Paulo: Nacional, 1950.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins, 1954.

RUY, Afonso. *A primeira revolução social brasileira: 1798*. Salvador: Beneditina, 1961.

SANTOS FILHO, Licurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo*. São Paulo: Nacional, 1956.

SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937, 2 v.

SERRA, Astolfo. *A Balaiada*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1946.

SOUZA SILVA, José Norberto de. *História da conjuração mineira*. Rio de Janeiro: Nacional, 1948, 2 v.

SPALDING, Walter. *A epopeia farroupilha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.

STUART FILHO, Carlos. *A Revolução de 1817 no Ceará e outros estudos*. Fortaleza: Minerva, 1961.

TAVARES BASTOS, A. C. *Cartas do solitário*. São Paulo: Nacional, 1938.

______. *A província*. São Paulo: Nacional, 1937.

TAVARES DE ALMEIDA, A. *Oeste paulista*. Rio de Janeiro: Alba, 1943.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. "Os kariri, o crepúsculo de um povo sem história". São Paulo, *Revista Sociologia*, 1957.

______. *Potengi – Encruzilhada no vale do São Francisco*. São Paulo: Sociologia e Política, 1960.

VAN DER DUSSEN, Adrian. *Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses*. Rio de Janeiro, s.e., 1947.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil*. São Paulo: Cultura, 1945.

VASCONCELOS, Diogo L. A. P. de. *História média de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.

VIANA, Francisco Vicente. "Memória sobre o estado da Bahia". Salvador: *Diário da Bahia*, 1893.

VILANOVA SEGURA, Turíbio. *Bom Jesus da Lapa: resenha histórica*. São Paulo, s.e., s.d.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Uma garganta e alguns níqueis*. Rio de Janeiro: Aurora, 1947.

VON EPIX & VON MARTIUS. *Através da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, 1928.

ZALUAR, Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo*. São Paulo: Cultura, 1945.

V- Anais, manuscritos, jornais e revistas

Anais do Arquivo Público da Bahia, vol. XXXV. *Autos da devassa do levantamento e sedição intentados na Bahia em 1798*. Bahia: Imprensa Oficial, 1959, 2 v.

Anais do III Congresso Nacional de Filosofia. São Paulo: IBF, s.d.

Anais da Biblioteca Nacional, vol. 31, 36 e 37.

Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 15 e 16 (Nova Fase).

Documentos Históricos do Arquivo Municipal de Salvador, Bahia. *Cartas do Senado: 1673-1684*, 2 v., s.d.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Arquivo do Estado de São Paulo, vol. LIII, LXX, LXXII, LXXIII, LXXIV, 84, 85, 86, 87 e 88.

Documentos avulsos de interesse para a história e costume de São Paulo. Arquivo do Estado de São Paulo, vol. II e III.

Estudos Sociais. Rio de Janeiro, n. 7, 9, 10, 12.

Folha da Manhã. São Paulo, 19-02-1952.

Jornal de Aracaju. 15-03-1874; 20-03-1872; 03-04-1872; 05-02-1872 e 10-08-1872.

Jornal de Sergipe. 14-03-1873 e 14-05-1873.

Literatura. Rio de Janeiro, n. 1.

MS existentes no Arquivo Público do Estado da Bahia. Maços sobre revoltas de escravos.

MS sobre revoltas de escravos em Pirajá. I, 31, 13, 13 da Biblioteca Nacional.

MS II, 33, 24 e 29 da Biblioteca Nacional.

O Estado de S. Paulo. 1º-09-1957.

Ofício do Príncipe Regente ao Conde da Ponta de 6 de outubro de 1897 sobre revolta de escravos haussás. MS II – 33, 35 e 44 da Biblioteca Nacional.

Ofício do Juiz de Fora da Vila de Maragogipe ao Conde dos Arcos sobre revoltas e escravos de Cachoeira. MS II – 33, 24 e 22 da Biblioteca Nacional.

Publicação do Arquivo Público da Bahia: A Revolução de 7 de novembro de 1837 – Sabinada, Bahia, EPS, 1939.

Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo: 1833, vol. XXII, século XIX. Prefeitura Municipal de São Paulo.

_____. Vol. XXIII, Idem.

Resenha Literária. Recife.

Revista Brasileira de Geografia. Ano XXIV, n. 4, 1962.

Revista do IHG de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959, vol. VI.

Revista do IHG do Rio Grande do Norte. Vol. XXXV e XXXVII, 1938-1940.

Revista de História. São Paulo, 1950, n. 2; 1956, n. 28; 1957, n. 30; 1959, n. 40; e 1960, n. 43.

Suplemento do jornal *Correio das Artes*. João Pessoa, 29-09-1949.

VI- Dicionários e Antologias

BALDUS, Herbert & WILLEMS, Emílio. *Dicionário de etnologia e sociologia*. São Paulo: Nacional, 1939.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Nacional, s.d.

CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1965.

CARNEIRO, Édison. *Antologia do negro brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1950.

FREYRE, Gilberto et alii. *Novos estudos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

JOSÉ DE SOUZA, Bernardino. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1961.

ROQUETE PINTO et alii. *Estudos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Ariel, 1935.

ROSENTAL, M. & IUDIN, P. *Pequeno dicionário filosófico*. São Paulo: Exposição do Livro, s.d.

VÁRIOS Autores. *O negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

______. *Dicionário de sociologia*. Porto Alegre: Globo, 1961.

WILLEMS, Emílio & BARRETO, Romano. *Leituras sociológicas*. São Paulo: Revista de Sociologia, 1940.

DOCUMENTOS

Documentos

CONSULTA DO CONSELHO ULTRAMARINHO DE 8 DE AGOSTO DE 1865, EM QUE O GOVERNADOR JOÃO DA CUNHA SOTTO MAYOR DA CONTA DAS PAZES QUE PEDEM OS NEGROS DOS PALMARES; INCAPACIDADE DE ALGUNS CAPITÃES; QUEIXA Q-LHE FEZERÃO OS SOLDADOS SOBRE OS ALFERES NÃO SE REFORMAREM E DO PRESTIMO DE AGOSTINHO CESAR DE ANDRADE.

"Snor. he justo que eu faça presente a V. Mag.e e o Estado em que achey a Guerra dos Palmares, que foi terem pedido pâs a meu antecessor Dom João de Souza, o qual me disse estaua disposto a Capitulala, porquanto não tinha nenhuns efeitos para se pôr em campanha, porque os que aqui se tinhão gastos nesta guerra, e os moradores desta capitania, não estauão capazes de contribuir para ella, pello terem feito em muitas ocaziões; e hoje se lhes junta o terriuel, anno que exprimentarão na falta de seus asucares, com que não he possiuel podellos obrigar a algua contribuição; e por todas estas rezois me será forçozo pedindome este palmar pazes asitallas, fazendo todos os partidos conueniente ao seruiço de V. Mag.e, e bem destes Pouos, até que V. Mag.e tome sobre esta matéria a rezolução que for seruido; porque sor se se ouuer de fazer Guerra a estes negros tão insolentes, he necessário mandar V. Mag.e consinar na parte que lhe parecer effeitos, para pôr hua ves se destruírem estes bárbaros; e não terão estes Pousos tão continuas operçois, porque todas as horas me fazem queixas das tiranias, que lhe estão fazendo dandolhe asaltos, matando brancos, leuandolhe escrauos, e saqueandolhes suas casas; e boa testemunha he destes insultos meu antecessor, pla experiência que o seu Gouerno lhe mostrou.

Tambem dou conta a V. Mag.e da incapacidade com que se achão os capitais Francisco Tauares e Domingos Rebello de Carualho, do 3º do M.e de Campo Dom João de Souza; e os capitais Manuel Roiz Sanctarem; Gonçallo Frz da Sylua; Antônio João; e Manoel da Costa Teixeira; do terço do M.e de Campo Zenobio Achioly de Vascos; que he tal que o mais do tempo estão em húa cama, por se acharem mui carregados de annos e achaques cauzados na Guerra, e deffensa deste estado, em que forão passados de Balas e outras varias feridas, com que todas estas causas os fazem yzentos do exercício de seus postos; porque de continuarem nelles, rezulta ao serviço de V. Mag.e grande prejuízo; assim pla pouca deseplina que exprimentão os soldados, como pela falta q-ha de officiaes, para hirem à Guerra referida, e asestirem nas guarnições das Fortalezas, que esta capitania prouê. Comque me parece que V. Mag.e por sua real grandeza, deue mandar dar a estes capitães as suas reformações, como he estillo neste Reyno, pois estes soldados se empregarão com tão asinalado valor, e zello no real serviço, porque poucos serão os annos que logram esta m.ce, e mandar prouer estas companhias, em sogeitos que em melhor idade se possão achar nas ocaziois que se offereçerem; e nellas facão a V. Mag.e grandes seruiços.

Os soldados destes Terços, me fizerão requerim.to para que eu representasse a V. Mag.e a justa petição que lhe fazião; pedindo a V. Mag.e lhe fizesse m.ce ordenar, se não obserue nesta capitania o serem os Alferes perpetuós, porquanto tinhão informado mal a V. Mag.e sobre este particular, dizendolhe hora muy prejudicada a sua faz.a pellas reformaçõis que nesta Praça se estaução dando todos os tres annos; o que achey plo contrario, porque nunca nella se derão; mas antes he muy util que V. Mag.e conseda a estes soldados, serem os Alferes trienais porque as reformaçõis que depois tem, he asentarem Praça de soldados e fazerem sua obrigação como tais, com a sircunstancia de terem sido officiaes; para delles se fiar qualquer empreza; e assim ficão tódos logrando a honra, que meressem, animandosse os homens nobres a seruirem com o intento de serem acrescentados; e V. Mag.e com o lucro de ter soldados que forão officiaes promptós, p.a toda a ocasião em que forem necessarios.

Também achey seruindo a Agostinho Cezar de Andrade Gouernador da Fortaleza nossa s.a do bom sucesso das sinco pontas, por Parente de meu antecessor Dom João de Souza, com a qual requere a V. Mag.e a confirmação; he este sogeito capãs de não só ocupar este posto, senão outros mayores, assim por sua qualidade, vallor e desposição, como por ter ocupado o posto de Alferes de M.e de Campo pago na Guerra; e na pas o de Capitão; e ultimamente Coronel, e capitão mayor da Capitania de Itamaracâ, por Patentes de V. Mag.e esta que agora pede; espere eu da grandesa de V. Mag.e lha conseda; porquanto conuem muito ao real seruiço de V. Mag.e para a conseruação destes Fortes, hauer Gouernadores nelles para o reparo das ruínas das obras, e dos quartéis dos soldados, porque tratão de tudo como deuem, e os Cappitais, que aly vão entrar de Guarda, e sayem não atentão ao reparo, e descaminho que se segue a faz.a de V. Mag.e; e o soldo deste Gou.or se pode asentar nos effeitos da Cam.ra; na conformidade que se paga aos terços; e me parece prezente a V. Mag.e que as Fortalezas deste destricto gozem o que se oberua com as desse Rn.o; V. Mag.e mandará o que mais conuier a seu real seruiço. A Real pessoa de V. Mag.e, g.de Nosso S.or como seus vassalos hauemos mister. Recife de Pernambuco 8 de Agosto de 1685.

João da Cunha Sotto-Maior.

Tem à margem o seguinte despacho:

Ao Conselho pto ao 1º ponto que não convem que se admita a paz com estes negros, pois a experiência tem mostrado, que esta prática é sempre um meio engano e ainda pelo que toca a nossa reputação em se tratar e à vista com eles ficamos com menos opinião pois isto são uns pretos fugidos e cativos e assim se deve dizer ao Governador que ele lhe faça a guerra usando daquelles meios que fizeram seus antecessores comunicando aos moradores que porque a hostilidade aos negros é tudo em ordem à sua conservação e sossego queiram contribuir com o que puderem para de todo se extinguir o dano que padecem aos assaltos destes negros e no que toca ao 2º ponto deve V. Mag.e ser servido sejam pessoas capazes de se poderem valer deles para toda a ocasião que a estes considerando o m.to que convem a seu serviço de que os capitães servem dos 3ºs que nomeia o Gov.r João da Cunha e (...) de Souza se dê as suas reformações para que tenham com que se sustentarem e se ponham editais para se proverem em sujeitos de toda a suficiência e no merecimento de Agostinho Cesar se tem feito a S. mag.e consulta que até agora não foi servido mandar deferir. Lx.a 7 Fevereiro de 1686.

(Do livro *As guerras nos Palmares*, de Ernesto Ennes, p. 142).

CONSULTA DO CONSELHO ULTRAMARINHO DE 18 DE AGOSTO DE 1696, EM QUE O GOVERNADOR DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO DA CONTA DE SE HAUER CONSEGUIDO A MORTE DO ZOMBY, E PERDÃO QUE SE DEU AO MULATO QUE O ENTREGOU.

Snor. o gouernador de Pernambuco Caetano de Mello de Castro, em carta de 14 de Março deste anno, dá conta de V. Mag. de se hauer conçeguido a morte do Zomby, ao qual descubrira hum Mulato de seu mayor valimento que os moradores do Rio São Francisco aprezionarão, e remettendosêlhe, topara com hua das tropas que dedicara aquelles destrictos que asertou ser de Paulistas em que hia por Cabo o Capitão Andre Furtado de Mendonça, e temendosse o ditto Mulato de ser punido por seus graues crimes offereçera que segurandoselhe a vida em nome delle gouernador, se obrigaua a entregar o ditto Zomby, e aceitandoselhe a offerta dezempenhara a palavra, guiando a Tropa ao Mocambo do negro, que tinha já lançado fora a pouca família que o acompanhaua, ficando somente com vinte negros, dos quaes mandara quatorze para os postos das emboscadas, que esta gente vza, no deu modo de guerra, e hindo os maes que lhe restarão a se occultar no somidouro que arte fiçiozamente hauia fabricado, achando tomada a passagem, pelejava valeroza, ou desesperadamente matando hum homem, ferindo alguns, e não querendo renderse nem os companheiros, fora precizo matalos, apanhando so hum viuo; que enviandoselhe a cabeça do Zomby, determinara se puzesse em hum pao, no lugar mais publico daquella praça a satisfazerem os ofendidos e justamente queixosos, e atemorizar os negros que superticiozamente julgavão este inmortal, pelo que se entendia que neste empreza se acha de todo com os Palmares; que estimaria elle gouernador que em tudo se exprimentem sucessos feliçes para que V. Mag.e se satisfaça do zello com que procura desempenhar as obrigações de leal vassallo.

Ao Conçelho parece fazer presente a V. Mag. o que escreue o Gou.or de Pernambuco Caetano de Mello, de se hauer conseguido a morte do negro Zomby, entendendo que por este meyo se poderão reduzir os mais dos Palmares por ser este a cabeça principal de todas as inquietações, e mouimentos da guerra, que tão sensiuelmente padecião os moradores daquellas capitanias, com tanta perda de suas faz.as e morte

de muitos e que V. Mag. de ha hauido, e que o perdão que seu a este mulato se deue aprouar na concederação da importância deste negro e de se poder pôr termo as hostelidades tão repetidas quantas os vassalos de V. Mag. sentirão na exortação e violençia deste negro Zomby. Lx. a 18 de agosto de 1696.

João de Sepulveda e Mattos
Joseph de F.as Serrão
O Conde de Alvor

(Transcrito do livro *As guerras nos Palmares*, de Ernesto Ennes, p. 142).

CONSULTA DO GOVERNADOR CAETANO DE MELLO E CASTRO DE 12 DE MAIO DE 1697 EM QUE DÁ CONTA DOS NEGROS DOS PALMARES ESTAREM QUASE EXTINTOS, E DIVISÃO QUE FEZ DOS PAULISTAS, POR CAUSA DA DISCORDIA Q-SE RECEAVA, HOUVESSE ENTRE ELES.

Senhor. Pareceume dar parte a V. Mag. de que os Negros dos Palmares estão quazi extintos, porque pella noticia dos que proximamente se preizionarão não chegão a trinta, os que se ocultão naquelles matos; e nem este limitado numero se conservara muito tempo; os Paulistas, e os Indios da nova Aldea de Nossa Senhora da Victoria tem feitos varias prezas as quaes vierão a esta praça cento, e tantos, escravos em hum Barco forão oitenta para o Rio de Janeiro, e os mais ficarão nesta praça por não exceder a ydade em que V. Mag. de premite não sejão exterminados.

A Gente dos Paulistas devedi em dous Arayes por evitar a ruína que de suas discordias se receiava; e por ser isto de grande utilidade para as capitanias circumvezinhas aos Palmares; o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho; ficou no mesmo lugar em que estava, e na sua companhia sinco capitães que escolheo, e os outros nomeou para se agregarem ao Sargento mor Christovão de Mendonça que o dito Mestre de Campo desejava muito apartir de sy; o Sargento Mor, e os mais capitais com Sua Gente ficão cituados nas cabeceiras de Porto Calvo; no mesmo lugar em que se pretendia fazer segunda Aldea de Indios como a V. Mag.de avizey o que agora se escuza, e os moradores de Porto Calvo recolhessem tantas conveniencias nesta vizinhança dos Paulistas que me consta se lhe obrigarão a proveitos de todo o mantimento que necessitassem enquanto suas rossas lhe não dessem o Sustento de que carecião.

Porem senhor paresse justo que aos officiaes deste Terço se lhes asista com o meio soldo que V. Mag.de foy servido concederlhe para o que ao menos tenhão com se vistão o que não pode ser sem consignação certa, quando V. Mag.de não queira que da Fazenda real se fação estas despezas se detrimine que os Tabacos que das Alagoas, e rio de São Francisco se navegam para a Bahia paguem subcidio como sempre foy uzo; e nesta forma crecera tanto o rendimento do dito subcidio que com toda a largueza se faça o gasto deste crecimento; a aybda quando isto fosse novo tributo nunca se podião

queixar aquelles Povos por serem os mais interessados na conquista dos Palmares; como se verifica nas melhoras que já hoje logrão.

Tãobem faço presente a V. Mag.de que os Capitães e officiaes Paulistas sam muitos delles cazados, e dezejão sumamente mandar conduzir suas Molheres, e familias pera os lugares em que rezidem, e donde intentão fazer duas vilas; mas a pobreza lhes dificulta fretar embarcassão em que possa vir esta Gente; pareceme util e asertado; que V. Mag.de lhe mande fretar huma humaça ou premita que vâ esta Fragatinha Ingleza pera a condução que se pretende a qual sera pera bem da consciencia destes homens e particular serviço de V. Mag.de Guarde Deos a real pessoa de V. Mag.de Pernambuco 12 de Mayo de 1697.

Caetano de Mello de Castro

(Transcrito do livro *As guerras nos Palmares*, de Ernesto Ennes, p. 142).

JORNAL DE SERGIPE, 19 DE MARÇO DE 1873

No relatório apresentado por Manoel Spínola Junior (chefe de polícia) há o seguinte trecho:

Captura de Quilombolas. – "Vem de longa epoca a existencia dos quilombos em diversos pontos da provincia.

Reunidos em grupos nos termos de Larangeiras, Divina Pastora, Rosario, Capella e Japaratuba, os quilombolas são uma constante ameaça à segurança individual e de prosperidade.

Desde que entrei em exercício nesta repartição, chegando ao meu conhecimento os factos praticados por taes escravos, e a maneira aterradora porque assaltavam os lugares mencionados, tenho me empenhado seriamente para que sejam eles capturados procurando assim tranquilisar os proprietários d'aquelles municípios e lugares circumvizinhos.

V. Excia. sabe perfeitamente o cuidado que me tem dado o serviço de captura desses malfeitores, e pode avaliar o interesse que ligo a este objecto pelas providencias por mim tomadas, sempre de acordo com V. Excia. que muito tem auxiliado a polícia nesse sentido.

Infelizmente, os resultados não correspondem ainda aos esforços empregados, por isso que em diversas diligencias procedidas depois que estou em exercício, nas quaes se tem distinguido o tenente do corpo de polícia João Baptista da Rocha auxiliado pelas autoridades policiais encarregadas de promovê-las, não se pode passar alem das seguintes capturas: 8 no Rosario e 4 em Divina Pastora e 2 em Larangeiras.

Para isso não pouco concorrem alguns proprietários dos referidos municípios,

os quaes por um desleixo criminoso não só deixam que esses escravos se acoutem em suas terras, como tambem não impedem que se relacionem com os que possuem nos seus engenhos, o que é de grande proveito áquelles, que não podem ser aprehendidos sem grande difficuldade.

Continúo, entretanto, a activar esse serviço na esperança de conseguir resultados completos, e estou convencido que havendo perseverança, sendo repetidas, bem combinadas e promptas as diligencias, hão os quilombos desapparecer, porque os escravos n'elles reunidos ou serão capturados ou amedrontados se irão dispersando em procura da casa de seus senhores.

A ultima hipotese já se vae realizando, conforme as communicações que tive da Capella e acabo de receber de Larangeiras, onde ha poucos dias se apresentou um dos mais temidos n'aquella localidade.

A falta de força dos pontos é para isso um grande embaraço, mas espero que V. Excia. que tanto quanto eu se interessa em ver restituida a tranquilidade dos proprietários da provincia se dignará de provedenciar a respeito como entender acertado para chegarmos aos fins que tão anciosamente desejamos".

JORNAL DO SERGIPE, 14 DE MAIO DE 1873

Quilombolas – o atual delegado de Laranjeiras, Vicente Jeremias Roberto de Carvalho, procedeu uma diligência nas matas do Engenho Brejo. Por denúncia que teve da existência deles naqueles lugares.

Infelizmente, apesar dos esforços empregados, evadiram-se os escravos conseguindo apenas a escolta trazer preso um pardo de nome Francisco fugido há mais de um ano do seu senhor Manoel Curvelo de Mendonça, sendo obstáculo a melhores resultados o mao tempo, a dificuldade de marchar a escolta regularmente em uma mata extensa e intransitável, e também a pouca força de que dispunha o delegado.

A prisão da escrava não deixa de ser de importância, porque veio a se descobrir que tivera ela um filho nos matos e que o viera depositar em casa de uma mulher moradora em Laranjeiras conhecida por Maria Cabocla.

O Sr. Dr. Chefe de polícia tendo conhecimento desse fato, recomendou que o delegado procedesse as averiguações necessárias para saber se com efeito existe o menor em poder da dita mulher, a fim de que sendo tenha ciência o dr. juiz de órfãos, a quem cabe proceder a respeito da forma do reg. que baixou com o decreto de 13 de novembro de 1872, por ser o menor considerado liberto.

Vê-se bem que esses quilombolas praticam toda sorte de perversidade nos lugares em que se encontram. Roubam, fazem mil tropelias, privam-se dos seus próprios filhos, quando não lhes dão a morte, como muitas vezes terá acontecido.

Convém, pois, empregar todo o esforço para extinguir esses malfeitores.

JORNAL DE ARACAJU, 15 DE MARÇO DE 1874

No relatório com que o exmo. snr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 2 de março de 1874, lê-se:

Quilombos:

Ainda não se pôde extinguir os quilombos que, de longa data, são o terror de grande número de proprietários, cuja fortuna e vida sofrem constante ameaça pelas escoltas que de vez em quando dão os escravos em diferentes termos. Muitas diligências se têm feito e alguns resultados se há colhido. Resta, porém, muito a fazer-se. Ainda não há muito tempo, em 24 de dezembro último, foi o chefe de polícia pessoalmente dar o necessário plano para ver se conseguia a captura de um grande grupo entre os termos de Capella e de Rosário. Infelizmente os quilombolas acham-se tão prevenidos que, apezar de todas as reservas, foram sabedores da diligência que se combinava, e na qual se contava vê-los capturados sem o menor desastre.

Asseguro-vos que não permanecerei inativo nesse serviço, se bem que mais de uma dificuldade existam contra os meus melhores desejos a respeito. É a primeira não ter-se um número suficiente de praças para destinar-se, ao menos vinte para cada termo em que os quilombolas mais se apresentam, ou então para formar, se um destacamento volante de não menos 50 praças, sob o comando de um oficial brioso, que se encarregasse de bater aqueles malfeitores em todos os pontos que os encontrasse. Outra dificuldade consiste na falta de dinheiro para destinar-se á espias o que também muito concorreria para a captura dos referidos escravos.

JORNAL DE ARACAJU, 20 DE MARÇO DE 1872

Diligência policial – como já tivemos ocasião de dizer seguiu no dia 8 o snr. dr. chefe de polícia para Maroim e dali foi ao Rosário, no mesmo dia.

Segundo plano combinado e as ordens do exmo. snr. presidente da província encontrou 80 praças da Guarda Nacional para auxiliar a força que o tinha acompanhado e aos destacamentos de diferentes localidades, ali concentrados. Esses destacamentos, que se haviam movido todos n'um só dia, já tinham prestado o serviço de devassar as matas dos engenhos que ficam em direção ao Rosário e arrojar os escravos para o lado onde estava o grosso da força. O alferes João Batista da Rocha recolhera-se no dia 10, depois de percorrer as matas do engenho Capim Assu, Varzea Grande e Jurema. Auxiliado pelo administrador do 1º dos referidos engenhos, foi a um lugar onde encontrou 10 ranchos que mandou destruir.

Os quilombolas, que tinham formado nova situação próxima àquele lugar, teriam sido presos, se porventura não tivessem aviso: perseguidos deixaram grande porção de sebo de gado, cordas, alimentos etc.

A amisade e proteção que quase todos os escravos dos engenhos votam os quilombolas são sérios obstáculos: dão não só aviso como guarida no caso de qualquer emergência, mesmo dentro das senzalas.

Desconfiando-se que sob tal proteção estivessem os quilombolas, cujos ranchos foram montados nas terras do Capim Assu, o snr. dr. chefe de polícia mandou cercar as senzalas do dito engenho. Teve a satisfação de ser eficazmente auxiliado pelo proprietário o snr. coordenador Boto. Não foram encontrados os quilombolas, mas foram presos 4 escravos da fazenda que fizeram importantes declarações.

Na tarde de domingo seguiram 62 praças sob o comando do capitão João Esteves de Freitas para Divina Pastora e o snr. dr. chefe também para ali se dirigiu, sendo auxiliado pelo respectivo delegado e pelo sempre prestante major Felix Zeferino Cardoso. Foram cercadas as senzalas dos engenhos Limeira, Piedade e Quindongá, dirigindo-se ao 1º em companhia do delegado.

Os proprietários desses engenhos ou seus representantes felicitaram-se com aquela solução da autoridade.

Viviam aterrados e com razão. A presença da força e á frente dela o chefe de polícia, desmoralisou os quilombolas cuja audácia tinha chegado ao ponto de entrarem nas vilas e povoados, 10 e 12, armados e bem montados, disparando as armas na porta de algumas autoridades. A força se retirou para a vila do Rosário e o Sr. Dr. Chefe chegou á capital no mesmo dia á noite.

Houve duas prisões importantes e um escravo fugido apresentou-se ao senhor na cidade de Maroim.

São dignos de menções os serviços do alferes Rocha na arriscada missão em que se acha e devemos louvar o auxílio prestado pelos particulares como bem o tenente coronel João Gonçalves de Siqueira Maciel, pela prontidão com que dispôs a força da Guarda Nacional da vila do Rosário. Eis o importante serviço que prestou á segurança industrial o snr. dr. Barbosa Lima, tendo abenegação de empenhar seus serviços pessoais, quando tão próxima estava a sua partida para a comarca que lhe foi designada. Lá chegaram dois escravos presos nas matas do Capim Assu.

No dia 16 foram cercados nas margens do engenho Floresta, com o valioso auxílio do respectivo proprietário José Bernardino D. C. e Mello que forneceu não só cavalos e alimentação como em pessoa acompanhou a força. Por aviso dado do engenho fugiram os quilombolas, deixando vestígios da precipitação com que o fizeram.

JORNAL DE ARACAJU, 3 DE ABRIL DE 1872

Quilombolas – no dia 21 foram presos nas matas do engenho Capim Assu 3 escravos fugidos, sendo criminosos dois por se confessarem dos ferimentos graves que sofreu Ângelo de tal, no caminho de Capela.

Um deles de nome Romão declarou pertencer a Hércules de tal, senhor do engenho Boa Nova; o de nome Evaristo declarou ter fugido cerca de mês e meio do engenho Sítio Novo; a escrava Germana declarou ter fugido há pouco tempo do termo de N. S. das Dores, onde mora o seu senhor.

Antes dessas prisões o delegado de Rosário tinha cercado os sítios Baracho e Fação entre a mesma vila e o Pé do Banco, infelizmente sem resultado por faltar áquella autoridade o auxílio prometido do distrito vizinho.

O delegado de Divina Pastora cercou no dia 23, auxiliando o destacamento com algumas praças da guarda nacional as matas do engenho Batinga, onde havia um quilombo de 11 negros. Infelizmente malogrou-se a diligência por imperícia de algumas praças se não pusilanimidade. Apenas foi capturada uma escrava e apreendidos 4 cavalos, duas armas de fogo e muitos objetos de alojamento.

No engenho Floresta, termo de Rosário, também houve um cerco mas sem resultado, apesar do bom auxílio que prestou o proprietário daquele engenho, que deu monta às praças e acompanhou as diligências.

São dignos de louvores as autoridades que têm sabido corresponder á confiança da autoridade superior na execução de tão importante tarefa; os alferes executores de tão arriscadas diligências e os proprietários que os auxiliaram.

A experiência tem mostrado o grau de relação que entretêm os quilombolas com os escravos dos engenhos: acham aqueles apoio e proteção; trocam esta farinha e agasalho pela partilha nos roubos dos primeiros e em caso de perigo invadem as senzalas.

Desde que os proprietários situados nos lugares mais percorridos pelos quilombolas exercem assídua fiscalização na sua escravatura, cortando quanto for possível a comunicação protetora que tanto tem embaraçado as diligências, os quilombolas, entregues aos seus próprios recursos, não oporão resistência á estratégia e serão capturados.

O concurso de alguns senhores de engenho já tem produzido excelentes resultados.

JORNAL DE ARACAJU, 5 DE FEVEREIRO DE 1872

Quilombos – na manhã de 2 do corrente, no lugar denominado Patioba, no termo de Japaratuba processaram os moradores do mesmo lugar em casa de uma preta africana dos quilombos Venceslau e Rufino, o primeiro do engenho Coité e o segundo do Bom Jardim termo do Rosário.

Animado pelo louvável desejo de capturá-los cercaram a casa mas os quilombolas evadiram-se disparando as pistolas que traziam, sendo que a do escravo Venceslau, empregando-se em um dos cidadãos que diligenciavam prender esses malfeitores.

Assim continuam ainda ousados os quilombolas, a despeito das sérias providências que se tem tomado para extingui-los. Convém redobrar de esforço nesse sentido, e que todos secundem a ação da autoridade por bem da tranquilidade dos proprietários e da província.

JORNAL DE ARAÇAJU, 10 DE AGÔSTO DE 1872

Quilombos – vão de novo apparecendo em alguns pontos os escravos fugidos.

O rigor do inverno fá-los procurar as proximidades dos povoados e a proteção dos parceiros dos engenhos, proteção que muitas vezes tem burlado as diligências da polícia.

Ultimamente na vila de Japaratuba fez-se uma diligência que se não fosse aquella proteção grande seria a preza. Pressentiram o movimento da força e deixando os ranchos com precipitação refugiaram-se os quilombolas nas senzalas dos engenhos.

Foram destruídos nove ranchos e aprehendidos alguns animaes.

Manifestaram-se ainda em outros pontos do baixo Contínguiba os mesmos escravos. A administração não se tem descuidado de garantir, quando lhe permite a pouca força de que dispõe, a ordem pública e segurança individual.

É de crer que os proprietários, os mais ameaçados com a nova atitude que vão tomando os quilombolas, se esforcem para manter nos seus engenhos severa vigilância em ordem e prevenir o perigoso conluio que hora se dá para frustrar os planos da autoridade.

DESPACHO EM REQUERIMENTO DOS ESCRAVOS CLAUDINO PEREIRA DE JESUS E LUIZ BENGUELA PEDINDO LIBERDADE

Os supp.es vierão com mais hum preto Captivo q aqui se acha da va de Sam Matheus e culpa de rebelião remetidos (...) Cap.mor da Va com hua carta de guia naq declarava terem se levantado os pretos daquella terra forros e captivos contra os brancos e pardos eq os suplicantes tinhão sido presos como cabeças desse motim querendo hum delles ser Rey e qe seestava procedendo a devaça p ser remetida he quanto sei destes presos, e posso informar a V.S. que mandará o que for devido. Cadeia da Bahia 16 de abril de 1822.

(Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

AUTO DE PERGUNTAS FEITAS AO REO LOURIANO, PRETO NOVO DE NAÇÃO MACUA

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e vinte e trez aos trinta dias do mez de Abril do dito anno nesta cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos e Cadeias públicas d'ella onde foi vindo o Doutor Juiz de Fora do Crime Luiz Paulo de Araujo Basto commigo Tabeliam aodiante nomeado, e o Escrivão Adjunto José Herculano Pereira Lisboa da Cunha afim de fazer perguntas ao preto

novo que declarava chamar-se Louriano de nação Macua aqum mandou vir a sua presença e também o Advogado dos Santos Evangelhos e lhe encarregou fosse bem curados do Reo que promette e estava defendendo e conforme e de Direito; igualmente mandava dito Ministro vir a presença os pretos Sebastião e Francisco por entenderem a lingua do Reo, e lhes encarregou debaixo do mesmo juramento que communicassem ao Reo as perguntas que elle Ministro passava a fazer e convida (...) em língua portugueza as Respostas que ella disse sem que tanto elles como o Reo prejudicassem a terceira pessoa e que assim prometeram fazer.

Foi perguntado como se chamava de que Nação era, e quantos annos tinha.

Respondeu chamar-se Louriano ser de nação Macua, e parece ter de idade vinte annos.

Foi perguntado se sabia os motivos porque estava preso.

Respondeo ser por causa dos brancos que foram mortos pelos pretos a bordo do navio em que vinhão.

Foi instado para dizer a verdade pois que seos parceiros dizião que elle Respondente fora hum dos que se havia levantado, matando os brancos, e lançando-os no mar vivos; Celestino jze.

Respondeo que ella nada fez de que jogar com achas de lenha nos brancos e que não matara a nenhum, e que assim mesmo foi porque os outros disserão que se assim não fizesse os brancos os comerião na sua terra e que quem aconselhara aos negros novos para se levantarem fora o preto ladino de nome José Pato e que quem matara os brancos forão os pretos novos Macu Namatandu e Mucutandu.

E sendo instalado pelo Ministro hobre o objecto respondeo pela mesma forma.

E assim havia dito o Ministro estas perguntas (...) as quaes sendo lidas, e se Respondente declaradas pelo Intendente Sebastião disse estarem conforme a interpretação como o asseverou o Interprete Francisco que esteve presente do que nós Escrivaens damos fé. E para constar fiz este termo que em assignou o Ministro Curador Adjunto e o Respondente e Interprete (...). Eu Joaquim Antonio de Alves Fialho escrevi. (Seguem-se as assinaturas).

(Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

PARTE LEGAL DA DIVISÃO MILITAR DA GUARDA IMPERIAL DA POLÍCIA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 1826

S. Lazaro (...) Quelús.

Tendo-se-me denunciado que alguns pretos se aquilombarão, e premeditavão aprezentar hua revolução na Cidade, dispunha-se a prevenir, e frustar suas tentativas quando no dia de d'hontem soube que alguns dos preditos negros, antehontem, havião ferido a varias pessoas no Caminho da Cabulla e rapitado hua menina, que com

sua família se passava a hua rossa o dito citio (cuja foi achada hoje muito maltratada e por isso foi recolhida ao hospital da Mizericordia onde se acha) e então não podendo agoardar o momento que havia designado para momentaneamente, e as horas, que pela denúncia me parecião proprias, para capiturar os malfeitores, depois de haver participado a V. Excia., quando tinha a tal respeito chegado ao meo conhecimento e recebido as ordens necessárias, passei immediatamente a communicar a varios officiais, pondo-lhes a sua disposição diversos troços (...). Tropas para que marchando aos lugares suspeitos (...) aprehendessem os revolucionarios cuja ordem (...) por elles cumprida, effetuarão suas diligências com os resultados que se evidencião pelas respectivas partes, abaixo transcriptas. Participo a V. Sa. que marchamos da Cidade as dez horas do dia, como me foi por V. Sa. ordenado, com doze soldados e hum Cabo, p.a o Cabulla, e chegando a Estrada do d. o lugar tive noticia que os negros estavão reunidos em o lugar denominado Orubu – em número pouco mais, ou menos, de cincoenta, e também alguas Negras, e procurando para ver se os descobria encontrei com hum Capitão de Assaltos, e mais dous Criolos gravemente feridos, ahi soube terem sido aquelles ferimentos pelos negros q se achavão levantados com esta notícia delibereime a seguilos e finalmente descobri em huma baixa do ponto do Orubu onde já encontrei com um Sgto, e 20 soldados do Regimento de Pirajá e unindome com esta força fui exercer a (...) o que sendo percebido pelos referidos pretos pozerão-se em defeza fazendo pa isso uso de hum corno de boi com hum (...) na ponta inferior que formava huma espécie de corneta, e como viessem armados de facas, Facõens, Lazarinas, Lanças, e mais outros instrumentos curtos, gritei-lhe q se entregassem, mais elles lançando-se furiosos sobre a tropa gritavão Mata, e Mata, foi-me necessário mandar fazer fogo, com o que consegui desperçarem-se, e indo em alcance prendi a negra Zeferina a qual se achava com arco e flexa na mão, e achei 3 negros mortos, e huma negra e alguns sacos de farinha, e bolacha, e como fosse já noite e eu não tivesse certeza onde achasse os desperçados negros por q todos tinhão fugido deixei perto do referido lugar o mencionado Sargento e Sold.os de Pirajá pa observar qualquer movimento q houvesse retirando-me as 7 horas da noite a dar parte a S. S. do acontecido e entregando neste Qel a preta aprehendida com o arco e flexa q lhe forão achados. Ba e Quartel de Polícia 17 de dezembro de 1826. José Balthazar da Silveira – Ajudante.

(...) casebres (...)

(...) prender os negros que junto se achassem assim o executei, e nelles achei quinze negros e oito negras que são os seguintes – Antonio, escravo de Sabino Vieira. – Conrado, de Luiz Ramos – Camilo, de Joaqm da Rocha – André, do Cap.am Felippe – Joaquim, de Antonio Guim.es – Jão, forro. – Roque, escravo de D. Maria Constancia. – Fabé, de Antonio Coelho – Vitorino, de Faustino – Rafael, de Manoel Antonio dos Santos. – Matias, do Coronel Franco José de Mattos – Ignacio, que não sabe o nome do Snr – Paulo de Antonio Coelho. – Joaquim Duarte, forro. – Severino, do Padre João – Ignacia, do Thesoureiro das Tulhas – Felicio, de Joaquina de Araujo. – Arianna Pires,

forra – Henriqueta, de José Caetano Costa – Clarinha, do Ministro Francisco de Tal. – Joana, de Francisco Pereira – Angelica, de José Fernandes, e mais tabaque et mais duas viollas armadas com piaçaba e sendo-me nessa mesma occasião denunciado que na Rua da Oração existia hum cazebre e hum grande numero de negros dirime (...) achando nove negros, hum pardo e hum (...)

Pires, escravo do Barão de Pirajá – José, de D. Maria Portugal – Vicente, do Padre Luiz Dias. – Antonio, de m.mo Snr. – Caetano, de Joaquina Roza – José, de Antonio Machado – Geraldo, de Domingos dos Santos – Antonio, de Manoel Goms – Joca, de José Lial – Bartholomeu Gonçalves, pardo forro, e casado com a parda forra Joaquina Rodrigues – Maria S. Isabel escr.a da Mizericordia – Joaq.na Isabel (...) S. Casa – Josefa, do Brigadeiro Manoel Pedro e Leonor, forra; e mais um chepeo de Sol grande e coberto com panos de diffe.es cores, tendo em sima huma figura com xifre, huma arma com varetas, e feixes, hum ferro de ponta com 4 palmos e meio de comprido, huma faca de ponta com 4 palmos, e meio, e outras flamengas, huma Poltrona de couro cru com 8 cartuxos feitos de pao cheio de polvora, e varios instrumentos de dansa o que fiz conduzir para este Qel como me cumpria. Qel da Policia da Ba 17 de Dezembro de 1872.

José da Costa Velloso – Alferes.

Em consequencia da ordem de V. Sa. passei (...) do Maciel de Baixo e nelle (...).

Em consequencia, pois desse rumor popular e pa evitar funestas consequencias q não pela primeira vez se tem apresentado nesta Cidade passei a requisitar ao Exmo. Snr. Gen.al mais gente e tendo dado as providencias, multiplicando Patrulhas, fazendo efectivas todas as ordens tendentes e evictar qualquer mao resultado q pudesse ter lugar cumprindo-me ultimamente fazer certo a V. Exa. que os negros appresionados e armas que lhes foram contadas, ficão neste quartel athe que por V. Exa. lhe seja designado o destino e mui particularmente sobre o preto Christovão (...) da ditta revolução e que se achava todavia em sua caza, com preto Franc.o Romão, porem indiciado do crime acima declarado.

(Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

OFÍCIO DO TENENTE CORONEL COMANDANTE DA POLÍCIA REMETENDO VÁRIOS ESCRAVOS PRESOS EM CONSEQUÊNCIA DE ATIVIDADES SUBVERSIVAS NA REVOLTA DE 1826

De ordem do Exmo. Snr. Vice Presidente, remetos prezos adisposição de V. Exa. os pretos rellacionados nas partes transcriptas, compreendidos, huns na rebelião, que teve lugar nos suburbios desta cidade, e Outros indicados como propenços ao mesmo, por serem demnunciados e encontrados em Cazebres e ajuntamt.o perogozos, ficando no Hospital o que se intitulava Rey, o qual, entrajes proprios foi encontrado e que negando seu nome, todavia se sabe ser escravo de Francisco Ant.o Mascarenhas não

sendo [uma palavra ilegível] numeradas nas indicadas partes, por ser posteriormente encontrado no matto, e prezo pela trapa do Cel. Franc.o da Costa Branco: egualmente communico a V. Sa. não hirem as pretas captivas designadas nas referidas partes por Ordenar o mesmo Exmo. Snr. de as entregar a sertos Senr.es para serem punidos. Bem assim os pretos forros Joaq.m Duarte, e Thomas José, Miguel Valentim, e Francisco Simõens passados para o Forte do Mar e Christovão Vieira que he soldado do 1º Batalhão de 2ª Linha, fica neste Quartel de baixo da mesma precipitada Ordem, eq o preto Germano posto esteja no Hospital a receber o preciso curativo está todavia a ordem de V. Sra., e nesta mesma ocazião envio as Armas e Utencilios de diversas qualid.es e Uzos que foram contadas e se achão (...) partes.

Deos G.e a V. Sa.
Quel da Polícia da Ba, 27 de Dezembro de 1826.
Ilmo. Senr. Dezembargador Ouvidor Geral do Crime
Manoel Joaquim Ponto (...) Tent.e Cel. Comde.
(Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

TRECHO DE AUTO DE CORPO DE DELITO

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oitocentos e vinte seis aos desenovet dias do mez de Dezembro do dito anno nesta Cidade da Bahia em a egreja da Frequesia de São Bartolomeu de Pirajá onde Eu escrivão vim para effeito de se proceder a exame e Corpo de delicto nos cadaveres dos fallecidos Antonio Nunes dos Santos, Cabra Forro, de Manoel José Correa branco, que tinhão sido mortos no dia desecete do corrente pelo meio dia no Sitio denominado Cajazeira por varios negros que se levantarão naquelle dia. E sendo presentes os Cirurgiões aprovados, Fortunato Candido da Costa Dormerd e Bernardino José de Almeida vistas pela comição que tenho de dezembargador (...) o juramento dos Santos Evangelhos em hum livro delles sob cargo do qual lhes encarreguei que verdadeiramente examinassem os dittos cadaveres e me declarassem as offensas que tinhão e o instrumento com que foram feitas e Se dellas lhes proveio morte. Recebido por elles o juramento assim prometerão fazer. E passando a examinar o Cadaver de Antonio Nunes dos Santos Cabra declatou ter huma ferida transversal sobre o Osso Coronal de extenção de cinco pollegadas complicada com fratura do mesmo oço, outra sobre a parte superior do nariz feita transversalmente desta parte com offenças nesses ossos proprios do nariz, outra na face do lado esquerdo principalmente do angulo da boca a duas polegadas de extenção, tem mais outra na parte anterior do pescoço com offença da laringe e arterias carotidas tem mais duas feridas huma sobre o (...) da mão direita ambas com duas pollegadas de extenção, outra mais na parte anterior do braço do mesmo lado com extenção de

duas pollegadas, e cujos ferimentos mostrão serem feitos com instrumento incisivo ou cortante, as offenças da Cabeça e principalmente as duas arterias de sua natureza são mortaes e por isso se lhe (...). E mais não declarou. Paçando a examinar o cadaver do falecido Manoel José Correa Branco dicerão ter quase toda a abobada do cranco fraturada com arrancamento de peças ou perda de substancia, e falta de porções do cérebro, tem mais huma ferida na face do lado direito principiando desde afonte atte aparte media do pescoço. A offença da Cabeça mostra ter sido feita com instrumento contundente, e a do pescoço com instrumento cortante, a da cabeça mortal de necessidade e mais não declararão.

Paçando a examinar o Cadaver do Fallecido Lourenço de Santa Barbara branco, dicerão ter (...) inferior do osso coronal com extenção de huma polegada, outra mais sobre o supercílio do olho direito com extenção de pollegada e meia, outra perpendicular na parte anterior da orelha direita com extenção de duas pollegadas outra na parte posterior da orelha do mesmo lado sobre aporção escamosa do osso temporal com extenção tão bem de tres pollegadas, outra ditta na parte posterior do pescoço ou nuca com offenças das vertebras (...) e da medula espinhal de cinco pollegadas de extenção e mortal de necessidade todas essas ofenças mostrão serem feitas com instrumento cortante mais não declararão. Eu escrivão dou fé ver as ofenças que tinhão os referidos cadaveres. Para constar fiz (...)

((Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

OFÍCIO MANDANDO O DEZEMBARGADOR OUVIDOR-GERAL DO CRIME TOMAR PROVIDÊNCIAS CONTRA A INSURREIÇÃO DE 17 DE DEZEMBRO DE 1826

Tendo apparecido na madrugada do dia 17 do corrente hua insurreição de negros nas immediações de Pirajá termo desta Cidade da qual se seguirão assassínios, roubos, e incendios de cazas como me foi prezente pela Parte do Tenente Coronel Comandante da Divisão Militar da Polícia e convindo á segurança e tranquilidade desta mesma Cidade e Provincia tomar todas as medidas necessarias em negocio de tanta monta: ordeno ao Dezembargador Ouvidor Geral do Crime que proceda immediatamente em conformidade das Leis contra os reos de tão pernicioso crime, procurando conhecer por meio de perguntas aos ditos reos o fim a que se dirigia tal projecto, e do que achar me dará logo conta, para que eu providencie como o exigir a segurança publica. E quanto aos individuos que forão achados em cazebres, metterá em processo aqueles que pela natureza de suas culpas o merecerem segundo a parte que lhe será apresentada pelo sobredito Tenente Coronel Comandante, e aos outros fará castigar policialmente conforme a maior ou menor gravidade de seus delictos, para depois serem entregues a seus senhores. Palacio do Governo da Bahia 20 de Dezembro de 1826.

(Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

LIBELO CONTRA UM DOS RÉUS IMPLICADOS NA INSURREIÇÃO DE 1830

1

(...) que os vio com mais outros pretos em nº de 18 a 20 na manhã do dia 10 de abril do anno passado acometerão a loja do Francisco José Tupinambá na rua da Fonte das Pedras, donde tirarão violentam.e 12 espadas de copos, e 5 Parahibas deixando ferido o dono da loja, no peito direito e o caxeiro José Silvino Raposo com uma cutilada na cabeça e huma estocada na nadega.

2

P. que os ditos pretos fizerão a mesma assuada na loja de Manoel Coelho Travessa tambem com vistas de tomar as armas desta loja deferragem, e como achassem rezistencia por se ter já então prevenido o dono, e os caixeiros de dentro do balcão com espadas, e com hum bacamarte, que os fez intimidar apenas tirarão huma Parahiba; e passando para a de Francisco Jozé Pereira Leite com igual tumulto roubarão seis das ditas Parahibanas.

3

E que munidos das sobreditas armas os taes cabeças de motim, depois de comet-terem outros attentados na rua Julião onde ferirão gravemente a Nicolao Antonio da Maia dirigiram-se ao Armazem de Wenceslau Miguel de Almeida, afim de subleva-rem os captivos daquella armação, e se reunirem para fazer corpo com que pudessem levar a exito a insurreição premeditada por elles, segundo a denuncia referida no officio do mesmo Comm.e da Policia dfls. 9.

4

P. que os taes cabeças do motim acompanhados de mais de 100 dos dittos capti-vos que poderão seduzir, e de outros ladinos que se lhes forão incorporando munidos de paos, atacarão a guarda da Polícia da Soledade, que constava de 7 soldados a hum sargento; e neste conflicto ferirão gravemente ao Soldado Francisco Lopes de Carva-lho de quem tomarão a arma.

5

P. que os reos com mais outros os amotinados em nº de 41 forão prezos pela es-colta Militar na Matta de S. Gonçalo para onde tinhão fugido perseguidos pelo Povo que contra elles se havia armado em defesa commum para os rechaçar, como feliz-mente acontece evitando-se a continuação das hostilidades e horrores a que elles se propozerão.

6

P. que conforme o Direito os reos devem ser punidos com as pennas competentes estabelecidas no Codigo Criminal para exemplo de outros, conservarção do socego publico e desagravo da Sociedade offendida, para que se officie o presente libello que se esperava ver julgado afinal aprovado por vir de tudo.

F. P.

P. R. C. I. O. M. I. M.
PP. N. N.
E.
Des.or. Antonio Cerqueira Lima.
(Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

PORTARIA DO CHEFE DE POLÍCIA NO DIA POSTERIOR AO MOVIMENTO DE 1835

Illustrissimo Senhor. Vossa Senhoria repartirá pelo Districto immediatamente todos os inspectores de Quarterão dessa Freguezia e os encarregará de entrarem em todas as casas por lojas pertencentes a pretos Africanos dando huma rigorosa busca para descoberta de homens, armamentos, e (...) ficando na inteligência de que nenhum delles goza de Direito de Cidadão, nem deprevilegio de extrangeiro, e que a Policia exige rigorosamente que por uma vez se acabe qualquer possibilidade de tentativa como a da noite passada. Vossa Senhoria chamará para turma os cidadons do seo Dis-tricto que julgar necessarios forçando-os a obideencia se o patriotismo ou interesse da propria conservação os não convencer em se prestarem. As noites de hoje em deante deverão haver innumeras patrulhas de cidadãos e grande vigilancia das autoridades Policiais as quais me darão conta de tudo quanto ocorrer a tal respeito, exijo a parte do que ocorreo hontes neste districto. Deos guarde a vossa Senhoria vinte e cinco. Ilustrissimo Senhor Juiz de Paz do Primeiro Districto da Victoria. Francisco Gonçalves Martins;

(Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

OFÍCIO DE ANDRÉ ANTONIO MARQUES AO JUIZ DE PAZ DO PRIMEIRO DISTRITO DA VICTORIA:

Ilustrissimo Senhor: – Tendo rebentado na noite de hontem para o dia de hoje vinte e cinco do corrente huma insurreição de escravos para maior parte Nagôs, de que hia eu sendo victima assim como Vossa Senhoria, e outros nas Mercês onde fo-mos atacados, de que nos salvamos na Fortaleza de Sam Pedro por grande felicidade sendo desgraçadamente morto o Sargento da Guarda Nacional Tito Joaquim da Silva Machado procurei hoje empregando maior diligencia prender aquelles insurgentes que erão do meo Districto e entre estes capitulei como cabeças e chefes de clubs que se juntavão na casa do Ingles Abrahão e de quem anteriormente tinha dado parte ao Excellentissimo Presidente da Provincia os seguintes Nagôs Diogo, Ramil, Jaime e João escravos de Abrahão, Carlos, Thomas Cabeças de clube sahirão e recolheram-se pela manhã ainda com as (...) ainda com as calças com sangue examinei não tinha

ferida alguma no corpo escravos de Francisco Robilhard, Cornelio escravo de Pletoris Ingles apanhou-se recolhido para casa confessou ter hido com os outros erão tão bem do clube, Luiz escravos de (...) entrou pela manhã sujo de polvora com anel no dedo o senhor o entregou e disse que elle tinha saído era do clube. Thamaz escravo de Vagner cabeça do club, mestre que ensinava a escrever consta recolher-se pela manhã. José escravo de José Antonio de Araujo, o senhor mandou-o entregar por ter entrado na insurreição e recolhido-se pela manhã com uma bala atravessada na perna, era cabeça do club. Jose escravo de Evano por denuncia que tive acha-se preso para averiguar-se, acham-se presos, hum na fortaleza de S. Pedro, e outro na Fortaleza do Mar por ordem de Vossa Senhoria, Bahia e primeiro Districto da Victoria vinte e cinco de janeiro de mil e oitocentos e trinta e cinco. Ilustríssimo Senhor Juiz de Paz do Primeiro Districto da Victoria. André Antonio Marques, Inspector.

(Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

TRECHO DO INTERROGATÓRIO DE JOÃO, ESCRAVO DO INGLÊS ABRAHÃO

(...) foi interrogado opreto João escravo do inglez Abrahão da maneira seguinte: Perguntado qual o seu nome, naturalidade, residencia etempo della no lugar designado. Respondeo chamar-se João de nação Nagou escravo do inglez Abrahão residente na estrada da Victoria a hum anno, pouco mais, ou menos, sendo escravo desta a doze annos. Perguntou quais os seus meios de vida eprofissão. Respondeo ser cozinheiro em cujo trabalho se entrega na casa de seu senhor. Perguntou se conhecia apessoa que de aparte contra ella, e desde que tempo. Respondeo que conhecia de vista por ser morador na Estrada da Victoria desde o tempo que para ahi veio morar. Perguntou se tem factos a allegar, ou pras que justifiquem sua innocencia. Respondeo que não. Foi mais seperguntado e não sabia quem tinha feito a casa de palha no fundo da roça do seo senhor, ofim para que o effeito que produzirão as reuniões, que fazião e quais as pessoas que alli se juntavão e escravos de quem. Respondeo que a casa de palha foi feita pelos seus parceiros Jaime e Diogo a fim de se reunirem, onde tão bem conservavão e por huma das vezes foi visto pelo Inspector André Antonio Marques que se achava neste acto presente, epor elle reconhecido houve um jantar onde se reunirão todos os escravos Nagôs dos Inglezes muitos de saveiros que (...) da Cidade outros de Brasileiros, os quais elle lhe hé impossível declarar pôr seus nomes porem que se recorda do escravo de nome Diogo (...) morador no caminho da Barra por nome Sule em sua terra ser o Capitão delles todos reunião e conheci mais Pedro, e Carlos de Nação Nagou escravos do Doutor Ingles Dundar, mais os escravos do ingles Melon morador na Estrada da Victoria, hum que se chama João, que andava no caminho, o cozinheiro chamado Nicio, e Antonio vindo ultimamente de Pernambuco, mais dois escravos Nagôs Mama e Buremo cujos nomes são conhecidos em sua lingua dos escravos Nagôs do Inglez Guilherme morador atraz da Egreja da Victoria Cornelio Nagou da casa do Hamburguez Ziton morador na Victoria, Jacinto forro cozinheiro da casa do inglez Wolche, morador na Victoria, João da nação Nagou forro que foi do Inglez Jelson dous escravos do Inglez Frederico Hobehan, Martinho, Ricardo, Manoel e outro que chama-se capitão mas elle reo não sabe o nome verdadeiro que se sentava no canto de Cadeira ao largo da Victoria e se lembra agora dos dous do Ingles Robeliard, seos, nomes, chamarem-se Thomaz e Carlos, e Tomp Nagou escravo do Inglez (...) o moleque Thomaz nagou do inglez Weicher, e Luiz cozinheiro do Americano Signot de nação Calabar porém só fala Nagou, um moleque da casa do inglez Liú, baixo grosso de corpo, de nação Nagou e outros muitos que elle se não pode lembrar. Sendo porem na tarde do dia vinte e quatro de Janeiro avisado por alguns parceiros dos quais elle Reo não se lembra do seu nome para naquela madrugada se reunirem todos, a fim de matarem todos os brancos, pardos e crioulos, elle Reo a meia noite pouco mais ou menos com os seus parceiros Diogo, Jaime e Daniel se foram reunir aos outros que no campo do Forte de S. Pedro epouco depois, vendo o fogo que lhe faziam da Fortaleza fugirão, e se retirarão para Casa de seus Senhores encaminhando-se para os seus quartos até que foram no dia seguinte presos; e mais não declarou epara constar mandou o Juiz lavrar este termo em que assignou como Curador e testemunhas por não saber o Reo escrever.

(Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

PROCESSO CONTRA O ESCRAVO NELSON, OU NECIO, OU NOGENO, DE PROPRIEDADE DO INGLÊS RUSSEL. CORPO DE DELITO

"Auto de exame e corpo de delicto, Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo demil oito centos trinta e cinco aos vinte e cinco dias do mez de Janeiro do dito anno nesta leal valorosa Cidade da Bahia, e Primeiro Districto de freguezia da Victoria e lugar do largo do Forte de São Pedro onde o Juiz de Paz respectivo o cidadão Francisco José Silva Machado commigo Escrivão de seo Cargo abaixo assinado e o Cirurgião Ajudante Antonio José de Lima e Camara e as testemunhas presenciais e corpo de delicto no cadaver do sargento Tito Joaquim da Silva Machado assassinado na ocasião da insurreição e presente o dito Cirurgião Ajudante (...) o dito Juiz e os juramentados Santos Evangelhos encarregou-lhes de bem (...) examinando o cadaver declarando os ferimentos nelle existentes, suas qualidades, profundidades e o instrumento com que poderião ter sido feitas, e recebido por elle o dito Juramentado assim prometeo cumprir, e passando o referido exame declarou achar-se o cadáver com as seguintes offensas, huma ferida situada na parte superior do pescoço, e inferior da mandibola comprehendendo desde as (...) do occipital athé aparte anterior da mesma mandibola com corte total das arterias carotidas, veias jugulares, partes musculares e nervos, outra situada sobre o labio superior e inferior com direcção obliqua desde a parte

superior da maçã do rosto athé aparte inferior do queixo com destruição dos vasos, fractura dos dentes caninos incisivos, epartes musculares, cujos tecidos demonstravão terem sido feitos com instrumento cortante como espada em consequencia dos quaes lhe resultou a morte, emais não declarou o que eu Escrivão dou fé (...) Epara constar mandou o dito Juiz etc." (seguem-se as assinaturas das testemunhas).

AUTO DE EXAME E CORPO DE DELITO DOS SOLDADOS DO CORPO DA ARTILHARIA

"Auto de exame e corpo de delito, Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo demil oito centos etrinta e cinco aos vinte e cinco dias do mez de Janeiro do dito anno. Nesta cidade da Bahia e Fortalez São Pedro situada no Primeiro Districto da Freguezia da Victoria onde o Juiz de Paz respectivo o cidadão Francisco José da Silva Machado commigo o escrivão deseo Cargo abaixo assignado e o Cirurgião mor Manoel José Bahia fomos, e sendo ahí, mandou o Juiz proceder aexame e corpo de delicto nos ferimentos feitos nos soldados do Corpo de Artilharia por effeito da Insurreição dos Africanos na noite de hontem vinte e quatro do corrente, e presente o dito Cirurgião Mor lhe defino o dito Juiz ojuramento dos Santos Evangelhos sob cargo do qual lhe encarregou de bem verdadeiramente examinar aos feridos declarando suas gravidades, profundidades e tudo quanto hé relatorio, notando se ha perigo devida erecebido pelo dito cirurgião opinamento assim prometeo cumprir, e consequentemente passando ao referido exame declarou que o Furriel da Primeira Companhia Joaquim Amorim (...) achou ter um ferimento na parte lateral do osso frontal junto a sotura, tendo extenção pollegada e meia e profundidade até o osso, esta fenda parece ser feita com instrumento cortante como espada, não se nota perigo de vida, o que melhor se verá pelo decurso do tempo. José Marques de Silveira Soldado da Terceira Companhia achou ter a orelha esquerda quase mutilada pela sua extensa comprehendendo tegumentos, emusculos que revestem aparte pedroza pela sua parte posterior do osso temporal, ficando tão somente ligada a dita orelha por uma porção de duas ou tres linhas outra mais na parte laterial media externa do pescoço com duas pollegadas de extenção, estas feridas foram feitas com instrumento cortante como espada, mas não denotão perigo de vida esim mutilação da mesma orelha, o que melhor se verá pelo decurso de tempo. Angelo Custodio Soldado da Oitava Companhia do mesmo Corpo com huma consideravel fenda sobre o osso parietal direito, na sua parte superior junto asotura (...) pelo seu comprimento tendo de extenção quatro polegadas e meia, eprofundidade até a primeira substancia do mencionado osso, esta ferida hé feita com instrumento cortante como espada, enão denota iminente perigo de vida mas pela sua situação e profundidade parece haver perigo, o que melhor se verá no processo do seo testamento, todos estes ferimentos deram grande porção de sangue fluente e mais não declarou, o que eu escrivão dou fé ver, e para constar mandou o dito Juiz lavrar este auto emque assignou com omencionado cirurgião nós, e testemunhas e commigo João Machado de Souza Paixão etc. (seguem-se as assinaturas).

(Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

TRECHO DO INTERROGATÓRIO DE AGOSTINHA (NAGÔ)

"Respondeo que mora na casa em que foi presa a trez annos porque he camarada de Belchior da Silva Cunha e que os papeis achados na sua casa encontrados neste acto são do dicto Belchior e de Gaspar da Silva Cunha outro negro Nagou que com aquelle se acha preso e que a camisola e farda são do dito Gaspar da Silva Cunha. Que os papeis são feitos pelo mesmo mestre de Gaspar e Belchior que he escravo de um homem que faz fumo no Caes Dourado e mora junto da egreja de Guadalupe ehe de Nação Tappa, cujo nome de sua terra he Sanin porque he como elle o trata por não saber o nome que elle tem na terra de Branco o qual negro quando está no brinquedo fala tambem língua de Nagou ehe velho com alguns cabellos brancos que o dito mestre hia acasa della falar com Belchior muitas vezes e Belchior taobem hia acasa do senhor delle sendo a última vez antes desta Guerra dos negros sexta feira (...) desta guerra digo da mesma Guerra a noite pelas oito horas pouco mais ou menos que elle ficou na porta, falou com Belchior por pouco tempo e foi se embora. Que alem do dito mestre tão bem hia a casa conversar com o mesmo mestre os seguintes negros cujos nomes da terra de branco ella não sabe porque só se falava com os nomes de sua terra que são hum de nome Ivá, cujo senhor mora na rua da Laranjeira e he carregador de Cadeira outro de nome Bada que he ferreiro escravo do ferreiro que tem tenda na Barroquinha, outro de nome Ojou carregador de Cadeira, cujo senhor he o vigario da Rua do Passo, outro de nome Mamonin, escravo do padeiro que mora na Egreja do Hospicio do Pilar o qual dantes vendia pão, e agora está em casa trabalhando com outro de nome Thirá, cujo senhor agora está no Bonfim, emora na Casa Grande do Caminho Novo mas este já hé forro, ainda que está morando por hora com o mesmo senhor e que quando se juntavão falavão em fazer guerra aos brancos mas que ella como mulher não se metia e antes dizia a Belchior que ella veio captivo de sua terra e aqui tinha ficado forro que os brancos não fazião mal porque se achavão seo vintem comião e bebião e por isso que o dito Belchior nunca teve tenção de hir a Guerra e nem sahio neste dia, disse mais por lhe ser perguntado que o dinheiro achado em sua casa em sobre foi contado neste dito por ella mesma e he a quantia de setenta e nove mil quatrocentos e oitenta reis pertence ao dito Belchior e seos camaradas presos no Forte do Mar, e mais não disse nem lhe foi perguntado pelo que mandou o Juiz depositar a quantia em poder do Inspector Manoel Eustarquio de Figueiredo que como recebeo assinou tambem este termo mandou egualmente que o escrevesse em que assinam o mesmo Juiz, O Official de Justiça

Deste Juizo Boaventura Pimentel e as testemunhas presentes etc. etc. (Seguem-se as assinaturas das testemunhas).

(Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

AUTO DE CONTINUAÇÃO DE DILIGÊNCIA SOBRE A INSURREIÇÃO DE 1844

Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos quarenta equatro nesta Cidade da Bahia e cazas do preto Marcelino de Santa Escolastica onveio o Doutor Delegado do Primeiro Districto Domingos José Gonçalves Ponce de Leão comigo Tabelião sendo ali mandou o dito Juiz continuar a busca na dita caza pelo Inspector de Quarteirão José Victor Topazio oqual por instrucções dadas pelo Juiz mandou fazer huma escavação no pavimento terreo da dita caza enologar onde se achava molhado e com hum poiar de barro vermelho que denotava ter sido molhado de proximo por se achar muito molle o barro; e no dito logar foi achado huma panella nova de barro vidrada coberta com hum texto contendo ella diverços embrulhos todos elles de couzas que sediziam proprios de feitiçarias ou malefícios, e por mais nada houve odito Juiz deu por finda a diligencia e levantou o cerco que havia na dita caza e na (...) Do que para constar fiz este termo em que assignou o referido Inspector com o Juiz e mais testemunhas.

– "respondeo que na referida loja juntão-se muitos negros, sendo a maior parte delles Nagôs e Tapas e alguns Aussás das seis horas da noite conversando muito durante este tempo, gritando as vezes e outras vezes rindo-se contando a ella interrogada que todos os negros que ali se reunião contribuíam com dous mil reis mensaes cuja applicação ella interrogada ignora mas agora de proximo e por ocazião da desavença entre o preto Francisco e a preta Maria ambos libertos e amazios um do outro, soube que elles eram Malés eque ella Maria hia denunciar como de facto denunciou daquellas reuniões e demais tentativas de Insurreição".

(Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

TRECHO DO INTERROGATÓRIO FEITO À PRETA JOANA JOAQUINA DE SÃO JOSÉ (LIBERTA)

Interrogatórios Neste mesmo dia mez e anno (...) o interrogatório (...) pela maneira seguinte. Foi-lhe perguntado se tinha notícia da tentativa de insurreição praticada pelos Africanos moradores na loja por baixo da Caza da interrogada e tão bem pela Africana Antonia que mora por ella digo com ella interrogada.

Respondeo – que não tinha notícias de semelhante tentativa mas sabe que na referida costuma reunir-se muitos negros sendo a maior parte delles Nagôs e Tapas

e alguns Delles Aussás, converção muito gritão as vezes e outras riem-se bastante, durante as suas reuniões que invariavelmente principiam aseis da tarde e acabam as vezes as oito horas da noite ignorando porem ella interrogada o motivo destas reuniões isto athé pouco tempo mais que de proximo e por occasião da disavença entre o preto Francisco e a preta Maria ambos moradores na dita loja, e amasio hum do outro soube que aquellas reuniões eram de Males que tentavão contra os brancos segundo lhe disse referida preta Maria que hia denunciar a Policia como defato denunciou.

(Manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia).

CARTA DE JOSÉ VENÂNCIO DE SEIXA PARA DOM RODRIGO DE SOUZA COUTINHO, EM QUE LHE PARTICIPA TER CHEGADO À BAHIA E TER TOMADA DE POSSE DE LUGAR DE PROVEDOR DA CASA DA MOEDA, REFERINDO-SE A DIVERSOS ASSUNTOS DE SERVIÇO PÚBLICO E ESPECIALMENTE À DESCOBERTA DE UMA ASSOCIAÇÃO SEDICIOSA DE MULATOS

Bahia, 20 de outubro de 1798.

"Huma das novidades inesperadas que aqui achei foi do perigo em que estiverão os habitantes desta cidade com huma associação sediciosa de mulatos, que não podia deixar de ter perniciosas consequencias, sem embargo de ser projectada por pessoas insignificantes; porque para se fortificarem lhes bastavam os escravos domésticos inimigos irreconciliaveis de seus senhores, cujo jugo por mais leve que seja lhes he insupportavel. Foi Deus servido descobri por hum modo bem singular a ponta desta meada, ao fim da qual julgo se tem chegado, sem que n'ella se ache embaraçada pessoa de estado decente. Creio que V. Exa. receberá n'esta ocasião huma conta muito circunstanciada d'este caso que ensina a desconfiar para o futuro. Eu não posso deixar de me lembrar n'esta ocasião que todas as ordens antigas dirigidas ao Brazil a respeito de mulatos, os fazia conservar em hum certo abatimento, prohibindo-lhes a entrada em qualquer officio publico ou posto militar, inhibição que era ampliada ainda mesmo aos brancos casados com mulatas.

A carta regia de 1766 foi segundo me parece hum erro de politica em administração de colonias, porque mandando formar corpos milicianos desta qualidade de individuos, se viram condecorados com postos de coroneis e outros similhantes, com que esta gente naturalmente persuadida, adiantou consideravelmente as suas ideias vaidosas, o que junto ao espirito do seculo, os faz romper em toda a qualidade de excessos.

Esta materia me conduz a pôr na presença de V. Exa. outra em que me parece indispensavel que V. Exa. dê as mais promptas e positivas ordens. Ha alguns annos se tem ido formando acima da vila da Cachoeira hum Quilombo de negros fugidos e ultimamente se forma outro ainda mais perigoso a 5 ou 6 legoas de distancia d'esta cidade. A deserção dos escravos tem sido agora mais que nunca excessiva e V. Exa.

não ignora o que teem feito os negros marões nas colonias francezas e hollandezas. O mesmo se pode receiar vindo os Quilombos a crescer, se não forem destruidos antes que tomem consistencia".

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 36, p. 42-43, verbete nº 18433.

II-33, 24, 29 / Nº 59 / 261

Ilmo. e Exmo. Sr.

Levei a Augusta Presença do Principe Regente Meu Senhor o Officio de V. Exa. nº 29, em data de 2 do mez passado, com os documentos que o acompanharão, em que acusando haver recebido o Aviso, que por esta Secretaria de Estado se lhe expediu em 18 de Março do presente anno, que continha algumas providencias sobre os escravos, afimde se evitar, que para o futuro comettão outra desordem semelhante a que praticou huma porção de negros no dia 28 de Fevereiro passado; expõem os motivos que tivera, para não dar inteiro e liberal cumprimento aquella ordem, na parte, que diz respeito á prohibição dos Batuques. E tomando o mesmo Senhor em consideração tudo quanto V. Exa. pondera, me ordenou participasse a V. Exa. que os argumentos, de que se serve tirados dos frequentes ajuntamentos de negros nas fontes, Egrejas e Theatro, não são applicaveis ao caso de que se trata por que seria de grande inconveniente, e até impossível prohibir, que os escravos, que são os braços, de que todas as familias se servem no Brazil, conduzão seus Senhores aos Templos, ao Theatro, vão buscar agoa as fontes, e fação outros serviços desta natureza, em que o condurso delles nevitável, ainda que daqui possa acontecer alguma desordem: que a prohibição dos Batuques não está na mesma razão, por que desta medida não só, não resulta inconveniente ou prejuizo algum aos habitantes dessa Cidade, mas utilidade, concorrendo esta providencia para viverem em mais socego e tranquilidade, pois os escravos nestes divertimentos se entregão mais a embriaguez, e ficão mais aptos para cometerem crimes, além de arruinarem a sua saude; e he esta a razão porque a Lei prohibe semelhantes Bailes, o que tambem se acha acautelado em alguns regulamentos de policia para os escravos da America; que ha differença de costumes e de caracter entre diversas nações de Negros, como reconhecem alguns Escritores, que tratão desta materia, e entre elles o que escreveu Obra intitulada *Le Commerce de l'Amerique*, par M. (...) seille, e que assim a diferença não provem somente (...) ou maus tratamentos dos Senhores, para com os seus escravos.

Vio Sua Alteza Real a ordem, Documentos nº 1 que V. Exa. expedio prohibindo semelhantes danças nas ruas e largos dessa Cidade, não impedindo com tudo, que os escravos se juntem nos largos da Graça e do Barbalho, e que ahi dancem até o toque das Ave Maria; e em attenção a segurar a V. Exa., que desordens comettidas, não nascem destes ajuntamentos, que delles não espera mal algum que o número de escravos que nelles se entertem he muito diminuto; desfaça Sua Alteza Reala permissão, que V. Exa. concedeu, esperando contudo, que pouco a pouco extingão semelhantes divertimentos, como mais convem e se ainda se consentem nesta Capital, a que não convem hum número de escravos tão excessivo, como V. Exa. supõe he pór que estes não teem feito desordens, como as dessa capitania por mais de huma vez, ha annos a esta parece o que obrigou o Conde da Ponte a dar providências mais enérgicas para os conter, e posto que V. Exa. manda observar em geral, como se mostra do Documento nº 6, as ordens do dito Conde, e Governo Interino seus Antecessores, seguindo o estilo praticado pelos Governadores do Brazil depois de tomarem posse, em quanto não estão inteirados do que convem alterar creio que as, que dizem respeito aos escravos, não estavão em seu inteiro vigor, por ser constante que se havião prohibido os Batuques.

O Real Animo do Principe Regente Meu Senhor está tranquillo a respeito da desordem que cometterão os escravos da Armação de Manuel Ignacio, por ter V. Exa. asseverado antes, e em outros Officios, que não ha que recear consequências funestas e perigos iminentes da sobredita desordem, e que quanto se tem espalhado, alem do que V. Exa. tem exposto nesta materia, he exagerado, falso, e destituido de fundamento, e fica o mesmo Senhor na intelligencia da Ordem que V. Esa. expedio ao Dezembargador Ouvidor Geral do Crime, para Devaçar, afim de conhecer quais são as pessoas, que teem espalhado semelhantes rumores, podendo assegurar a V. Exa., que até agora não tem subido a Augusta Presença de Sua Alteza Real, por esta Secretaria de Estado, Representação de qualquer Corporação, ou pessoa empregada nessa Capitania, em que se queixe da falta de providencias da parte de V. Exa. sobre este objecto.

Deos guarde a V. Exa. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1814.

Marquez de Aguiar

Sr. Conde dos Arcos

II.33, 24, 22
Ofício do Juiz de Fora da Vila de Maragogipe, Antonio Augusto da Silva ao Conde dos Arcos. 1814. **2 docs.**

Documento 1

Ilmo. e Exmo. Senhor

Hoje pelas quatro pª cinco horas da tarde fui avizado que no Iguape, districto da Villa de Caxoeira se tinhão sublevado os negros, e que estavão no projecto de passar nesta Villa de Maragogipe reunindo-se todos no Engenho da Ponta. Immediatamente officiei ao Sargento mor de Milicias da Caxoeira, que aqui se achava em revista das companhias do respectivo Regimento pª que fizesse pôr guardas da gente Miliciana

em todos os pontos por onde os negros pudessem entrar pª esta Villa e ao tempo que fechava o meu officio recebo o que elle me dirigio sobre o mesmo objecto, avista do qual fiz porem movimento toda a gente da Ordenança, e da Justiça pª guarnecerem todos aquelles pontos juntamente com os Milicianos, todas as entradas pª esta Villa e a mesma Villa por terra, e os pontos da Villa e a mesma Villa – O Sargento mor partio no mesmo instante pª a Caxoeira. Tenho feito prender trez negros Aussás que me foram denunciados de terem continua, e affectiva comunicação com os do Engenho da Ponta, e que Davao indicios de colleio com elles para fim da sublevação. O (...) de tudo participo a V. Exa. juntamente com o proximo officio do dito Sargento mor João Francisco de Chobi para que V. Exa. dê as providências que parecerem mais adequadas. Deos guarde a V. Exa. Villa de Maragogipe 20 de março de 1814.

Ilmo. e Exmo. Senhor Conde
dos Arcos Governador
e Capitão General da Capitania da Bª

O Juiz de Fora Antonio Augusto da Silva

No verso do documento:
Em 20 de março de 1814

Do Juiz de Fora das Villas de Maragogipe, e Jaguaripe, participando ter sido avisado que no Iguape se tinhão sublevado os negros, e q projectavão passar a Villa de Maragogipe reunindo-se todos no Engº da Ponta.

Documento 2

Ilmo. Snr. Juiz de Fora

Participo a S. S. que vendo todo o Iguape insendiado, e atacado pellos negros do dito, e por tanto já passo as ordens nesseçarias aos meus soldados afim de acautelar as consequências que se podem esperar; queira V. S. sobre isto providenciar, como Juiz Prodente, Active.

DE Ge. a V. S. P. de More.

20/3 1814

João Fº Chobi
Major

Ilmo. Snr. Juiz de Fora Antonio Augusto da S.